



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO –
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA**



**IMPACTOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES E
PREVENÇÃO AOS RISCOS SOCIAIS: AS VOZES DAS FAMÍLIAS DO
MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM.**

DAYANA CURY ROLIM

**MANAUS
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO –
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA**



DAYANA CURY ROLIM

**IMPACTOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES E
PREVENÇÃO AOS RISCOS SOCIAIS: AS VOZES DAS FAMÍLIAS DO
MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociedade e Cultura da Amazônia na Área de Concentração processo sociais, ambientais e relações de poder.

Orientadora: Profa. Dra. Yoshiko Sassaki

Manaus – Am
2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

R748i Rolim, Dayana cury
Impactos da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social em situações de vulnerabilidades e prevenção aos riscos sociais: as vozes das famílias do município de Parintins/Am / Dayana cury Rolim. 2017
260 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Yoshiko Sasaki
Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Vulnerabilidades. 2. Riscos. 3. Proteção Social. 4. Impactos Sociais. I. Sasaki, Yoshiko II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Yoshiko Sasaki - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Professora Dra. Márcia Perales Mendes Silva - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Professora Dra. Sônia Selenia Baçal de Oliveira - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Professora Dra. Lidiane de Lima Cavalcante - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Professor Dr. Raimundo Nonato Pereira da Silva - Membro
Universidade Federal do Amazonas

Professora Dra. Renilda Aparecida Costa - Suplente
Universidade Federal do Amazonas

Tese aprovada em 20 de dezembro de 2017

Dedicatória

*À minha mãe e a minha filha pela
força e amor constante que me faz
seguir adiante!*

Agradecimentos

Ao meu Deus, por vossa presença e infinito amor em minha vida.

À minha mãe por toda força e apoio durante a minha trajetória acadêmica, intelectual e profissional, sempre acreditou em mim e apoia as minhas decisões me dando condições para que eu possa seguir adiante.

Às minhas irmãs pelo apoio e disposição em ajudar-me, em especial à Cintia que me auxiliou nas transcrições das entrevistas e à Aline pelo apoio indispensável.

À minha grande Mestre e orientadora do doutorado Professora Yoshiko Sasaki, que me acompanha desde a iniciação científica na graduação e hoje continua presente em minha vida participando de uma das mais importantes etapas. Serei sempre grata pelas oportunidades, parcerias e por acreditar em mim, por sua amizade e dedicação.

À professora Márcia Perales, minha orientadora do mestrado, que me possibilitou novos conhecimentos ao me desafiar me direcionando ao campo da assistência social. Grata pelo seu aceite em participar desta banca de defesa de doutorado e por estar presente no encerramento de mais esta etapa e começo de novos trilhos.

À professora Marinez Gil Nogueira, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação e que deram novos andamentos à pesquisa. Por seu apoio, carinho e por estar sempre à disposição.

Aos professores membros da banca de defesa. Tenho certeza que as contribuições da banca fortalecerão ainda mais este estudo.

À Universidade Federal do Amazonas, por conceder os 36 meses de afastamento em portaria para a realização deste estudo.

Ao Colegiado de Serviço Social, pelo apoio aos dias concedidos para defesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, aos professores, servidores e bolsista ao suporte necessário.

Às colegas do PPGSCA, em especial à Nara e Cinthia, pelas trocas de ideias, aflições e eventos.

À FAPEAM, pelo apoio para a realização da pesquisa.

Aos sujeitos da pesquisa, pela confiança ao me receberem em seu lar, pelo diálogo e pelas trocas de informação.

RESUMO

Pobreza, vulnerabilidades e riscos, têm raízes na própria natureza da produção capitalista que objetiva a acumulação de capital via exploração do trabalho. Torna-se indispensável conhecê-las para desenhar e definir políticas públicas de forma eficaz. O Estudo de tese teve como objetivo principal avaliar os impactos sociais da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social a partir do Programa Bolsa Família e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família em situações de vulnerabilidades e riscos sociais de famílias pobres do bairro Santa Rita e da comunidade rural Mato Grosso da Vila Amazônia no município de Parintins/Am. Para concretizar o alcance desse objetivo mais amplo, a pesquisa também visou: 1) Identificar as vulnerabilidades, riscos e potencialidades de famílias beneficiárias do PBF e que participam do PAIF; 2) Analisar a relação das demandas das famílias beneficiárias e a oferta do PBF e do PAIF para o atendimento das necessidades sociais, refletindo sobre a vigilância socioassistencial do município; 3) Avaliar os impactos do PBF e PAIF no âmbito das famílias do bairro e da comunidade rural na redução, prevenção ou superação de vulnerabilidades e riscos sociais, apontando se houve fortalecimento da autonomia e empoderamento; 4) Propor uma matriz regionalizada de indicadores para análise de vulnerabilidades e riscos a fim de contribuir para a composição do diagnóstico socioterritorial amazônico, especificamente no Baixo Amazonas. Por fins didáticos, o percurso metodológico deste estudo envolveu processos específicos compostos de três movimentos distintos e interligados, mas não estanques, sendo eles: *pesquisa exploratória*, *pesquisa de campo*, *interpretação e análise dos dados*. Para abordar os sujeitos do estudo em suas múltiplas expressões propomos a abordagem quantiquantitativa. Universo e amostra do Bairro Santa Rita de Cássia e da comunidade Mato Grosso: O universo contou com 20 famílias do bairro e 10 famílias da comunidade que atendiam aos critérios da pesquisa, deste modo, optou-se por trabalhar com este total de famílias por se tratar de um quantitativo considerável para a pesquisa, não retirando amostra. Utilizou-se como instrumento a aplicação de questionário e realização de entrevistas com roteiro semiestruturado. Após o término da coleta de dados, iniciamos a organização dos dados quantitativos no Excel 2007, a realização de gráficos, tabelas, interpretação e análise dos dados, assim como realizamos análise das falas dos sujeitos da pesquisa na abordagem qualitativa. Os resultados apontaram que as famílias apresentam diversas vulnerabilidades e estão expostas aos riscos, sendo que algumas já estão vivenciando situação de risco social, e são famílias que também possuem potencialidades que precisam de uma melhor atenção dos serviços de Proteção Social Básica. As demandas das famílias são diversas, porém a Política de Assistência Social a partir do PBF e do PAIF não tem ofertado serviços que respondam as suas reais necessidades. A política de assistência social municipal precisa com urgência implantar as ações da vigilância socioassistencial para que haja efetividade nas ações, pois a partir deste será possível conhecer as vulnerabilidades, necessidades e demandas da população local com oferta de serviços adequados a sua realidade. Concluiu-se que o PBF e o PAIF não têm conseguido superar todas as vulnerabilidades e riscos, mas vem contribuindo para o seu alívio no âmbito das famílias. Nota-se que o Programa e o Serviço têm impactado de forma positiva em grande parte das famílias que participam com frequência dos serviços, onde se percebeu a prevenção de novas vulnerabilidades, tanto no bairro, como na comunidade, principalmente das que descumpriram condicionalidades. Por fim, deixamos como sugestão da tese uma matriz que possa contribuir para refletirmos sobre as vulnerabilidades e riscos no Baixo Amazonas.

PALAVRAS CHAVE: Vulnerabilidades; Riscos; Proteção Social; Impactos Sociais.

ABSTRACT

Poverty, vulnerabilities and risks, have roots in the very nature of capitalist production that aims at the accumulation of capital through the exploitation of labor. It is essential to know them in order to design and define public policies effectively. The thesis study had as main objective to evaluate the social impacts of the Basic Social Protection of the Social Assistance Policy from the Family Grant Program and the Service of Protection and Integral Assistance to the Family in situations of vulnerabilities and social risks of poor families of the Santa quarter Rita and the rural community Mato Grosso of the Vila Amazônia in the municipality of Parintins / Am. In order to achieve this broader objective, the research also aimed to: 1) Identify the vulnerabilities, risks and potentialities of beneficiary families of the PBF and participating in the PAIF; 2) To analyze the relationship between the demands of the beneficiary families and the offer of the PBF and the PAIF to meet the social needs, reflecting on the socio-welfare surveillance of the municipality; 3) Evaluate the impacts of PBF and PAIF on the neighborhood and rural community in reducing, preventing or overcoming vulnerabilities and social risks, indicating if there was a strengthening of autonomy and empowerment; 4) To propose a regionalized matrix of indicators to analyze vulnerabilities and risks in order to contribute to the composition of the socio-territorial Amazonian diagnosis, specifically in the Lower Amazon. For didactic purposes, the methodological course of this study involved specific processes composed of three distinct and interconnected, but not watertight, movements: exploratory research, field research, interpretation and data analysis. To approach the subjects of the study in their multiple expressions we propose the quantiquitative approach. Universe and sample of the Santa Rita de Cássia neighborhood and the Mato Grosso community: The universe had 20 families from the neighborhood and 10 families from the community that met the criteria of the research, so it was decided to work with this total of families by themselves. to deal with a considerable quantitative for the research, not withdrawing sample. The application of a questionnaire and interviews with a semi-structured script was used as instrument. After completing the data collection, we began to organize the quantitative data in Excel 2007, to perform graphs, tables, interpretation and analysis of the data, as well as analyzing the speeches of the research subjects in the qualitative approach. The results showed that families have several vulnerabilities and are exposed to risks, some of which are already experiencing social risk, and are families that also have potentialities that need better attention from Basic Social Protection services. The demands of the families are diverse, but the social assistance policy from the PBF and PAIF has not offered services that respond to their real needs. The municipal social assistance policy urgently needs to implement the actions of socio-welfare surveillance so that there is effectiveness in the actions, since from this it will be possible to know the vulnerabilities, needs and demands of the local population with the provision of services suited to their reality. It was concluded that the PBF and the PAIF have not been able to overcome all the vulnerabilities and risks, but have been contributing to their relief within the families. It can be noted that the Program and the Service have had a positive impact in most of the families that frequently participate in the services, where it was noticed the prevention of new vulnerabilities, both in the neighborhood and in the community, especially those who did not comply with conditionalities. Finally, we leave as a suggestion of the thesis a matrix that can contribute to reflect on the vulnerabilities and risks in the Lower Amazon.

KEY WORDS: Vulnerabilities; Risks; Social Protection; Social Impacts

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente Amazônico
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica da Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMASTH	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação- Parintins/Am
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Percepção sobre pobreza das famílias do bairro e da comunidade.....	39
Quadro 02	Quem é vulnerável, a quê e por quê?.....	44
Quadro 03	Principais vulnerabilidades das famílias do bairro e comunidade.....	62
Quadro 04	Percepção sobre as vulnerabilidades.....	63
Quadro 05	Estratégias das famílias do bairro e da comunidade.....	70
Quadro 06	Riscos no âmbito da família do bairro e da comunidade.....	74
Quadro 07	Percepções sobre os riscos no âmbito das famílias do bairro e da comunidade.....	75
Quadro 08	Potencialidades das famílias do bairro e da comunidade.	79
Quadro 09	Comparativo entre PBF e PAIF.....	115
Quadro 10	O Programa Bolsa Família é um direito ou ajuda?.....	120
Quadro 11	Acesso aos serviços e espaço físico do PAIF no âmbito dos CRAS Santa Rita.....	125
Quadro 12	Acesso e qualidade das ações do PAIF na comunidade.....	127
Quadro 13	Demandas das famílias do Bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso.....	134
Quadro 14	Demandas das famílias do bairro para o PAIF.....	140
Quadro 15	Demanda das famílias da comunidade Mato Grosso para o PAIF.....	143
Quadro 16	Condições de vida antes do Programa Bolsa Família das famílias do bairro Santa Rita.....	155
Quadro 17	Condições de vida antes do Programa Bolsa Família das famílias da comunidade Mato Grosso.....	156
Quadro 18	Mudanças ocorridas no âmbito das famílias do bairro, após a sua inserção no PBF e no PAIF.....	158
Quadro 19	Mudanças ocorridas no âmbito das famílias da comunidade, após a sua inserção no PBF e no PAIF.....	164
Quadro 20	Visão das famílias sobre a autonomia adquirida após inserção no PBF e PAIF.....	168
Quadro 21	A percepção das famílias sobre a prevenção do PBF e PAIF às situações de vulnerabilidades e riscos sociais.....	174
Quadro 22	Sobre o PBF e PAIF, eles têm contribuindo ou não para a superação de vulnerabilidades e riscos de suas famílias?.....	179
Quadro 23	Resumo sobre Impactos do PBF e do PAIF nas situações de vulnerabilidades e riscos sociais.....	181
Quadro 24	Sugestões ao PBF e ao PAIF das famílias beneficiárias do bairro Santa Rita.....	185
Quadro 25	Sugestões ao PBF e ao PAIF das famílias beneficiárias da comunidade Mato Grosso.....	189
Quadro 26	Dimensões da matriz regionalizada.....	208
Quadro 27	Composição de indicadores para análise de vulnerabilidades sociais....	212

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Quantidade de membros na família/bairro.....	54
Gráfico 02	Quantidade de membros na família/comunidade.....	54
Gráfico 03	Quantidade de crianças na família/bairro.....	55
Gráfico 04	Quantidade de Crianças na família/comunidade.....	55
Gráfico 05	Rendimento mensal das famílias/bairro.....	58
Gráfico 06	Rendimento mensal das famílias/comunidade.....	58
Gráfico 07	Mulher como chefe de família/ bairro.....	69
Gráfico 08	Mulher como chefe de família/ comunidade.....	69
Gráfico 09	O PBF vem contribuindo com a melhoria da saúde e educação da família/Bairro.....	120
Gráfico 10	O PBF vem contribuindo com a melhoria da saúde e educação da família/comunidade.....	120
Gráfico 11	O PAIF tem possibilitado reflexão das situações vividas em sua família, território e direitos sociais/bairro Santa Rita.....	129
Gráfico12	O PAIF tem possibilitado reflexão das situações vividas em sua família, território e direitos sociais/Comunidade Mato Grosso.....	129
Gráfico 13	Algum membro da família já foi encaminhado para algum curso de inclusão produtiva ou para o PRONATEC a partir da intermediação do PAIF/PBF/bairro.....	138
Gráfico 14	Algum membro da família já foi encaminhado para algum curso de inclusão produtiva ou para o PRONATEC a partir da intermediação do PAIF/PBF/comunidade.....	138
Gráfico 15	Sua família já foi beneficiada com pelo menos 3 ações dentre as citadas: acolhida, oficinas, ações comunitárias, atendimento familiar, acompanhamento familiar, visita domiciliar, encaminhamento para a rede socioassistencial, encaminhamento para receber benefícios eventuais.....	144
Gráfico 16	Sua família já foi beneficiada com pelo menos 3 ações dentre as citadas: acolhida, oficinas, ações comunitárias, atendimento familiar, acompanhamento familiar, visita domiciliar, encaminhamento para a rede socioassistencial, encaminhamento para receber benefícios eventuais.....	144
Gráfico 17	O Programa Bolsa Famílias tem possibilitado aquisição material (compras de eletrodomésticos, roupas e outras necessidades) melhorando as condições de vida/ bairro Santa Rita.....	164
Gráfico 18	O Programa Bolsa Famílias tem possibilitado aquisição material (compras de eletrodomésticos, roupas e outras necessidades) melhorando as condições de vida/comunidade Mato Grosso.....	164

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Funções da Assistência Social na PNAS.....	95
Figura 02	CRAS Santa Rita.....	106
Figura 03	CRAS Vila Amazônia.....	110
Figura 04	Sala de atendimento das Técnicas do CRAS Santa Rita.....	126
Figura 05	Vigilância de riscos e vulnerabilidades e vigilância da oferta de serviços.....	130
Figura 06	Detalhamento das temáticas das dimensões.....	209

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I POBREZA, VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO E AMAZÔNICO	29
1.1 Pobreza, Vulnerabilidades e Riscos Sociais: Condições que se inter cruzam.....	30
1.2 Perfil das famílias vulneráveis do município de Parintins-Am.....	60
1.3 Vulnerabilidades e Riscos no urbano e rural: expressões das famílias do bairro Santa Rita de Cássia e da Comunidade Mato Grosso.....	61
1.4 Potencialidades: dinâmica das famílias do bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso.....	79
CAPÍTULO II PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA: A relação entre o PBF e PAIF no enfrentamento à pobreza e vulnerabilidades sociais	83
2.1 Caminhos e descaminhos da assistência social frente às contrarreformas neoliberais do Estado brasileiro: desmonte da proteção social não contributiva.....	84
2.2 Proteção Social, Assistência Social e Vigilância Socioassistencial: uma tríade necessária para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.....	93
2.3 Proteção Social Básica: O CRAS no atendimento às famílias do PBF no município de Parintins-Am.....	104
2.4 PBF e PAIF no âmbito do SUAS: a percepção das beneficiárias.....	114
2.5 A Relação entre demandas das famílias e oferta do PBF e PAIF: necessidades atendidas?	130
CAPÍTULO III IMPACTOS SOCIAIS: AS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADES E RISCOS DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PBF E PAIF DE PARINTINS/AM	149
3.1 Notas introdutórias sobre a avaliação de impactos sociais	150
3.2 Impactos no âmbito das famílias: o que mudou após a inserção no PBF e PAIF?	154
3.3 Impactos sobre as condições de vulnerabilidades e riscos sociais: prevenção, superação ou manutenção no âmbito das famílias?	173
3.4 Sugestões das famílias beneficiárias do PBF e PAIF do Bairro Santa Rita de Cássia e Comunidade Mato Grosso.....	183
CAPÍTULO IV INDICADORES REGIONALIZADOS: SUGESTÕES PARA A COMPOSIÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO BAIXO AMAZONAS	192
4.1 Particularidades Amazônica e a necessidade da regionalização dos serviços socioassistenciais.....	193
4.2 Indicadores do município de Parintins a partir de dados oficiais.....	201
4.3 Matriz regionalizada: sugestões de indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais para composição do diagnóstico socioterritorial do Baixo Amazonas.....	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS	230
APÊNDICES	242
ANEXOS	256

INTRODUÇÃO

A produção de conhecimento deste estudo de tese desenvolvido ao longo de três anos e nove meses apresentou momentos de hesitações, escolhas e percalços, o que é próprio do exercício da pesquisa. Dar voz aos usuários da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social revelou suas angústias que se tornaram presentes no decorrer dessa pesquisa.

Estar próximo aos que vivenciam uma inclusão precária, principalmente de direitos e de acessos aos serviços públicos básicos, nos proporcionou situar o objeto de estudo no movimento da sociedade capitalista em uma relação dialética.

Ao situar este estudo em um processo de aprendizagem, objetivamos avaliar a Proteção Social Básica da Política de Assistência Social a partir do Programa Bolsa Família (PBF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)¹ no enfrentamento de vulnerabilidades e riscos sociais de famílias pobres da área urbana e rural² do município de Parintins/Am.

A opção por essa área de investigação decorre da experiência profissional em que a pesquisadora pôde vivenciar como assistente social na Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS). Através dessa experiência desenvolveu-se a dissertação de mestrado (2007 a 2009) cujo objetivo foi “avaliar a efetividade do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social” no estado do Amazonas.

Na referida dissertação, a discussão da avaliação ocorreu em torno da gestão, desse modo, surgiram as inquietações para realizar um estudo de

¹ O PAIF teve como nomenclatura os antecedentes, a saber: em 2001 o Programa Núcleo de Apoio Familiar (NAF); em 2003 o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PNAIF); em 2004 o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e em 2009 com a aprovação da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, o Programa passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, mas preservou a sigla PAIF. Esta mudança de nomenclatura enfatiza o efeito de ação continuada, estabelecida em 2004, bem como corresponde ao previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Nessa direção, o PAIF permite o enfrentamento da pobreza, redução da incidência de riscos e vulnerabilidades sociais. Consiste em um trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufrutos de direitos, além de prover o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias (MDS, 2015).

² O IBGE designa como área rural a área de um município externa ao perímetro urbano, já a área urbana é a área interna ao perímetro urbano de uma cidade.

avaliação a partir da voz dos usuários dos serviços da Política de Assistência Social. Pois, são eles quem vivenciam os serviços e as mudanças em suas vidas. Assim, esse estudo proporciona caminhos que possibilitam conhecer aos usuários dos serviços.

As observações empíricas através de pesquisas e extensões com temáticas sobre a pobreza e vulnerabilidades sociais no âmbito da docência no município de Parintins-Am, também suscitaram a necessidade de aprofundar os estudos sobre essas expressões da questão social, assim como a sua forma de enfrentamento.

Partimos do entendimento de que a desigualdade social, a exclusão, a pobreza e a vulnerabilidade social, inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferentes modalidades de desproteção social que exigem uma maior atenção do poder público.

As transformações da sociedade capitalista induziram uma efetiva mundialização da sociedade global, com redesenho econômico e de mercado impactando fortes consequências sociais a partir da década de 1970, principalmente relacionados aos novos processos de trabalho que emergem e se precarizam rapidamente, afetando a vida de muitas famílias.

Desse modo, Castel (1998) analisa que a precarização do trabalho encaminha o trabalhador a uma situação de vulnerabilidade social a qual alimenta o desemprego e a desfiliação.

Castel adota o termo *desfiliação* para designar os processos decorrentes do que vem sendo denominado como exclusão, afirma que falar de desfiliação “não é ratificar uma ruptura, mas reconstruir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social” (1998, p.26).

Há risco de desfiliação quando o conjunto das relações de proximidade que um indivíduo mantém a partir de sua inscrição territorial, que é também a sua inscrição familiar e social, é insuficiente para reproduzir sua existência e para assegurar a sua proteção (IDEM, p.51).

Em relação ao desemprego, a sua taxa média no Brasil em 2010 foi de 6,7%, em 2014 essa taxa ficou em 6,8%, já em 2015 a taxa de desocupação foi estimada em 8,3%, no primeiro trimestre de 2016 chega a 10% e no primeiro

semestre de 2017 essa taxa revela-se em 13%, representando taxas crescentes do desemprego no país (IBGE, 2017).

Esses dados revelam uma crise de ordem estrutural que repercute de forma profunda no cenário econômico, político e social, intensificado no Brasil nos últimos anos, elevando o número de desemprego e a precarização do trabalho, afetando a força de trabalho tanto não qualificada, quanto a qualificada.

Portanto, “em meio às incertezas que hoje são muito numerosas, pelo menos uma coisa é clara: ninguém pode substituir o Estado em sua função fundamental que é comandar a manobra e evitar o naufrágio” (CASTEL, 1998, p.611).

O Estado em muitas ações tem suas funções diminuídas, tendo em vista a própria lógica do ideário neoliberal que minimiza o Estado e retira muitos direitos importantes para o desenvolvimento de muitas famílias.

As famílias, principalmente as pobres e vulneráveis, necessitam de uma efetiva rede de proteção social, pois a pobreza e as vulnerabilidades destas se agravam quando a provisão dos serviços públicos se apresenta de forma precária e não podem se quer contar com uma rede de proteção pública que viabilize o seu acesso aos serviços sociais básicos e de infraestrutura (YAZBEK, 2008).

Diante da problemática do desemprego, da precarização do trabalho e do risco de um grande número de trabalhadores serem lançados para uma situação de pobreza, principalmente se houver a ausência do poder público, observa-se um aumento da demanda por assistência social e por programas de transferência de renda.

Mas será que a política de assistência social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem conseguido atender essa demanda e contribuído com algum tipo de mudança nas condições de vulnerabilidades e assegurado a proteção contra os riscos em que seus usuários estão expostos?

Diante deste questionamento, delineamos os seguintes problemas de pesquisa: de que forma a Proteção Social Básica da Política de Assistência Social a partir do PBF, que é o maior programa de transferência de renda do Brasil, juntamente com o PAIF que é principal serviço da proteção social

básica, tem impactado nas situações de vulnerabilidade social e exposição aos riscos de famílias pobres do município de Parintins-Am? Quais as vulnerabilidades e riscos dessas famílias? Qual a relação da demanda e oferta do programa e dos serviços para o atendimento das necessidades destas famílias?

Para responder a esses questionamentos, a pesquisa de campo deste estudo teve como *objetivo geral*: avaliar os impactos sociais da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social a partir do Programa Bolsa Família e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família nas situações de vulnerabilidades e riscos sociais de famílias do bairro Santa Rita e da comunidade rural Mato Grosso da Vila Amazônia no município de Parintins/Am.

Para concretizar o alcance desse objetivo mais amplo, a pesquisa também visou: 1) Identificar as vulnerabilidades, riscos e potencialidades de famílias beneficiárias do PBF e que participam do PAIF; 2) Analisar a relação das demandas das famílias beneficiárias e a oferta do PBF e do PAIF para o atendimento das necessidades sociais, refletindo sobre a vigilância socioassistencial do município; 3) Analisar os impactos do PBF e PAIF no âmbito das famílias do bairro e da comunidade rural na redução, prevenção ou superação de vulnerabilidades e riscos sociais, apontando se houve fortalecimento da autonomia e empoderamento; 4) Propor uma matriz regionalizada de indicadores para análise de vulnerabilidades e riscos a fim de contribuir para a composição do diagnóstico socioterritorial amazônico, especificamente no Baixo Amazonas.

Nesse sentido, apresentamos as seguintes hipóteses: (1) a Proteção Social Básica da Política de Assistência Social a partir da relação do PBF com o PAIF tem alterado parcialmente a realidade das famílias beneficiárias, amenizando os efeitos das situações de vulnerabilidades e prevenindo determinados riscos, mas não ocorre de fato a sua superação. (2) é necessário o avanço de categorias como a intersetorialidade, a vigilância social e investimentos no PAIF para que de fato ocorra superação de determinadas vulnerabilidades. (3) apesar da pouca efetividade de muitas ações no âmbito da política de assistência social, seus serviços ainda representam aos usuários

um canal de inclusão e um espaço de reconhecimento no enfrentamento de suas vulnerabilidades e atendimento de suas demandas.

Algumas iniciativas têm ocorrido para que haja a articulação entre o PBF e o PAIF nas vulnerabilidades sociais das famílias pobres, a saber: inclusão das famílias beneficiárias no público prioritário para atendimento nos Centros de Referência de Assistência Social, principalmente o acompanhamento nos casos de descumprimento de condicionalidades, financiamento de ações complementares com recursos do PAIF, dentre outros (MAGALHÃES, 2009).

Essa articulação torna-se necessária por envolver uma rede de proteção social formada por transferência de renda, saúde, educação (condicionalidades), segurança alimentar e serviços socioassistenciais. Porém, “há uma heterogeneidade de situações de vulnerabilidades entre a população pobre que os serviços devem conhecer e procurar atender em suas especificidades” (IDEM, p.415).

De acordo com o IPEA (2015), o Brasil no ano 2000, apresentava Índice de Vulnerabilidade Social igual a 0,446 indicando alta vulnerabilidade social. Passados dez anos, a vulnerabilidade social é reduzida a 0,326, apontando para a faixa do médio Índice de Vulnerabilidade Social.

Apesar de ter ocorrido essa redução brasileira nos índices de vulnerabilidade, contraditoriamente os dados referentes ao município de Parintins apontaram um crescimento do índice de famílias vulneráveis, no ano de 1991 esse índice era de 15,93%, no ano 2000 passou para 17,29% e em 2010 atingiu o índice de 25,12% (PNUD, 2010).

Pensar a vulnerabilidade na Amazônia requer que se leve em consideração não apenas as distâncias, o isolamento territorial, a diversidade étnica e cultural, mas também as formas de exploração e contradições engendradas pelo movimento do capital em um contexto de acumulação capitalista na região.

Na conjuntura atual, as famílias pobres tornam-se ainda mais vulneráveis, pois estão mais expostas aos riscos de um sistema econômico competitivo e excludente, constata-se a organização de sistemas de proteção social insuficientes sob o direcionamento neoliberal.

Por essa razão, torna-se cada vez mais necessário que as políticas públicas considerem as diversas vulnerabilidades territoriais, diante das desigualdades regionais existentes.

Na Política Nacional de Assistência Social (2004), fica expresso que as desigualdades não são apenas sociais, mas territoriais, destacando-se a alta taxa de urbanização, principalmente nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles, os quais passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, estando muitas famílias expostas às situações de risco e vulnerabilidade.

Na Amazônia, embora algumas ações importantes tenham sido implantadas no campo da assistência social como o Bolsa Família, equipes volantes dos Cras, lanchas da assistência social, estes ainda são insuficientes, frente à diversidade amazônica que muitas vezes aliada à ausência do poder público implica na limitação das políticas públicas que devem ser adaptadas à realidade local, para que assim contribuam com resultados mais efetivos que proporcionem mudanças na realidade de indivíduos e famílias.

Diante do exposto, a relevância do estudo se faz presente, uma vez que a política pública de assistência social é uma conquista da sociedade brasileira ainda em processo de consolidação e permeada de desafios, reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado, com o compromisso de proteção. Para tanto, requer um Estado presente com um modo renovado de conduzir a política pública.

A sua relevância também se faz presente frente à avaliação das políticas públicas. Ainda precisamos avançar nessa discussão e criar uma cultura de avaliação que vise a transparência, a qualidade dos serviços, avanços na efetividade das ações, dentre outras.

Este estudo também instiga o debate para que estados e municípios avance na discussão sobre a vigilância social, controle social, monitoramento e avaliação no âmbito da assistência social.

Desse modo, os resultados dessa pesquisa podem contribuir com subsídios para o aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social no estado do Amazonas. Assim, a tese proporciona uma reflexão sobre as particularidades da assistência social na região amazônica, constituindo-se

uma importante fonte de informação sobre as condições de vida e a oferta da Política de Assistência Social.

Portanto, os processos de avaliação no âmbito dessa política colocam em evidência a importância da participação dos usuários da política, ouvir a voz de quem recebe os serviços, de sua transformação ou não, é indispensável nesse processo. Nesse sentido, apresentamos a relevância da avaliação a partir da voz das famílias beneficiárias do PBF e usuárias do PAIF.

Para fins didáticos, o percurso metodológico deste estudo, esteve pautado em processos específicos compostos de três movimentos distintos e interligados, mas não estanques, sendo eles: *pesquisa exploratória, pesquisa de campo, interpretação e análise dos dados*.

No processo de ***pesquisa exploratória*** primeiramente foi realizado o levantamento bibliográfico e posteriormente sua revisão, análise e discussão tendo como técnica o fichamento, para que houvesse assim um aprofundamento no conhecimento dos conceitos fundamentais de análise, tais como “vulnerabilidades, riscos, proteção social e impactos sociais”.

Nesse sentido, o marco teórico apreendido nesse processo investigativo teve como base o referencial histórico dialético, que pode ser compreendido como um método de análise que está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida e que funciona como mediador no processo de entender a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais, dos objetos que investigamos.

Portanto, o referencial histórico dialético, expõe o movimento do real em sua dinâmica de permanente transformação e totalidade permeada por contradições. A partir desse método, foi possível fazer a análise da realidade concreta para além do aparente.

Ainda nesse processo realizamos o levantamento documental com coleta de informações existentes sobre o tema. Nos lócus da pesquisa buscamos registros e informações na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH) e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Parintins. Um dos documentos de grande importância foi o acesso a lista de famílias beneficiárias do PBF acompanhadas pelo PAIF por bairros.

Em seguida coletamos dados estatísticos do IBGE, PNAD, Relatório de Informações Sociais do SUAS, relatórios institucionais, dentre outras fontes que deram suporte para a pesquisa empírica e um maior conhecimento da realidade observada.

Durante esse processo foi utilizado um diário de campo onde foram anotadas todas as informações referentes à pesquisa, contribuindo bastante para relembrar os passos dados, os contatos realizados e demais acontecimentos de cada momento e mudanças no objeto de estudo.

Realizamos a assinatura do Termo de Anuência, e no oportuno tivemos uma conversa de modo informal com o coordenador da Proteção Social Básica da assistência social e com as assistentes sociais do CRAS com o intuito de coletarmos informações institucionais e dos sujeitos da pesquisa.

Após esse primeiro momento da pesquisa que nos possibilitou as primeiras aproximações com o sujeito-objeto de estudo, nos concentramos na **pesquisa de campo**, mas sem perder de vista o primeiro processo, pois essa relação permitiu um conhecimento mais abrangente com o sujeito-objeto de estudo.

O processo investigativo empírico teve como referência geográfica o município de Parintins localizado no interior do Estado do Amazonas, na região do Baixo Amazonas, próximo à divisa com o Estado do Pará. Com uma população de 103. 828 habitantes se configura como o segundo município mais populoso do Estado (IBGE, 2010).

Optou-se o recorte da pesquisa pelo município de Parintins por ser um dos cinco municípios que estão na gestão plena da assistência social no Estado do Amazonas e por conter um grande número de famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social. O interesse pelo município também se dá pela minha atuação como professora do curso de Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia da Universidade Federal do Amazonas, campus Parintins-Am.

Delimitando o lócus da pesquisa nesse espaço geográfico, a investigação centrou-se no bairro Santa Rita de Cássia na área urbana do município e na Comunidade Mato Grosso localizado na área rural da Vila Amazônia de Parintins-Am.

O bairro Santa Rita de Cássia possui uma população de 2.120 habitantes (IBGE, 2010), apresenta particularidades como ocupações de terrenos em áreas baixas, ou seja, alagadiças. Contudo, o bairro apresenta pavimentação asfáltica, água encanada, energia elétrica, posto de saúde, comércios, igrejas, hotel, caracterizando a dinâmica do espaço urbano.

No bairro também estava instalado o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), porém este sofreu uma mudança de endereço para o bairro Nossa Senhora das Graças, mas continuou com o mesmo nome CRAS Santa Rita de Cássia. Agora seus usuários residentes do bairro têm que se dirigir ao outro bairro para dar continuidade aos acompanhamentos.

De acordo com Lima (2016) o movimento das águas no bairro Santa Rita de Cássia interfere na dinâmica de vida das famílias moradoras do bairro, principalmente em períodos de grandes cheias onde a problemática ambiental pode ser facilmente observada. Com a subida das águas, muitas famílias de forma estratégicas constroem casas de dois andares e moram no andar de cima, tendo o andar de baixo afetado pela incidência das águas. Esse andar de baixo é utilizado por todo o período da seca, mas na cheia as atividades desenvolvidas nele são prejudicadas.

A autora revela que as famílias que não possuem casas de dois andares se fazem de duas outras estratégias em relação à preparação da casa para o período da cheia, a maromba e a suspensão. Quanto à maromba, caso a água inunde o assoalho da casa, esse processo é feito construindo-se um assoalho de forma provisória em um nível mais alto em relação à água.

Lima (2016) ainda argumenta que a rua principal Paulo Teixeira é conhecida entre as famílias moradoras do bairro, como “primeira rua”, isso porque ela foi a primeira rua a surgir no bairro, além disso, ela é “a primeira rua a encher”, “a primeira rua a ir para o fundo”, “a rua mais baixa do bairro”, isto é, essa rua é a primeira do bairro a ser afetada pelas águas no período da enchente. Nesse período são construídas as pontes provisórias de madeira para as famílias moradoras terem acesso às suas residências e se locomoverem, seja intra bairro e/ou entre bairros.

Este breve perfil do bairro sinaliza que o território onde estas famílias vivem também é um indicador importante de vulnerabilidade que pode orientar

as políticas públicas. Pois, é no território que as desigualdades sociais se evidenciam com mais intensidade, alguns conseguem ter acesso a bens e serviços sociais e outros não.

Desse modo, o território onde vivem estas famílias expressa a concretude de sua realidade objetiva e subjetiva que se evidenciam de diversas formas principalmente nos sofrimentos, desejos, expectativas, demandas, dentre outras expressões.

A Comunidade Mato Grosso, outro local da pesquisa, está localizada na área rural da Vila Amazônia no município de Parintins. Para chegar à Vila o principal meio de transporte é o fluvial, seja por barcos, lanchas, rabetas ou balsas que se deslocam constantemente de Parintins, a balsa é o transporte mais utilizado pelos moradores da comunidade em decorrência do seu preço ser bem mais acessível (R\$4,00) e por transportar também motos, bicicletas, carros, dentre outros. A travessia por balsa dura aproximadamente 20 minutos.

Para chegar até a comunidade Mato Grosso o acesso é por via terrestre, para a realização da pesquisa de campo utilizamos uma moto na qual percorremos 15 minutos de estrada para chegar na comunidade, mas os moradores relatam que a pé, ou seja, indo caminhando pode durar cerca de 1 hora dependendo do tempo e das condições do ramal que dá acesso à comunidade.

Na comunidade há um total de 86 famílias, as residências são em sua grande maioria de madeira, umas aparentam bom estado e outras mau estado e até mesmo insalubres, sem nenhuma estrutura.

Como estratégia para chegarmos até às famílias tivemos como suporte o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)³ do bairro Santa Rita de Cássia e do CRAS da Vila Amazônia.

Tanto a coordenadora, como a equipe de profissionais dos CRAS's abriram as portas para a realização da pesquisa, as mesmas cederam uma

³ O CRAS é uma unidade pública estatal, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que deve organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais, sendo considerado a porta de entrada da Proteção Social Básica da Assistência Social. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às famílias (PNAS, 2004).

lista com nomes das famílias beneficiárias do PBF e que participavam do PAIF. Através dessa lista foi possível localizar o nome e endereço das beneficiárias e usuárias da assistência social. Em todas as famílias as responsáveis pelo recebimento da bolsa eram mulheres.

As assistentes sociais do CRAS entraram em contato com as famílias comunicando a realização desta pesquisa para que as mesmas pudessem atender à pesquisadora em suas residências. Para realização das entrevistas e aplicação dos instrumentais houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como esclarecimento de dúvidas que poderiam surgir.

Assim sendo, os sujeitos do estudo em suas múltiplas expressões foram abordados a partir da técnica quantiquantitativa, por entendermos que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se complementam.

A abordagem quantitativa, quando não exclusiva, serve de fundamento ao conhecimento produzido pela pesquisa qualitativa, ambas devem sinergicamente convergir na complementariedade mútua. Ao invés de serem excludentes ou opostas, as técnicas quantitativa e qualitativa, se devidamente utilizadas em uma pesquisa, poderão ser igualmente eficazes no aproveitamento e conhecimento do tema em estudo (BAPTISTA, 1999).

Na **abordagem quantitativa** de coleta de dados o instrumento utilizado foi construído de acordo com os conceitos teóricos da tese, o questionário está constituído com questões que seguiram modelos de sondagens diferenciados.

As questões embasadas nos conceitos Proteção Social Básica e Impactos Sociais tomaram como base a escala *Likert* que permite descobrir níveis de opinião utilizando opções de respostas que variam de um extremo a outro. Desse modo, as respostas tiveram os seguintes itens: discordo muito, discordo, indeciso, concordo, concordo muito, onde podia sinalizar apenas uma opção. A pesquisadora ficou acompanhando o preenchimento do mesmo para esclarecimento de dúvidas e em seguida fazer a sua coleta.

No método *Likert* de medição atitudinal elabora-se uma escala de cinco possibilidades de respostas aos itens (assertivas) que compõem o instrumento de pesquisa, oscilando entre respostas fortemente positivas, de indecisão, até fortemente negativas (NOGUEIRA, 2013).

“As escalas de atitudes não só indicam o sentido (favorável ou contrário) como fornecem informação sobre a intensidade relativa com que se manifesta a atitude das pessoas em face de determinado objeto ou situação” (SORIANO, 2004).

Os questionários foram respondidos por 20 famílias do bairro e 10 famílias da Comunidade, as quais constituíram o universo da pesquisa, não retiramos a amostra de ambos os lócus, devido ao número do universo ser reduzido. Todos que participaram da pesquisa tinham baixa escolaridade, mas responderam o questionário sem empecilhos, as dúvidas foram sendo sanadas ao longo do preenchimento, uma vez que a pesquisadora ficou aguardando a sua entrega.

Na **abordagem qualitativa** selecionamos as famílias com mais tempo como beneficiária no PBF e com Participação no PAIF, tanto no bairro Santa Rita de Cássia, como na Comunidade Mato Grosso. Assim, o membro responsável pelo benefício foi selecionado para responder o roteiro de Entrevista Semiestruturado. Identificamos no bairro 05 famílias e na comunidade 03 famílias que atendiam ao critério da pesquisa qualitativa.

A abordagem qualitativa “não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o conhecimento com relação aquele sujeito com o qual estamos dialogando” (MARTINELLI, 1999, p.23).

Utilizou-se o roteiro de Entrevista Semiestruturado para abordar as famílias de forma qualitativa, que seguiu as mesmas dimensões dos Questionário: 1.Vulnerabilidades, riscos, potencialidades; 2.Proteção Social Básica da Assistência Social; 3. Impactos ocorridas nas situações de vulnerabilidades e riscos dos beneficiários.

As entrevistas foram gravadas com a autorização dos sujeitos da pesquisa, 05 do bairro e 03 da comunidade, todas eram mulheres, responsáveis pelo benefício do PBF.

A aplicação dos instrumentais quantitativo e qualitativo foram aplicados no período de outubro de 2016 a março de 2017. Ressalta-se que o projeto de pesquisa foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética sob o CAAE 63500016.8.0000.5020, conforme consta em anexo.

Os instrumentais da pesquisa foram elaborados com base em indicadores e variáveis, conforme segue o modelo nos apêndices. A construção desses indicadores foi de suma importância por se tratar de um elemento básico do processo avaliativo que sinaliza as mudanças ocorridas no “objeto” que se deseja avaliar.

Após o término da coleta de dados, iniciamos o último processo da investigação científica referente à **interpretação e análise dos dados**, que para Soriano (2004, p.241):

A análise consiste em separar os elementos básicos da informação e examiná-los, de modo a responder às questões colocadas na pesquisa. A interpretação é o processo mental por meio do qual se procura inferir um significado mais amplo para a informação empírica acolhida. Para isso, é preciso ligar as descobertas a outros acontecimentos disponíveis utilizados na proposição do problema e no marco teórico e conceitual.

Neste momento crucial, após a organização dos dados quantitativos efetuados em arquivo de dados do Excel 2007 e realizados os gráficos, organizou-se e analisou-se as informações obtidas nas entrevistas semiestruturadas e do registro fonográfico, a partir dos conceitos que embasaram a tese.

Este processo de pesquisa articulado aos demais, nos conduziu à concretização da produção da tese. De acordo com o que foi apresentado, a estruturação dos capítulos deste estudo está organizada visando a ordem lógica de apresentação dos conceitos de análise, a saber:

O capítulo 1 contextualiza a pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais no cenário brasileiro e amazônico. São conceitos que devem ser compreendidas em um contexto sócio-histórico, econômico, político e cultural, composto por diversidades que têm marcado a sociedade brasileira.

O Capítulo 2 discute a proteção social não contributiva a partir da Assistência Social, a fim de compreender a articulação entre o Programa Bolsa Família e o Serviço de Atendimento Integral à Família no enfrentamento à pobreza e a vulnerabilidade social.

O capítulo 3 analisa os impactos do Programa Bolsa Família e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família do bairro Santa Rita e da

Comunidade Mato Grosso do município de Parintins-Am nas situações de vulnerabilidades e riscos das famílias beneficiárias.

O capítulo 4 apresenta a proposta de uma matriz regionalizada com sugestões de indicadores para caracterização de vulnerabilidades e riscos sociais, a fim de contribuir para a composição do diagnóstico socioterritorial do Baixo Amazonas.

Como toda investigação científica, este estudo de tese procedeu com um recorte da realidade, da seleção de pontos de vista que contribuíram para construção e análise do objeto de conhecimento conforme segue nos capítulos.

CAPÍTULO I POBREZA, VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO E AMAZÔNICO

Este capítulo constituído de quatro itens debate sobre a pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais como condições que podem se intensificar com a falta de proteção social dos indivíduos, famílias e até mesmo do contexto geográfico. São conceitos que devem ser compreendidas em um contexto sócio-histórico, econômico, político e cultural, compostos por diversidades que têm marcado a sociedade brasileira.

O primeiro item apresenta uma discussão conceitual e relacional da pobreza, vulnerabilidades e riscos, considerados condições que se inter cruzam face a intensidade das desproteções das famílias. É uma discussão necessária, pois seus conceitos se fazem presentes nas políticas sociais, sendo indicadores para avaliar o alcance das políticas de proteção social.

O segundo item faz uma breve apresentação do perfil das famílias do bairro Santa Rita de Cássia e da Comunidade Mato Grosso da Vila Amazônia, *lôcus* da pesquisa, discussão essencial que evidência a necessidade de proteção social e prevenção aos riscos, daí a importância de se conhecer as famílias para a análise do próximo item.

No item seguinte 1.3 apontamos e analisamos as vulnerabilidades e riscos das famílias no meio rural e urbano, ou seja, compreendidas a partir da leitura de quem a vivencia e do território que é um elemento de suma importância na leitura das vulnerabilidades e riscos das famílias.

Para a discussão do último item partimos do entendimento de que apesar das famílias vivenciarem diferentes formas de vulnerabilidades, também possuem ativos que precisam ser trabalhados revelando suas potencialidades, que quando trabalhadas e fortalecidas poderão contribuir para amenizar ou superar suas condições de vulnerabilidades, estas não são inerentes às pessoas, mas é uma circunstância que pode ser minimizada ou revertida.

1.1 Pobreza, Vulnerabilidades e Riscos Sociais: condições que se inter cruzam

O objetivo deste item é compreender a concepção de pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais como condições que podem se inter cruzar caso não haja a devida proteção aos cidadãos frente às transformações societárias, que desencadeiam mudanças na vida privada e acentuam fragilidades e contradições.

Pobres e vulneráveis não são necessariamente os mesmos. “Nem todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade são pobres – situados abaixo de alguma linha monetária de pobreza” (BRONZO, 2009, p.172).

Considera-se que a pobreza agrava as vulnerabilidades, os riscos e as fragilidades, mas isso não quer dizer que essas expressões da questão social existam por causa da pobreza.

A pobreza e a vulnerabilidade têm raízes na própria natureza da produção capitalista que objetiva a acumulação de capital via exploração do trabalho. “Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de pauperização que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital” (NETTO, 2008, p.135).

Por isso, torna-se indispensável a produção de conhecimento sobre a pobreza e vulnerabilidade para desenhar e definir as políticas públicas de forma eficaz, para promover a inclusão social da população que não usufrui da riqueza socialmente produzida, mas apenas experimentam o lado amargo do sistema capitalista, que de forma concomitante acumula riqueza e produz pobreza em um cenário de exploração, expropriação, exclusão, dentre outros.

Frente a essas determinações capitalistas, a relação da pobreza e da vulnerabilidade pode ser associada a um quadro amplo que envolve múltiplos condicionantes e não somente necessidades sociais não satisfeitas, voltadas apenas para uma análise econômica. Os condicionantes envolvem uma análise multidimensional e multifacetada, que requer uma compreensão para além da dimensão apenas econômica e material.

Tanto a vulnerabilidade como a pobreza não são inerentes às pessoas ou grupos, mas podem ser compreendidas como condição, ou circunstâncias,

fruto das contradições das sociedades capitalistas. Por isso, podem ser minimizadas ou revertidas.

Portanto, diferenciar os conceitos de pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais, identificá-los e prover serviços adequados se faz necessário para alcançar a efetividade dos serviços socioassistenciais ofertados à população.

Para uma melhor compreensão dos conceitos abordaremos a concepção de pobreza, em seguida vulnerabilidades e riscos.

✓ *Pobreza*

A concepção de pobreza já apresentou diversos significados a depender do momento histórico. Na Idade Média, a pobreza era caracterizada pela falta de determinação e incapacidade para trabalhar ou de escolha divina, ficando o cuidado aos pobres sob a responsabilidade da igreja.

No capitalismo concorrencial as concepções hegemônicas de pobreza eram baseadas na lógica da “cultura da pobreza”, onde a pobreza e as condições de vida dos pobres eram tidas como produto e responsabilidade de limites culturais de cada indivíduo, efetivando-se, assim, a filantropia (MONTAÑO, 2012).

Nesse período do capitalismo concorrencial ocorreu a criminalização da pobreza enfrentada com repressão, houve a separação entre os pobres que viviam a mendicância sendo objetos de ações assistenciais e os trabalhadores que recebiam serviços de saúde e Previdência Social. As expressões da Questão Social não eram reconhecidas, sendo consideradas como produtos do comportamento de cada indivíduo e não como resultado da exploração econômica.

No contexto do capitalismo monopolista, a concepção de pobreza deixou de ser oriunda do indivíduo, destacando-se as políticas sociais. Desse modo, “o tratamento da questão social e o combate à pobreza se determina como um processo de redistribuição. Trata-se de garantir, mediante políticas e serviços sociais, o acesso a bens e serviços por parte da população” (MONTAÑO, 2012, p.276).

Na conjuntura brasileira, a pobreza e a desigualdade têm raízes históricas na escravidão, momento de intensos processos de exclusão social,

principalmente após a abolição onde os escravos ficaram à margem da sociedade, sem políticas para ampará-los e sem poder usufruir de uma verdadeira liberdade.

Souza (2003) em sua obra sobre *a construção da sub cidadania* aponta como os “negros libertos” foram abandonados à própria sorte pelos antigos donos e pela sociedade como um todo, sendo desenhado o destino da marginalidade social e a pobreza econômica. Nesse contexto, restou-lhes apenas as “franjas marginais do sistema”, tornando-se proletário, vagabundo ou criminoso.

Assim, foram se constituindo em um primeiro grupo de excluídos, aos poucos a mão-de-obra escrava foi sendo substituída pelos imigrantes europeus que formaram a primeira classe de trabalhadores pobres em busca das condições mínimas de sobrevivência.

As análises de Souza são importantes para compreendermos a construção de um cenário que vai correspondendo à constituição de uma espécie de “ralé” estrutural naturalizada.

A “ralé” da qual fala o autor que foi se constituindo no Brasil, representa um dos aspectos essenciais do processo de reprodução do padrão de acumulação capitalista periférico, organizado em torno da relação entre o desenvolvimento capitalista e a superexploração do trabalho.

Souza (2009) em sua obra sobre *a ralé brasileira* revela que para a ideologia dominante os mais pobres e oprimidos são assim por sua própria culpa e preguiça, fazendo com que a ralé estrutural brasileira seja uma classe desprezada e não reconhecida.

Para este autor a típica família da “ralé” é muito diferente da família de classe média, em grande medida, apresenta traços marcantes de “desestruturação familiar”.

Assim, aponta ainda o autor, que um primeiro traço evidente dessa desestruturação familiar é caracterizado pelo abuso afetivo, sendo uma das formas mais impactantes e frequentes de abuso encontrados na família da ralé, revela-se no abuso sexual dos pais em relação às filhas e até aos filhos, e dos mais “velhos” em geral, em relação aos mais “novos”.

O autor observou certa “naturalização” desse tipo de comportamento na “ralé” quando se inclui justificativa dos próprios pais para o fato, alegando que não vão criar filhas mulheres para outros homens se “aproveitarem”, embora a regra seja o silêncio conivente desse tipo de comportamento.

A família caracterizada por Souza indica um perfil de pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais, conceitos que devem ser problematizados e aprofundados o seu conhecimento.

Falar sobre a pobreza como expressão da questão social na sociedade brasileira requer contextualizá-la a partir das contradições do capitalismo que contribuiu para a formação de uma “subcidadania” nos países periféricos, isso designa que ela tenha uma abrangência em seu conceito.

Essa abrangência do conceito da pobreza pode ser notada na sociedade contemporânea a partir das diferentes concepções. Na realidade brasileira, sob muitos olhares conservadores, uma das concepções ainda perpassa pela culpabilização ou naturalização, trazendo à tona a discussão da “cultura da pobreza”, ou seja, as condições de vida dos pobres são tidas como produto e responsabilidade de limites culturais de cada indivíduo e não como produto histórico da relação de exploração e acumulação do sistema capitalista.

A Organização Internacional do Trabalho- OIT (2003, p.02) considera que os pobres não são causadores da pobreza, e sim que “a pobreza é resultado de falhas estruturais e de sistemas econômicos e sociais ineficazes. É o fruto de respostas políticas inadequadas, de políticas muito pouco imaginativas e de apoio internacional insuficiente”.

Rocha (2006) em seus estudos sobre a pobreza relata que definir o conceito de pobreza e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica. Contudo, o principal objetivo quando se trata de pobreza é o desenho e a operacionalização de instrumentos de política social, para tanto a obtenção de bons resultados operacionais depende em grande parte do bom senso inicial ao definir o que é pobreza, conceitual e estatisticamente.

Santos (2013, p.18) no mesmo direcionamento que Rocha elucida que “a pobreza existe em toda parte, mas sua definição é relativa a uma determinada sociedade. Estamos lidando com uma noção historicamente determinada”. É

um fenômeno que atinge todos os países, embora em particular atinja de forma mais profunda os países em desenvolvimento, há, na verdade, diferentes tipos de pobreza.

Portanto, para os autores supracitados o ônus da pobreza não se distribui equitativamente entre os países em desenvolvimento nem entre as regiões desses países, compreendendo-se que a definição de pobreza deve situar o homem na sociedade global à qual pertence.

Para Destremau e Salama (1999) nos países em via de desenvolvimento, a pobreza é fruto de vários arranjos que em seu processo histórico enraizou perversas estruturas sociais, econômicas e políticas. O autor prossegue nas suas análises destacando que o nível de vida dos pobres nos países desenvolvidos, mesmo sendo muito baixo, é superior aos dos pobres em países em desenvolvimento; assim, no conjunto das nações, a pobreza se encontra, em sua maioria, nestes países.

Diante destas contextualizações, Salama e Destremau (1999); Paugam (2003); Rocha (2006); Sen (2010) Santos (2013) apontam que o conceito de pobreza não pode ser definido de forma única e universal e que a abordagem tradicional mais conhecida e mais simples de defini-la está fortemente associada à ideia de privação sob um viés unidimensional com enfoque monetário. Destacam ainda que a pobreza é, por natureza, multidimensional e que a abordagem deve ser estendida às necessidades básicas, satisfeitas ou não, e aos aspectos não monetários, resultantes das contradições do sistema capitalista.

Os autores deixam claro que não se pode limitar a pobreza apenas no campo monetário, ainda que a baixa renda seja uma das causas de intensificação da pobreza, o que leva a privação, mas pode haver a articulação do campo monetário às demais dimensões favorecendo uma visão multidimensional.

Acredita-se que a renda apesar de ser crucial e central na sociedade capitalista é insuficiente para caracterizar a pobreza, que além de sua condição econômica, também deve ser compreendida como um processo que envolve dimensões políticas, sociais e um modo de vida como um todo.

Martins (1991) em suas reflexões caracteriza a pobreza como uma categoria política que se traduz pela “carência de direitos, de possibilidades, de esperança” (p.15).

Essa face da pobreza não se traduz pela falta de renda, alimentação e habitação, mas pela falta mesmo de oportunidade, de informação, de possibilidade, e muitas vezes de esperança, em que o sujeito que está à deriva de seus direitos e subalterno as condições que o sistema capitalista lhe impõe, não consegue ter esperança de superação de sua condição, mesmo que tenha potencialidades, falta-lhe oportunidade e possibilidade para se ter a esperança.

Outro debate que vai além da insuficiência de renda está nas análises de Sen⁴ (2010) para quem a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas, ou seja, a pobreza não pode ser vista apenas como baixo nível de renda, mas também como incapacidade para aquisição de um padrão de bem-estar. Todavia, o mesmo ainda explicita que a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa.

Contudo, o baixo nível de renda e a incapacidade para aquisição de um padrão de bem-estar estão vinculados, pois em um primeiro pensamento, a renda seria um meio importantíssimo de obter capacidades, que a partir desta, a tendência seria o aumento do potencial para auferir renda.

Para Sen (2010) essa noção também pode ser invertida, podem-se aumentar as capacidades para que uma pessoa possa ter oportunidade de auferir mais renda, e não aumentar a renda para que a pessoa possa ter mais capacidades. Sob essa lógica, aponta que além das transferências de renda, as políticas públicas deveriam priorizar a melhoria dos serviços públicos.

Nessa relação de pobreza de renda e de capacidades, Sen sinaliza que a redução da pobreza de renda não pode ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza, essa perspectiva limitada não deve justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc.

⁴ Amartya Sen é economista indiano, estudioso do desenvolvimento humano e do bem-estar social, foi laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1998 por seus estudos sobre a fome e pobreza. Foi um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano em 1993 (SUPLICY, 2006).

A capacidade é para Sen (2010, p.105) “um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos⁵ (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilo de vida diverso)”. Ainda acrescenta que o enfoque avaliatório dessa abordagem de capacidades “pode ser sobre os funcionamentos *realizados* (o que uma pessoa realmente faz) ou sobre o *conjunto capacitatório* de alternativas que ela tem (suas oportunidades reais)” (idem).

Nesta perspectiva, segue o entendimento de que a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, já o conjunto capacitatório representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher.

Na conjuntura brasileira os mais pobres que geralmente estão desempregados precisam se qualificar para se inserirem no setor produtivo, porém, como assinala Martins, sem “possibilidades” tornam-se difíceis muitas realizações.

Para Salama e Destremau (1999) a pobreza se concentra principalmente nos desempregados, nos assalariados sem emprego estável e nos inativos, que se intensificam principalmente nos períodos de crise.

A pobreza e a fome de um modo geral implicam perdas irreparáveis em várias dimensões da existência humana e marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa situação. A pobreza possui muitos rostos, principalmente em tempos de crise que abala de forma profunda e estrutural a centralidade do trabalho.

Tendo em vista as variadas definições de pobreza adotadas no mundo contemporâneo, partimos do entendimento de que a pobreza é condição estrutural à sociedade capitalista, fruto da destituição e privação produzida e reproduzida por relações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, dimensões que vão além da renda ou da falta de qualificação, de oportunidades e da falta de capacidades que os indivíduos possam apresentar

⁵ O conceito de “funcionamentos”, que tem raízes Aristotélicas, reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio (SEN, 2010, p.104-105).

ao longo de sua trajetória de vida. Ela se situa em uma relação em que o capitalista desconhece o trabalhador como portador de direitos e o tem apenas, como produto de exploração.

No cenário brasileiro a pobreza vem sofrendo oscilação a cada ano, segundo Rocha (2006, p.176) ao que concerne à renda, o Brasil apresenta quatro distintos indicadores de pobreza no período de 1970 a 1999:

Entre 1970 e 1980, verifica-se uma redução significativa da incidência de pobreza como efeito direto das altas taxas de crescimento de renda. Ao longo dos anos 1980 até 1993, a incidência de pobreza (do ponto de vista da renda) oscilou ano a ano, acompanhando as flutuações macroeconômicas de curto prazo. O resultado, ao final desse período, antes do plano de estabilização de 1994, foi uma pequena variação em relação aos níveis de pobreza verificados em 1980. A redução drástica da inflação em 1994 permitiu, como subproduto, uma sensível redução da incidência de pobreza, a qual se estabilizou num novo patamar entre 1995 e 1999.

A autora ainda informa que nos anos 2000, principalmente a partir de 2003 com o fim da recessão, a economia brasileira apresentou crescimento, desse modo, o aumento do salário mínimo e as transferências de renda dos programas sociais foram fatores cruciais para a melhoria dos indicadores de pobreza no país.

Apesar do Brasil ter diminuído de forma significativa a pobreza extrema conforme dados do IBGE, ainda encontra importantes desafios principalmente em garantir a capacidade operacional de priorizar, implementar e monitorar políticas de enfrentamento à pobreza e que garantam de fato o acesso aos direitos de cidadania com qualidade.

Em relação à pobreza na Amazônia, Henriques (2000) analisa que a Amazônia brasileira reproduz duas características da desigualdade e da pobreza no Brasil. A primeira é que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres, cuja origem da pobreza não reside na escassez de recursos. A segunda característica diz respeito a concentração de renda.

Em 2009, cinco municípios do estado do Amazonas concentravam cerca de 87% do Produto Interno Bruto (PIB), a saber: Manaus, Coari, Itacoatiara, Parintins e Manacapuru. Todavia, a concentração de riquezas entre os municípios do Amazonas é verificada em torno da capital (IBGE, 2011).

Essa concentração de renda faz com que os municípios do estado, principalmente os de pequeno porte sofram com pouco desenvolvimento e como consequência, muitas famílias convivem com processos de extrema pobreza, contribuindo para um péssimo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

De acordo com dados do Instituto do Homem e Meio Ambiente Amazônico- IMAZON (2013) ocorre baixíssima qualidade de vida nos estados amazônicos. Na região que mais tem recursos hídricos no mundo, o acesso à água potável e o saneamento básico são serviços precários. Em 2009, 34% da população não tinham água encanada. A metade não possuía coleta de esgoto adequada, e 81% dos municípios amazônicos não possuíam nenhuma rede de coleta de esgoto.

O IMAZON também constatou que embora tenham sido registrados progressos na maioria dos indicadores sociais analisados de 1990 a 2009 na Amazônia, a melhora é tímida e está muito abaixo da média nacional. Pois, ainda há taxas de violência, doenças gravíssimas e precariedade em serviços básicos.

O instituto concluiu que a pobreza extrema diminuiu, com a inserção de 1,9 milhões de famílias no Programa Bolsa Família, e houve o aumento na taxa de frequência escolar. Mas, o que ainda se pode constatar é que a riqueza gerada na região não está sendo revestida em capital social.

A pobreza na Amazônia se situa em meio a abundância, não é uma pobreza de recursos naturais, nem graves problemas de falta de alimentos, mas principalmente de pouco ou nulo acesso às políticas públicas, de oportunidades, de possibilidades, de informações, de direitos inerentes à sobrevivência humana, de reconhecimento e respeito às etnias amazônicas e seus diferentes paradigmas socioculturais.

O empobrecimento da população na região é decorrente também da extração predominante das riquezas naturais que tem refletido diretamente na reprodução da pobreza econômica, exclusão social e degradação ambiental, onde tem sido cenário não só do meio rural, mas também nas cidades. A extração e exploração insustentável dos recursos naturais tem priorizado o

lucro imediato, sem considerar culturas locais e dinâmicas naturais que regem os ecossistemas.

Após essas contextualizações sobre as diferentes visões da pobreza e de situá-la em meio amazônico, cumpre sinalizarmos a visão dos sujeitos da pesquisa do bairro Santa Rita e da comunidade Mato Grosso no município de Parintins-Am (*lôcus* da pesquisa) sobre a pobreza.

Assim, quando questionados, os sujeitos da pesquisa apresentaram a seguinte compreensão sobre a pobreza:

Quadro 01: Percepção sobre pobreza das famílias do bairro e da comunidade.

BAIRRO SANTA RITA	
Categorização	Trechos dos discursos
Pobreza como resultado do comodismo	“Ser pobre é a pessoa que não quer trabalhar, fica acomodada, nós seres humanos temos capacidades para fazer muitas coisas e vive na pobreza quem não quer fazer nada” (Sujeito da Pesquisa A).
Visão multidimensional	“...Falta de emprego, falta de dinheiro, falta de saúde, falta de escola, falta de assistência, falta até esperança de continuar a lutar...tudo isso é pobreza” (Sujeito da Pesquisa B).
Vontade de Deus	“Pobreza é como eu vivo, mas eu aceito porque Deus me deixou assim, eu tenho só uma geladeira velha, um fogão e um lugarzinho pra dormir” (Sujeito da Pesquisa C).
Problema político	“A gente vive na pobreza porque temos uma política brasileira corrupta que não dá pra gente o que é da gente ao contrário, eles tiram os nossos direitos. Se a saúde, a educação, a previdência, a política de habitação funcionasse o povo não precisava de tá recebendo bolsa, o que mais se ouve nas notícias são os roubos na política, as fraudes no bolsa família que prejudica principalmente os pobres, isso é revoltante. Olha o que aconteceu nessas eleições várias notícias de roubo no Bolsa Família, revoltante (...)” (Sujeito da Pesquisa D).
Pobreza monetária	“A miséria é não ter nem se quer alimento, mas a pobreza é não ter bens materiais” (Sujeito da Pesquisa E).
COMUNIDADE MATO GROSSO	
Categorização	Trechos dos discursos
Não ter nada	“É quando a gente não tem nada, não tem de onde tirar, nem com quem contar, a gente que recebe pelo menos um tantinho do bolsa família não pode ser considerado tão pobrezinho igual àquele que não tem nada” (Sujeito da Pesquisa A).
Falta de políticas públicas e de conhecimento de direitos	“Uma situação difícil, famílias com doenças devido à falta de alimentação e hospital pra atender, famílias que não conseguem colocar seus filhos pra estudar e que ficam sem conhecimentos, nem se quer conhecem os direitos que existem” (Sujeito da Pesquisa B).
Monetária	“Não é porque tu é pobre que tu vai viver na miséria, falta dinheiro, mas tem que inventar, ir pescar, caçar, fazer algumas coisa pra sobreviver” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

Verifica-se no quadro 01, que as percepções são diversificadas e apontam desde resignação e inconformismo, elucidando o confronto entre a aceitação e a negação das condições de vida, resultante de um processo injusto e desigual frente à riqueza socialmente produzida.

O relato do Sujeito da Pesquisa “A” do bairro Santa Rita expressa a concepção de cultura da pobreza, situada por Montaño (2012) como a lógica burguesa onde a pobreza e as condições de vida dos pobres são tidas como produto e responsabilidade de limites culturais de cada indivíduo.

Quando o sujeito da pesquisa afirma que “é pobre quem não quer trabalhar” responsabiliza o indivíduo pela condição vivida, deixando de enxergar a pobreza como fruto de uma sociedade desigual capitalista.

Verificou-se nas famílias que elas têm vontade de trabalhar, mas não encontram oportunidades. O trabalho para essas famílias representa apenas o direito à sobrevivência, um caminho para melhorar a sua condição de vida, uma perspectiva de ter o que comer, o que vestir, uma renda, ou seja, ter uma tranquilidade no dia seguinte.

A visão de que a pobreza é uma condição dada por Deus, ou seja, uma escolha divina, também fez parte do relato do Sujeito da Pesquisa “C” do bairro no quadro 01, indicando o conformismo com a sua condição de pobreza e que só Deus poderá tirá-la dessa situação.

Dentre as entrevistadas, também houve a ocorrência da visão monetária da pobreza, a qual é analisada por Salama e Destremau (1999) como a abordagem tradicional mais conhecida e mais simples de definir a pobreza, ou seja, através da renda, com a ideia de privação, situações de carência, em um viés unidimensional.

Em uma lógica mais abrangente algumas famílias relataram que sentiam a pobreza não apenas como a carência de renda ou de recursos materiais, mas sinalizaram a carência de direitos e políticas públicas, conforme relato dos sujeitos da pesquisa “B” e “D” do bairro Santa Rita e “B” da comunidade Mato Grosso.

Os relatos destes sujeitos da pesquisa, como se pode visualizar no quadro 01, apontaram uma visão mais ampliada da pobreza expressando também inconformismo e indignação conforme o relato em destaque:

A gente vive na pobreza porque temos uma política brasileira corrupta que não dá o que é da gente, ao contrário eles tiram os nossos direitos e não dão oportunidade, se a saúde, a educação, a previdência, a habitação, funcionassem o povo não precisava de tá recebendo bolsa. O que mais se ouve nas notícias são os roubos na política, as fraudes no bolsa família que prejudica principalmente os pobres, isso é revoltante. Olha o que aconteceu nessas eleições várias notícias de roubo no Bolsa Família, revoltante (...) (Sujeito da Pesquisa D, Bairro Santa Rita de Cássia, Pesquisa de Campo 2016/2017).

Observa-se nesta fala, uma consciência política em relação à pobreza, o que nos leva a refletir que para uma compreensão mais abrangente da pobreza, ela também precisa ser analisada na sua relação com outras dimensões, onde possa envolver a exclusão, a vulnerabilidade, as desigualdades e a carência de direitos, as quais poderão ser amenizadas com a inclusão que é um processo que vai além da renda, por envolver a questão do acesso aos direitos e aos bens e serviços sociais públicos.

As falas das famílias que apontam um conformismo em relação à situação de pobreza, leva ao entendimento de que muitos indivíduos tendem a se tornar subalternos diante da carência de direitos, da falta de oportunidades e possibilidades, perdendo assim, a esperança de reverter a sua situação. São falas que sinalizam uma vida marcada pela precariedade e escassez.

O último Censo do IBGE (2010) sinaliza que no município de Parintins havia 23.655 (vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e cinco) pessoas que se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 23,2% da população municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 16.310 (69,0%) viviam no meio rural e 7.345 (31,0%) no meio urbano.

Esses dados quantitativos do IBGE, indicam a pobreza apenas no viés monetário, ou seja, sobre a renda como critério de pobreza que define a linha de indigência e a linha de pobreza. Sobre essa questão, Rocha esclarece o seguinte:

Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado de **linha de indigência**, ou de **pobreza extrema**, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se

da chamada **linha de pobreza**. Esses parâmetros são utilizados como crivo para distinguir, na população total, dois subgrupos, de acordo com a sua renda; respectivamente, indigentes e não-indigentes, no caso de linha de indigência, e pobres e não-pobres, quando se utiliza a linha de pobreza. Assim, **pobres** são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. **Indigentes**, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas as necessidades nutricionais (**grifo nosso**, 2006, p.12).

A autora supracitada define a pobreza extrema como “a parcela dos pobres com renda insuficiente até mesmo para atender às necessidades alimentares básicas” (2004, p.30).

O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de um dólar dos Estados Unidos por dia (em prioridade do poder de compra). Para o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, a extrema pobreza é caracterizada pela renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$85,00 (oitenta e cinco) reais, valor referente ao ano de 2017.

O fato é que a própria necessidade e fragilidade só podem aflorar à consciência quando existe a possibilidade efetiva e real de mudar a própria vida. Caso contrário, sem uma percepção realista da própria situação, não existe ação política racional e a possibilidade de mudança de vida não ocorre apenas através da renda, mas de um conjunto de realizações das necessidades humanas inerentes ao alcance da cidadania.

Considera-se que a pobreza pode ser agravada se a provisão dos serviços públicos for precária ou nula impossibilitando a população, principalmente aos mais pobres ao acesso à rede de proteção social, aos serviços sociais e de infraestrutura. Sem acesso a rede de serviços públicos a tendência é que essa população pobre recaia em uma situação de vulnerabilidade e fique exposta aos riscos sociais (YAZBEK, 2008).

Ao considerar que a pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada por muitas famílias, pode-se afirmar que se a vulnerabilidade não for compreendida e enfrentada, tenderá a gerar ciclos intergeracionais chegando a tornar-se uma situação de risco.

✓ *Vulnerabilidade Social*

Assim como a pobreza, a vulnerabilidade vai além da insuficiência de renda, envolve dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais, organizacionais, institucionais e que resulta de uma série de fatores⁶ e características de fragilidade da população que vive em um determinado território.

A vulnerabilidade não é só financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar esse conjunto de bens e serviços, de modo a exercer a sua cidadania (MDS, Guia de estudos, contextualizações sobre BMS e SUAS, 20014).

A PNAS (2004) discorre que as transformações econômicas e sociais ocorridas na sociedade contemporânea, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares e comunitários, tornando as famílias mais vulneráveis.

As transformações econômicas e sociais, em curso alimentadas pelo impacto da mundialização do capital, estão cada vez mais fortes e difusas, a precarização do trabalho e o desemprego podem ser sentidos por todo o mundo, sendo que nos países em desenvolvimento ocorrem mais facilmente, principalmente quando se analisa a exclusão dos direitos legais de grande parte dos trabalhadores.

Diante destas transformações societária, o tema da vulnerabilidade social ganha destaque, conforme Monteiro (2011, p. 31):

O tema da vulnerabilidade social não é novo, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada por cientistas sociais de diferentes disciplinas há bastante tempo. O tema caracteriza-se por um complexo campo conceitual, constituído por diferentes concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, entre tantos outros. Ainda que essa temática venha sendo trabalhada ao longo dos anos, cabe salientar que ela consiste em um conceito em construção, tendo em vista sua magnitude e complexidade.

⁶ A conjugação de fatores que favorece a sua análise pode ser compreendida como: características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos, insuficiência de renda, deficiência da oferta de serviços públicos ou falta de acesso aos bens e serviços públicos que podem colocar indivíduos ou grupos em situação de risco.

Monteiro ainda afirma que a partir dos anos de 1990, com a intensificação do ideário neoliberal no cenário brasileiro, o termo vulnerabilidade passou a ser utilizado com mais frequência, principalmente pelos Organismos Internacionais, ampliando e intensificando o debate em torno desta expressão da Questão Social.

Em busca de um sentido etimológico, o termo “vulnerável deriva do latim *vulnerabilis*, que significa provocar danos, a vulnerabilidade tem, portanto, uma conotação negativa, relacionando-se com a ideia de perdas” (CRUZ; HILLESHEIM, 2016, p.300).

O PNUD (2014, p.31) esclarece que,

A vulnerabilidade, enquanto conceito pode parecer excessivamente árida e abstrata. Afinal, a maioria das pessoas e das sociedades em diferentes níveis de desenvolvimento é vulnerável em muitos aspectos a eventos e circunstâncias adversas, alguns dos quais não podem ser antecipados ou evitados. Hoje em dia, algumas fragilidades econômicas minam o contrato social, mesmo em sociedades industrializadas avançadas, e nenhum país ou comunidade está imune aos efeitos a longo prazo das alterações climáticas. Todavia, a vulnerabilidade enquanto conceito pode tornar-se menos abstrata quando a análise recai sobre quem é vulnerável, a que é vulnerável e porquê.

Desse modo, o relatório do PNUD (2014) evidencia a importância de saber quem são os vulneráveis, a que estão vulneráveis e por que estão vulneráveis, conforme indica o quadro a seguir:

QUADRO 02: Quem é vulnerável, a quê e por quê?

VULNERABILIDADE		
QUEM?	A QUÊ?	POR QUE?
Os pobres, os trabalhadores Informais e os socialmente excluídos.	Choques econômicos, choques a nível da saúde.	Capacidades Limitadas.
Mulheres, portadores de deficiência, migrantes, crianças, idosos, jovens.	Catástrofes naturais, alterações climáticas, perigos industriais.	Localização, posição na sociedade, períodos sensíveis no ciclo de vida.
Comunidades inteiras, Regiões.	Conflitos, agitação civil.	Frac coesão social, instituições sem capacidade de resposta, fraca governação.

FONTE: PNUD, 2014.

Estas informações indicam que há vários tipos de vulnerabilidades nos diferentes ciclos de vida e situações, que podem atingir qualquer pessoa na sociedade independente da renda, mas a concomitância das diferentes vulnerabilidades pode reforçar os fenômenos de privação persistente. As pessoas em condição de pobreza e privação extrema integram o núcleo dos mais vulneráveis.

Yazbek (2001) argumenta que os vulneráveis são as pessoas ou grupos que, por condições sociais, de classe, cultura, étnica, política, econômica, educacional e de saúde, distinguem-se por suas condições precárias de vida.

A PNAS (2004) expressa que seu público é formado por “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos” (p.34), destinando a proteção social básica à população que vive em situação de vulnerabilidade social. Portanto, a categoria “vulnerabilidade” está presente em todo o texto dessa política, orientando as ações socioassistenciais.

Contudo, a Política Nacional de Assistência Social não traz de forma explícita o conceito de vulnerabilidade social, mas aponta que as situações de vulnerabilidades podem decorrer da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, calamidade, fragilização dos vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminação etária, étnicas, de gênero, dentre outros (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012).

Já as Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012) indicam que não há um significado único para o termo vulnerabilidade, pois é um conceito complexo e todos os autores que se dedicam ao tema, o reconhecem como multifacetado. Portanto, com o intuito de subsidiar a reflexão sobre a vulnerabilidade adotado pela PNAS/2004, este documento adota como referência as considerações de autores como Kaztman (2010), DIEESE/Unicamp (2007), Marandola jr e Hogan (2006).

Kaztman (2010) entende por vulnerabilidade social as limitações de uma pessoa ou de um lugar para aproveitar as oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos socioeconômicos, para melhorar a sua situação de bem-estar.

O autor parte do entendimento de que as vulnerabilidades resultam da relação entre duas variáveis: *estrutura de oportunidades* e *capacidades dos*

territórios. A estrutura de oportunidades envolve a relação *mercado* (emprego, estrutura ocupacional); *sociedade* (capital social); *Estado* (políticas públicas e sociais, estrutura de representações de demandas e interesses). Em relação as capacidades dos territórios, referem-se as possibilidades de acesso aos bens e serviços sociais que incidem principalmente no acesso aos direitos sociais dos cidadãos.

Se há uma precariedade dessa relação ou uma nula relação entre essas duas variáveis elaboradas pelo autor, a tendência é ocorrer situações de diferentes níveis de vulnerabilidades.

Pois, se os territórios não têm capacidades de ofertar bens e serviços, as oportunidades serão limitadas, e os atores sociais dependem de um contexto histórico, econômico e social formado de oportunidades, bem como da proteção da estrutura estatal para que consigam gerenciar seus ativos e usufruir deles para responder suas situações de vulnerabilidades.

No Convênio MTE-DIEESE/Unicamp (2007) o conceito de vulnerabilidade social relaciona-se ao mundo do trabalho, tendo em vista as transformações estruturais do setor produtivo que caracterizam situações de precarização do mercado do trabalho, das relações de trabalho e a falta de proteção social. Passa-se a existir, então, uma “zona de vulnerabilidade, formada seja por setores pobres, que buscam alternativas para estarem incluídos ou por setores médios empobrecidos que tem perdido canais de inclusão” (p.13).

Esse documento também se baseia nas formulações de Katzman para quem “as situações de vulnerabilidade social devem ser analisadas a partir da existência ou não, por parte dos indivíduos ou das famílias, de ativos disponíveis e capazes de enfrentar determinadas situações de risco” (DIEESE, 2007, p.14).

Estes ativos apresentam-se na concepção de Katzman da seguinte forma: *Físicos*, que envolveria todos os meios essenciais para o bem-estar. *Humanos*, trabalho como ativo principal, investimentos em saúde e educação, que implicam em maior ou menor capacidade física para o trabalho, qualificação, etc. *Sociais*, redes de reciprocidade, confiança, acesso à informação, etc. Devendo, assim, a condição de vulnerabilidade considerar a situação das pessoas a partir da inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a

debilidade de suas relações sociais e o grau de regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos e de proteção social.

Castel (1998) ao interpretar a vulnerabilidade sob a perspectiva da precarização do trabalho, afirma que ao ocorrer a perda de hegemonia do contrato formal de trabalho, o trabalhador é encaminhado a uma situação de vulnerabilidade social que alimenta o desemprego e a desfiliação.

Outra visão a destacar sobre a vulnerabilidade social é a de Marandola Jr e Hogan (2006), que ao discutir sobre as dimensões da vulnerabilidade analisam que esta é um fenômeno expressivo da modernidade tardia e, que o diálogo interdisciplinar é o caminho para a reflexão sobre as suas dimensões, desse modo, apontam “o reconhecimento de que a vulnerabilidade envolve uma gama de fenômenos de natureza multidimensional e multifacetada” (p.35) que torna imperativo um diálogo mais abrangente diante do tema.

A vulnerabilidade é evocada na tradição de estudos sobre a pobreza enquanto um novo conceito forte, na esteira dos utilizados em outros tempos como exclusão/inclusão, marginalidade, apartheid, periferização, segregação, dependência, entre outros. Muitos autores têm falado do cerceamento dos bens da cidadania, seja por diminuição de renda ou por outros processos relacionados, resultando na vulnerabilização da própria cidadania e, conseqüentemente, das pessoas (IDEM, p.35).

Para os autores supracitados, a vulnerabilidade é extremamente dinâmica e pode apresentar sazonalidades até em pequena escala temporal, pois a avaliação da vulnerabilidade passa pela compreensão do perigo envolvido, do contexto geográfico e da produção social (relações sociais, culturais, econômicas e a situação das instituições) que revelarão a capacidade de resposta que a sociedade ou o local possui para enfrentar o perigo.

Portanto, os referidos autores reconhecem a vulnerabilidade como uma condição relacionada ao mercado de trabalho, a fragilização de suas relações sociais, a regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social.

Seguindo essa lógica, Yazbek (2001) também compreende que a vulnerabilidade social está associada à ideia de risco frente ao desemprego, à precariedade do trabalho, à pobreza e à falta de proteção social.

O desemprego, a desigualdade e os processos de exclusão, inerentes ao desenvolvimento capitalista, fragilizam as condições de proteção social e fazem surgir novas vulnerabilidades, que atingem principalmente a classe trabalhadora que vivencia o trabalho precário.

O discurso de Kowarick (2009) aponta que a partir da década de 1990 “inicia-se uma situação de vulnerabilidade advinda do desemprego e da precarização do trabalho, do rebaixamento de *status* e da perda de raízes ligadas à sociabilidade primária” (p.51).

O autor assinala o descompasso no cenário brasileiro entre a consolidação democrática e a vulnerabilidade, em relação aos direitos básicos, sociais e civis, que ele chama de “cidadania truncada”, um bloqueio da universalização dos direitos sociais e civis, à falta de proteção social. Como resultado há milhares de vidas que se estruturam nos limites da pobreza, entre as circunstâncias do desemprego, do trabalho precário e da ausência de garantias sociais.

Em relação à vulnerabilidade aos direitos básicos, Kowarick discorre que “os sistemas públicos de proteção social não só sempre foram restritos e precários como também, em anos recentes, houve desmonte de serviços e novas regulamentações legais que se traduziram da perda de direitos adquiridos” (2009, p.68).

Essa fragilização de cidadania tem sido acompanhada pela *desresponsabilização* do Estado em relação aos direitos de cidadania, havendo um verdadeiro desmonte destes direitos frente ao ditame neoliberal. Esse cenário está bem presente em tempos atuais com as contrarreformas do governo.

Hayek (2010) em sua obra sobre o caminho da servidão, trata de uma forte reação teórica contra o sistema socialista e ataca o Estado de Bem-Estar Social. A partir de seu conjunto de ideias políticas e econômicas, o chamado neoliberalismo vai se desenvolvendo e ganhando força a concepção de um estado mínimo e diminuição ou eliminação de políticas públicas sociais.

A partir da década de 1970, após a crise do petróleo, o mundo se viu diante de uma profunda crise e do avanço das ideias do neoliberalismo. As concepções de Hayek foram concebidas pelos governos de Ronald Reagan,

nos Estados Unidos e Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha. Mais tarde suas concepções ganharam o mundo.

Conforme Salama (1999), as consequências mais graves das políticas de ajustes financeiros neoliberais são a ampliação das desigualdades sociais e a quebra do aparato industrial. Esse processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, em que o neoliberalismo é sua expressão política e ideológica, pode ser compreendido como um processo de exclusão social, pois em todos os países em que as receitas neoliberais foram postas em prática, constatou-se uma exacerbação da desigualdade social.

Assim, como produto das desigualdades geradas por essa ideologia, vivencia-se cada vez mais uma sociedade com grande retrocesso social, principalmente com a incorporação de grupos sociais na condição de extrema pobreza.

Tal retrocesso social é notado na política social neoliberal que se volta para o corte dos gastos sociais, o que indica redução dos serviços sociais, contribuindo para deteriorar as condições de vida da população, além de gerar privatização e a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza.

A esse respeito Borón (2008, p.103) explicita que:

Para o dogma neoliberal, a geração de pobreza é sinal de que se está caminhando no rumo correto. A pobreza e o sofrimento das massas têm um significado promissor: na realidade significa que “as forças do mercado” estão se movendo sem interferências e a reestruturação econômica procede tal qual se esperava, uma vez que o Estado se colocou de lado e o “instinto capitalista” se pôs em marcha, livre das regulações “artificiais”.

O neoliberalismo ataca os direitos sociais dos cidadãos, promove um estado fraco para os pobres e forte para as privatizações e para a lógica do mercado. Intensificam-se o desemprego, a precarização, a exploração e outras formas de desrespeito ao ser humano o qual se torna cada vez mais vulnerável.

Diante desse debate sobre a vulnerabilidade é importante levar em consideração que esta não é sinônimo de pobreza, nem de risco. A pobreza é uma condição que pode alimentar a vulnerabilidade que, por sua vez, expõe a

um quadro de risco e de insegurança, sendo necessário também esclarecer o que se quer dizer com “riscos”. Pois, a vulnerabilidade social de uma família ou indivíduo está relacionado à sua exposição aos riscos e a sua capacidade de enfrentá-los.

✓ *Riscos Sociais*

O risco é entendido na NOB/SUAS (2012) como a probabilidade ou iminência de um evento acontecer no percurso de vida de um indivíduo ou grupo, podendo atingir qualquer cidadão. Ou seja, risco não é sinônimo de perigo, mas pressupõe o perigo, pressupõe uma ameaça aos resultados esperados.

Na PNAS constitui situações de risco a iminência ou ocorrência dos seguintes eventos: violação de direitos como trabalho infantil, violência sexual, maus tratos, negligência, fragilização ou rompimento dos vínculos familiares, desemprego, (in) segurança pública, violência urbana, dentre outros.

A NOB (2012) também elenca as situações de risco como a ocorrência dos seguintes eventos que devem ser prevenidos ou enfrentados: *situações de violência intrafamiliar*; negligência; maus tratos; violência, abuso ou exploração sexual; trabalho infantil; discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade; *situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, tais como*: vivência em situação de rua; afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas; atos infracionais de adolescentes com consequente aplicação de medidas socioeducativas; privação do convívio familiar ou comunitário de idosos, crianças ou pessoas com deficiência em instituições de acolhimento; qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes (crianças, idosos, pessoas com deficiência), ainda que residindo com a própria família.

De acordo com essas sinalizações, estar em risco constitui-se em estar em perigo potencial, em constante ameaça, vivenciando violação de direitos ou na ameaça de vivenciá-las, necessitando de proteção social.

Para tanto, a proteção social especial é a modalidade de atendimento da Política de Assistência Social destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco social e pessoal com seus direitos violados e, ou ameaçados, ou a probabilidade de ocorrência de risco.

Por riscos entende-se uma variedade de situações que englobam os riscos naturais (como terremotos e demais cataclismos), os riscos de saúde (doenças, acidentes, epidemias, deficiências), os riscos ligados ao ciclo de vida (nascimento, maternidade, velhice, morte, ruptura familiar), os riscos sociais (crime, violência doméstica, terrorismo, gangues, exclusão social), os riscos econômicos (choques de mercado, riscos financeiros), os riscos ambientais (poluição, desmatamento, desastre nuclear), os riscos políticos (discriminação, golpes de estado, revoltas), tal como sistematizados pela unidade de proteção social do Banco Mundial. Os indivíduos e as famílias posicionam-se diferentemente quanto à capacidade de resposta aos riscos e às mudanças do entorno (HOLZMAN; JORGENSEN, *apud* BRONZO, 2009, p.173).

Conforme a definição de risco compartilhada por Bronzo, tais situações requerem respostas que podem ser basicamente de dois tipos, conforme as estratégias sejam desenvolvidas antes ou depois da ocorrência do evento, a saber:

No primeiro caso, as ações podem se dar na perspectiva da prevenção ou da redução ou mitigação do risco. Na **prevenção**, a finalidade das estratégias é reduzir a probabilidade de produção de riscos adversos, as quais ocorrem, portanto, antes que se produzam os riscos. Tais estratégias envolvem políticas macroeconômicas, de regulação, de meio ambiente, de educação, de prevenção de epidemias, entre outras. Na perspectiva preventiva da proteção social, as medidas envolvem a redução dos riscos de desemprego de subemprego e de baixos salários, por exemplo. Na **mitigação**, as intervenções voltam-se para a redução dos efeitos de riscos futuros e, portanto, tais estratégias situam-se antes da produção dos riscos, à medida que buscam reduzir a repercussão ou os efeitos dos eventos de riscos, caso ocorram. Trata-se de medidas *ex ante*, que buscam reduzir o impacto do risco, caso este se materialize (BRONZO, p.173, 2009).

É importante compreender que os riscos podem ser prevenidos com estratégias dos indivíduos ou famílias que sofrem a ameaça de risco, para tanto deve-se conhecer os recursos e a capacidade que o território tem para responder, ou a partir da intervenção das políticas públicas desde a iminência do risco.

A proteção básica da assistência social trabalha nessa perspectiva de prevenção dos riscos e vulnerabilidade social, assim como tem a missão de contribuir com o aumento de capacidades, autonomia e *empoderamento* (*empowerment*)⁷ de seus usuários.

As vulnerabilidades e riscos aparecem como complementares na Política de Assistência Social, quando é colocado que cumpre a mesma conhecer os processos de vulnerabilidades aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil.

É interessante o teor que é dado à vulnerabilidade e riscos na política como uma “condição” que pode ser temporária, diferente, se colocada como “estado”, por isso a proteção social pode desenvolver ações voltadas para prevenção e superação/redução das mesmas.

O trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família coloca que as situações de vulnerabilidades sociais podem ser agravadas e transformadas em situações de risco e/ou violação de direitos.

Tanto o conceito de vulnerabilidade social quanto o de risco pessoal e social, por violação de direitos, devem ser compreendidos em um contexto sócio histórico, econômico, político e cultural, composto por diversidades que têm marcado a sociedade brasileira. É nesse contexto multidimensional que diversos fatores interagem, provocando situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, que incidem sobre a vida de indivíduos, famílias e comunidades (BRASIL, Trabalho Social com Famílias do PAIF, p.28 2012).

Couto (2012), parte da contextualização de que a vulnerabilidade e riscos sociais devem ser analisados como fruto das contradições do sistema capitalista que conforme acumula riqueza, também produz e reproduz desigualdades, vulnerabilidades e riscos sociais.

Essas vulnerabilidades e riscos devem ser enfrentadas como produto das desigualdades, e, portanto, requerem uma intervenção para além do campo das políticas sociais. Não se resolve desigualdade com desenvolvimento de potencialidades individuais e familiares. Não se trata de “equipar” os sujeitos, nem de descobrir suas

⁷ *empowerment* envolve poder, implica alteração das relações de poder em favor daqueles que contavam com pouco poder para manejar sua vida, no sentido de ter maior controle sobre elas (SEN, 1997, p.02)

“potencialidades” como trabalham alguns autores. Trata-se de reconhecer essa desigualdade, de identificar que há um campo de atuação importante que atende a necessidades sociais da população e que as lutas com os direitos da cidadania rompem com a lógica de responsabilizar os sujeitos pelas vicissitudes e mazelas que o capitalismo produz (IDEM, p.72).

A desigualdade compreendida em suas várias dimensões, seja econômica, social, de acesso aos direitos é inerente ao sistema capitalista e desde os seus primórdios vem moldando a sociedade, inclusive no caso do Brasil.

As diversas expressões da Questão Social exigem cada vez mais a superação de ações pontuais e fragmentadas, bem como exige o funcionamento das políticas de proteção social de forma intersetorial, com padrões de atenção que possibilitem ofertas de serviços ancoradas em necessidades e demandas com estratégias de inclusão de forma geral, principalmente as condições de acesso às políticas públicas em geral.

Após esses esclarecimentos sobre a pobreza, vulnerabilidade e riscos sociais, abordaremos a seguir o perfil das famílias vulneráveis do município de Parintins-Am. São famílias que necessitam de um sistema de proteção social capaz de tirá-las de situações vulneráveis e seja capaz de impedir que grupos e indivíduos passem a integrar essas situações.

1.2 Perfil das famílias vulneráveis do município de Parintins-Am

A família é uma instituição historicamente permanente onde se pode encontrar em todos os grupos sociais, portanto, partimos da concepção de Szymanski (2002) que denomina a família como uma associação de pessoas que assumem um compromisso de cuidado mútuo, levando em consideração fortes laços de afetividade por rede de parentesco ou não.

O compromisso de cuidado mútuo pode ser visualizado mais facilmente nas famílias extensas, onde a “solidariedade é marcada pela panela, pelo fato de um grupo sobreviver em torno do mesmo fogão de cozinha” (DOWBOR, 2008, p.293).

Nas famílias pobres numerosas a reprodução de gerações se constrói através desses laços de solidariedade. A pesquisa apontou que em algumas famílias intergeracionais, esses laços são bem evidentes, o cuidado mútuo gira em torno de todos os membros.

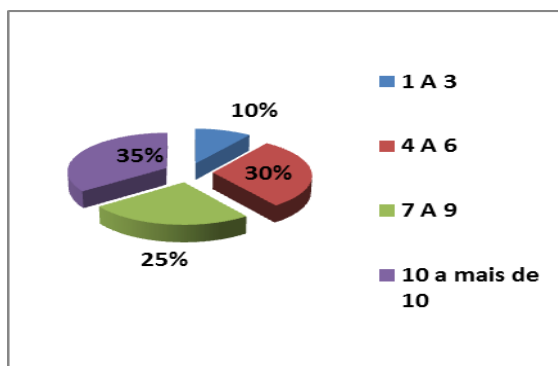
As políticas de proteção voltadas para as famílias na Amazônia constituíram-se ao longo da história em construções teóricas, distantes da realidade regional, tão pouco se aproximando da diversidade de características locais. A Amazônia deve ser pensada a partir de sua construção histórica.

A seguir acompanharemos o perfil das famílias, sujeito da pesquisa, para uma melhor compreensão elencamos os seguintes itens: quantidade de membros na família, dependência dos membros da família, qualificação e escolaridade, despesa familiar, rendimento mensal, situação da habitação.

✓ *Quantidade de membros na família:*

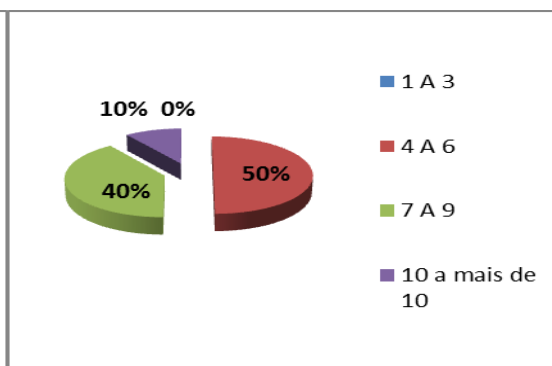
Na pesquisa realizada no município de Parintins, constatou-se famílias extensas em sua grande maioria com três gerações, apenas uma residência com quatro gerações. O gráfico a seguir aponta a quantidade de pessoas na família no bairro Santa Rita de Cássia e na Comunidade Mato Grosso na Vila Amazônia:

Gráfico 01: Quantidade de membros na família/ Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 02: Quantidade de membros na família/ Comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

No bairro Santa Rita, o maior percentual (35%) é de famílias com 10 a mais de 10 membros residentes na mesma casa, em seguida (30%) de quatro

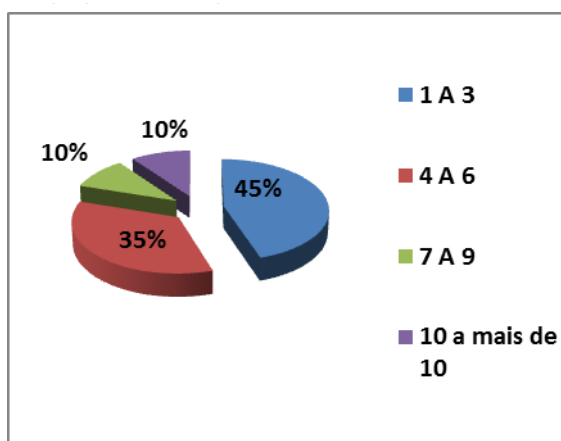
a seis membros e em 25% das residências havia de 7 a 9 membros, sendo considerado o menor percentual (10%) as famílias com 1 a 3 membros.

Na Comunidade Mato Grosso, as famílias mais extensas são compostas de 4 a 6 membros (50%), em seguida 7 a 9 (40%) membros e com menor percentual (10%) a partir de 10 membros.

De acordo com Maciel (1999), a composição das famílias na região norte possui geralmente uma razão de 4 membros por família (acima da média nacional que é de 3,6), onde se tende a concluir que em uma família amazônica, devido a razão de dependência, somente 1 membro contribui para a sobrevivência do grupo familiar, na medida em que os outros estão na faixa considerada inativa.

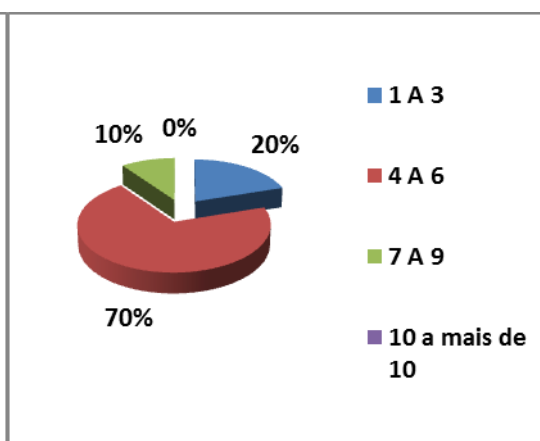
Dentre os membros das famílias, tanto no bairro, quanto na comunidade, há a presença de crianças, que são consideradas juntamente com os idosos e mulheres grávidas, grupos vulneráveis e que requerem maior atenção. A presença da criança pôde ser percebida em todos os lares conforme indicam os gráficos a seguir:

Gráfico 03: Quantidade de crianças na família/ Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 04: Quantidade de crianças na família/ Comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Fazendo um comparativo, analisa-se que tanto nas famílias do bairro, quanto na comunidade há um quantitativo expressivo de membros, principalmente de crianças.

Os dados da UNICEF (2004, p.10) sobre a criança na região norte apontam que:

No ano de 2000 viviam na região norte 2,3 milhões de crianças com menos de sete anos de idade, que correspondiam 19% da população total. Em média 75% das residências da região tinha uma criança nessa faixa etária. Para o Brasil, de modo geral, essas duas proporções são significativamente menores (14% e 51%, respectivamente). Isso ocorre porque a taxa de fecundidade do Brasil, no seu conjunto, é historicamente inferior a taxa de fecundidade prevalente na Região Norte.

Outra particularidade apontada pela UNICEF é que as crianças da região Norte e suas famílias vivem em uma área geográfica extensa e ainda pouco povoada, se comparada ao restante do país, apesar da Amazônia ter passado nas últimas três décadas por um rápido e intenso processo de povoamento e de urbanização.

✓ *Dependência dos membros da família:*

No bairro Santa Rita se verificou a dependência dos membros familiares, especialmente devido ao número de crianças, uma vez que não foi identificado um número expressivo de idosos e nenhuma grávida nas residências, dentre as famílias entrevistadas houve apenas a presença de dois idosos nas famílias do bairro e dois na comunidade.

Na comunidade foi constatado um elevado grau de dependência dos membros familiares, principalmente de crianças, mas há uma dependência no geral da força de trabalho dos que estão em idade ativa para a sobrevivência do grupo familiar, pois sua fonte de sobrevivência vem da agricultura e da pesca que apesar de ser exercido pelos homens, recebem a ajuda das mulheres que também auferem a transferência de renda do Programa Bolsa Família.

A agricultura depende da colheita e a pesca do período bom para exercê-la, quando não tem resultado na agricultura nem na pesca, as famílias buscam outras formas de estratégias que vêm da natureza, ou seja, do que a floresta lhes proporciona, além do PBF que em algumas famílias se torna a principal renda.

Tanto Sarti (2003), como Fonseca (2002) compreendem a família como uma rede de relações que funciona como apoio para viabilizar a existência do

grupo familiar, sobretudo diante das dificuldades frente às adversidades do contexto socioeconômico que coloca muitas famílias em situação de extrema pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais.

Diante da não viabilização de bem-estar social do poder público, a família acaba se tornando, em um primeiro momento, na principal responsável de assegurar a proteção social básica a cada membro que se faz presente.

✓ *Qualificação e Escolaridade:*

Ao analisar o perfil das famílias quanto a qualificação e escolaridade, observou-se que os adultos, tanto das famílias do bairro como da comunidade, possuem baixa escolaridade, em sua grande maioria com ensino fundamental incompleto e poucos com ensino médio completo, principalmente na comunidade.

Percebe-se, que o mercado de trabalho está cada vez mais exigente, principalmente no que tange à qualificação profissional, o aumento da escolaridade e qualificação dos trabalhadores são requisitos cruciais.

É fato que as inovações tecnológicas e organizacionais vêm demandando um perfil de força de trabalho mais qualificado e na atual conjuntura verifica-se que até mesmo muitos trabalhadores qualificados ou requalificados não conseguem inserção e/ou manutenção no mercado formal de trabalho.

Quando o trabalhador de baixa qualificação é admitido em uma empresa, são em precárias condições de trabalho, com remunerações baixas e muitas vezes sem vínculo empregatício.

Pode-se corroborar que as transformações no mercado de trabalho na contemporaneidade estão na lógica do capital, sendo visíveis muitas famílias em acelerado processo de empobrecimento, assim como, tem sido alterado profundamente sua estrutura, seu sistema de relações, papéis e formas de reprodução social.

Contudo, no contexto estudado as famílias necessitam também do apoio das políticas públicas, no bairro e na comunidade há a necessidade de avanços na área da educação e inclusão produtiva, assim como uma maior presença das demais políticas sociais.

✓ *Despesa Familiar:*

O IBGE (2010) aponta que as despesas com a alimentação e a habitação (água, luz, aluguel) consomem grande parte da renda das famílias pobres. Os gastos com saúde consomem um percentual maior da despesa da classe mais alta, enquanto as famílias de renda mais baixa reservam um percentual maior para remédios, as de renda mais elevada gastam mais com plano de saúde e tratamento dentário.

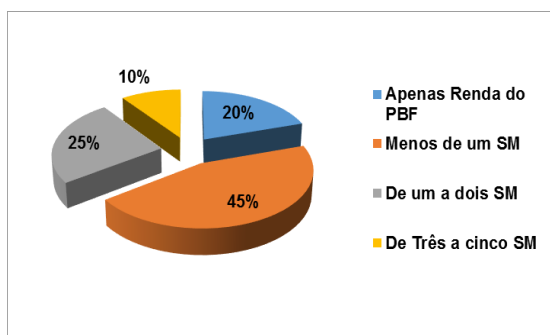
As famílias entrevistadas do bairro têm sua despesa maior justamente com energia elétrica, a água em muitas casas é taxada por um baixo valor. As famílias que alegaram ter uma despesa maior com energia elétrica não tinham o conhecimento de que podem ser beneficiadas com descontos por serem beneficiários do Programa Bolsa Família, faltam-lhes informações. A segunda maior despesa revelada pelas famílias diz respeito a alimentação.

Já na comunidade a despesa maior é com a compra de alimentação, material escolar e vestuário. No geral o recurso recebido pelo Programa Bolsa Família é gasto em sua grande maioria com esses itens. Apenas em famílias com idosos na comunidade relataram a compra de medicamentos principalmente na comunidade rural.

✓ *Rendimento mensal das famílias:*

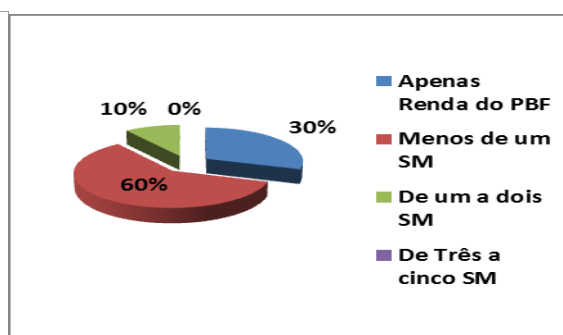
Diante das despesas apresentadas pelas famílias entrevistadas, tornou-se essencial desvelarmos o rendimento mensal dessas famílias do bairro e da comunidade, assim identificados:

Gráfico 05: Rendimento mensal familiar/ Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 06: Rendimento mensal familiar/ Comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

O gráfico 05, que representa o bairro Santa Rita de Cássia, revela que 45% das famílias vivem com menos de um salário mínimo, 25% de um a dois salários mínimos, 20% vivem apenas com a renda do Bolsa Família e somente 10% possuem uma renda de três a cinco salários mínimos, identificamos nestas famílias três salários contando com o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Já o Gráfico 06, aponta que 60% das famílias da comunidade Mato Grosso recebem menos que um salário mínimo, 30% apenas a renda do PBF e 10% de um a dois salários mínimos.

Esses dados relevam que grande parte dessas famílias, tanto do bairro como da comunidade sobrevivem com uma renda per capita menor que um salário mínimo, indicando uma fragilidade social que se intensifica principalmente nas famílias extensas.

Grande percentual das famílias do bairro e da comunidade sobrevive com menos de um salário mínimo, principalmente as famílias extensas compostas por crianças e adolescentes que não podem contribuir com a renda familiar. Desse modo, o impacto da baixa renda é sentido por todos na família.

Na sociedade capitalista a família exerce um papel de grande importância enquanto unidade de renda e de consumo, ao mesmo tempo em que também é unidade de convivência e de reprodução biológica e social (ALENCAR, 2004).

Seus membros partilham da remuneração da atividade econômica para a satisfação de suas necessidades básicas, coloca-se, então, uma distinção entre provedores e consumidores que partilham da mesma moradia, alimentação e de outros indicadores mais estritos e individuais.

Para Alencar (2004) as condições de vida dos membros das famílias dependem, em grande parte, da inserção social de todos os membros da família, pois é no seu interior que se articulam um conjunto de estratégias para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho.

✓ *Situação de trabalho dos membros da família:*

Frente a essa inserção precária o estudo constatou que: no bairro Santa Rita 75% das famílias possuíam no mínimo 2 membros trabalhando na informalidade, na comunidade 80% das famílias tinham no mínimo 2 membros trabalhando na agricultura contando com a presença da mulher e 20% trabalhando na pesca artesanal.

Na área urbana, geralmente as famílias fazem os chamados “bicos” como diarista, pintor, pedreiro, vendas informais. Já na comunidade o trabalho realiza-se na roça e na pesca, quando tem a oportunidade da venda adquirem uma renda.

Diante do contexto social marcado pelo desemprego e pela precarização do trabalho, onde se tornam cada vez mais difícil a obtenção do trabalho formal e o acesso aos direitos de cidadania, é que “a família vem se tornando, talvez, quase a única possibilidade real para os indivíduos proverem suas necessidades, principalmente diante da inoperância ou mesmo ausência de mecanismo de proteção social” (ALENCAR, 2004, p.63).

Concordamos com Cattani (1996) quando afirma que o capitalismo transforma o emprego num privilégio. Acessível a um número cada vez menor de pessoas, além de ter também no seu interior a lógica da seletividade, forma perversa que cria e recria desigualdades.

As profundas transformações da conjuntura de emprego podem ser bem visíveis em sua problemática que está fundamentada na atualidade pelos números de desempregados que se reintroduzem na vida social em situações de extrema vulnerabilidade passando sua identidade de trabalhador para a de pobre.

✓ *Situação da habitação:*

Outro perfil analisado nas famílias diz respeito à habitação, onde o estudo aponta que grande parte dos moradores entrevistados (75%) do bairro Santa Rita de Cássia possui residência própria, casas que foram construídas em um período de ocupação deste bairro, no entanto, 70% da construção das casas ainda são de madeira, 50% estão situadas em terra firme, 30% em palafitas e

20% são preparadas para receber marombas por se situarem em áreas que alagam quando ocorre a cheia dos rios.

Na comunidade Mato Grosso identificamos que 90% das famílias entrevistadas possuem residência própria, todas de madeira e em terra firme, apenas duas residências situam-se à margem do rio e que sofrem interferência no período da cheia dos rios.

Tanto no bairro, como na comunidade as casas situam-se em terra firme, mas com particularidades diferenciadas, pois enquanto no bairro havia grande parte das casas em áreas baixas e que sofrem com a interferência das épocas de cheia com construções adaptadas para esse período, na comunidade as casas situam-se em terra firme e que não sofrem com alagações. Apenas duas casas que ficam à margem do Rio Amazonas ficam beiradas pela água na cheia dos rios, mas não chegam a alagar.

Esse breve perfil apresentado sobre as famílias aponta vulnerabilidades que serão discutidas de forma mais profunda no próximo item, sendo também visibilizados os riscos no âmbito das famílias do bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso de Vila Amazônia.

A discussão do próximo item se faz importante por apresentar um comparativo das vulnerabilidades da área urbana e rural, que muitas vezes apresentam vulnerabilidades aparentemente iguais, mas que são intensificadas pelas próprias particularidades do território.

1.3 Vulnerabilidades e Riscos no urbano e rural: expressões das famílias do bairro Santa Rita de Cássia e da Comunidade Mato Grosso

A temática sobre as vulnerabilidades e riscos sociais caracteriza-se por um complexo campo conceitual onde se observam diversas interpretações constituídas por concepções e dimensões, sejam elas de natureza econômica, social, ambiental, de direitos, dentre outros que podem ser revelados a partir do território (MONTEIRO, 2011).

Desse modo, um território pode apresentar distintas vulnerabilidades que se revelam enquanto produto das transformações societárias, essas transformações impactam mudanças na esfera da vida privada que podem acentuar fragilidades e contradições.

Ao abordar as vulnerabilidades a partir das falas e percepções daqueles que a vivenciam, buscamos compreender a vulnerabilidade como produto do processo de acumulação do sistema capitalista que produz e reproduz desigualdades sociais.

Portanto, não podem ser analisados apenas pelo viés econômico, mas por aspectos multidimensionais que envolvem uma conjunção de fatores como a oferta e acesso às políticas públicas, as características do território, fragilidades, carências, direitos, ativos, possibilidades, dentre outras dimensões.

Partindo destas contextualizações, identificamos a seguir as principais vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias entrevistadas do bairro e da comunidade:

Quadro 03: Principais vulnerabilidades das famílias do bairro e comunidade.

Bairro Santa Rita	Comunidade Mato Grosso
Desemprego	Desemprego
Baixa Renda	Baixa Renda
Baixa escolaridade	Baixa escolaridade
Dificuldade de acesso a serviços Públicos	Dificuldade de acesso a serviços Públicos
Dependência de idosos e crianças	Dependência de idosos e crianças
Chefe de família mulher sem cônjuge e com filhos menores de idade	Não possui banheiro ou sanitário dentro de casa
Habitação inadequada	Habitação inadequada
Família extensa com mais de dois moradores por dormitório	Consumo de água sem tratamento
	Local com dificuldade de acesso às políticas públicas
	Dificuldade de acesso à documentação

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As vulnerabilidades apontadas pelos sujeitos da pesquisa em sua grande maioria são indicativos de ordem estrutural, tanto no bairro, quanto na comunidade, mas a intensidade e a forma de suas manifestações apresentam particularidades específicas de cada território.

Em 2005, a NOB/SUAS elencou as variáveis que determinam a população vulnerável como um conjunto de pessoas residentes que apresentem pelo menos uma das características a seguir: famílias com serviços de infraestrutura inadequados, famílias com renda familiar per capita

inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, família com renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, família no qual há um chefe de família mulher sem cônjuge, famílias em que há menores de idade que não estudem, famílias com renda familiar inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com pessoa com deficiência, idosos e crianças, dentre outros indicadores.

No quadro 03, as famílias narraram as situações de desemprego, baixa renda, baixa escolaridade, consumo de água inadequada, habitação insalubre, família extensa, ausência de banheiro ou sanitário na residência, dificuldade de acesso a serviços públicos, mulher chefe de família e a dependência de crianças e idosos fazem parte da realidade das famílias, tanto da área urbana, quanto da área rural.

São vulnerabilidades que em muitas famílias ocorrem de forma concomitante e que são frutos de uma intensa desigualdade social presentes em todo território nacional, mas que se particularizam na região.

Diante do exposto destacamos as falas dos sujeitos da pesquisa, conforme segue as informações:

Quadro 04: Percepção sobre as vulnerabilidades.

SANTA RITA DE CÁSSIA	
Vulnerabilidades	Trechos dos discursos
Habitação	“A minha casa não é tão boa e eu ainda moro no aluguel, como era mais barato resolvi ficar, mas não vivo bem aqui e tem muita boca de fumo na rua, à luz do dia” (Sujeito da Pesquisa A)
Desemprego e mulher chefe de família	“Desemprego é o nosso maior entrave, mas eu e meus filhos vamos nos virando com os bicos, sempre fui mãe e pai” (Sujeito da Pesquisa B).
Falta de água potável	“A gente toma a água que vem da torneira, é uma água que não é muito boa não, às vezes dá pra sentir um gosto forte, mas é o jeito, nem sempre tem hipoclorito, aí a gente se acostuma, o problema é a verme depois” (Sujeito da Pesquisa C).
Baixa renda	“É tão ruim depender da renda de um programa e se ele acabar como é que fica? Eu e meu marido não estamos trabalhando, as dificuldades são enormes, ainda mais com crianças” (Sujeito da Pesquisa D).
Dificuldade de acesso às políticas públicas	“Você quer um atendimento na saúde não tem, tá precário, você tem que rezar muito pra não adoecer, você nem se quer consegue se inscrever em programa de habitação e quando consegue, nunca se quer, recebe uma ligação pra dizer que você não vai receber ou quanto tempo vai demorar” (Sujeito da Pesquisa E).

MATO GROSSO	
Vulnerabilidades	Trechos dos discursos
Família extensa e Baixa renda	“A nossa renda é muito baixa para sete pessoas que moram aqui em casa, mesmo com o bolsa família que é de R\$218,00 reais a gente ainda sobrevive com menos de um salário, a valência é que temos roça e a gente planta, a gente pesca e assim a gente vai vivendo” (Sujeito da Pesquisa A).
Desemprego	“Falta de emprego, minha filha precisa trabalhar, a gente vive aqui do roçado e dos produtos que a gente vende pro homem, a gente não tem como ir vender na cidade, aí vende pra quem vem aqui comprar, qualquer trocado que entra já ajuda” (Sujeito da Pesquisa B).
Habitação inadequada	“Eu queria dá uma melhorada aqui, eu mantenho tudo limpinho, mas as condições da casa não são boas” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As narrativas das entrevistadas do bairro e da comunidade sobre as vulnerabilidades vivenciadas, indicam suas aflições e ensejos frente aos problemas estruturais, que requer providências do poder público como o problema da *habitação* nas áreas baixas do bairro Santa Rita que alagam no período da cheia dos rios, sendo uma realidade das famílias que na oportunidade de um aluguel mais barato se submetem a residir nestes espaços, sendo uma opção de vida diante da pouca renda.

Na comunidade, embora as residências não sofrerem com alagações, encontramos algumas, porém poucas casas, com aspectos insalubres com construções de madeira apodrecendo, com teto de palha necessitando de reparos e piso de barro batido.

A moradia é um direito humano básico que na atualidade infelizmente está imposta pelas condições de mercado, intensificando ainda mais as desigualdades sociais, pois as condições de mercado excluem a parcela pobre da população que não tem condições de financiar uma habitação.

Segundo Santos (1995) a problemática da habitação ao ser imposta pelas condições de mercado, entra em confronto com a condição de cidadania. “O trato da questão habitacional no Brasil tem se limitado historicamente a uma política habitacional, que atinge a esfera urbana e o mercado imobiliário, e não o campo da cidadania e da democratização do direito à moradia” (p.213).

O acesso a uma habitação digna, sadia e segura é fundamental para se atingir uma qualidade de vida e a concretização de outras necessidades e demandas, não só no espaço urbano, mas também no rural onde a precariedade do acesso é maior, principalmente em se tratando de Amazônia com suas particularidades.

A partir da condição da moradia, do ambiente que a circunscreve, e do acesso a bens e serviços onde a mesma está localizada, nota-se a qualidade de vida da população que habita neste local.

O *desemprego* que é outro fator citado pelas entrevistadas e que deixa muitas famílias vulneráveis, identificamos que no bairro a preocupação centra-se naqueles que já são acostumados a trabalhar, a fazer os ditos “bicos”, que já possuem algum tipo de experiência.

Enquanto na comunidade a preocupação centra-se nos jovens, naqueles que ainda não tem experiência, mas precisam de oportunidade para iniciar sua experiência profissional. Verificamos uma grande preocupação das famílias da comunidade em relação ao futuro dos jovens, como se toda esperança de inserção no mercado de trabalho, estivesse sendo depositada nos mesmos, assim como eles esses jovens não querem trabalhar na roça.

Diferente da área urbana, no meio rural as pessoas com mais idade são de uma cultura de trabalho na roça, não tiveram oportunidade de obter uma escolaridade, e os jovens da comunidade, ainda que ajudem eventualmente na roça, também estudam e almejam um futuro diferente.

Muitas famílias têm como desejo que seu filho vá para a área urbana de Parintins trabalhar, enquanto na área urbana os jovens das famílias buscam por cursos e também oportunidades de emprego, mas quem tem algum tipo de experiência profissional, são os com mais idades e que buscam por oportunidades de emprego.

Antunes (2005) e Braga (2012) argumentam que há uma crescente exclusão de jovens que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho e de pessoas com meia idade. Assim, o precariado brasileiro se encontra principalmente em grupos de trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquualificados.

O desemprego e a precarização das relações de trabalho limitam o acesso aos direitos derivados de empregos estáveis, direitos estes que são produtos históricos, construídos pelas lutas da classe trabalhadora.

A redução da geração de postos formais vem ocorrendo todos os anos, configurando um excedente da mão-de-obra no mercado de trabalho brasileiro, sendo visível a frequente substituição do emprego formal por informal.

Como analisa Antunes (2011), estamos diante de um intenso e significativo processo de informalização e precarização da classe trabalhadora. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e vendo sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, dentre outros.

Na abordagem de Tavares (2004), o trabalho informal muitas vezes é compreendido como atividades de sobrevivência para os extremamente pobres, assim como também é visto sob a lógica autônoma do trabalho, na forma da pequena ou da microempresa, como alternativas ao desemprego.

Para os desempregados, as dificuldades de se inserirem outra vez no espaço produtivo formal os leva à inserção precária via trabalho informal, sendo este uma estratégia funcional ao capital, principalmente no momento atual de intensa acumulação flexível.

Se para o capital a informalidade adquire um papel estratégico para seu processo de acumulação, para os trabalhadores e a sociedade, a informalidade representa uma forma mais abrangente à ampliação das desigualdades já existentes no Brasil. Expõe, assim, a maioria dos trabalhadores e suas famílias a uma condição cada vez mais próxima da pauperização.

Todo esse cenário de vulnerabilidade decorrente da pobreza, do desemprego, da crescente precarização das relações de trabalho e do aumento do setor informal vem deteriorando a renda familiar.

A *baixa renda* sinalizada no quadro 04 é uma realidade apresentada na área urbana e rural do município de Parintins, são famílias extensas que vivem com menos de um salário e que têm que utilizar diversas estratégias para sobreviver em um cotidiano de luta e resistência.

Estas famílias sofrem às consequências das diversas formas de desigualdades, dentre elas a da renda, fruto da má distribuição de riqueza no país.

Essa desigualdade da renda pode se decompor em três situações, tais como “a desigualdade da renda do trabalho, a desigualdade da propriedade do capital e das rendas que dela resultam e a relação entre essas duas dimensões” (PIKETTY, 2014, p.234).

Para Piketty a distribuição da renda do capital é mais concentrada do que a distribuição da renda do trabalho. Essa alta concentração da renda pode ser revelada através dos 10% que possuem o patrimônio mais alto, e que geralmente detém mais de 50% da riqueza socialmente produzida. E em um processo inverso os 50% mais pobres não conseguem alcançar nem se quer 10% do total da riqueza.

Quanto mais desigual for a distribuição da renda do trabalho e da renda do capital, maior será a desigualdade total. Na história da desigualdade fica claro que a mesma é moldada pela combinação de jogo de forças dos atores políticos, sociais e econômicos, a forma como enxergam o que é justo e o que não é, sendo exercidas influências e escolhas coletivas.

Desse modo, Suplicy (2006, p.44) expõe que a repartição dos bens e riqueza não se faz a partir da quantidade de trabalho de cada um, mas a partir do todo da riqueza social. “Quem não trabalha também tem direito a uma parte da riqueza social”.

A justificativa do autor se dá em decorrência de que quem não trabalha pode estar sendo impedido de trabalhar, e porque também é necessário para a paz interna da sociedade que não haja miséria e nem desigualdades profundas.

Todavia, a pobreza e a desigualdade não se restringem à insuficiência de renda, mas também aos acessos aos direitos sociais que são inerentes à condição de existência e a concretização da cidadania.

As dificuldades de acesso às políticas públicas sinalizadas pelos sujeitos da pesquisa no quadro 04, indicam que as maiores dificuldades de acesso a bens, serviços sociais e políticas públicas em geral são sentidas pelas

comunidades que têm como uma das primeiras barreiras a questão geográfica que limita o acesso e usufruto dos equipamentos de uso coletivo.

Durante as entrevistas, observamos que as famílias se sentem isoladas e distantes das políticas públicas, o único acesso que a comunidade tem diretamente é com a escola e raras vezes com a assistência social, quando a equipe se desloca até a comunidade.

Esta particularidade amazônica em que os rios distanciam uma comunidade de outras, um município de outro, é um dos maiores obstáculos à população e um grande desafio às políticas públicas. As 18 comunidades da Vila Amazônia, de acordo com dados da prefeitura municipal de Parintins-Am, possuem essa particularidade onde uma se distancia da outra, assim como o acesso às políticas públicas são distanciados por quilômetros via terrestre e fluvial.

Os desafios são inúmeros, principalmente aos de obter acesso a água potável. A *falta de água adequada* para o consumo humano se faz presente em grande maioria das famílias pobres vulneráveis, sendo considerado um problema que merece a atenção do poder público. Mas aparenta não ser uma preocupação central das famílias, principalmente da comunidade, onde grande parte consome a água diretamente do rio, sem nenhum tipo de tratamento e são poucas as famílias que utilizam hipoclorito.

De acordo com o Censo 2010 cerca de 29,9 milhões de pessoas no Brasil residem em localidades rurais, onde apenas 42% das moradias dispõem de água canalizada para uso doméstico.

O abastecimento de água potável, desde a captação até as ligações nas residências faz parte do saneamento básico, sendo um direito a ser garantido a todos os cidadãos e não deixa de ser uma questão de justiça social e ambiental.

Milhares de pessoas no mundo se tornam mais suscetíveis às doenças como: diarreia, cólera, hepatite e febre tifoide, por conta de condições precárias de disposição do esgoto sanitário, água e higiene, o saneamento básico é essencial para evitar doenças.

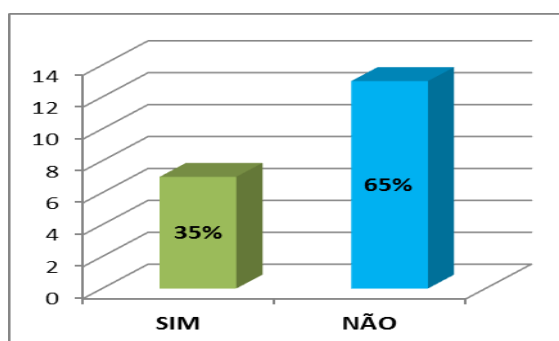
Quanto ao esgoto sanitário, muitas habitações rurais são ainda tão precárias que sequer dispõem de banheiros e fossas, essa foi uma

particularidade encontrada na comunidade Mato Grosso, onde 90% das residências os banheiros eram fora da casa, e apenas 40% tinham fossas sépticas.

De acordo com a ONU, na América Latina as pessoas têm mais acesso a celular do que banheiros, estima-se que haja 120 milhões de latino-americanos sem acesso a banheiros e o Brasil está entre os 10 países do mundo onde há menos acesso a banheiros.

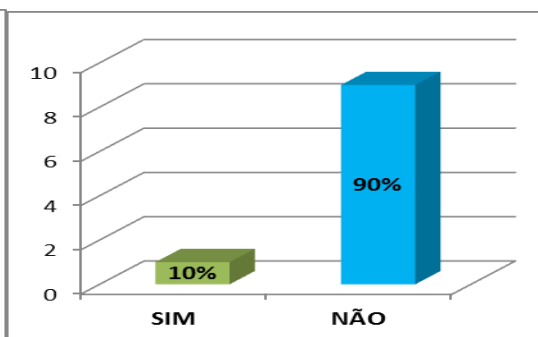
O estudo também identificou que dentre as vulnerabilidades, a presença da *mulher sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos*, também é um indicador presente no bairro Santa Rita e na Comunidade Mato Grosso, conforme apresenta o gráfico 07 e 08:

Gráfico 07: Mulher como chefe de família/ Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 08: mulher como chefe de família/ Comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

A mulher como chefe de família é uma realidade tanto na área urbana (35%), como na área rural (10%), mesmo que seja em menor proporção, são mulheres mães de família sem o cônjuge que assumem o cuidado da casa, das crianças e a responsabilidade da reprodução econômica e social dos seus dependentes.

Para Vitale (2002, p.49), “as famílias chefiadas por mulheres têm crescido nas últimas décadas (...). Uma em cada quatro famílias brasileira são chefiadas por mulheres”.

Dados do último Censo do IBGE, de 2010, revelam que cerca de 40,9% das mulheres contribuem para a renda das famílias do país. Em 2000, as mulheres chefiavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares. Em

2010, 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios registrados já eram comandados por mulheres.

Essa é uma realidade brasileira traçada por dificuldades e desafios, apesar da conquista de espaço da mulher. É preciso avançar mais nas discussões, visibilizar a garantia de seus direitos e efetivar suas conquistas.

Frente a essas vulnerabilidades observamos que as famílias se utilizam de estratégias para melhorias de suas condições de vida. As estratégias configuram-se em recursos de mobilização importantes para a sobrevivência das famílias. Em suas narrativas no quadro 05, evidenciam-se as suas principais estratégias:

Quadro 05: Estratégias das famílias do bairro e da comunidade.

SANTA RITA DE Cássia	
Categorização	Trechos dos discursos
Cadastro em programas de casa própria	“Eu já procurei me cadastrar pra conseguir uma casa própria, sair daqui do alagado” (Sujeito da Pesquisa A).
Capacitação	“Eu não fico parada, eu procuro fazer um monte de cursos, de participar das oficinas do CRAS” (Sujeito da Pesquisa B).
Empréstimos	“Quando não tem para onde correr, vai no fiado mesmo ou empresta um dinheiro de alguém e quando tiver paga” (Sujeito da Pesquisa C).
A procura de emprego	“O meu marido está correndo atrás de emprego, para ele deve ser mais fácil arrumar qualquer bico, eu tenho as crianças pra criar, mas às vezes ele vai com uns colegas pescar e isso ajuda né” (Sujeito da Pesquisa D).
Frequência no CRAS	“Com o acompanhamento do CRAS meu filho não vende mais nada na rua, o dinheiro do bolsa família ajuda muito a comprar o nosso rancho” (Sujeito da Pesquisa E).
MATO GROSSO	
Categorização	Trechos dos discursos
Relações de confiança	“A gente se ajuda aqui, cada um faz a sua parte, uma parte ajuda na roça, outra cuida das crianças, geralmente eu e outra sai para vender na cidade quando dá né, quando tem transporte, nem sempre aparece um transporte e assim a gente vai se ajudando, não adiante esperar que não vai cair do céu, temos que ir à luta” (Sujeito da Pesquisa A).
À procura de emprego	“A minha filha já foi atrás de emprego, mas tá difícil, se ela trabalhasse ia melhorar muito aqui em casa” (Sujeito da Pesquisa B).
Acesso aos recursos florestais, pesqueiro e naturais	“Eu mesmo procuro frutas na mata pra vender, principalmente tucumã, aí vou lá pra sede da vila e vendo ou vou até lá do outro lado na cidade pra vender e quando dá pescamos, às vezes no lago não tem peixe” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As estratégias utilizadas pelas famílias se diversificam frente às suas vulnerabilidades, portanto, compreende-se que:

A expressão estratégia familiar diz dos comportamentos de famílias pobres, para dar conta do modo integrado com que agem, visando otimizar tanto o acesso quanto a distribuição dos recursos que logram alcançar. Ancorados na organização e prioridades internas que, na prática, estabelecem estes comportamentos, definem a cada momento do ciclo familiar, o lugar de cada um dos seus membros na unidade doméstica. A economia familiar ganha assim concreção, seja pelos seus aspectos imediatamente econômicos (integração de renda e de consumo), seja pela racionalidade específica que aí se constrói e passa a presidir os esforços de acesso e distribuição a bens simbólicos e materiais (REZENDE, 2008, p.71).

As estratégias de sobrevivência familiar revelam que as famílias pobres se organizam internamente a partir de um conjunto de práticas, visando alcançar o acesso a materiais, bens e serviços sociais.

O *cadastro em programas de casa própria* é uma das estratégias utilizadas, principalmente por famílias que vivem no aluguel ou em lugares que estão em situação de risco, conforme o Sujeito da Pesquisa “A” do bairro Santa Rita, que mencionou ter utilizado essa estratégia de cadastro habitacional para sair da área que alaga no período de subida dos rios, mas ainda não obteve retorno.

O município de Parintins conta com um programa habitacional com meta para entrega em 2017 de 800 unidades habitacionais localizadas na comunidade Macurany, no perímetro urbano do município. Segundo a coordenadora de habitação, a prefeitura trabalha desde 2013 para que as unidades habitacionais se tornem realidade, houve seleção e cadastramento das famílias na Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (Semasth) seguido do Plano Local de Habitação e Interesse Social.

A habitação é um sonho de muitas famílias brasileiras, assim como há a necessidade de comer e de vestir, habitar também é uma das essencialidades do ser humano.

Outra forma de minimizar a vulnerabilidade que algumas famílias do bairro buscam é a *capacitação*, procuram fazer cursos, pois através destes ocorre a esperança de um lugar no mercado de trabalho. Como exemplo, o sujeito da pesquisa “B” discorreu o seguinte: “Eu não fico parada, eu procuro

fazer um monte de cursos, de participar das oficinas do CRAS (...)” (Sujeito da Pesquisa B).

Quando não há mais alternativa frente às suas dificuldades financeiras, as famílias do bairro utilizam a estratégia de *empréstimos* de quantia pequena de dinheiro de conhecidos para atender alguma urgência, ou quando se deparam com a falta de alimento em casa utilizam o recurso do “fiado” em tabernas próxima da residência.

A estratégia de *procurar emprego* é uma realidade no cotidiano de todas as famílias, principalmente das que estão com todos os membros desempregados.

A vulnerabilidade ocorrida pelo desemprego é um fenômeno mundial, e atinge principalmente as famílias que possuem baixa escolaridade e nenhuma ou pouca qualificação.

A vida amazônica não é alheia aos benefícios e malefícios gerados pelo mundo globalizado, participa ativamente deste processo, no entanto o desemprego, o trabalho precário e a pobreza fazem parte dessa realidade. A globalização da esfera econômica originou também uma nova configuração no contexto social, econômico e político nos estados da região amazônica impactando diretamente nas condições de vida da população local, principalmente das famílias pobres vulneráveis.

Na comunidade as estratégias voltam-se para as relações de confiança, através da prática da ajuda mútua entre vizinhos e familiares, da busca de emprego, principalmente para os jovens e do acesso aos recursos naturais, pesqueiro e florestais, com coleta de frutas da floresta para vender. As famílias desenvolvem suas estratégias conforme seu grau de necessidades e limitações.

Observamos que na comunidade a *ajuda mútua* é muito comum, seja na interação com o próprio núcleo familiar, ou com o outro núcleo, mais ainda com os que possuem relações de parentesco, afirmando as relações de confiança.

Esse tipo de ajuda mútua em muitas famílias transforma a casa em um ambiente de compartilhamento, significação e desenvolvimento de modos de vida para a família.

No que diz respeito às estratégias com os vizinhos, geralmente são emprestadas pequenas quantidades de produtos alimentares, remédios e utensílios domésticos como um liquidificador.

Esse tipo de relações de confiança, intercâmbio e troca, oferece uma base para as redes de segurança informais entre as pessoas, muito comum essas práticas em comunidades amazônicas, principalmente as relações de compadrio e parentesco.

Na comunidade Mato Grosso, identificamos que a maioria das famílias possuem laços de parentesco o que contribui para aumentar os vínculos de solidariedade entre os comunitários.

Outra estratégia interessante das famílias da comunidade é a *coleta de frutas da natureza* para venda, conforme o relato desta informante “Eu mesmo procuro frutas na mata pra vender, principalmente tucumã, aí vou lá pra sede da vila e vendo ou vou até lá do outro lado na cidade pra vender (...)” (Sujeito da Pesquisa C).

Essa é uma prática muito rotineira nas comunidades, mas em área urbana também pode ser encontrada essa prática onde realizam a coleta de frutas no quintal da residência, geralmente coleta-se mangas, tucumã, acerola e outras frutas que nascem com facilidade e abundância.

O acesso à pesca também é típico de famílias da área urbana de Parintins, deve-se ao fato do município ser uma ilha, facilitando a prática e contribuindo para a subsistência de muitas famílias.

Estas estratégias de sobrevivência diante das vulnerabilidades apresentadas, revelam-se frente à insuficiência de renda, que mesmo recebendo o recurso do PBF as famílias não suprimem certas necessidades básicas, devido ao valor da bolsa ser considerada baixa e insuficiente, embora necessária.

Na comunidade as famílias vivem basicamente da agricultura de subsistência e percebem a organização familiar como um elemento de suma importância, para que as estratégias de reduzir as vulnerabilidades deem certo.

Em relação à alimentação, tanto algumas famílias do bairro, quanto da comunidade, relataram que uma das estratégias para superar a falta de

alimento quando não há recursos financeiros para comprá-lo, é se organizar para pescar em lagos próximos para o próprio consumo.

Esse fato, leva à reflexão de que na realidade Amazônica, o amazônida tem outras formas de atender a sua subsistência, independente de recursos financeiros, embora este seja fundamental para realização de outras necessidades básicas e até mesmo para o acesso à outras necessidades alimentares como arroz, feijão, leite, etc.

A subsistência para quem vive no interior da Amazônia significa enfrentar o calor, a umidade, o isolamento, plantar, colher, pescar e caçar para sobreviver. O acesso a esses recursos, indispensável para aqueles cujos meios de vida provêm, inteiramente ou parcialmente, das atividades baseadas em recursos naturais (agricultura, pesca, extração de produtos florestais e minerais, etc.), depende de fatores físicos, culturais e religiosos (ANDRADE, 2004, p.64).

As estratégias de sobrevivência, revelam-se em uma solução imediata à precariedade e pobreza, sendo uma resposta à ausência das políticas públicas e consideradas também uma forma de enfrentamento à pobreza e aos riscos sociais.

As pessoas pobres não são as únicas a entrarem em situação de risco, mas são as mais suscetíveis por já apresentarem diversas vulnerabilidades. Assim, o quadro a seguir aponta os principais riscos identificados nas famílias do bairro e da comunidade:

Quadro 06: Riscos no âmbito da família do bairro e da comunidade

BAIRRO SANTA RITA DE CÁSSIA
RISCOS
Fragilização ou rompimento de vínculos familiares
Violência doméstica
Uso de álcool e entorpecentes (família ou vizinhos)
Domicílio em situação de risco
Trabalho Infantil
COMUNIDADE MATO GROSSO
Sazonalidade (seca e cheia do rio)
Água sem tratamento para consumo humano

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Na compreensão de Bronzo (2009, p. 173) os riscos revelam-se em uma variedade de situações que englobam os seguintes aspectos:

Riscos naturais (como terremotos e demais cataclismos), os *riscos de saúde* (doenças, acidentes, epidemias, deficiências), os riscos ligados ao ciclo de vida (nascimento, maternidade, velhice, morte, ruptura familiar), os *riscos sociais* (crime, violência doméstica, terrorismo, gangues, exclusão social), os riscos econômicos (choques de mercado, riscos financeiros), os *riscos ambientais* (poluição, desmatamento, desastre nuclear), os *riscos políticos* (discriminação, golpes de estado, revoltas), tal como sistematizados pela unidade de proteção social do Banco Mundial.

A exposição aos riscos identificados no presente estudo, revela-se de diversas naturezas, conforme sinalizado por Bronzo, pois são situações que requerem com urgência a presença do poder público.

Qualquer pessoa está sujeita aos diversos riscos, sejam sociais, econômicos, ambientais, naturais, que requer um sistema de proteção social ativo e eficaz, capaz de impedir a ocorrência destes riscos.

Os trechos dos discursos expostos no quadro 07 a seguir, ilustram estes indicadores de riscos citados pelos informantes e que apontam a preocupação dos mesmos, a intensificação desses riscos, principalmente no bairro, e pouca ocorrência na comunidade, onde não foi citado o uso de entorpecentes no local.

São preocupações particularizadas de ambos locais, mas que necessitam da atenção do poder público em todas as situações, fazendo valer o sentido de território, como proteção social.

Quadro 07: Percepções sobre os riscos no âmbito das famílias do bairro e da comunidade

BAIRRO SANTA RITA	
Riscos	Trechos dos discursos
Rompimento de vínculo familiar	“A minha mãe e filha são rompidas comigo. Meu genro se droga e ele colocou elas contra mim, chegou até me bater, elas não falam comigo e eu sofro muito com isso, tem muita briga” (Sujeito da Pesquisa A).
Violência doméstica	“Meu marido me batia, mas eu sempre denunciei, nunca fiquei calada, mas ele já morreu, sofria com alcoolismo” (Sujeito da Pesquisa B).
Residência em área de risco	“A minha família mora nessa área vermelha, de tráfico, entende né? Ocorre a venda e o consumo de drogas a luz do dia, a partir das três da tarde, pode vim aqui que você vai ver tudo isso” (Sujeito da Pesquisa C).
	“A rua aqui alaga, não tem pra onde correr, é ficar aqui mesmo, quando enche muito eu faço marombas, mas também tem a droga, que rola solta por aqui. Daqui a pouco já se forma a rodinha ali e começa o fumo, a venda e tudo

	mais” (Sujeito da Pesquisa D).
Trabalho infantil	“O meu filho parou de trabalhar na rua quando ele começou a frequentar o PETI, que aí a criança é proibida. A necessidade leva a gente aceitar algumas coisas, mas me incomodava com meu filho na rua, ele não era obrigado, mas via a necessidade, quando eu era criança minha mãe me botava pra descascar mandioca” (Sujeito da Pesquisa E).
COMUNIDADE MATO GROSSO	
Categorização	Trechos dos discursos
Não percebe risco	“Graças a Deus na nossa família ninguém briga, nem temos vício nenhum e graças a Deus que é tranquilo aqui na comunidade” (Sujeito da Pesquisa A).
Sazonalidade (Seca e Cheia do Rio)	“Único risco é no período da cheia que a água chega aqui bem próximo de casa, aí corre o risco de bicho entrar em casa, principalmente cobra” (Sujeito da Pesquisa B).
Água sem tratamento	“A água que a gente toma é sem tratar, direto do rio” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de Campo 2017/2018.

A fragilização e o rompimento de vínculo familiar foram constatados em duas famílias do bairro, em um dos casos do rompimento houve agressão física entre mãe e filha, tendo a mãe que sair de casa, mudando-se para outro lugar considerado também de muito risco, por ser conhecida como área vermelha do tráfico e a rua ficar inundada durante o período da cheia do rio. Contudo, a mesma informou que não teve outra opção, pois era o local mais em conta para alugar, frente ao seu orçamento financeiro.

A violência doméstica, o uso de álcool e o trabalho infantil relatado por famílias do bairro, também são fatores de risco que intensificam a fragilização dos vínculos familiares.

No caso do trabalho infantil a família que citou ter ocorrido a situação, está sendo acompanhada pelo CRAS e a criança não mais exerce atividade laboral. Na comunidade não foi citado nenhum risco desta natureza, nem a presença de crianças ou adolescentes trabalhando na agricultura com os pais.

Na realidade, as famílias não se sentem à vontade ao narrar algum tipo de violência ou violação de direitos. No caso da comunidade Mato Grosso as assistentes sociais do CRAS informaram que houve a ocorrência de uma família com caso de violência doméstica, porém, durante a entrevista a família afirmou desconhecer este fato. Observamos que a entrevistada não se sentia confortável para falar sobre o assunto.

A pesquisa de campo também revelou que 90% das residências do bairro, estão situadas em áreas com tráfico de drogas e/ou alagam as ruas ou as casas das áreas baixas no período da cheia. São ruas bem vulneráveis, que durante a pesquisa de campo fomos informados a evitá-las a partir das 15h, por ser perigoso, devido ao uso e venda de entorpecentes nestes locais.

O medo do tráfico de entorpecentes no bairro é a sinalização do risco mais evidente, nestes domicílios foram citados casos como consumo ou venda próximo das residências, que inclusive são compostas de crianças e adolescentes.

Este medo também é um tipo de violência, pois atinge o psicológico das famílias que tem que conviver dolorosamente com essa realidade que desafia sua capacidade para resistir e encontrar saídas se não houver o apoio do poder público.

Na comunidade não foi citada a ocorrência de tráfico ou uso de entorpecentes, quanto a esta questão as famílias da comunidade se sentem tranquilas. Os fatores de riscos citados pelos mesmos, relacionam-se aos períodos de cheia dos rios vivenciadas por duas residências que se distanciam da sede da comunidade, por se localizarem à margem do Rio Amazonas. A água ao se aproximar das casas poderá causar o risco de serem atingidos por animais peçonhentos.

A outra sinalização de risco da comunidade conforme já apresentada, diz respeito à água sem tratamento para o consumo, o que coloca as famílias em exposição às diversas doenças.

A falta de água potável para o consumo é uma realidade em comum das famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade, enquanto no bairro a água é consumida diretamente da torneira, que de certa forma ainda recebe um mínimo de tratamento, na comunidade a água da casa de muitas famílias vem diretamente do rio, sem o mínimo de tratamento, são poucas as famílias que possuem poço artesiano.

A Organização Mundial da Saúde -OMS (2010), estima que 6% de todas as doenças no mundo são causadas pelo consumo de água não tratada e pela falta da coleta de esgoto. No estado do Amazonas uma considerável parcela da população não ingere água potável, muito menos possui rede de esgoto.

De acordo com a PNAS (2004) a vida dessas famílias não é regida apenas pela pressão dos fatores socioeconômicos e necessidades de sobrevivência, mas precisam ser compreendidas também em seu contexto cultural e situação de risco.

Portanto, as famílias narraram utilizar as seguintes estratégias para redução dos riscos:

Bairro Santa Rita de Cássia:

- ✓ *Denúncia aos órgãos competentes:* houve uma família onde a mãe declarou que, quando sofria violência doméstica de seu esposo, fez a denúncia à delegacia do município e passou por algumas audiências no Fórum para a resolução da situação.
- ✓ *Apoio do CRAS:* as famílias que frequentam o CRAS, narraram que buscam orientação dos profissionais para resolução de situações, quando não conseguem resolver entre os familiares.
- ✓ *Apoio de familiares:* A grande maioria busca como estratégia para redução dos riscos o apoio familiar, só procuram outras alternativas quando a situação extrapola os recursos e ativos de familiares.

Comunidade Mato Grosso:

- ✓ *Apoio dos comunitários e Relações de confiança:* antes das famílias da comunidade buscarem as políticas públicas, apoiam-se entre os comunitários formados em sua grande maioria por parentes, reforçando as relações de confiança entre os membros familiares e vizinhança.

Compreender as estratégias destas famílias em seu cotidiano, significa retratar a necessidade de sobrevivência, na qual buscam criatividade na superação das adversidades apresentadas em seu contexto de vida, resultante de uma conjuntura de desigualdade e pobreza.

São famílias que se reproduzem, lutam e reinventam suas condições de vida a partir dos recursos que dispõem, entre familiares e vizinhos próximos compartilham as dificuldades, principalmente referentes à ausência de renda e da falta de acesso à proteção social.

As vulnerabilidades e os riscos são a manifestação mais clara de diversos tipos de carências, seja ela efetiva, material, de conhecimento, de direitos que implicam em fragilidades, riscos, desproteção e a falta do poder público.

O impacto da vivência de situações de vulnerabilidade na trajetória dos indivíduos, precisa ser considerado na intervenção das políticas públicas, tendo como direção a perspectiva de que estas e as demais situações de vulnerabilidades e riscos descritas, podem ser enfrentadas e alteradas (BRASIL, Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, MDS, 2013).

As respostas às situações de vulnerabilidades e riscos mobilizam diferentes conjuntos de ativos que podem produzir resultados positivos, nesse sentido, faz-se necessário a discussão sobre as potencialidades das famílias.

1.4 Potencialidades: dinâmica das famílias do bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso de Vila Amazônia

As situações de vulnerabilidades muitas vezes andam de mãos dadas com as ocorrências dos riscos, mas acredita-se que essas famílias que vivenciam essas experiências, também têm competências e potencialidades que podem ser utilizadas para enfrentar a pobreza, riscos e vulnerabilidades. Por isso, a seguir analisaremos as principais potencialidades relatadas pelas famílias, que elas experimentam em seu cotidiano:

Quadro 08: Potencialidades das famílias do bairro e da comunidade.

BAIRRO SANTA RITA	
Potencialidades	Trechos dos discursos
Produção de guloseimas	“Eu faço tacacá, salgado, pastel para vender de tarde aqui na rua, meu filho sabe pintar e fazer desenho em unha” (Sujeito da Pesquisa A).
Produção diversa	“Sei fazer crochê, faço por encomenda, faço salgados, trabalho como diarista, faço de tudo um pouco, aprendi o crochê e boneca em tecido no CRAS a anos atrás. Meus filhos estão no mesmo caminho aproveitando as oficinas” (Sujeito da Pesquisa B).
Prática de Benzimento	“Eu sou benzedeira, faço remédio caseiro, pego desmentidura, é um dom que eu recebi de Deus, então não cobro, as pessoas me dão se elas querem e o que elas podem” (Sujeito da Pesquisa C).
Pesca	“Eu só fico com as crianças, mas eu e meu marido sabemos pescar, caçar, vai se virando do jeito que pode” (Sujeito da

	Pesquisa D).
Produção de artesanatos	“Eu sei fazer boneca em pano que aprendi em uma oficina há muito tempo no CRAS, só falta o material mesmo pra fazer e oportunidade pra vender” (Sujeito da Pesquisa E).
COMUNIDADE MATO GROSSO	
Categorização	Trechos dos discursos
Agricultura e pesca	“Aqui a gente só sabe mexer com a agricultura mesmo, o nosso meio de sobrevivência é daqui, tanto para consumo, quanto pra vender quando surge a oportunidade. A nossa sobrevivência vem da mandioca e da banana” (Sujeito da Pesquisa A)
	“Todo mundo aqui em casa sabe trabalhar com roçado, é o que a gente sabe fazer de melhor. É de onde tiramos nosso pão de cada dia” (Sujeito da Pesquisa B).
	“Só agricultura mesmo e pescar ” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

Estas famílias vivenciam diversas vulnerabilidades e riscos acompanhados de privação e carências, mas também apresentam potencialidades que podem ser trabalhadas e incentivadas pelas políticas públicas.

Para Bronzo (2009) alterar as condições de vulnerabilidade implica ampliar a base de ativos, fortalecer o repertório de respostas, expandir capacidades e fronteiras de pensamento e ação. Uma noção que permite expressar esse processo de fortalecimento de ativos, é a de empoderamento.

As famílias do bairro Santa Rita, relataram que têm potencial para produção de comidas, artesanatos, pesca e prática de benzimento, inclusive durante a pesquisa de campo, pôde-se observar em algumas famílias, em sua dinâmica familiar, a realização desta prática.

Das 20 famílias, em 5 encontramos esse tipo de serviço, no geral eram pessoas com mais idade que realizavam a prática de benzimento. Em duas residências tivemos que parar por alguns instantes a entrevista para que a informante fosse fazer o atendimento de sua clientela.

As informantes relataram que não cobram pelo serviço, mas sempre seus clientes deixam uma quantia em espécie, como um agrado ou uma forma de reconhecimento pela ação.

Em Parintins há um grande número de benzedeiras, sendo um tipo de serviço típico da região amazônica, comumente realizado por mulheres de baixa renda e conhecedoras de diversas ervas, rezas, chás, simpatias, etc.

A medicina popular praticada pelas benzedeiras ainda possui credibilidade junto a população parintinense, apesar de todo avanço da medicina. As benzeções servem como alternativa de cura para muitas pessoas, principalmente nas classes de baixa renda, onde elas substituem a falta de médicos. Os clientes acreditam na eficácia e benefício de tais práticas, e é por esse motivo que as benzedeiras ainda encontram legitimidade no entorno social (BELTRÃO JUNIOR; NEVES, 2013).

A produção de guloseima para venda em frente as suas casas, principalmente de Tacacá, também é outra realidade em Parintins. No final da tarde, podem-se visualizar na cidade várias famílias com suas vendas. É um trabalho informal que traz resultados imediatos para muitas famílias que necessitam dessa complementação de renda, como uma estratégia para sobrevivência familiar.

Os parintinenses também têm habilidade para a produção de artesanatos e que utilizam esse potencial para produção de artigos que lhes proporcionem uma renda extra.

Trabalhar a potencialidade das famílias pode ser uma estratégia para a quebra do isolamento social e criar pontes de possibilidades para a sua autonomia firmando seu direito de cidadania, às vezes, as famílias possuem potencialidades que nem percebem e que podem ser identificados pelas políticas públicas.

Na comunidade Mato Grosso as narrativas sobre o potencial referem-se à agricultura e pesca, com produção de mandioca, farinha e a pesca devido a comunidade ser rodeada por lagos e pelo Rio Amazonas. São produções que se voltam, tanto para o consumo familiar, como para venda em pequena escala.

Ranciaro (2004) aponta que no estado do Amazonas a agricultura e o extrativismo se constituem em principais fontes de sobrevivência, principalmente para as regiões interioranas do estado. O aprendizado e o conhecimento acerca dos rios e da floresta são de suma importância para o amazônida que tem no saber fazer o meio para viver e sobreviver da agricultura, da pesca, da caça e de outros recursos florestais.

O conhecimento do homem que vive na floresta ressalta uma simbiose com a dialética da natureza, um constante intercâmbio que possibilita estratégias de sobrevivência e desenvolvimento de ativos, seja na pesca, na produção de farinha, na caça, na coleta de frutas silvestres e outros fazeres que confirmam o homem como parte desta natureza.

Na concepção de Bronzo (2009) qualquer estratégia que busque a superação da pobreza passa necessariamente pelas pessoas e que, para desenvolver estratégias sustentáveis e efetivas, é necessário alterar as condições limitadoras e investir no empoderamento das pessoas, no desenvolvimento de sua autonomia, de suas competências e de sua capacidade de autodesenvolvimento, visando à ampliação de sua capacidade de ação.

Compreendemos que a proteção social é a resposta para as diversas situações de vulnerabilidades, que colocam os sujeitos na condição de demandantes de proteção social. No contexto brasileiro, não dá para discutir sobre vulnerabilidade social sem a proteção social, ambas caminham juntas, discussão que segue no próximo capítulo.

CAPÍTULO II PROTEÇÃO SOCIAL NÃO CONTRIBUTIVA: A relação entre o PBF e PAIF no enfrentamento à pobreza e vulnerabilidades sociais.

Este capítulo constituído de cinco itens, discute a proteção social não contributiva a partir da assistência social, a fim de compreender a articulação entre o Programa Bolsa Família e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família no enfrentamento à pobreza e a vulnerabilidade social no âmbito do SUAS.

Desse modo, buscou-se contextualizar no primeiro item os caminhos e descaminhos da assistência social frente às chamadas “reformas”, ou bem melhor dizer as “contrarreformas” do Estado brasileiro, apontando o grande desafio da assistência social em se firmar enquanto política pública.

No segundo item abordaremos a proteção social, assistência social e a vigilância socioassistencial como uma tríade necessária em construção no cenário brasileiro, que contribuirá para cobrir e prevenir os riscos e vulnerabilidades sociais presentes nos territórios e nas famílias.

O debate do primeiro e do segundo item se faz necessários para situarmos a discussão do PBF e PAIF no âmbito da assistência social, e assim compreender a resposta desta política aos seus usuários.

Desse modo, o terceiro item contextualiza os Centros de Referência da Assistência Social no município de Parintins-Am, como porta de entrada de famílias em condições de vulnerabilidades e riscos sociais. Apresentamos as percepções dos beneficiários do PBF e usuários dos PAIF sobre a infraestrutura e qualidade dos serviços.

O quarto item apresenta o olhar, a fala, as percepções das famílias beneficiárias do PBF, que participavam do PAIF que relatam sobre como o programa e o serviço se revelam em suas vidas.

No quinto item avaliaremos a relação entre demandas das famílias e a oferta do PBF e PAIF, buscando compreender as respostas da assistência social em termos de oferta de serviços e em que medida tem contribuído para melhoria da qualidade de vida desses usuários. Será que sua oferta está dialogando com as necessidades das famílias?

2.1 Caminhos e descaminhos da assistência social frente às contrarreformas neoliberais do Estado brasileiro: desmonte da proteção social não contributiva

A implementação da política de assistência social como política pública no Brasil vem ocorrendo há quase 30 anos, a sua lenta efetivação ainda está atrelada às heranças conservadoras que podem ser notadas em várias partes do país.

Sposati (2007) analisa que séculos de práticas sociais fragmentadas e tuteladoras que foram sendo designadas como de assistência social geram grande confusão no senso comum entre práticas assistencialistas, e a proposição da política pública de assistência social.

A primeira grande instituição de assistência social brasileira LBA (Legião Brasileira de Assistência Social), trabalhava na perspectiva assistencialista e filantrópica, sendo o canal de uma primeira aproximação do Estado brasileiro com a assistência social.

Esta instituição criada pela primeira dama Darcy Vargas, em 1942, com o objetivo inicial de atender às famílias dos convocados da segunda guerra mundial, passando posteriormente a atender a todas as áreas da assistência social, foi uma das primeiras formas de proteção no âmbito da assistência com a intervenção do Estado, institucionalmente organizada.

A história revela que a atenção à pobreza através da assistência social pública se estruturou acoplada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil.

A assistência social passou por árduas caminhadas até o seu reconhecimento na Constituição Federal de 1988, ou seja, até ser inserida no plano legal e iniciar seu trânsito para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal.

Viana (2005) discorre que embora no Brasil, haja uma estrutura formal de proteção social, estabelecida pela Constituição de 1988, como Seguridade Social, com competências para o combate da pobreza e diminuição das desigualdades sociais, as ações voltadas a esses objetivos ainda são restritas e insuficientes.

Acreditamos que essa situação seja resultado dos entraves e até mesmo desconsideração da Seguridade Social pelos governos que se seguiram pós Constituição, sinalizando sua desconstrução no período que se inicia em 1990, não havendo a sua efetiva concretização.

Esse avanço constitucional se fez necessário em um período histórico de reforma do Estado com ajustes neoliberais, momento em que houve contradições e retrações no campo da proteção social.

Contradições no sentido de que o Estado é colocado como provedor dos direitos sociais e ao mesmo tempo o orçamento é reduzido na área social. Portanto, seguindo os ditames da era neoliberal as políticas sociais adotaram um caráter compensatório, seletivo, emergencial e residual, colocando-se distante da proposta de universalização.

A década de 1990, foi marcada por grandes demandas de proteção social, o Brasil passava por processos de “reformas” ou, bem melhor dizer, de contrarreformas do Estado e se inseria em um contexto de profundas transformações engendradas no mundo do Capital, aderindo à reestruturação produtiva combinada com o ajuste neoliberal.

Esta década aponta graves situações que colocaram em evidência as condições de vida em situação de vulnerabilidade e que marca a pobreza, conforme afirma Catanni (2007) como um “flagelo”, como o “ponto nevrálgico”, que representa a ferida permanente que sangra o corpo social.

O modelo econômico brasileiro que vai se firmando sob a égide neoliberal, pode ser considerado um dos maiores responsáveis pelo acentuado aumento do desemprego e da precarização do trabalho ao longo desta década e nos anos seguintes.

Ramos e Vieira (2001) indicam que de 1997 em meados de 1999, o mercado de trabalho demonstrou-se incapaz de gerar postos de trabalho em quantidades suficientes, o que resultou em desemprego associado à queda de rendimentos. Desse modo, a década de 1990 é marcada pela permanência da desigualdade, principalmente a desigualdade de rendimentos, que apesar das oscilações, após o plano real permaneceu em patamares elevados no Brasil.

Segundo dados da CEPAL (2003) em 1990, 48% da população brasileira viviam abaixo da linha da pobreza, já no final da década, em 1999, esse número foi reduzido passando para 37,5%.

No governo neoliberal de Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), a reforma do Estado voltou-se para o mercado com a abertura comercial e a reestruturação produtiva geradora de desemprego. Esse governo seguiu na contramão dos direitos sociais, pois incentivou a desregulamentação de direito, manteve um Estado mínimo, cortou gastos sociais, dentre outras iniciativas que deixam grande parte dos cidadãos à deriva, lutando pela sua sobrevivência.

No âmbito da Política Social “Collor vetou a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, demonstrando pouca disposição de implementar o conceito de Seguridade Social preconizado na Constituição” (BEHRING, 2008, p.154).

A política de Assistência Social do governo Collor foi concebida de forma marginal, residual e emergencial, conforme explicita Raichelis (2007, p.97):

A concepção residual da assistência social revela-se na natureza das ações propostas, estritamente limitadas as camadas mais carentes da população, atribuindo-se aos mecanismos do mercado o papel de suprir as necessidades de reprodução social. À assistência social cabe, portanto, a atenção aos “incapacitados” para o trabalho, que, por “deficiências individuais”, não conseguem vencer a competição dentro das regras estabelecidas pelo mercado. É dessa forma que a perspectiva neoliberal se apropria da política assistencial.

O Estado no governo Collor se ausentou da responsabilidade pública na garantia dos direitos sociais aos cidadãos, intensificando situação de insegurança econômica e social de muitos trabalhadores e suas famílias.

O curto período desse governo (1990 a 1992), deixou marcas desastrosas na área social e em outros setores, levando-o ao impeachment, o seu vice Itamar Franco assumiu a presidência após o processo de impeachment, a esse cenário Raichelis (2007, p.99) relata que:

Quando o presidente Itamar assumiu o governo, encontrou a área social totalmente desarticulada, sem recursos definidos para os programas sociais. Foi organizada a assessoria para Assuntos Sociais, ligada à presidência da República, que passou a desempenhar o papel de articulação dos setores sociais do governo, envolvendo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da

presidência da república (Seplan), os ministérios do Bem-Estar Social, da agricultura, da saúde e da educação.

Ainda que o governo de Itamar Franco tenha aprovado a Lei Orgânica da Assistência Social e criado o Plano de Combate à Fome e à Miséria, não conseguiu avançar no combate à pobreza, à indigência e nem mesmo à fome no país, nem na diminuição das desigualdades sociais.

Seguindo a lógica de contrarreforma, de acordo com os ditames neoliberais, o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) evidenciou altos índices de desemprego, empobrecimento de muitos trabalhadores, desestabilização trabalhista e a perda de garantias constitucionais, havendo um aumento da demanda por serviços sociais.

O modelo econômico brasileiro que vai se firmando sob a égide neoliberal pode ser considerado um dos maiores responsáveis pelo acentuado aumento da desigualdade social, da pobreza, do desemprego e da precarização do trabalho na década de 1990 e nos anos seguintes.

Sobre esses ajustes neoliberais no âmbito do Estado brasileiro, Behring (2008) em sua tese sobre a reforma do Estado mostra que estamos diante não de uma “reforma”, mas de uma contrarreforma que anula conquistas importantes dos direitos de cidadania.

A gestão do Governo de Fernando Henrique Cardoso foi, na área da Assistência Social, uma mistura de conservadorismo e modernidade neoliberal, privilegiando o setor privado, dando continuidade a mercantilização e privação das políticas sociais, o que impediu durante o seu governo o avanço das políticas sociais, especialmente a da Assistência Social.

Os efeitos socioeconômicos desse governo impactaram diretamente no empobrecimento da população trabalhadora, que não pôde contar com uma rede de proteção social, ainda em construção no país, conforme assegurado na Constituição Federal.

Para Kowarick (2009) o período que vai de 1990 a 2000 apresentou *déficits* nos aspectos civis, sociais e econômicos da cidadania, resultando inúmeras formas de vulnerabilidade quanto ao emprego, aos serviços de proteção social ou ao aumento da violência criminal.

Por fim, o Governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado no campo da Assistência Social por ações seletivas e focalizadas, reconhecendo o agravamento da pobreza através da carência da sociedade e não pela afirmação de direitos.

Com o término desse governo e já no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, mesmo dando continuidade ao legado neoliberal, o campo da Assistência Social obteve um grande avanço a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada no referido ano, denominada LOAS-10, em comemoração aos 10 anos de LOAS, que apontou como a principal deliberação a Construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), requisito essencial da LOAS para dar efetividade à Assistência Social como política pública (PNAS, 2004).

Assim, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) resolveu por meio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004), art. 1º, aprovar, por unanimidade, em reunião do Colegiado, de 22 de setembro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). É, portanto, nessa política que são definidas as bases para o novo modelo de gestão da política pública da Assistência Social, ou seja, o SUAS⁸.

Contudo, apesar do conceito chave da assistência social ser a Proteção Social, o que se observa em muitos municípios brasileiros é o descaso com a execução dos serviços socioassistenciais onde se destaca, principalmente a falta de infraestrutura, de pessoal e de recursos para o atendimento e acompanhamentos dos usuários do SUAS.

Nos municípios amazônicos em que a proteção social “tem que tomar etnias e agrupamentos culturais e ocupacionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, etc) como coletivos sujeitos de direitos e suas culturas como protagonistas da história de resistência da Amazônia” (TEIXEIRA, 2013, p.190), o desafio em fazer acontecer os serviços de proteção social é maior.

⁸ O SUAS configura-se em um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira, sendo considerado uma verdadeira revolução da assistência social brasileira. Do campo do favor passa para o campo dos direitos de cidadania, cumpre afirmar que sua realização é fruto de intensos debates e ação coletiva.

O que se constata são determinadas ações que não se enquadram na realidade amazônica, como exemplo, cita-se o Programa Bolsa Família voltado para a realidade indígena e quilombolas, onde suas famílias “seguem as mesmas regras que os demais em relação as condicionalidades nas áreas de saúde, educação e assistência social dos beneficiários do Programa do Bolsa Família” (PNUD, 2011, p.19).

Regionalizar o SUAS na Amazônia requer que CRAS e os CREAS deixem de ser unidades isoladas, e instrumentalizem-se de forma adequada para o atendimento dos diferentes povos da Amazônia. Para tanto, compreende-se a necessidade de investimentos, fato que não tem ocorrido, a contrapartida municipal fica a desejar.

O SUAS prevê equipamentos regionais como lanchas e automóveis para realização de ações e atendimentos de ribeirinhos e comunitários, mas na realidade o que se constata em localidades amazônicas é um descaso com esses equipamentos, uma vez que as prefeituras não têm disponibilizado recursos para cobrir despesas para a sua manutenção, fato constatado nos *lôcus* da pesquisa de campo.

São constatações como essas que nos levam a questionar a responsabilidade do Estado na garantia e efetivação da assistência social como direitos de cidadania. A lei do SUAS vai ficando no papel, enquanto não houver uma verdadeira articulação entre os entes federados responsáveis em fazer acontecer o que rege a política de assistência social no Brasil. O que de fato deveria ser implementado, fica bem distante do que realmente tem sido realizado e executado no âmbito do SUAS.

Ainda em relação à assistência social no governo de Luiz Inácio da Silva, em muitos momentos prevaleceram os programas de transferência de renda em detrimento à Política de Assistência Social.

Como estratégia de enfrentar a fome e a miséria no Brasil, esse governo em seu primeiro mandato iniciado em 2003, teve o Programa Fome Zero como carro-chefe da política social, que ficou sob a responsabilidade do recém-criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar.

O Fome Zero não se limitava ao objetivo de segurança alimentar, mas reunia cerca de 30 tipos de ações de natureza diversa focados nos pobres. Reconhecia a pobreza como uma síndrome multidimensional de carências e elegia os pobres como clientela prioritária da política social devido à sua vulnerabilidade (...). (ROCHA, 2013, p.80).

Este programa que substituiu o Programa Comunidade Solidária do governo anterior, recebeu duras críticas, pois em muitos municípios foi utilizado de forma eleitoreiro devido ao forte apelo popular e por utilizar a fome como o cerne da pobreza no Brasil, sendo que a questão da fome, já não era mais crítica no país.

Embora incluindo uma série de ações que pretendiam atuar no combate à pobreza em diferentes frentes, do apoio voltado para a agricultura familiar, o Fome Zero incluía como destaque um mecanismo de transferência de renda – denominado cartão Alimentação (IDEM, p.82).

Portanto, ainda em 2003, com menos de um ano, o governo lança a partir da medida provisória 132 de 20.12.2003, o Programa Bolsa Família (PBF), o qual passou a ser considerado o maior programa de transferência de renda do Brasil.

O PBF é resultado da unificação de quatro programas federais, a saber: O Programa Nacional de Rendas Mínima vinculado à educação – Bolsa Escola (2001); o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA (2003); o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Saúde – Bolsa Alimentação (2001) – e o Programa Auxílio Gás (2002) (OLIVEIRA, 2009).

De acordo com o MDS (2015) o Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil, possui três eixos principais: **Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. **Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Durante o governo Lula houve a redução da pobreza no país, de acordo com dados oficiais, tendo como mola motriz dessa redução o Programa Bolsa Família, ganho real do salário mínimo, geração de empregos formais, crescimento da renda do trabalho e expansão das Políticas Públicas.

Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), desde o fim da recessão de 2003, a economia brasileira cresceu em todos os anos o que contribuiu para que a desigualdade de renda caísse continuamente desde 2001, o aumento do salário mínimo e as transferências de renda dos programas sociais foram fatores cruciais para melhoria desses indicadores.

Embora o Brasil tenha diminuído de forma significativa a pobreza extrema, ainda encontra importantes desafios, principalmente em garantir a capacidade operacional de priorizar, implementar e monitorar políticas antipobreza e que garanta de fato o acesso aos direitos de cidadania com qualidade.

Pochmann (2010) analisa que desde o final da primeira metade dos anos 2000, observa-se o surgimento de um novo padrão de mudança social no Brasil, que teve como fatores principais a combinação da expansão da renda nacional *per capita*, com a queda na desigualdade pessoal na renda.

No governo Lula os avanços na área social foram visíveis, enquanto no governo FHC a abrangência do Bolsa escola era de 5,5 em 2001, no Governo Lula a abrangência girou em torno de 13,9 milhões de famílias. Assim, como houve o aumento dos demais programas e serviços sociais. Em um comparativo com o governo atual (2017) do presidente Michel Temer, o Brasil regrediu nos programas sociais e houve o aumento de famílias pobres, que segundo o IBGE, houve o aumento de 53 milhões de famílias pobres de 2014 a 2017.

Apesar dos avanços em várias áreas, o governo Lula foi marcado por denúncias de corrupção, envolvendo sua cúpula e o crescimento dos gastos públicos desse período, que também gerou uma grande expansão da dívida externa, desse modo, esse governo foi permeado por bons e maus momentos.

A ampliação de ações na área social dá continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011-2016), quando foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria e

o Programa Minha Casa Minha Vida com o objetivo em superar a extrema pobreza no Brasil.

O Plano Brasil Sem Miséria é baseado em três eixos, sendo eles: Garantia de Renda, que inclui o Cadastro Único e Busca Ativa; o Programa Bolsa Família; o Benefício de Prestação Continuada e a Ação Brasil Carinhoso. O eixo Acesso a Serviços centra-se nas seguintes ações: creches no Brasil Carinhoso; escola em tempo integral; Unidades Básicas de Saúde; Assistência Social. O terceiro eixo Inclusão Produtiva possui uma subdivisão - Urbana e Rural: na área urbana tem o Pronatec e o ACESSUAS Trabalho, e na área rural apresenta a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e Fomento, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Água para Todos e Programa Bolsa Verde (BRASIL, Cartilha Brasil sem Miséria, 2013).

Assim como nos programas dos governos anteriores, esse Plano é centrado na focalização que se vincula principalmente ao combate à extrema pobreza com orientações do Banco Mundial, que sinaliza recomendações focalizadas nos pobres, com premissas que reforçam a ideia do aumento de capacidades e oportunidades⁹ que inclusive estão contidos nos planos.

O governo de Dilma Rousseff também viveu momento bons e ruins apontados por indicadores econômicos e sociais e teve seu segundo mandato abreviado pelo Congresso Nacional com a aprovação do impeachment em 2016.

Em 12 de maio de 2016, Michel Temer assume a Presidência da República em meio a um caos político, sendo alvo de rejeição de grande parte da sociedade brasileira. Também iniciou o governo com uma série de propostas de reformas, como na área da educação, com o novo programa do ensino médio e a PEC que estabelece um teto para os gastos públicos, ambos aprovados, além da proposta da reforma da previdência e trabalhista, que tem gerado muitas críticas e discussões contra e a favor de sua aprovação.

⁹ Amartya Sen compreende também a pobreza como privação das capacidades básicas do indivíduo e não apenas como baixa renda. Sua maior contribuição foi mostrar que o desenvolvimento de um país também está ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania com segurança, liberdade e cultura.

Após um ano à frente do governo sem conseguir avançar na estabilidade econômica e em meio a um caos na área social que atinge aproximadamente 13 milhões de desempregados no primeiro semestre de 2017, o governo Temer aprofunda sua crise política com denúncias de corrupção.

No âmbito da assistência social, o SUAS está passando por um desmonte nesse governo, o mesmo tem realizado um corte brutal (90%) no orçamento da assistência social e tem tomado essa política pública como espaço assistencialista e eleitoreiro.

Esse corte nos recursos recairá diretamente às famílias, sob o risco de não terem seus direitos atendidos, aos trabalhadores do SUAS e a intensificação do sucateamento dos CRAS, CREAS e de toda rede socioassistencial.

O Desmonte do SUAS representa um ataque principalmente a população em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, são medidas neoliberais acompanhadas de contrarreformas que ameaçam as conquistas e os direitos dos trabalhadores, o que resultará em ampliação das vulnerabilidades e restrição ao acesso à assistência social.

É sob esse mal-estar político, econômico e social que o Brasil segue na incerteza do amanhã frente as contrarreformas sob uma intensa gestão neoliberal. Diante da digressão de direitos da população brasileira, haverá a ampliação da demanda por proteção social, mas com recursos reduzidos para a área social, onde muitas famílias ficarão sem acesso à proteção social.

2.2 Proteção Social, Assistência Social e Vigilância Socioassistencial: uma tríade necessária para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais

A proteção social na perspectiva de proteger o cidadão contra os riscos pessoais e sociais inerentes aos ciclos de vida, tem o grande desafio de enfrentar os diversos fatores que configuram situações de risco e vulnerabilidades sociais, como a ausência ou precariedade de renda, desemprego, trabalho informal, acesso frágil ou inexistente aos serviços públicos, fragilização dos vínculos familiares, tantas outras situações que

revelam a relevância da proteção social, principalmente das políticas de Seguridade Social em conjunto com as demais políticas públicas brasileiras.

Porém, como bem sinaliza Sposati “ter um modelo brasileiro de proteção social não significa que ele já exista ou esteja pronto, mas que é uma construção que exige muito esforço de mudanças” (2009, p.17).

Acredita-se que para a concretização do modelo de proteção social não contributiva é necessário ter em vista o cidadão usuário e não o carente, o necessitado.

Na sociedade brasileira a proteção social se deu pela vinculação com o trabalho a partir da década de 1930, tendo suas bases implantadas a partir de uma estrutura ocupacional e do acesso a benefícios vinculados a contribuições pretéritas.

Raichelis (2007) observa que o período que segue a partir de 1930, refere-se à centralização e a regulamentação das relações capital-trabalho realizadas pelo Estado corporativo. O período que vai de 1945 a 1964, a expansão do sistema de proteção social baseou-se nos marcos já estabelecidos com a seguinte recorrência: seletivo (no plano dos beneficiários), heterogêneo (no plano dos benefícios) e fragmentado (no plano institucional e financeiro).

A partir dos anos de 1980, a proteção social ganha sustentação na Carta Magna brasileira, e a assistência social no campo da Seguridade Social inscrita na Constituição Federal, apresenta-se como uma política de proteção social afiançadora de direitos, com o objetivo de garantir a prestação de serviços socioassistenciais.

Com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, a assistência social passa a garantir a *segurança de sobrevivência*¹⁰; *de acolhida*¹¹ e *de convívio*¹², sendo de responsabilidade do Estado.

¹⁰ A **segurança de sobrevivência** (de rendimento e de autonomia) é “a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho” (BRASIL, PNAS, 2004, p. 32).

¹¹ A **segurança da acolhida** se inicia com a provisão de necessidades humanas básicas e autonomia dessas provisões, sendo um canal aos que buscam a proteção afiançada. (BRASIL, PNAS, 2004).

¹² A **segurança do convívio** “supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situação de perdas das relações” (BRASIL, PNAS, 2004, p.32).

A política de Assistência Social ao garantir essas devidas seguranças implica diretamente na defesa de direitos humanos, mas não é de sua responsabilidade o atendimento de todas as necessidades humanas de proteção. Nesse sentido, ela não é a política específica para o atendimento das necessidades de proteção social dos pobres, cumpre também o papel das várias políticas sociais e econômicas.

Pode ser considerado um mito, pensar que a assistência social por si só, combaterá a desigualdade e a pobreza. Se não houver a integração das demais políticas públicas e investimentos, pouco se avançará.

Contudo, as classes dominantes têm invocado a Política de Assistência Social com esta finalidade de combate à pobreza e a desigualdade social, assim como parte significativa da população tem concebido a assistência social a tarefa de ser a política de proteção social e não parte dessa política, tratando-se, portanto, de um fetiche social (MOTTA, 2008).

A Política de Assistência Social por entender que a proteção exige ações preventivas, passou a se configurar sob três funções, que para além da *proteção social*, que é uma de suas funções, ela deve manter a *vigilância social* e a *defesa de direitos socioassistenciais*, como funções também precípuas.

Essas funções se relacionam e uma complementa a outra, a vigilância ao identificar os distintos graus de riscos e vulnerabilidades contribui para a efetivação da proteção social e dos direitos socioassistenciais, sendo uma função estratégica para planejar e priorizar ações de inclusão social.

De acordo com a NOB SUAS (2012), em seu Art. 88, a Vigilância Socioassistencial deve manter estreita relação com as áreas diretamente responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais à população nas formas de Proteção Social Básica e Especial, conforme demonstra a seguir:

Figura 01: Funções da Assistência Social na PNAS.



Fonte: CapacitaSuas 2013.

No que compete à Proteção Social Básica da Assistência Social, esta prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos de acolhida, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos de forma a superar as condições de vulnerabilidades e a prevenir as situações de risco (PNAS, 2004).

Estes serviços da Proteção Social Básica são executados nos Centros de Referência da Assistência Social, em unidades básicas e públicas de Assistência Social, além de entidades e organização deste campo. Essas instituições devem utilizar informações produzidas e processadas pela vigilância socioassistencial, por isso, se faz importante sua implementação nos diversos e diferentes territórios no âmbito do Brasil.

Segundo a PNAS (2004, p.42) é função da vigilância socioassistencial a:

Produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos); pessoas com redução da capacidade pessoal, com deficiência ou em abandono; crianças e adultos, vítimas de formas de exploração; de violência e de ameaças; vítimas de preconceito por etnia, gênero e opção pessoal; vítimas de apatamento social que lhes impossibilite sua autonomia e integridade, fragilizando sua existência; vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social em especial aqueles que operam na forma de albergues, abrigos, residências, semi-residências, moradias provisórias para os diversos segmentos etários. Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos.

Esta função da política operacionalizada no âmbito do SUAS, fortalece as funções de proteção social e defesa de direitos, a medida em que produz informações sobre as incidências de riscos e vulnerabilidades, necessidades, ofertas e demandas nos diferentes territórios brasileiro.

O artigo 2º da LOAS (LEI nº12.435 de 2011) afirma que a vigilância socioassistencial visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.

Este artigo que evidencia a vigilância como um dos objetivos da LOAS, aponta a importância da vigilância como uma das funções da Política de Assistência Social afiançada no âmbito do SUAS, que consiste na localização, conhecimento, monitoramento das situações de vulnerabilidades e riscos que se operam no cotidiano da vida dos usuários da política, sendo um mecanismo essencial de prevenção e proteção.

A Vigilância Socioassistencial objetiva detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Deve buscar conhecer a realidade específica das famílias e as condições concretas do lugar onde elas vivem e, para isso, é fundamental conjugar a utilização de dados e informações estatísticas e a criação de formas de apropriação dos conhecimentos produzidos pelas equipes dos serviços socioassistenciais, que estabelecem a relação viva e cotidiana com os sujeitos nos territórios (BRASIL, Orientações Técnicas da vigilância socioassistencial, 2010, p.04).

O campo de atuação da vigilância opera, tanto na produção de conhecimento sobre vulnerabilidade e riscos, como sobre os padrões de serviços contribuindo para a efetivação das ações no âmbito da política de assistência social, devendo ser constituída nos municípios, Estados e Distrito Federal.

A NOB/SUAS (2012) que dedica um capítulo inteiro para a vigilância social em seu artigo 90 considera que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir a área da vigilância Socioassistenciais diretamente vinculada aos órgãos gestores da política de assistência social, dispondo de recursos de incentivo à gestão para a sua estruturação e manutenção.

A NOB reconhece que a vigilância deve ser instituída em todos os entes federados e com total apoio para a sua formalização, pois além de identificar as vulnerabilidades e riscos dos territórios e das demandas por serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial e a oferta de serviços, também contribui com as áreas de gestão com a produção de diagnósticos, índices, indicadores, planos, etc.

Ainda há uma carência em todo território nacional da estruturação de um sistema de informação, monitoramento e avaliação e da própria instituição da

vigilância social como uma área de gestão da informação, como ferramenta estratégica dedicada a apoiar as atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais.

Em âmbito amazônico, a vigilância socioassistencial se faz de suma importância, mas ainda não há uma visibilidade dessa importância, constatado em estudos já realizados.

O estudo realizado por Valente (2015) sobre a Proteção Social voltada à pessoa com deficiência no município de Parintins-Am, lócus deste estudo, revela a fala do secretário de assistência social, sobre a vigilância social no município o qual reconhece que “a vigilância socioassistencial é muito nova no Brasil [...] vigilância pede muito conhecimento estatístico, conhecimento cartográfico, geográfico também [...]. A vigilância socioassistencial é um desafio para nós, que é uma equipe multidisciplinar” (p.104).

O mesmo alega que a vigilância tem se dado através da Secretaria, dentro do CRAS, mas que ainda não tem um mapa do território de onde estão as famílias em situação de vulnerabilidades e riscos.

A fala nos aponta que ainda não houve a implementação da vigilância social no município de Parintins, elucidando a estatística da realidade nacional em que os municípios se sentem desafiados na estruturação de um sistema de vigilância social, de informação, monitoramento e avaliação.

Nota-se que a NOB, evidencia a relação da vigilância, informação, monitoramento e avaliação, que formam um dos eixos estruturantes de gestão do SUAS. Esses eixos são considerados mecanismos estratégicos para melhor atuação no tocante às políticas sociais, sendo providências urgentes e ferramentas essenciais para a consolidação da política de assistência social.

Por isso, a vigilância não é uma área isolada da gestão responsável pela produção de informação, ela deve atuar em conjunto com o monitoramento e a avaliação da oferta e da demanda de serviços socioassistenciais.

Ao investigar onde estão, quantos são os que demandam por proteção social e qual é a capacidade dos equipamentos e serviços para suprir suas necessidades, a vigilância enquanto um instrumento de conhecimento, requer o suporte de um sistema de informação, monitoramento e avaliação estruturado para exercer sua função de forma efetiva.

Nos Municípios amazônicos há a necessidade de incorporação de “novas tecnologias aos trabalhos da assistência social, formando um banco de dados sobre a Questão Social na Amazônia, organizando o acervo de informações” (TEIXEIRA, 1997, p.112).

Mas, muitos municípios encontram-se desafiados frente aos componentes amazônicos como as distâncias intermunicipais e as vias de deslocamento aéreo, fluvial e terrestre com implicações espaço/tempo, principalmente fluvial.

Portanto, a instituição e implementação desses instrumentos de gestão regional do SUAS amazônico, significará avanços de suma importância para a gestão da assistência social, pois representam estratégias de intervenção social, com vistas a prevenir e monitorar riscos, assim como preparar diagnósticos locais e regionais.

A identificação dos distintos graus de vulnerabilidade dos diferentes territórios no âmbito dos municípios, dos estados e do país é absolutamente fundamental para que possamos planejar e priorizar as ações voltadas aos territórios mais vulneráveis. Contudo, também se faz necessário desenvolver métodos e meios para identificar quais famílias se encontram em maior vulnerabilidade no interior de cada território. Se precisamos conhecer e reconhecer as diferenças e desigualdades que distinguem os territórios, igualmente precisamos conhecer as singularidades das famílias e, por consequência, reconhecer os distintos graus de vulnerabilidades das famílias que habitam um mesmo território. A identificação dessas famílias e a inclusão das mesmas nos serviços, programas, projetos ou benefícios do SUAS materializa grande parte dos objetivos da Vigilância Socioassistencial, tornando real a contribuição dessa área para a efetivação da proteção social e dos direitos socioassistenciais (BRASIL, Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, 2013 p.05).

Diante do exposto, verifica-se a importância da relação da Vigilância com a Busca Ativa¹³ para identificação e inclusão das famílias, uma vez que o grande desafio da vigilância está direcionado para o atendimento daqueles que não acessam à política e que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social.

Na Amazônia, as implicações regionais de deslocamento devido ao vasto território é um dos fatores que deixam muitas famílias ainda invisíveis para as

¹³ A Busca Ativa deve se desdobrar em três estratégias, a saber: Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único, Busca Ativa para acessar benefícios, Busca Ativa para acessar serviços.

políticas públicas, há muitos adultos e crianças que não têm a sua documentação de cidadão e que deixam de exercer os seus direitos.

São povos que necessitam ser visibilizados pela vigilância e busca ativa. Assim, para que ocorra uma ação efetiva é importante a capacitação da equipe para que não se confunda, Vigilância com Busca Ativa e até mesmo com monitoramento, são processos relacionais, complementares, mas cada um tem sua função específica para a realização da devida proteção social.

São processos que compõe a Vigilância Social, uma vez que esta elabora diagnósticos de vulnerabilidades e riscos sociais, realiza o mapeamento da cobertura da rede prestadora de serviços, identifica a demanda e oferta, realiza planejamento das ações, e interage com o monitoramento e avaliação, de forma que permite traçar uma visão de totalidade da realidade.

Valente (2015) buscou compreender como a equipe de referência dos CRAS de Parintins, realiza o trabalho social para localizar as vulnerabilidades de famílias com pessoas com deficiência na área de abrangência dos centros.

Para tanto, os depoimentos dos profissionais entrevistados pela autora destacaram o uso de procedimentos técnico-operativos, tais como: Busca Ativa, cadastro da pessoa com deficiência e da família, encaminhamento, Cadastro Único, acompanhamento, visita domiciliar e outros, como mecanismos utilizados para identificar a realidade social dos usuários. Dentre esses, a busca ativa foi um dos instrumentos mais citados pela Equipe de Referência dos CRAS pesquisados.

O estudo de Valente em Parintins, aponta que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SEMASTH), tem como instrumentos mais precisos o 'CadÚnico' e a 'Busca Ativa' para obter informações e identificar os riscos e vulnerabilidades sociais no município.

Esses instrumentos são processo que fortalecem a vigilância dando mais eficiência aos seus conceitos-chave como risco, vulnerabilidade e território, que ao se interrelacionarem propiciam um modelo para análise das relações entre as necessidades de proteção social e as respostas da política de assistência social, em termos de oferta de serviços e benefícios à população.

A vigilância compreende que as situações de riscos e vulnerabilidades não se apresentam de forma igual, há graus e particularidades que requerem diferentes ações das políticas, em especial à política de assistência social.

No caso da Amazônia “gestores, conselheiros e trabalhadores do SUAS, devem particularizar os serviços e benefícios socioassistenciais no que toca aos direitos dos povos da Amazônia e mais especificamente dos grupos étnicos (direitos indígenas, quilombolas e direitos ambientais)” (TEIXEIRA, 2013, p.196).

Teixeira, também chama atenção para que não se individualize pessoas, em detrimento do grupo ou da etnia. “Ser indígena ou quilombola não é um atributo que funciona como agravante da condição de ‘pobre’. Não confundir o ser “típico” com o ser pobre” (2013, p.196).

Portanto, a vigilância só se concretizará nos municípios se for apreendida a partir de uma nova cultura, a cultura da informação, que possibilitará uma nova forma de atuação, de enxergar a realidade e propor novas formas de atuação nessa realidade.

O desafio é tornar real a vigilância para os municípios e usuários, todos os municípios do país, mesmo que sejam de pequeno porte, devem implantar a vigilância.

No estado do Amazonas, apenas o município de Manaus deu início ao debate para implantação da vigilância socioassistencial. No município de Parintins, o segundo mais populoso do estado, ainda não tem previsão para a implantação da vigilância.

Segundo o coordenador da Proteção Social Básica do município, Parintins precisa de recursos para formar uma equipe específica que fique à disposição deste setor, pois há a necessidade de profissionais que façam leitura de dados, sistematizem e realizem o trabalho no campo.

Em muitos municípios brasileiros ainda há a fragilidade na elaboração de diagnóstico, que é uma das atividades da vigilância e que requer conhecimento e profissionais específicos. Para tanto, os CRAS do município de Parintins ainda têm pouca informação sobre os diagnósticos de onde atuam.

As informações da vigilância, da busca ativa, do monitoramento e avaliação é bastante importante para conhecer o tipo, o volume e a qualidade dos serviços que estão sendo ofertados para a proteção social da população.

O município de Parintins ainda se sente desafiado na implantação da vigilância socioassistencial. Precisa-se de um olhar mais aprofundado sobre a importância da vigilância, diante de necessidades e demandas que não são atendidas, justamente por não serem identificadas e compreendidas, comprometendo, assim, a oferta com qualidade.

Para isso, a vigilância socioassistencial destaca a importância do território, colocando-o como um conceito-chave que ao interagir com os riscos e vulnerabilidades, permite compreender como se configuram territorialmente as necessidades e demandas por seguranças socioassistenciais.

A Política de Assistência Social do SUAS ao considerar a alta densidade populacional do país, o alto grau de heterogeneidade e a desigualdade socioterritorial, evidencia a vertente territorial como urgente e necessária a ser implementada pelos municípios.

Koga (2011, p.33) apresenta o território como o chão do exercício da cidadania:

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresenta-se desiguais.

Para além da paisagem, o território expressa os atores, as interações de poder, lugar de vida coletiva, de políticas públicas, de condições de vida dos sujeitos e famílias que apontam as suas potencialidades ou vulnerabilidades.

É sob esse sentido que o território como espaço de vida e cidadania, pode ser interpretado como objeto de intervenção/atuação das políticas sociais, pois é nele que se revelam às múltiplas expressões da questão social.

Para Koga “o território diz respeito não somente aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão

subjetiva, que aparece de forma também concreta através das manifestações de sofrimento, desejos, expectativas, etc.” (2011, p.40).

A leitura sobre o território tem que ser de totalidade, pois atravessa a dinâmica da realidade que acontece nos bairros, nas comunidades, nas cidades, nas famílias que se encontram, tanto em realidades urbanas, como rural com particularidades, demandas e necessidades específicas.

Segundo Teixeira (2013) a região amazônica põe um desafio diferente ao princípio da territorialidade. Sua particularidade regional pede especificidade na leitura da realidade social em seu território, e pede a introdução de ativos na potencialização da proteção social no âmbito do SUAS.

Por isso que se faz importante a capacitação de uma equipe para que esteja apta a realizar o trabalho da vigilância socioassistencial, que possa captar as particularidades de cada grupo ou etnia regional, e saber interpretar as demandas da população e oferta da política.

Valente (2015) aponta que os profissionais dos CRAS no município de Parintins não obtêm o conhecimento necessário sobre os serviços socioassistenciais ofertados na rede socioassistencial.

Desse modo, aponta que apenas duas assistentes sociais de um universo de oito profissionais demonstraram o entendimento, quanto ao que efetivamente quer dizer sobre a vigilância dos padrões de serviços socioassistenciais ofertados pelos CRAS. As respostas dos demais profissionais evidenciam pouco domínio sobre o que de fato seja a vigilância dos padrões de serviços socioassistenciais e sobre a legislação que o normatiza.

Pode-se afirmar que somente o mapeamento das vulnerabilidades e da proteção não é suficiente, a realidade precisa do conhecimento dos técnicos do CRAS, para atuarem com indivíduos e famílias em desproteção social e saber interpretar de forma efetiva as informações produzidas pela vigilância.

A análise da adequação entre as necessidades da população e as ofertas dos serviços e benefícios socioassistenciais, vistos na perspectiva do território, deve constituir-se como objeto central e de permanente reflexão da Vigilância Socioassistencial, o que possibilita permitir traçar melhores ações e estratégias para prevenção e para redução de agravos, objetivando sempre o

fortalecimento da função de proteção social do SUAS (BRASIL, Capacitasuas, 2013).

Diante da discussão deste item sobre a proteção social, Assistência Social e vigilância social como uma tríade que deve estar em constante movimento, abordaremos no próximo item o CRAS, como a porta de entrada da proteção social básica do SUAS, que atende o principal programa de transferência de renda, o PBF, e o principal serviço da proteção social básica, o PAIF.

2.3 Proteção Social Básica: O CRAS no atendimento às famílias do PBF no município de Parintins-Am

O CRAS é entendido como “unidade pública estatal descentralizada da política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único da Assistência Social” (BRASIL, Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p.09).

O seu objetivo central é o de prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (IDEM).

Esta unidade pública é muito necessária em um município em que o Índice de Desenvolvimento Familiar é de 0,55 considerado baixo, esse dado sinaliza o quanto o município de Parintins precisa avançar, principalmente para alcançar melhores resultados no que diz respeito ao acesso ao trabalho, ao conhecimento e a disponibilidade de recursos.

Nas últimas décadas a família, principalmente a família pobre e vulnerável, tem se tornado elemento central de intervenção das políticas públicas sociais, inclusive da Política de Assistência Social, sendo alvo privilegiado dos programas sociais.

Na Política de assistência social são considerados serviços da proteção social básica, aqueles que potencializam as famílias como unidade de referência, visando o fortalecimento dos vínculos através do protagonismo de

seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, a socialização e o acolhimento em famílias, cujos vínculos familiares não foram rompidos e também a integração ao mercado de trabalho, tais como (BRASIL, PNAS, 2004, p.37):

- Programa de Atenção Integral às Famílias;
- Programa de Inclusão Produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza;
- Centro de Convivências para idosos;
- Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Centro de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Estes serviços do CRAS devem ter caráter preventivo, protetivo e proativo, atendendo a matricialidade sociofamiliar e a territorialização que são dois grandes eixos estruturantes do SUAS.

Desse modo, o CRAS assume as funções de oferta pública do trabalho social, com famílias do PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de Proteção Social Básica.

A seguir far-se-á uma breve apresentação sobre o CRAS Santa Rita e o CRAS Vila Amazônia:

✓ **CRAS Santa Rita**

O CRAS Santa Rita recebe o nome do bairro Santa Rita, o qual possui uma população de 2.120 habitantes (IBGE, 2010). Em junho de 2016 este CRAS mudou-se para o bairro Nossa Senhora de Nazaré, localizado na rua Raul Góes, em uma instalação alugada conhecida como Bom Samaritano, contudo, permanece com o nome do bairro anterior.

Segundo as orientações técnicas “o CRAS deve ser uma unidade de referência para as famílias que vivem em um território. A mudança de endereço pode constituir um fator que põe em risco esta referência” (BRASIL, Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p.49).

De acordo com uma Assistente Social deste CRAS, as estratégias para minimizar estes fatores de risco, encontram-se nas visitas domiciliares aonde vão informando sobre a mudança de endereço e divulgam na rádio do município, que tem grande audiência.

As falas das famílias do bairro, apontam a dificuldade que hoje enfrentam devido a mudança de endereço do CRAS para outro bairro:

Eu frequento o CRAS faz tempo, desde que era lá no bairro Santa Rita, agora mudou e ficou mais difícil ir para lá, até que tem um espaço legal, mas precisa melhorar muito (informante 01).

Era melhor quando era aqui no bairro agora ficou longe para gente, faz tempo que eu frequento o CRAS, em minha opinião cada bairro deveria ter o seu (...) (informante 05).

As informantes, de um modo geral, demonstraram insatisfação na mudança de endereço do CRAS, pois quem tinha uma frequência regular, passou a frequentar menos, devido as dificuldades de se deslocar de um bairro para outro.

Em visita ao CRAS Santa Rita, em seu novo endereço no bairro Nossa Senhora de Nazaré, verificamos uma presença maior das famílias desse bairro, principalmente das famílias que moram próximo.

Segundo a coordenadora do CRAS, as atividades deste estão distribuídas assim: acolhimento individual, visita domiciliar, grupos socioeducativos, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial. Também há oficinas para adolescentes, crianças e adultos onde realizam desenho artístico, pintura em tecido, desenho iniciante, dança e lazer.

Figura 02: CRAS Santa Rita.



Fonte: Registro Fotográfico, Pesquisa de Campo 2016/2017.

Os Serviços e Programas desenvolvidos neste CRAS, são os seguintes: PBF, PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), Busca Ativa, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosa, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania.

De acordo com as Orientações Técnicas do CRAS, o seu espaço físico deve necessariamente possuir ambientes que garantam a oferta do PAIF, “compatível com a capacidade/ano de atendimento de cada CRAS, além de ambiente específico que garanta o cumprimento de sua função de gestão territorial da proteção social básica” (BRASIL, Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p.50).

As orientações ainda sinalizam que o seu espaço físico deve ser compatível com os serviços nele ofertados. Deve conter, no mínimo, recepção; sala de atendimento; sala de uso coletivo; sala administrativa; copa e banheiros, também deve contar com mobiliário compatível com as atividades a serem ofertadas.

Além de ser acolhedor para facilitar a expressão de necessidades e opiniões, com espaço para atendimento individual, que garanta privacidade e preserve a integridade e a dignidade das famílias, seus membros e indivíduos.

De acordo com essas considerações, afirmamos que no CRAS Santa Rita a estrutura do espaço físico atende parcialmente aos critérios, pois não possui uma recepção, mas compõe-se dos demais elementos como: sala de atendimento (uma única sala para todos os profissionais), sala de uso coletivo e administrativa, copa, banheiros, automóvel e identificação visível, conforme mostrou a figura 02.

É imprescindível que o CRAS desempenhe suas funções e oferte com qualidade seus serviços socioassistenciais, sendo que a estrutura física é um componente que pode contribuir para um melhor acesso dos usuários da política de assistência social, sentindo-se acolhidos em um ambiente de caráter público adequado.

O espaço físico deve ser organizado de modo que as famílias o reconheçam como uma unidade pública que possibilita o acesso a direitos.

Porém, a pesquisa de campo tem mostrado que a estrutura do CRAS tão pouco atende as exigências das normas.

Dentre os exemplos, pode-se citar o caso da sala de escuta qualificada, que não se adequa aos critérios sugeridos, pois não há privacidade nos atendimentos, infringindo a ética do atendimento e muitas vezes constrangendo o usuário que tem que expor a sua vida. Esse fato, aliado a outras situações inadequadas, denota a precarização do CRAS o qual deve prezar pelo bem-estar dos usuários.

Em Parintins, esses espaços improvisados e alugados, implicam precarização nas orientações metodológicas dos serviços ofertados, pois como constatado, há uma alternância de atividades em virtude da precariedade do espaço do CRAS.

De acordo com Yazbek *et al* (2013, p.178):

Contando com espaços adequados, as equipes buscam direções metodológicas para o desenvolvimento do trabalho, enquanto espaços precários e improvisados tendem a acomodar a metodologia à ambiência limitada de trabalho, resultando, em muitas situações, na restrição do alcance quantitativo e qualitativo pretendido junto ao usuário.

Ao questionar as famílias do bairro Santa Rita, se o CRAS está adequado as atividades desenvolvidas, 50% concordam com a adequação, registrando a metade dos entrevistados com satisfação do ambiente às atividades.

Estes usuários que concordam já estão tão acostumados com o mínimo, que só o fato de conseguirem ser atendidos já se sentem satisfeitos, independente das condições em que eles são atendidos, não avaliando de fato o que é disponibilizado a eles.

Contudo, os que discordam (35%) apontam um problema ou outro, como o banheiro que precisa de melhorias, a sala de reuniões com as famílias, que não possui condicionador de ar, apenas um ventilador, configurando-se um ambiente em que não há um salão adequado para as atividades de convivência e 15% sinalizam que o ambiente está totalmente inadequado para as atividades.

A precarização dos espaços do CRAS, influencia nos atendimentos e nos serviços ofertados. Em época de verão intenso, torna-se inviável reunir famílias

em uma sala apenas com ventiladores, fato constatado pela pesquisadora que reuniu algumas famílias para uma conversa em grupo, tendo que ser breve devido ao intenso calor.

Outro fato da inadequação do espaço é a falta de uma recepção aos usuários da proteção básica, pois na mesma sala onde ocorrem os atendimentos, também é onde acontece a recepção.

A recepção é o primeiro momento do contato deste usuário, pois é um “espaço destinado à espera, transição, encaminhamento e, principalmente, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos” (BRASIL, Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p.51). Não ter um espaço de recepção é não garantir um acolhimento e informação adequada, deixando a desejar este espaço de garantia de direito.

Logo, as diretrizes que orientam as instalações do CRAS, não estão sendo cumpridas no município. “O CRAS requer da gestão municipal, condições de funcionamento, não somente operativas e administrativas, mas ancoradas na construção de uma identidade com as bases conceituais propostas pela PNAS” (YAZBEK, 2013, p.179).

Aliada à precarização do espaço, está a questão dos trabalhadores do SUAS, que estão em número insuficiente para atender a grande demanda, essa realidade é típica em todo território nacional “o quadro é insuficiente e frágil quanto ao desenvolvimento de capacidades, perfil e qualificação. Há quadros profissionais instáveis e forte presença de cargos em comissão” (YAZBEK, 2013, p.179).

Desse modo, as ações no âmbito da Proteção Básica da Assistência Social, que devem prever resultados e impactos sobre as situações de vulnerabilidade e risco sociais identificados nos territórios, ficam comprometidas, apesar dos esforços da equipe técnica.

Essa equipe também precisa ser capacitada para conhecer de forma mais eficaz a realidade do município e nele intervir, observando as situações de maiores vulnerabilidades sociais, a complexidade de desproteção social, as necessidades e demandas das famílias e indivíduos vulneráveis, bem como a oferta dos serviços e unidades da rede socioassistencial.

✓ **CRAS Vila Amazônia**

O CRAS no território da Vila Amazônia, situa-se na Rua Ministro Cabrera, localizado à margem direita do Rio Amazonas, pertencente ao município de Parintins-Am.

Este CRAS está situado em um prédio alugado pela Prefeitura Municipal de Parintins, é um espaço da Diocese Cristã, o qual a pesquisa revelou que muitas pessoas não frequentam o CRAS, por pensarem que a instituição esteja vinculada à religião católica, e muitos na comunidade pertencem a outras religiões e por isso recusam a busca dos serviços do CRAS.

Este é um grande desafio posto à Assistência Social na comunidade, desmitificar a ideia de que o espaço pertence a alguma religião e que está ali para benesse.

Compreender o CRAS como uma unidade pública que possibilita o acesso ao direito e que tem a missão de garantir atendimento principalmente às famílias em situação de vulnerabilidade social, é um desafio a ser vencido pela assistência social na Vila Amazônia. Essas famílias precisam compreender que são portadoras de direitos garantidos em leis e conquistados de forma coletiva.

A figura a seguir ilustra o CRAS da Vila Amazônia, que abrange 18 comunidades para atendimento:

Figura 03: CRAS Vila Amazônia.



Fonte: Registro Fotográfico, Pesquisa de Campo 2016/2017.

Verificamos que a instituição possui identificação visível, cumprindo as prerrogativas do SUAS, que sinaliza que “todos os CRAS deverão receber

identificação por meio de uma placa, de modo a garantir a visibilidade da unidade e o acesso facilitado às famílias beneficiárias” (BRASIL, Orientações Técnicas do CRAS, 2009, p.58).

O CRAS na Vila Amazônia funciona com os seguintes serviços, programas e benefícios, a saber: PAIF, PBF, SCFV, BPC, Serviço de PSB no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos, atendimento, acompanhamento, orientação e apoio na garantia dos seus direitos de cidadania e encaminhamentos para rede de proteção social em geral.

A equipe do CRAS da Vila atua com três assistentes sociais e duas psicólogas, sendo que destas, uma assistente social e uma psicóloga atuam na Busca Ativa. Ainda contam com apoio de técnicos de ensino médio para as atividades lúdicas, sociais e de arte com grupos socioeducativos.

Este quadro de profissionais apresenta-se de forma insuficiente, pois o CRAS da Vila fica responsável por atender as 18 comunidades, logo verifica-se uma fragilidade nas condições e relações de trabalho.

As Orientações Técnicas do CRAS (2009) sinalizam que a equipe de referência do CRAS deva ser constituída por profissionais responsáveis pela gestão territorial da proteção básica, organização dos serviços ofertados no CRAS e pela oferta do PAIF.

A NOB-RH/SUAS determina que toda a equipe de referência¹⁴ do CRAS seja composta por servidores públicos efetivos. Mas caso ainda não tenha ocorrido o concurso, a seleção desses profissionais deverá ser realizada mediante processo seletivo, regido pelos critérios da transparência, impessoalidade e capacidade técnica para o desenvolvimento das atribuições.

Em Parintins ainda não houve concurso público para os/as profissionais dos CRAS, mas tem ocorrido processos seletivos com contrato de duração de dois anos. Essa rotatividade de profissionais vem precarizando ainda mais os serviços e diminuindo a sua eficácia e efetividade, comprometendo a garantia e o atendimento dos direitos sociais da população.

¹⁴ A equipe de referência do CRAS diz respeito aos profissionais qualificados e comprometidos em garantir aos usuários do SUAS seus direitos socioassistenciais.

Em cada gestão municipal há a troca de profissionais de toda a equipe técnica, interrompendo um trajeto de acompanhamento e iniciando um novo ciclo de atendimento que poderá interferir na qualidade dos serviços ofertados.

Para Yazbek (2013) embora a implantação do CRAS tenha revelado abertura de postos de trabalho, ocorre elevada precarização destes postos. Em alguns municípios há a prevalência de vínculos empregatícios sob contratos temporários, estando a renovação de contratos condicionada às mudanças governamentais.

Desse modo, muitas necessidades sociais deixam de ser atendidas, muitas famílias ficam descobertas e alguns trabalhos tornam-se descontínuos, não havendo a compreensão que estes serviços fazem parte de uma política pública, e não apenas de gestão de governo, não querendo dar continuidade às gestões anteriores.

As profissionais do CRAS da Vila, atuam realizando acolhimento individual, visita domiciliar, grupos socioeducativos, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial, administração de benefícios, diagnóstico de vulnerabilidade e risco da área de abrangência e Busca ativa. Ou seja, são muitas as atividades para apenas 5 profissionais de nível superior atender as demandas de 18 comunidades.

No entanto, os serviços de proteção social do CRAS da Vila Amazônia, vêm apresentando dificuldades em sua execução, seja por falta de recursos ou de pessoal. Devido a esta situação, as comunidades mais longínquas não conseguem ser atendidas.

A questão geográfica influencia muito no processo de trabalho de profissionais da área, há comunidades que o acesso ocorre somente pelo rio e com horas de viagem e quando o acesso é pela estrada tem que enfrentar horas em estradas de barro ou com péssima pavimentação.

Teixeira (2013) discorre sobre os componentes que afetam o trabalho do SUAS na Amazônia, dentre eles estão as distâncias intermunicipais devido ao vasto território, o trabalho do SUAS também é afetado pelas diversificadas formas de trabalho, ocupação e estrutura familiar do território amazônico (populações ribeirinhas, povos da floresta, seringalistas, ocupação quilombola, garimpeiros, indígenas dentre outros).

Desse modo, frente a esses componentes a estratégia da equipe de referência do CRAS da Vila é percorrer apenas as comunidades que possuem famílias em descumprimento do PBF.

O CRAS é um espaço para todos e, por isso, necessita ir além das famílias em descumprimento das condicionalidades, conhecer os chamados “invisíveis” se faz precípuo.

Contudo, sabe-se que as condições de trabalho limitam a prática profissional, colocando-os frente às dificuldades de alcançar a população que está distante das políticas públicas. É um desafio que só poderá ser vencido com apoio dos gestores municipais da assistência social e do conhecimento da importância da vigilância socioassistencial.

Os profissionais do CRAS relataram que as dificuldades e limites profissionais se fazem presentes até para atender as comunidades mais próximas, pois há um carro à disposição do CRAS, mas não tem combustível, muito menos motorista.

As famílias das comunidades não possuem recursos financeiros para estarem no CRAS, há famílias que têm o benefício do Bolsa Família bloqueado ou cancelado, por não comparecimento ao CRAS, ou à coordenação do Bolsa família para resolver sua situação, devido as dificuldades para se deslocarem.

Obter uma visão social inovadora pautada na dimensão ética de incluir os “invisíveis” e compreendê-los, enquanto integrantes de uma situação social coletiva, se faz urgente e necessário para avançarmos na política de assistência social municipal.

Compreender o SUAS na Amazônia requer apreender os desafios da proteção social neste território, assim como as oportunidades existentes que só se efetivarão com mais intensidade a partir da participação e protagonismo de seus agentes regionais e locais.

Quanto à estrutura do espaço físico do CRAS da Vila Amazônia, não se diferencia muito dos CRAS dos bairros, compõe-se de: recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo e administrativa, copa, banheiros e identificação visível. Este CRAS também conta com um automóvel, o que facilita as visitas domiciliares e comunitárias quando tem combustível e a lancha necessária em algumas ações.

Sabe-se que a provisão desses equipamentos e os recursos humanos ainda são insuficientes para atender às demandas dos diferentes povos da Amazônia. Ser amazônico não significa estar apto a lidar com a diversidade amazônica, por isso, são necessários esses investimentos.

A proteção social na Amazônia precisa avaliar as necessidades visando o potencial da localidade, as diversidades, as etnias, a cultura, os arranjos produtivos, para evitar fatos como de “muitos indígenas desgarrados de suas etnias perambulando nas ruas, ou nas ocupações que estão no limiar entre a mendicância e o trabalho” (TEIXEIRA, 2013, p. 191).

A instalação de modelos de CRAS itinerante é cada vez mais necessário no ambiente amazônico frente às necessidades e demandas sociais apresentadas, principalmente onde a proteção social não chega, onde há crianças, jovens e adultos sem a certidão de nascimento, sem documentos que os tornam cidadãos e usuários de direitos.

Após conhecer algumas particularidades dos CRAS Santa Rita e Vila Amazônia, porta de entrada de famílias vulneráveis que necessitam de proteção social para melhorar as suas condições sociais, caracterizaremos o PBF e o PAIF sob a ótica dos sujeitos da pesquisa.

2.4 PBF e PAIF no âmbito do SUAS: a percepção das beneficiárias

Os municípios brasileiros assumiram importantes compromissos com o sistema de proteção social, tanto ao se integrarem ao SUAS, quanto ao assinarem os termos de adesão ao PBF, que articulado ao PAIF poderá proporcionar grandes resultados na vida de seus beneficiários (MAGALHÃES, 2009).

O Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário tem investido, desde 2005, na articulação entre o PBF e o PAIF, orientando os gestores municipais e técnicos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) a desenvolver metodologias para o acompanhamento dos beneficiários do PBF (BRASIL, MDSA, 2011).

O PBF apresenta uma leitura de combate à pobreza através da transferência de renda e por meio do cumprimento de condicionalidades, já o

PAIF objetiva mobilizar as famílias para enfrentarem as situações de vulnerabilidade.

Magalhães (2009) apresenta um quadro sintético com uma leitura simplificada do PBF e FAIF, a saber:

Quadro 09: Comparativo entre PBF e PAIF.

Dimensão	PBF	PAIF
Concepção	- Combater a pobreza	- Reduzir a vulnerabilidade e risco.
Orientação	- Focalização por renda; - Condicionalidades; - Ações complementares.	- Territorialização; - Trabalho com famílias e comunidades; - Intersetorialidade.
Abrangência	Em todos os municípios	Em todos os municípios
Prestação de serviços	- Transferência de renda e acompanhamento de condicionalidades, em parceria: ações complementares.	- Trabalho social com famílias e comunidades em parceria: inserção em outras políticas.
Demanda	- Predefinida (cálculo Ipea)	- Aberta à população residente
Metodologia de trabalho com as famílias	- Estabelecida e padronizada; - Baixa interação com usuário e alta programabilidade (cadastro e condicionalidades).	- Diretrizes estabelecidas; - Em processo de - Operacionalização; - Baixa programabilidade e alta interação com usuário, qualificada por situações e casos.
Coordenação	- Relativamente centralizada	- Relativamente descentralizada
Desafios de implementação	- Atualização permanente do CadÚnico; - Aumentar cobertura das informações sobre condicionalidades; - Tornar as informações do CadÚnico mais acessíveis para manipulação pelos municípios; - Incrementar as ações complementares.	- Aprimorar metodologia (s) de trabalho social com famílias; - Aprofundar monitoramento e avaliação;; - Intersetorialidade - Capacitação das equipes técnicas; - Aumentar cobertura no território nacional.

Fonte: Magalhães, 2009.

O quadro aponta a complementariedade entre o Programa e o Serviço, a articulação de ambos visa justamente a construção de uma rede de proteção que envolve a transferência de renda, os serviços socioassistenciais e as políticas intersetoriais, de acordo com as condições municipais.

O público prioritário da articulação PAIF/PBF são as famílias com crianças, adolescentes e gestantes que principalmente deixaram de cumprir qualquer uma das condicionalidades do PBF (saúde ou educação). O descumprimento das condicionalidades torna as famílias mais vulneráveis, por isso, são prioritários no acompanhamento familiar.

O Programa Bolsa Família criado em outubro de 2003, apoia-se em três eixos: *Transferência de renda* que promove o alívio imediato da pobreza; *condicionalidades* que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e *ações complementares* que promove o desenvolvimento de capacidade das famílias (BRASIL, Manual de Gestão do Programa Bolsa Família, 2013).

Não se pode negar que o PBF tem proporcionado impactos significativos nas áreas que envolvem a condicionalidade como Educação e Saúde, assim como proporciona acesso ao consumo.

Ao fazer uma reflexão sob a ótica da renda, considera-se que os valores da transferência de renda do PBF são irrisórios em relação às necessidades da população, mas são significativos, pois para algumas famílias representa um complemento ao orçamento e para outras torna-se a renda principal.

Estudos sobre os impactos do PBF nas condições de vida das famílias tem sido realizado por universidades, pesquisadores de todo país, além do próprio MDSA.

Dentre os estudos, Saibel (2008) conclui que em relação às condicionalidades impostas pelo programa, estas constituem um importante mecanismo para viabilizar a efetivação dos direitos sociais. Em relação à renda, considera que o impacto decorrente deste benefício não é suficiente para superar a pobreza das famílias, mas lhes permite sair das ruas, ou ainda afastar as crianças do trabalho, inserindo-as na escola.

A autora observou que o valor do benefício é utilizado com maior frequência com itens como alimentação, saúde e educação, o que consequentemente reflete na melhora da qualidade de vida.

Com relação ao trabalho, a autora afirma que os beneficiários não deixaram de trabalhar ao receber o benefício, ao contrário, houve a necessidade de continuar trabalhando para suprir as necessidades imediatas,

porém por falta de vagas ou de qualificação profissional, estes continuam sem emprego fixo ou fazendo parte do grupo que permanece na informalidade.

Os resultados da pesquisa de Nagaoka (2012) na cidade de Manaus, revelam que o valor monetário do PBF atinge diferentemente as famílias beneficiárias, dependendo da situação de pobreza e da composição familiar. Desta maneira, o impacto do PBF nas condições de vida das famílias beneficiárias não é unívoco, havendo heterogeneidade. Conclui que o Programa, devido ao seu formato, promove diferentes níveis de mudança e, em alguns casos, tal modificação é ínfima.

A transferência de renda é um elemento importante na vida da população em condição de pobreza e quando associado ao acesso às políticas públicas e aos bens e serviços sociais, com certeza poderá possibilitar melhorias na qualidade de vida da população e superação de situações de vulnerabilidade social, contribuindo com um melhor Índice de Desenvolvimento Humano e Social.

O enfrentamento da pobreza não pode ser pensado apenas sob a lógica da transferência de renda, mas também pela lógica do investimento nas políticas públicas e ao acesso da população a serviços essenciais a seu atendimento às necessidades sociais.

Em relação à renda os valores repassados às famílias beneficiárias do PBF ocorrem da seguinte forma, conforme o MDSA (2016/2017):

Benefício Básico no valor de R\$ 85,00: Pago apenas a famílias extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 85,00).

Benefícios Variáveis (até cinco por família com renda mensal de R\$170,00): Benefício Variável vinculado a crianças ou ao adolescente de 0 a 15 anos (R\$39,00); Benefício Variável vinculado à gestante (R\$39,00); Benefício Variável vinculado à nutriz (R\$39,00).

Benefício Variável (Vinculado ao Adolescente) no valor de R\$ 46,00 (até dois por família): Pago às famílias com renda mensal de até R\$ 170,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É exigida frequência escolar dos adolescentes.

Benefício para Superação da Extrema Pobreza, em valor calculado individualmente para cada família: Pago às famílias que continuem com

renda mensal por pessoa inferior a R\$ 85,00, mesmo após receberem os outros tipos de benefícios do Programa.

No primeiro semestre de 2017, o Relatório de Informações Sociais do MDSA indicou que o total de famílias inscritas no Cadastro Único do município de Parintins era de 18.987, dentre as quais: 14.098 com renda per capita familiar de até R\$ 85,00; 1.861 com renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; 1.436 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; 1.592 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

O PBF em Parintins beneficiou até o primeiro semestre de 2017, 13.498 famílias pobres no município, as quais recebem benefícios com valor médio de R\$225,85.

No bairro Santa Rita há um total de 544 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, destas, apenas 30 beneficiárias desse bairro participam das ações do PAIF. Na Comunidade Mato Grosso de Vila Amazônia 40 famílias eram beneficiárias do Bolsa Família, destas apenas 10 frequentavam o PAIF.

Sobre essa baixa frequência ao PAIF a Assistente Social justifica que as famílias que participam, geralmente já descumpriram condicionalidades do PBF ou no caso das famílias do bairro, necessitam deixar seus filhos na instituição para irem trabalhar, há mães que até chamam o CRAS de creche ou escola, fato constatado durante as entrevistas.

De acordo com a coordenadora, a equipe realiza trabalho de orientação informativa sobre o CRAS, seus objetivos, ações, oficinas e forma de acesso, mas mesmo assim há famílias que insistem em compreender o CRAS como escola. Também orientam sobre a importância da participação no PAIF.

O PAIF é a base da proteção social básica da política de assistência social no âmbito do SUAS, responsável pela garantia de fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Assim, assegura espaços de convívio, informa e garante acesso aos direitos socioassistenciais, além de contribuir para o desenvolvimento da

autonomia e empoderamento das famílias possibilitando a ampliação de sua capacidade protetiva¹⁵.

O PAIF foi concebido a partir do reconhecimento de que as vulnerabilidades e riscos sociais que atingem as famílias, extrapolam a dimensão econômica, exigindo intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionados à função protetiva da família e ao direito à convivência familiar (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012).

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais afirma que:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (2009, p.06).

Este caráter preventivo, protetivo e proativo aponta para o reconhecimento da importância das necessidades humanas de forma integral indo além das ações emergenciais.

A função *preventiva* requer intervenções orientadas a evitar a ocorrência ou o agravamento de situações de vulnerabilidade e risco social, já a função *protetiva* denota o auxílio, o amparo e o apoio às famílias, e por fim, o caráter *proativo* indica a tomada de iniciativa, a promoção de ações antecipadas ou imediatas frente a situações de vulnerabilidade ou risco social, vivenciadas pelas famílias ou territórios, não esperando que a demanda “bata à sua porta” (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012).

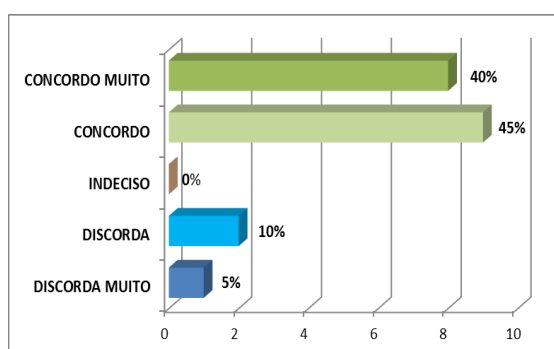
É importante destacar que as ações do PAIF precisam ser executadas de forma que cumpram com as ações de caráter protetivo, preventivo e proativo com as famílias, que não reforcem os papéis tradicionais e as desigualdades, mas sim que possam contribuir para a construção de relações intrafamiliares

¹⁵ A *atuação protetiva* significa centrar esforços em intervenções que visam amparar, apoiar, auxiliar, resguardar, defender o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos. Assim, a PSB deve incorporar em todas as intervenções o caráter protetivo, envidando esforços para a defesa, garantia e promoção dos direitos das famílias (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p.10).

mais equânimes, deixando com que as famílias sejam protagonistas de sua história e se sintam sujeitos de direitos.

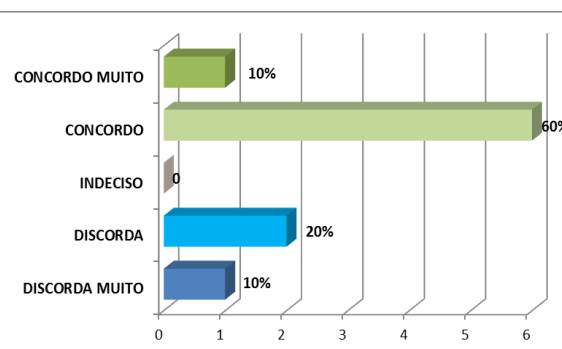
Das famílias do bairro, o maior percentual concorda que o Programa Bolsa Família vem contribuindo com a melhoria da saúde e educação de sua família. Da mesma forma as famílias da comunidade, também apontam um alto nível de concordância, conforme pode ser visualizado nos gráficos a seguir:

Gráfico 09: O PBF vem contribuindo com a melhoria da saúde e educação da sua família / Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 10: O PBF vem contribuindo com a melhoria da saúde e educação da sua família / Comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/ 2017.

Estes gráficos sinalizam a participação das famílias no cumprimento de condicionalidades do PBF nas áreas da saúde, educação e assistência social, por isso, imprimem a percepção de que este programa vem contribuindo nestas áreas.

Na realidade essas famílias estão exercendo os seus direitos sociais, porém muitos não conseguem enxergar como direito, mas sim como ajuda, conforme sinalizam as assertivas no quadro 10, quando questionados se consideram o Programa Bolsa Família um direito de sua família ou apenas uma ajuda do governo:

Quadro 10: O Programa Bolsa Família é um direito ou ajuda?

SANTA RITA	
Categorização	Trechos dos discursos
Direito	“Acho que é um direito, é assim que eles falam lá no CRAS” (Sujeito da Pesquisa A).
	Direito nós temos muitos, mas a gente nem sabe né? É um direito sim (Sujeito da Pesquisa D).
	“É uma grande ajuda, só tenho a agradecer a quem me

Ajuda	envia esse dinheiro todo mês (Sujeito da Pesquisa B).
	“Eu sei que ajuda é” (Sujeito da Pesquisa C).
	“É muito bom esse programa, é uma grande ajuda para muitas famílias” (Sujeito da Pesquisa E).
MATO GROSSO	
Categorização	Trechos dos discursos
Direito e ajuda	“Os dois né. Se eu estou recebendo essa ajuda do Bolsa Família é porque eu tenho direito, é porque eu estou precisando, o bolsa família é pra isso né, pra quem precisa” (Sujeito da Pesquisa A)
	“É uma grande ajuda, mas acho que também é um direito” (Sujeito da Pesquisa B).
Ajuda	“Mana eu só sei que é uma grande ajuda que o Lula iniciou pra nós com esse programa, graças a deus que quando ele saiu ficou o programa agora eu não sei com essa nova diretoria aí que tá entrando, tão falando que ele vai acabar com o Bolsa Família. Vamos ver né, seja o que Deus quiser” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Os sujeitos da pesquisa sinalizam em sua grande maioria que o Bolsa Família é uma “ajuda” referindo-se ao recurso financeiro que recebem todo mês, mesmo as que consideram um direito, não sabem explicar o porquê, não compreendendo também a dimensão da promoção da cidadania no exercício de direitos já garantidos como saúde, educação e assistência social.

Para Yazbek (2013) torna-se urgente romper com a ideia do direito como favor ou ajuda emergencial, assim como romper com o uso dos recursos sociais de maneira clientelista.

Couto (2013, p.241) analisa que “a transição das práticas de favor para uma política de direitos necessita de um arcabouço, não só legal, mas também político para estabelecer relação e possibilitar um período adaptativo institucional”.

O assistencialismo é um mecanismo que só faz intensificar a vulnerabilidade dessas famílias, pois deixam de ter suas demandas consideradas e suas ações valorizadas.

Nas falas dos sujeitos da pesquisa do quadro 10, que apontam o Programa Bolsa Família como ajuda, verificou-se um conformismo por

acreditarem que devem agradecer por estarem recebendo este recurso, mesmo que ínfimo, ao invés de reclamar.

Como exemplo, a fala do sujeito da pesquisa “B” do bairro, que agradece a quem a envia esse dinheiro todo mês, ou seja, ela nem se quer sabe a origem do benefício. Já o sujeito da pesquisa “E” da comunidade, apesar de dar graças a Deus pelo recurso, sabe que foi no Governo Lula que se iniciou o programa e que se sente insegura com o término do Programa no Governo de Michel Temer, que ela chama de “nova diretoria”.

Os casos que têm passado na mídia, sobre fraudes no Programa Bolsa Família, durante as eleições em todo o Brasil, deixaram as beneficiárias muito inseguras em relação a continuidade do programa, principalmente quando ouvem casos ocorridos no município de Parintins.

De acordo com o Coordenador da Proteção Social Básica da Assistência Social de Parintins, o PBF apresentou irregularidades no ano de 2016, pois na investigação do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) juntamente com o Ministério Público, foram encontrados envolvimento de empresários e doações a partidos políticos na listagem do PBF do município.

No esclarecimento de alguns casos, o coordenador da Proteção Básica, informou que as famílias de comunidades relataram que fizeram doação de camarões ou farinhas e assinaram um papel, sem saber do que se tratava. Os casos de tais famílias foram descobertos porque tiveram o seu benefício bloqueado, daí buscaram a coordenação do PBF para verificarem o que estava acontecendo devido à falta de pagamento do benefício.

São famílias que tiveram seus direitos negligenciados devido a corrupção da política no município. Para o Coordenador da Proteção Básica “até que o programa iniciou com uma excelente proposta”, mas hoje o programa tem sido prejudicado com corrupções.

Segundo o MDS (2006) a maior proporção de denúncias chega através da central de atendimento telefônico do MDS. Os relatórios da CGU nos municípios fiscalizados, sinalizam falhas no controle e fiscalização, apresentando o desafio de fazer, avaliar e corrigir simultaneamente.

O monitoramento, a avaliação e o acompanhamento do programa ainda não ocorre de forma eficaz em grande maioria dos municípios brasileiros,

mesmo depois de 14 anos do programa, fato constatado no município de Parintins.

Essa fragilidade na fiscalização e monitoramento em relação ao programa prejudica a transparência de suas ações. O controle social é um importante mecanismo para o aprimoramento das ações em geral.

É importante esclarecer que os casos em que ocorrem o bloqueio da família no programa é porque existe a possibilidade de irregularidade e a família é investigada para constatar-la, também há casos de bloqueio na duplicidade de dados.

Já o cancelamento ocorre quando a família fica bloqueada por mais de 180 dias e os casos de suspensão dos benefícios acontecem quando a família deixa de cumprir algumas determinações do programa.

Nesse caso de descumprimento de condicionalidades do PBF, encontramos na Comunidade Mato Grosso da Vila Amazônia, 3 famílias que estavam nessa situação e sendo acompanhadas com frequência pelo PAIF.

No que diz respeito às famílias beneficiárias do PBF, o protocolo, no art.19, define que: “serão priorizados no Acompanhamento Familiar: [...] II – famílias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial, aquelas que estão em suspensão do benefício por dois meses, a fim de garantir a segurança de renda das famílias”. (BRASIL, Manual de gestão do Programa Bolsa Família, 2013, p.110).

De acordo ainda com o protocolo do Manual de Gestão do PBF, o acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades deve ser realizado no CRAS com a sua inserção no PAIF.

O público prioritário da articulação Paif/PBF são as famílias com crianças, adolescentes e gestantes que deixaram de cumprir qualquer uma das condicionalidades das áreas de saúde ou educação. São as famílias mais vulneráveis, que demandam uma sistemática específica de acompanhamento familiar (CUNHA, 2009, p.332).

No caso da comunidade Mato Grosso, as atividades do PAIF ocorrem com pouca frequência na própria comunidade, devido as dificuldades logística da equipe técnica do CRAS, que apesar de possuir um carro enfrenta limitação de combustível. Os comunitários, por questão geográfica e por não possuir um meio de condução, não podem estar com frequência no CRAS.

Essa fragilidade ou inexistência de acompanhamento é percebida nas comunidades rurais amazônicas, principalmente as mais longínquas que possuem maiores dificuldades de acesso aos bens e serviços sociais, mas como uma forma de amenizar as dificuldades existentes, em grande parte das comunidades, ocorre à organização comunitária.

Ainda que ocorra limitações geográficas e a falta da presença dos poderes públicos, os comunitários conhecem o seu habitat e conseguem estabelecer uma relação com a natureza em dinâmica social, com o próprio grupo do território de convivência.

Na região amazônica, o conjunto de ações das políticas públicas, especialmente as voltadas para as famílias, se torna importante e necessário, pois as diversidades de aspectos sociais e culturais na Amazônia se faz presente frente à complexidade da região.

Sabe-se que, somente a transferência de renda não é possível superar as situações de vulnerabilidades das famílias, mas para a sua efetiva superação é necessária a inserção em serviços socioassistenciais e setoriais e seu real acompanhamento, havendo a promoção e proteção das seguranças aos usuários por meio da articulação entre transferência de renda, benefícios e serviços socioassistenciais.

O PAIF é considerado a pedra basilar da Política de Assistência Social, por informar e garantir o acesso aos direitos sociais e contribuir para a gestão intersetorial local, para o desenvolvimento da autonomia e para o empoderamento e ampliação da capacidade protetiva das famílias.

Um dos grandes objetivos do PAIF é justamente o de “fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida” (BRASIL, Orientações Técnicas do PAIF, 2009, p.47).

Fortalecer a função protetiva da família, significa reconhecer que para as famílias exercerem a função protetiva, precisam da responsabilidade estatal, pois a proteção é uma necessidade inerente ao ser humano e o Estado assumindo a sua responsabilidade, poderá colaborar para o alcance da qualidade de vida dessas famílias.

Os relatos das famílias usuárias do PAIF do CRAS Santa Rita, apontam a sua avaliação e reflexão em relação ao acesso aos serviços do PAIF e ao espaço físico onde ocorrem as ações.

Nesse sentido, as narrativas dos sujeitos da pesquisa apontam que:

Quadro 11: Acesso aos serviços e espaço físico do PAIF no âmbito do CRAS Santa Rita

Bairro Santa Rita	
Categorização	Trechos dos discursos
Procura espontânea	“Eu frequento o CRAS faz tempo, desde que era lá no bairro Santa Rita, agora mudou e ficou mais difícil ir para lá, até que tem um espaço legal e uma equipe também, mas precisa melhorar muito” (Sujeito da Pesquisa A).
	“O espaço é bom, mas está precisando de melhorias aqui do espaço e equipamento, eu tive uma boa acolhida aqui, a gente passou a gostar daqui porque eu sinto meus filhos inseridos, há muito tempo eu participo do CRAS, vim porque quis” (Sujeito da Pesquisa B).
	“É bom, era melhor quando era no bairro Santa Rita agora ficou longe pra gente. Faz tempo que eu frequento as ações do CRAS, mas é bom, aqui eu já aprendi a fazer pinturas, bonecas, doces e salgados eu aprendi a fazer aqui” (Sujeito da Pesquisa C).
	Eu fui lá conhecer quando era aqui no bairro Santa Rita e de lá gostei e fiquei. Agora é um pouco mais difícil no outro bairro, nesse novo espaço precisa melhorar mais, principalmente o banheiro (Sujeito da Pesquisa D).
Descumprimento de condicionalidades	Foi quando eu não cumpri o que eles dizem de condicionalidades que a assistente social explicou, mas já faz tempo, eu participava com mais frequência aqui no bairro. Desde quando o cras se mudou estou indo pouco, dependo de condução, de alguém que vá me deixar lá, não é sempre que consigo ir, uma pena. O espaço até que é bom lá, mas precisa de uma reforma e melhorar os espaços das oficinas e palestras que é muito quente só aquele ventilador não resolve (Sujeito da Pesquisa E).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

Os sujeitos da pesquisa, de uma forma geral, não têm ainda o entendimento do que seja o PAIF, sempre se referem as ações do CRAS, poucas se referem ao PAIF sabendo o seu real objetivo. Contudo, durante as entrevistas as mesmas foram esclarecidas e colocou-se a importância da participação neste.

A forma de acesso no PAIF para maioria das entrevistadas do bairro, ocorreu a partir da procura espontânea, ou seja, quando o indivíduo ou a

família vai em busca do serviço. Apenas uma informante afirmou que passou a frequentar o PAIF, por descumprimento de condicionalidades.

Porém, estas famílias relatam um certo distanciamento do CRAS, devido ao seu deslocamento do bairro Santa Rita para o bairro Nossa Senhora de Nazaré.

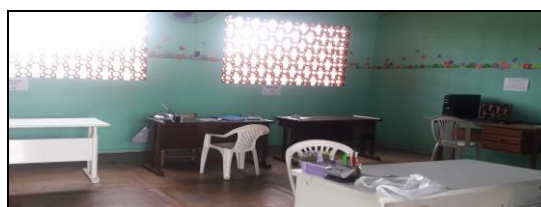
Quanto à infraestrutura, as falas indicam uma insatisfação em relação ao espaço físico onde ocorrem as ações do PAIF, que necessita de melhorias. De certa forma, a falta de infraestrutura, incluindo ambiente físico, recursos materiais, recursos humanos e ações adequadas ao público alvo, interferem na qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Apesar das manifestações das dificuldades de infraestrutura, 60% dos usuários do PAIF, concordam que os serviços ofertados são de qualidade e sinalizam em seus discursos as oficinas e o atendimento das assistentes sociais e psicólogas, mas também há os que discordam (40%) e que acreditam que a infraestrutura precisa de melhorias para o aprimoramento dos serviços.

Há de se considerar que no Brasil, os serviços sociais básicos ofertados à população na grande maioria das cidades brasileiras são insuficientes, tanto em termos de quantidade, como em qualidade e que interfere no atendimento das necessidades essenciais das famílias que mais precisam, principalmente as que atendem ao perfil dos programas de transferência de renda, as quais muitas vezes passam por triagem e são inclusos em serviços precários, colocando em questão a universalização desses direitos (YAZBEK, 2001).

As observações da pesquisa de campo, sinalizam que realmente o CRAS necessita de melhorias para se adequar ao atendimento às famílias no âmbito do PAIF, não só na estrutura física, mas materiais, recursos humanos, dentre outros. Parintins é um município com altas sensações térmicas, no mínimo, a sala de reuniões com as famílias, deveria ter um condicionador de ar.

Figura 04: Sala de atendimento das Técnicas do CRAS Santa Rita.



Fonte: Registro Fotográfico, Pesquisa de Campo, 2016/2017

Observa-se na figura 04, que na sala de atendimento há uma mesa para cada profissional e também não é refrigerada e muito menos resguarda sigilo. Já no salão onde ocorrem as ações do PAIF, apenas um ventilador atende à demanda, sendo um espaço bastante quente, principalmente pela parte da tarde. Este fato denota uma precarização do espaço ocupacional do assistente social.

Avaliamos que as famílias que concordaram com a qualidade dos serviços, estejam se referindo à qualidade de atendimento das profissionais do PAIF, as quais são bastante atenciosas com os usuários dos serviços, e não visando a outras questões estruturais, que também são essenciais para a oferta de serviços com qualidade.

Em relação à comunidade Mato Grosso, as ações do PAIF, ocorrem na própria comunidade, devido às famílias não possuírem condução própria para se deslocarem até ao CRAS. No ano de 2016 ocorreram apenas duas ações na comunidade uma no primeiro semestre e a outra no segundo semestre, devido à falta de combustível para a equipe se deslocar com mais frequência.

Os trechos dos discursos das famílias do quadro a seguir, sinalizam como elas tiveram acesso às ações dos CRAS e suas percepções sobre a qualidade das ações do PAIF, desenvolvidas na comunidade Mato Grosso:

Quadro 12: Acesso e qualidade das ações do PAIF na comunidade

Comunidade Mato Grosso	
Categorização	Trechos dos discursos
Ação do CRAS na comunidade	“O PAIF da assistência social, vem aqui uma vez ou outra, fazem palestra, reúne a comunidade, nos dão informação, mas uma vez eu cheguei a ir lá no CRAS e achei aquele lugar bem legal, mas não dá pra gente ficar indo lá porque é longe pra gente, o moto táxi custa R\$8,00 (oito reais) é caro” (Sujeito da Pesquisa A).
Descumprimento de condicionais	“A assistente social veio até aqui em casa por conta do bolsa família que foi bloqueado, devido as crianças estarem faltando aula. Daí ela me convidou pra ir até lá no CRAS. Às vezes eu e minha filha vamos por lá, mas eles também vêm aqui na comunidade, não é sempre não” (Sujeito da Pesquisa B).
Ação do CRAS na comunidade	“Quando eles vêm aqui reúne todo mundo, a comunidade participa bem. É difícil ir lá na sede do CRAS porque fica longe pra nós” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Estes discursos sinalizam que o acesso ocorreu a partir de ações do CRAS na comunidade, que mobiliza grande parte das famílias e também do descumprimento de condicionalidades. Todos os sujeitos da pesquisa relataram a satisfação das ações, principalmente das palestras por se sentirem mais informados.

Quando há ocorrência de descumprimento de condicionalidades, são necessárias ações que promovam o acompanhamento dessas famílias, orientando-as e auxiliando-as no enfrentamento de vulnerabilidades e riscos.

A finalidade das condicionalidades não é castigar ou controlar as famílias, mas responsabilizar, de forma conjunta, os beneficiários e o poder público, relata-se também que o exercício às ações complementares nem sempre se faz obrigatório (BRASIL, Orientações Técnicas do PAIF, 2012).

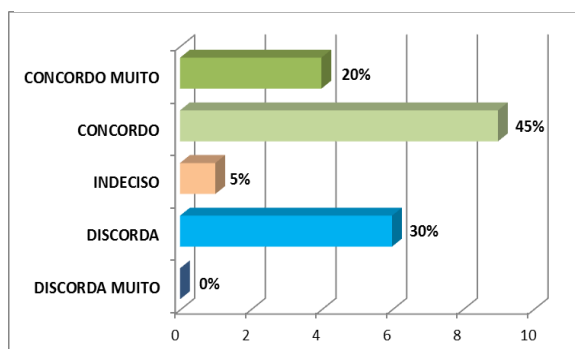
No município de Parintins são recorrentes famílias de comunidades principalmente ribeirinhas, que dependem de um meio de transporte e que devido as dificuldades geográficas, descumprem condicionalidades de educação e saúde.

Identificamos que alguns comunitário, por não ter condições de estar mensalmente na sede do município, para sacar o recurso do PBF, acumulam o valor e sacam de uma única vez no mês seguinte, para evitarem os gastos com o deslocamento. Outro fator agravante é o fato deles confiarem em atravessadores para a entrega de documentos, principalmente do INSS referente à aposentadoria.

Muitos atravessadores usam de má fé, recebem os pagamentos e não encaminham os documentos ao INSS, se aproveitando dessas famílias, que não têm um meio de condução para se deslocarem e realizarem seus afazeres na sede do município.

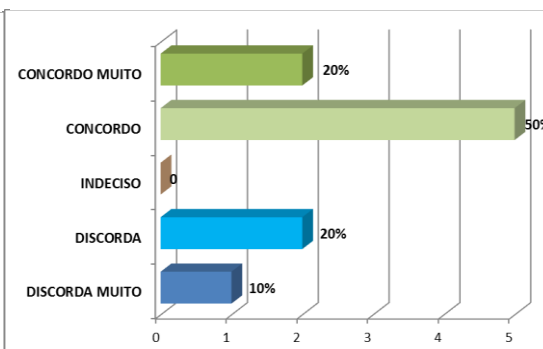
Ao serem questionadas se o PAIF tem propiciado problematização e reflexão das situações vividas em sua família e território e sobre seus direitos sociais, os informantes tanto do bairro, como da comunidade, sinalizaram o seguinte:

Gráfico 11: O PAIF tem possibilitado reflexão das situações vividas em sua família, território e direitos sociais/bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 12: O PAIF tem possibilitado reflexão das situações vividas em sua família, território e direitos sociais/comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

O nível de concordância majoritário, tanto do bairro Santa Rita (65%), quanto da Comunidade Mato Grosso (70%), permite refletir que o PAIF tem contribuído para que os beneficiários do PBF reflitam sobre suas condições de vida e sobre o território em que vivem, possibilitando informação a esses usuários do SUAS, levando-os a compreensão de seus direitos sociais.

As ações do PAIF têm por objetivo promover a reflexão nas famílias sobre as situações de vulnerabilidades, riscos e potencialidades identificados no território e vivenciado pelas famílias.

Como resultado, o serviço espera uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, contribuindo, desse modo, para o alcance de aquisições, negando-se a condição de passividade e criando espaço para o desenvolvimento de protagonismo e autonomia necessários para que ocorram mudanças efetivas.

Notou-se que na comunidade há uma grande demanda pelos serviços de assistência social, os comunitários sinalizaram que gostariam que tivessem mais ações da assistência social, ou seja, do PAIF, pois apreciam o momento da reflexão realizado nas palestras e se sentem mais informados.

De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF (2012), não se constitui obrigatoriedade que as famílias beneficiárias de programas de transferência de renda participem das ações do PAIF, devendo ocorrer somente com a anuência e o interesse das famílias.

Por isso, a criatividade na realização das oficinas pode ser considerada estratégica para atrair as famílias e tirá-las da condição de passividade e garantir às mesmas, os direitos e o exercício da cidadania.

A demanda das famílias da comunidade em mais ações do PAIF é o meio pelo qual elas se sentem mais próximas do poder público, momento em que se sentem ‘assistidas’ e tem alguém para ouvi-las, por mais que não seja obrigatória a sua participação, elas gostariam de poder contar com uma maior presença do PAIF na comunidade.

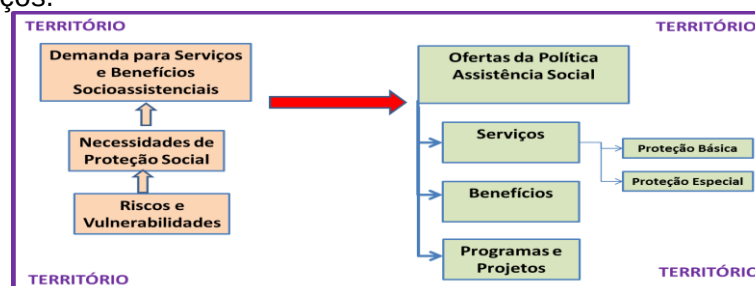
A caracterização do PBF e do PAIF neste item, possibilitou uma melhor compreensão desse Programa e Serviço no município de Parintins, revelando também a voz das famílias entrevistadas, seus sentimentos, suas expressões, iniciando um debate que será essencial para o próximo item.

2.5 A Relação entre demandas das famílias e oferta do PBF e PAIF: necessidades atendidas?

Este item discute as demandas das famílias e oferta do PBF e PAIF analisando a relação na apreensão do atendimento das necessidades sociais de seus beneficiários.

Os riscos e vulnerabilidades geram necessidades de proteção, que por sua vez, o poder público deve responder com políticas sociais, sendo fundamental que a relação ‘demanda e oferta’ se adeque ao perfil do território conforme pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 05: Vigilância de riscos e vulnerabilidades e vigilância da oferta de serviços.



Fonte: Brasil, Orientações Técnicas sobre a Vigilância Social, 2013.

A informação da figura aponta a importância da relação da demanda para com a oferta, há a necessidade de se conhecer as vulnerabilidades, riscos e demandas para que assim se possa ofertar serviços essenciais que assegurem o acesso aos direitos de cidadania.

As demandas no campo da assistência social têm se tornado crescente desde 1990, pois esta década foi marcada pela permanência da desigualdade e da pobreza, principalmente a desigualdade de rendimentos, que apesar das oscilações após o plano real permaneceu em patamares elevados no Brasil. Segundo dados da CEPAL (2003), em 1990, 48% da população vivia abaixo da linha da pobreza.

Embora o Brasil tenha diminuído a desigualdade social e a pobreza extrema, ainda há importantes desafios, em garantir a capacidade operacional de priorizar, implementar e monitorar políticas antipobreza que garanta de fato o acesso aos direitos de cidadania com qualidade e que atenda às necessidades sociais básicas, consideradas inerentes a essencialidade humana.

As necessidades básicas se apresentam de forma mais evidente frente às vulnerabilidades e necessidades inerentes às expressões da questão social e apregoam uma importância, por possibilitar ao ser humano a base para se desenvolver social e fisicamente.

Pereira analisa que “o básico é direito indisponível (isto é, inegociável) e incondicional de todos, e quem não o tem por falhas do sistema socioeconômico terá que ser ressarcido desse déficit pelo próprio sistema” (PEREIRA, 2007, p.35).

Caso não ocorra a satisfação das necessidades básicas, Doyal e Gough *apud* Pereira (2007, p.67) falam de “sérios prejuízos”, pois a não-satisfação de uma preferência pode causar sofrimento e criar eventuais prejuízos materiais ou psicológicos.

Por isso, a oferta dos serviços precisa conhecer as situações de vulnerabilidades e riscos presentes nos territórios e nas famílias residentes, e chegar principalmente aos que vivem sob a “invisibilidade”, para que ocorra de fato o atendimento das necessidades sociais das famílias, indivíduos e o aprimoramento de suas potencialidades e autonomia.

Yazbek (2003), nos leva a compreensão de que o sistema de proteção social brasileiro não dá conta da imensa fratura, entre direitos sociais e possibilidades de acesso às políticas sociais em geral.

Esta autora ainda elucida que o social se torna um campo de luta e de manifestações dos espoliados, e ainda chama atenção para a “incorporação das demandas dos subalternos, que ainda conformam as políticas sociais, põe em questão até que ponto essas políticas são ou não funcionais ao interesse da população” (...) (IDEM, 2003, p.21-22).

As famílias, sujeito desta pesquisa, não querem viver só com a renda do Bolsa Família, pois consideram insuficiente para atender as suas necessidades que vão além de necessidades materiais, mas atendimentos das políticas sociais, do acesso aos direitos sociais, dentre outros.

Marx e Engels (2009, p. 33) nos fazem refletir sobre as necessidades essenciais quando colocam em questão as condições de existência do homem ao afirmarem que:

Os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisam-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.

Conforme os autores supracitados, para que o homem possa estar em condições de viver precisa da satisfação das necessidades humanas básicas de comer, vestir, morar.

Assim, na busca de satisfação dessas necessidades, quando não encontradas via mercado com a venda e compra da força de trabalho, o ser humano encontra como alternativa a via do Estado, a partir das políticas públicas sociais. Para os autores, somente após o atendimento das necessidades humanas básicas, é que os sujeitos podem “fazer história”.

As necessidades básicas de uma forma geral se apresentam de modo mais evidente, frente às vulnerabilidades e necessidades inerentes às

expressões da questão social e apregoam uma importância, por possibilitar o ser humano a base para se desenvolver social e fisicamente.

Dentre as necessidades básicas, o atendimento à saúde física, é uma pré-condição para o alcance de objetivos universais de participação social, pois sem saúde, qualquer ser humano estará impedido, inclusive de viver.

Para Ranciaro (2004), de um ponto de vista mais amplo, as condições institucionais de saúde na Amazônia são ainda bastante precárias, tanto qualitativamente, como quantitativamente. Na impossibilidade da plena realização dos indivíduos, morre-se por falta de um soro, pela impossibilidade de um curativo, cujo material apropriado lhe salvaria a vida.

Salama e Destremau (1999) assinalam que na acepção contemporânea a noção de necessidades fundamentais, ou necessidades essenciais ou necessidades básicas são compostas de dois elementos:

- Mínimo necessário a uma família a título de consumo individual: comida, casa, roupas adequadas, alguns objetos de casa e moveis (necessidades qualificadas como biológicas);
- Os serviços básicos fornecidos e utilizados, simultaneamente, pela coletividade em seu conjunto, como água potável, sistema de coleta de lixo e de esgotos, serviços sanitários, meios de transporte público e serviço de educação (acesso a bens e serviços públicos) (IDEM, p.74).

O debate em torno das necessidades básicas, principalmente das necessidades insatisfeitas é de suma importância para o entendimento das demandas da população pobre, que estão à margem dos bens socialmente produzidos, que não possuem acesso aos direitos sociais, ou há uma insuficiência de acesso a certos bens que são considerados básicos como saúde, educação, habitação, trabalho, informação, dentre outros.

Em relação às demandas, Yazbek (2003) assevera que não podemos esquecer que é pela incorporação de demandas históricas, sobretudo dos mais pauperizados, que o Estado passa a produzir direta ou indiretamente serviços fundamentais necessários à sua manutenção e ao atendimento de alguns de seus direitos sociais.

Também alerta que “a transformação de demandas em clientelas, em contraposição à universalização dos acessos, é uma característica presente nas políticas sociais brasileiras, particularmente na esfera da assistência social”

(IDEM, p.43). Desse modo, o estudo visou conhecer as demandas das famílias, vulneráveis do bairro e da Comunidade, conforme as narrativas do quadro:

Quadro 13: Demandas das famílias do Bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso.

BAIRRO SANTA RITA	
Categorização	Trechos dos discursos
Curso de qualificação	“Curso é essencial para arrumar emprego ainda mais quando se é jovem” (Sujeito da Pesquisa A).
Presença das políticas públicas trabalho e habitação	“Emprego, cursos, habitação para a gente sair da área alagada e um maior acesso à saúde que tá precária, se tivesse tudo isso, não seria necessário bolsa família” (Sujeito da Pesquisa B).
Segurança Pública	“Prevenção das drogas” (Sujeito da Pesquisa C)
Inserção no mercado de trabalho	“Oportunidade de trabalho” (Sujeito da Pesquisa D)
COMUNIDADE MATO GROSSO	
Categorização	Trechos dos discursos
Travessia dos produtos agrícolas pra venda	“Assim, a gente não tem como atravessar os nossos produtos para vender na cidade, essa é a maior demanda dos produtores daqui da comunidade, algum meio para levar nossos produtos. Não tem como levar, tem que pagar o transporte para travessia, chegando lá do outro lado a gente pega outro transporte para local da venda. Daí, não compensa porque o custo é alto e a gente acaba não lucrando, é mais fácil vender para os atravessadores, mas eles não querem pagar o valor do produto, daí a gente sai perdendo de qualquer forma. Na seca ainda é mais difícil, na cheia quem tem sua rabeta ainda consegue atravessar, só para o frete para levar até a feira” (Sujeito da Pesquisa A)
Cursos de qualificação profissional para os jovens	“Cursos para jovens da comunidade, não presta jovem ficar sem fazer nada, senão já viu, pode fazer coisa errada. Eu me preocupo muito com isso, eles têm que ocupar a cabeça com alguma coisa, mas tá difícil com que dinheiro pra pagar curso?” (Sujeito da Pesquisa B).
Ações de saúde e documentação	“Aqui a gente precisa mais de ações de saúde e de documentação, principalmente para os jovens que vão precisar ir atrás de emprego e a nossa comunidade também queria que o CRAS viesse mais vezes aqui” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As demandas são diversificadas, nas famílias do bairro e da comunidade. No bairro as demandas voltam-se para a realização de cursos de qualificação profissional, visando a empregabilidade, maior presença das políticas públicas, segurança pública e inserção no mercado de trabalho.

A demanda por qualificação profissional em ambos lócus reflete a preocupação das famílias que se volta principalmente para os jovens que ficam muito ociosos, sem atividades, mas com perspectiva de uma qualificação visando a empregabilidade.

A esperança da empregabilidade é depositada pelos pais e avós dos jovens, que enxergam nos mesmos, uma possibilidade de sair da comunidade para crescer profissionalmente. Os próprios jovens que estão entrando em idade de inserção no mercado de trabalho, almejam oportunidades para construir uma vida melhor.

Contudo as famílias enxergam na qualificação profissional uma oportunidade para inserção no mundo do trabalho. O desemprego é uma problemática a ser enfrentada no século XXI, e que nos leva a refletir sobre o futuro do trabalho e do desenvolvimento humano.

Mészáros (2006) aponta que a ‘globalização’ do desemprego e do ‘trabalho temporário’ afetam até mesmo o mundo capitalista mais desenvolvido. Portanto, o autor afirma que “atingimos uma fase do desenvolvimento histórico do sistema capitalista em que o desemprego é a sua característica dominante” (p.31).

A sociedade brasileira tem passado por momentos de crise econômica, política e conseqüentemente social. A partir do segundo semestre de 2014, a crise começa a atingir mais fortemente os setores brasileiros, repercutindo nos dados em relação ao mercado de trabalho.

O IBGE (2017), aponta que desde 2014, o número de brasileiros desempregados quase dobrou, o ano de 2016, terminou com 12,3 milhões de brasileiros sem trabalho, enquanto que em 2015 eram nove milhões sem emprego. Já o primeiro semestre de 2017, terminou com 13 milhões de desempregados.

Desse modo, a tendência é crescer a demanda por políticas públicas de trabalho, saúde, renda, habitação e segurança pública, tanto as famílias do bairro, como da comunidade, sentem a distância da política pública de saúde e trabalho, e com mais intensidade no bairro sentem a distância da segurança pública.

A pouca efetividade das políticas no âmbito do social vem marcando a prática de gestão do Estado, em face das demandas crescentes nas áreas de

bem-estar coletivo, como educação, saúde, saneamento básico, habitação e abastecimento, entre outros serviços (YAZBEK, 2003).

Essa pouca efetividade do setor público para com os cidadãos, pode ser sentida de forma mais intensa nas comunidades rurais, sobretudo aquelas mais longínquas.

No caso da comunidade Mato Grosso, existe certa dificuldade no escoamento da produção, devido à falta de meios para transportar os produtos da agricultura familiar. Assim, grande parte das famílias demanda algum tipo de mecanismo para o transporte de seus produtos agrícolas para venda na sede do município.

No que tange a essa comunidade, não há incentivo algum, para que essas famílias possam escoar seus produtos. As famílias que não têm uma condução própria para ir até à feira vender seus produtos, só tem como alternativa vendê-los por um valor menor, aos chamados “atravessadores”¹⁶.

As outras demandas da comunidade centram-se nas ações de saúde e documentação. A demanda por ações de saúde revela a falta de acesso a esse serviço público essencial, constatando-se a precariedade de seu acesso.

As famílias alegam que quando há atendimento, este é realizado quase sempre por enfermeiros, no posto de saúde da Vila Amazônia, e que dificilmente encontram medicamentos.

Em regiões interioranas do Amazonas na “ausência médica adequada, é muito comum o uso de remédios caseiros para combater a doença. O que provavelmente não seja, em muitos casos, o suficiente para resolver determinadas enfermidades” (RANCIARO, 2004, p.112).

A distância é um fator crítico no Amazonas, limita o acesso das pessoas aos principais centros de assistência à saúde, assim como se torna um grande desafio para a Saúde Pública o desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (APS) nas comunidades rurais à margem dos rios da Amazônia e em comunidades rurais de difícil acesso (SILVA, DALAMA, MORAIS, *et. Al*, 2013).

A questão geográfica também limita o acesso à cidadania de famílias que demandam por documentação, com dificuldades principalmente para obter o

¹⁶ Comerciantes livres, que atuam na função de repassar o produto para outros compradores.

documento de Identidade (Registro Geral), Carteira de Trabalho e Registro de Nascimento. A preocupação das famílias da comunidade Mato Grosso, centra-se nos jovens da comunidade, nos que estão em idade de obter a documentação referente à carteira de identidade e de trabalho.

No estado do Amazonas a população que vive às margens e proximidades dos rios e demais comunidades rurais espalhadas pela imensidão amazônica e que sobrevive da pesca artesanal, da caça, do roçado, e do extrativismo, sofre, sem acesso assegurado aos vários direitos fundamentais.

A falta de comprometimento do poder público para com o atendimento dessa população, pode intensificar ainda mais seu grau de vulnerabilidade, principalmente dos que ainda não possuem certidão de nascimento.

Essas demandas apresentadas não conseguem ser respondidas por ações no âmbito da assistência social, vão além de uma política pública apenas, requer uma intersectorialidade para o planejamento de ações que atendam às necessidades e demandas das famílias das comunidades rurais e ribeirinhas.

Contudo, as classes dominantes têm invocado a política de assistência social com a finalidade de combate à pobreza e parte significativa da população tem concebido a assistência social a tarefa de ser a política de proteção social, e não parte da política de proteção social, tratando-se, portanto, de um fetiche social (MOTA, 2008).

Para Yazbek (2003) enquanto mediação, a assistência social, assim como as demais políticas sociais, se materializa em um conjunto de programas e projetos voltados a seus usuários.

Em relação às demandas das famílias voltadas ao PAIF, as Orientações Técnicas sobre este serviço (2012), avaliam que os programas e projetos de preparação para o trabalho e inclusão produtiva, constituem uma das maiores demandas para o poder público por parte dos usuários do PAIF.

Contudo, “a preparação para o trabalho e inclusão produtiva não compõem o rol de ações implementadas pelo PAIF” (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, p.77).

Mas, é fundamental que o órgão gestor da assistência social busque o estabelecimento de articulações com programas e projetos de preparação para o trabalho e inclusão produtiva e que o CRAS identifique potenciais usuários e os encaminhe para estas iniciativas (IDEM, 2012).

Segundo as orientações do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (2013), quando as vulnerabilidades apresentadas não constituírem objeto de atendimento da assistência social, devem ser realizados encaminhamentos para outras políticas públicas.

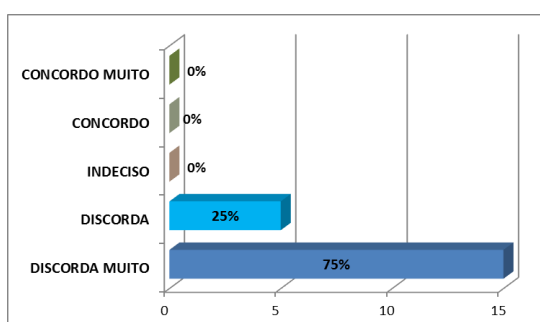
Os programas e serviços no âmbito do SUAS não podem se constituir em unidades isoladas nos espaços regionais, devem interagir com outras políticas para uma maior eficácia de suas ações. As questões sociais expressas nos territórios requerem essa articulação.

Diante deste contexto de demandas, questiona-se: o PBF e o PAIF têm ofertado ou viabilizado de alguma forma um meio para que as famílias beneficiárias consigam o alcance ao atendimento de suas demandas?

Frente a este indicativo o estudo investigou se PAIF e o PBF já haviam ofertados encaminhamentos aos sujeitos da pesquisa para programas ou projetos de inclusão produtiva, já que não é de sua competência ofertá-los.

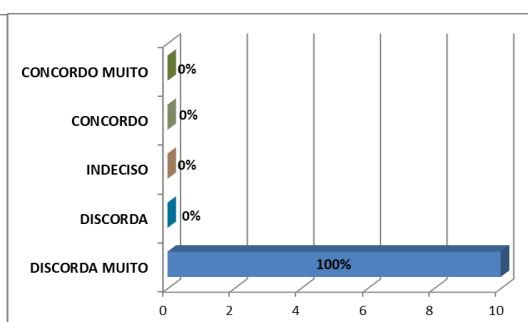
Observa-se no gráfico 13, referente ao Bairro, e no gráfico 14, da comunidade, o grau unânime de discordância dos sujeitos da pesquisa em relação a encaminhamentos para algum curso de inclusão produtiva ou para o PRONATEC a partir da intermediação do PAIF ou do PBF:

Gráfico 13: Algum membro da família já foi encaminhado para algum curso de inclusão produtiva ou para o PRONATEC a partir da intermediação do PAIF/PBF/ Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 14: Algum membro da família já foi encaminhado para algum curso de inclusão produtiva ou para o PRONATEC a partir da intermediação do PAIF/PBF/Comunidade Mato Grosso



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

A majoritária discordância (100%) tanto do bairro, quanto da comunidade revela que nenhum membro das famílias entrevistadas foi encaminhado aos cursos de inclusão produtiva ou para o PRONATEC, que também tem como alguns do seu público prioritário, as famílias de baixa renda e de programas de transferência de renda.

Segundo a Cartilha do PRONATEC (2013, p.5):

O público beneficiário do Pronatec/BSM é composto por todas as pessoas inscritas ou em processo de inscrição no CadÚnico, com idade a partir de 16 anos. Entre esses, têm prioridade os cadastrados em situação de pobreza (com renda familiar per capita de até R\$70) e os beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

As famílias entrevistadas encontram dificuldades de inclusão em algum curso do PRONATEC, seja pela falta de informação, falta de incentivo ou intermediação delas com o programa.

De acordo com Barros, Mendonça e Tsukada (2011), primeiro é preciso que os trabalhadores tenham conhecimento da existência das oportunidades disponíveis (saibam onde estão as portas de saída). É fundamental ao setor público proporcionar a tais trabalhadores acesso efetivo para que aproveitem integralmente as oportunidades disponíveis.

Assim, cabe às políticas públicas informar aos trabalhadores sobre as oportunidades disponíveis, assegurar-lhes a aquisição da formação e das habilidades requeridas (programas de qualificação e certificação profissional), garantir que não existam barreiras que os impeçam de aproveitá-las (políticas antidiscriminação), e garantir-lhes condições mínimas (transferências de renda, acesso a transporte e alimentação subsidiados) que permitam adquirir e utilizar de forma produtiva essas habilidades (IDEM, p.6).

É indiscutível que a contribuição primordial das políticas públicas para a inclusão produtiva e qualificação profissional, deva ser a garantia de pleno acesso dos trabalhadores mais pobres às oportunidades produtivas localmente disponíveis.

Nas análises de Ranciaro (2004), toda atividade produtiva é uma condição necessária para que as atividades humanas se realizem, é essencial

à sobrevivência e constitui-se em uma condição *sine qua non* da produção social da existência humana.

As famílias do bairro informaram que no ano de 2016, e até o começo de 2017, não foi ofertado nem sequer as oficinas de artesanato como nos anos anteriores, em que teve também curso de confeitaria, produção de salgados e doces. Inclusive a demanda é alta por essas oficinas em que as famílias podem aprender um ofício que lhe poderá gerar alguma renda futura.

De acordo com a coordenação do CRAS, no ano de 2016, o município sentiu fortemente os reflexos da crise econômica e política pela qual passa o país. Até os salários dos funcionários estavam com atrasos e as condições de trabalho têm sido mínima, como exemplo, há a falta de combustível para a realização de atividades externas, como visitas domiciliares, a busca ativa, dentre outros. Também há falta de material permanente, como cartucho e outros itens necessários para a realização das atividades internas.

Todos esses obstáculos vêm impedindo a equipe técnica do CRAS de disponibilizar as atividades de artesanato e trabalhos manuais com as famílias, desafiando os profissionais nas estratégias de enfrentamento dessa realidade da crise.

Para os usuários dos serviços, principalmente dos entrevistados do bairro Santa Rita, essa realidade é sentida ao revelarem que no ano de 2016, apenas participaram de palestras e, sentem muita falta de outras atividades, principalmente das oficinas¹⁷. No entanto, quando questionados sobre as demandas de sua família para o PAIF, os mesmos elucidam o seguinte:

Quadro 14: Demandas das famílias do bairro para o PAIF.

BAIRRO SANTA RITA	
Categorização	Trechos dos discursos
Oficinas	Que volte a acontecer as oficinas elas ajudam muito a gente a ter uma renda eu aprendi crochê e bordado e quando dá eu vendo e ganho o meu, eu entendo também que as palestras são importantes por nos informar, tudo que vier da assistência é bom para gente (Sujeito da Pesquisa A).
Cursos	“Cursos para os meus filhos” (Sujeito da Pesquisa B).
Prevenção das drogas	“Que faça palestra para os jovens sobre drogas” (Sujeito da

¹⁷ Consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes¹, sob a condução de técnicos de nível superior do CRAS (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012, v.02, p.23).

	Pesquisa C)
Retorno do CRAS para o bairro Santa Rita.	Que o CRAS volte para o bairro Santa Rita como antes (Sujeito da Pesquisa D).
Inclusão produtiva	“Aqui na escola eles deveriam além de fornecer os cursos fazer também uma feira para a gente vender o que a gente produzisse” (Sujeito da Pesquisa E).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

Os discursos dos sujeitos da pesquisa apontam como demandas para o PAIF, os seguintes: o retorno das oficinas, os cursos (que são as oficinas de trabalhos manuais), palestras de prevenção das drogas (realidade vivenciada por algumas famílias em seu bairro), retorno do CRAS para o local onde eles frequentavam no bairro Santa Rita e a inclusão produtiva com oportunidade para a venda dos materiais produzidos.

Elucida-se que os trabalhos manuais, como artesanatos, podem ser realizados nas oficinas do PAIF como atrativos para as famílias, pois são atividades que potencializam e revelam habilidades nas famílias, mas sempre articulando essas atividades com temas que levem à reflexão de seu cotidiano familiar e territorial.

É importante para o CRAS, frente a esta crise econômica do país sentida no município com corte de recursos para o social, a formação de redes e parcerias, onde se possa fortalecer a política de inclusão produtiva.

No município há o SESC, o SENAC, SENAI, as universidades como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) e organizações não governamentais, estas instituições podem se tornar facilitadoras para o processo de inclusão produtiva.

O fato do PAIF não trabalhar com a inclusão produtiva, não o impede de facilitar o acesso das famílias às políticas e programas que têm o objetivo desta oferta. A política de assistência social deve utilizar da intersetorialidade com as outras políticas e instituições de ensino e pesquisa, que podem contribuir com um diferencial no processo de desenvolvimento de ações de inclusão produtiva.

O município de Parintins requer mais do que a criação de programas e políticas isoladas, mas sim de uma política de trabalho e renda descentralizada e participativa que garanta a inserção do trabalhador ao mercado de trabalho.

O PAIF, ao ser ofertado nos territórios com grandes incidências de situações de vulnerabilidades, acaba sendo o receptor de necessidades que não são respondidas no âmbito de uma única política social, precisando, dessa forma, encaminhar famílias para o devido atendimento de suas demandas.

Assim, é preciso que os órgãos gestores responsáveis estabeleçam fluxos ou protocolos que garantam o atendimento das famílias pelos serviços aos quais foram encaminhadas, de forma a assegurar a proteção do Estado às famílias, garantindo seu acesso a direitos (BRASIL, Orientações Técnicas do PAIF, 2012).

No CRAS Santa Rita, constatamos que no ano de 2016 as atividades do PAIF centraram-se mais em reuniões ou palestras com as famílias e realização de algumas atividades de datas comemorativas, integrando os membros das famílias.

São atividades importantes de integração para o fortalecimento de vínculos familiares, sobretudo quando há a participação dos pais e demais membros da família no envolvimento das atividades.

Porém, as oficinas em geral com as famílias têm por intuito suscitar reflexões sobre um tema de interesse das famílias, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, identificados no território, contribuindo para o alcance de aquisições, em especial, o fortalecimento dos laços comunitários, o acesso a direitos, o protagonismo, a participação social e a prevenção (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, 2012).

Os discursos dos sujeitos da pesquisa revelaram que ocorrem muitas reuniões que os fazem refletir, sobretudo aos direitos sociais e suas situações vivenciadas. Nesse sentido, é importante trabalhar o responsável pela família, pois recai sobre esse membro o desafio de proteção aos demais membros, principalmente as crianças e adolescentes.

Em relação às demandas das famílias da comunidade Mato Grosso no âmbito do PAIF, obtivemos os seguintes relatos no quadro 15:

Quadro 15: Demanda das famílias da comunidade Mato Grosso para o PAIF.

COMUNIDADE MATO GROSSO	
Categorização	Trechos dos discursos
Presença do PAIF e Treinamento para manejo da agricultura	“Ah! Se a gente tivesse a assistência social presente sempre na nossa comunidade, seria ótimo, mas elas falam que tem muitas comunidades pra ir, por isso elas vêm pouco aqui e fica muito difícil pra gente ir lá sem condução, a pé é uma hora e meia pra chegar lá e não dá nesse sol quente. Acho que a minha família gostaria de algum treinamento pra gente melhorar ainda mais o manejo da agricultura e que olhasse mais pros nossos jovens que também carecem de cursos e orientação” (Sujeito da Pesquisa A).
Presença do PAIF e oficinas	“Que a gente tenha mais visita da assistência social e eu queria que eles dessem a oportunidade para minha filha fazer algum curso. A nossa comunidade está precisando muito da presença da assistência social” (Sujeito da Pesquisa B).
	“Que o CRAS venha mais vezes aqui, sempre é bom quando eles vêm, reúne grande parte da comunidade e a gente fica mais informado, mas se eles trouxessem algum curso, seria muito melhor, que aí os jovens iam participar mais” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As demandas da comunidade para o PAIF diferenciam-se devido a sua particularidade, pois o CRAS está localizado na sede da Vila Amazônia e é responsável pelo atendimento de 18 comunidades. Assim, a comunidade Mato Grosso demanda a presença do PAIF com mais frequência e que sejam ofertadas oficinas diversas para os comunitários.

O PAIF foi a comunidade no ano de 2016, apenas uma vez e como a estrada é de difícil acesso e os comunitários não têm condução própria para se dirigirem até ao CRAS, eles demandam a frequência do PAIF na comunidade.

Eles revelam que se sentem mais informados com a presença do PAIF (se referem ao PAIF como assistência social), mas que gostariam também de realização de oficinas.

A oferta de oficinas possibilitará o conhecimento das vulnerabilidades e potencialidades locais, propiciando também às famílias a reflexão sobre a sua realidade territorial.

A necessidade de cursos (seja de qualificação profissional ou de inclusão produtiva) é sentida nos dois lócus pesquisados, onde se observou ociosidade

por parte dos jovens que estão concluindo o ensino fundamental ou o ensino médio.

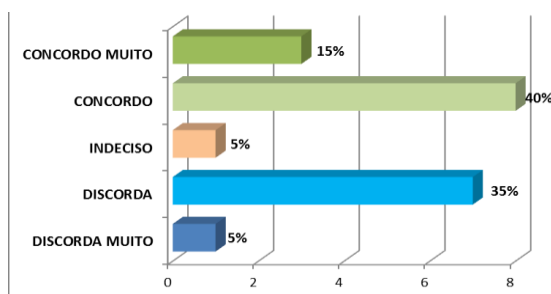
Há uma grande expectativa nesses jovens por parte dessas famílias como já comentado. Na comunidade, as famílias sinalizaram a consciência de que para a inclusão no mundo do trabalho, há a necessidade de qualificação profissional.

Devido a essa consciência há uma grande demanda pelas oficinas do PAIF, que para eles os trabalhos manuais desenvolvidos podem ser possibilidades de inclusão produtiva, na falta de oferta de oportunidades de qualificação, ocupação e renda, que são fundamentais para o acesso ao mercado de trabalho. As pessoas mais vulneráveis e pobres são as que mais precisam do acesso a essas oportunidades.

Cabe ao gestor municipal de Assistência Social verificar as possibilidades da oferta de cursos, a partir da ação intersetorial e de cooperações diversas para o atendimento dessa demanda, já que capacitação ou qualificação profissional não compete ao PAIF.

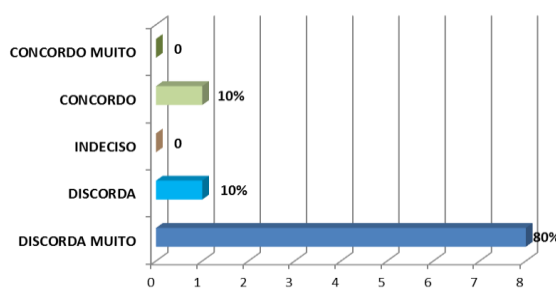
Em relação aos serviços em geral, realizados no âmbito do PAIF na oferta de acolhida, oficinas, ações comunitárias, atendimento familiar, acompanhamento familiar, visita domiciliar, encaminhamento para a rede socioassistencial, encaminhamento para receber benefícios eventuais, os informantes apontaram o seu nível de concordância ou discordância, na afirmativa em que sonda, se a *família já foi beneficiada com pelo menos 3 ações dentre as citadas*.

Gráfico 15: sua família já foi beneficiada com pelo menos 3 ações dentre as citadas: acolhida, oficinas, ações comunitárias, atendimento familiar, acompanhamento familiar, visita domiciliar, encaminhamento para a rede socioassistencial, encaminhamento para receber benefícios eventuais. Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 16: sua família já foi beneficiada com pelo menos 3 ações dentre as citadas: acolhida, oficinas, ações comunitárias, atendimento familiar, acompanhamento familiar, visita domiciliar, encaminhamento para a rede socioassistencial, encaminhamento para receber benefícios eventuais. Comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Verifica-se que nas famílias do bairro há 55% de concordância, ao contrário das famílias da comunidade em que 90% discordam totalmente com a afirmativa, apontando um elevado nível de discordância que já tenham recebido no mínimo três ações no âmbito do PAIF.

As famílias da comunidade recebem os atendimentos do PAIF apenas quando a equipe vai à comunidade, conforme já discutido, por isso, há essa tendência do alto nível de discordância, pois no geral quando recebem a visita do PAIF ocorrem mais ações de palestras.

Os 10% da comunidade que concordam são de famílias que já tiveram ações particulares¹⁸, ou seja, descumpriram condicionalidades do Programa Bolsa Família e tiveram que receber esse tipo de atendimento, obtendo-se na grande maioria das vezes a ação particularizada domiciliar e participam também das palestras, campanhas e eventos comunitários proporcionados pelo PAIF. Porém, sentem a necessidade também de oficinas.

Contudo, a pouca eficiência do serviço ofertado pelo PAIF, evidencia-se nas expressões dos sujeitos da pesquisa, assim como os dados apontam a baixa efetividade dos investimentos no social no município de Parintins, fazendo com que as famílias permaneçam em um cenário de mal-estar social, a deriva de seus direitos.

Yazbek (2003) em sua crítica sobre a Política Social brasileira afirma que estas são políticas casuísticas, inoperantes, fragmentadas, superpostas, sem regras estáveis ou reconhecimento de direitos. Constituem-se de ações que, no limite, reproduzem a desigualdade social na sociedade brasileira.

Este tipo de tratamento dos poderes públicos com as políticas sociais, em destaque à política de assistência social, que dentre as políticas de seguridade social é a que possui o menor recurso, implica em reprodução da desigualdade social e manutenção na pobreza aos seguimentos mais pauperizados.

Sobre essa questão, Rocha e Albuquerque (2003, p.29) debatem que:

A persistência da pobreza vincula-se aos elevados níveis de desigualdade entre as pessoas, não só no que tange à renda, mas

¹⁸ Ações particularizadas referem-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família – algum (uns) membro (s) ou todo grupo familiar, após a colhida de modo individualizado (Orientações Técnicas sobre o PAIF, v. 2, 2012, p.41).

também a educação e ao acesso aos demais serviços públicos e benefícios sociais propiciados pelo Estado, em seus diferentes níveis.

Essa desigualdade pode ser notada em um comparativo do contexto urbano e rural, onde as dificuldades nas comunidades rurais e ribeirinhas são bem mais visíveis no que tange ao acesso às políticas públicas disponibilizadas à população. Aos moradores da área urbana que possuem acesso mais próximo, relatam precariedades nos equipamentos e qualidade dos serviços públicos.

Para Rocha e Albuquerque, a heterogeneidade da pobreza no Brasil “decorre da dimensão territorial e demográfica do país, dos grandes desequilíbrios regionais e do modo como se foi historicamente configurando o complexo mosaico brasileiro” (2003, p.30).

A pobreza atinge, tanto os trabalhadores urbanos precarizados, como de forma mais intensa aos trabalhadores da área rural que vivem de atividades de autossustentação, estando à margem da economia de mercado. Nesse contexto, há situações de pobreza muito diferenciada.

Por isso, se faz importante a necessidade das políticas públicas conhecerem os níveis de pobreza e os graus de vulnerabilidades, para ofertar serviços, formular e executar ações visando a sua redução, monitoramento e avaliação.

Quanto à oferta do Programa Bolsa família, este só tem realizado em Parintins a transferência de renda e as condicionalidades aos beneficiários, não houve nenhum encaminhamento por parte da coordenação do programa para outras políticas ou programas que desenvolvam ações que trabalhem as potencialidades das famílias, apenas para o PAIF.

Em relação ao atendimento das condicionalidades, este visa o acompanhamento do calendário vacinal, do crescimento e desenvolvimento das crianças e pré-natal no caso das grávidas. Também visa a matrícula e cumprimento da frequência escolar mínima de 85%, além da frequência de 85% de crianças do PETI e do PBF, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI (Manual de Gestão do Programa Bolsa Família, 2013).

Os efeitos do descumprimento de condicionalidades do PBF são os seguintes:

- 1 Advertência - não tem efeito sobre o benefício;
 - 2 Bloqueio – Benefício bloqueado por um mês;
 - 3 Suspensão – Parcela física suspensa por dois meses e não recebe o benefício deste período;
 - 4 Cancelamento – se após 12 meses do registro simultâneo do efeito de suspensão e do acompanhamento familiar com registro no Sicon, a família continua a descumprir condicionalidade.
- (BRASIL, Manual de Gestão do Programa Bolsa Família, 2013, p.97).

Das famílias do bairro, 35% já tinham descumprido condicionalidades, e da comunidade 20%, estas famílias tornaram-se prioritárias no atendimento do PAIF.

Na área da saúde, as famílias demandam atendimento principalmente na área clínica frente suas necessidades físicas de saúde, mas o cumprimento dessa demanda ainda é um desafio para a política de saúde do município que passa por momento de grande dificuldade e precariedade nessa área.

Portanto, as famílias entrevistadas do bairro e da comunidade não tem essa demanda atendida, segundo os relatos não tiveram encaminhamentos ou atendimento facilitado pelo PAIF ou PBF, para o acesso na área da saúde quando mais precisaram, mas recebem palestras preventivas.

Na comunidade, identificamos uma entrevistada de 60 anos, com Diabetes, necessitando de um acompanhamento mais próximo e de orientações de cuidados, mas não recebe acompanhamento algum, nem encaminhamento do PAIF para facilitar seu acesso à rede pública de saúde.

O apoio às famílias mais vulneráveis para acesso aos serviços é ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade. Um desafio em termos do exercício de coordenação intersetorial das políticas públicas e uma oportunidade para a promoção do desenvolvimento das famílias mais vulneráveis, que passam a ter a possibilidade de um atendimento integral de suas necessidades (BRASIL, Manual de Gestão do Programa Bolsa Família, 2013, p.97).

As falas das famílias revelam que o PBF e o PAIF não tiveram iniciativa de encaminhamentos das famílias para outras políticas públicas, ou projetos e programas do município.

As necessidades sociais dessas famílias ficam à mercê do atendimento das demandas que vão ficando reprimidas, a medida em que não há o cumprimento de alguns de seus direitos sociais, podendo intensificar ainda mais o seu grau de vulnerabilidade e risco social.

Torna-se elemento crucial ir além da satisfação das necessidades imediatas (comer, vestir e beber) ou de atendimentos de mínimos sociais, as famílias demandam serviços de proteção social que vão além da transferência de renda e cumprimento de condicionalidades, requer o alcance de políticas sociais que vise a transformação de suas condições de vida e não instrumento de caridade pública.

O capítulo a seguir contribuirá com esse debate, onde apresentaremos os impactos do PBF e do PAIF, nas condições de vulnerabilidades sociais e riscos das famílias do bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso no município de Parintins, analisando se houve mudanças e como as famílias as percebem, bem como até que ponto houve a mudança.

CAPÍTULO III IMPACTOS SOCIAIS: AS MUDANÇAS NAS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADES E RISCOS DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO PBF E PAIF DE PARINTINS/AM.

Este capítulo apresenta os impactos do Programa Bolsa Família e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família do bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso, do município de Parintins-Am, nas situações de vulnerabilidades e riscos das famílias beneficiárias.

Buscou-se no primeiro item deste capítulo esclarecer o que entendemos por avaliação de impactos, uma vez que a avaliação não pode ser compreendida de forma linear. Pois, há toda uma complexidade na forma como o fenômeno se apresenta, e assim, devemos estar preparados para avaliar as mudanças da forma como se apresentam, compreendendo em uma totalidade toda a sua diversidade e particularidade.

No segundo item, buscamos analisar os impactos a partir do olhar das famílias que sinalizaram se ocorreram mudanças após inserção no PBF e PAIF, como eles percebem essas mudanças e até que ponto houve a contribuição desses serviços. A avaliação a partir da voz dos usuários dos serviços se faz de suma importância na avaliação de impactos, pois são eles quem recebem os serviços, que experimentam o cotidiano das políticas públicas e vivenciam as mudanças, sejam elas positivas ou negativas, impactadas em suas condições de vida.

Dando continuidade a esta discussão dos impactos, no item seguinte analisamos se houve redução, prevenção ou manutenção de vulnerabilidades e riscos a partir do olhar das famílias, das suas singularidades, e refletir sobre os desafios da Política de Assistência Social no trabalho com as famílias na região Amazônica.

No quarto e último item deste capítulo, realizamos reflexões sobre as sugestões das famílias beneficiárias do PBF e PAIF do Bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso. Sugestões que poderão contribuir para o aprimoramento da política de assistência social no município de Parintins, que por sua vez, também poderá refletir sobre a utilização das “vozes” (opiniões) das famílias usuárias dos serviços em seus processos avaliativos.

3.1 Notas introdutórias sobre a avaliação de impactos sociais

Os impactos, de uma forma geral, correspondem a mudanças de uma situação como consequência de uma intervenção. Todo projeto com propósito de intervenção pode causar vários impactos em diferentes momentos, níveis, planos e áreas. Portanto, nem sempre as mudanças são intencionais ou esperadas, há também mudanças não intencionadas, não esperadas, não desejadas e até mesmo negativas.

Portanto, este estudo compreende a avaliação de impactos como “a análise sistemática das mudanças duradouras ou significativas – positivas ou negativas, planejadas ou não – nas vidas das pessoas e ocasionadas por determinada ação ou série de ações” (HOPKINS *apud* ROCHE, 2002, p.37).

Este conceito adotado por Roche em sua obra sobre *a avaliação de impactos dos trabalhos de ONGs*, aponta que a avaliação não pode ser compreendida de forma linear, mas deve reconhecer uma série de complexidade e entender as atividades que buscam um desenvolvimento social em toda a sua diversidade.

No entanto, o autor sinaliza que “é importante avaliar todas as mudanças (quer sejam positivas ou negativas), inclusive as consideradas não-intencionais e inesperadas, em vez de simplesmente procurar ver o impacto que se espera de uma intervenção” (ROCHE, 2002, p.45).

A análise sobre os impactos do PBF e do PAIF na prevenção dos riscos e redução das vulnerabilidades na vida dos beneficiários de Parintins, traz esta proposta de avaliar as mudanças, independente da forma como se apresentará, compreendendo toda a sua diversidade.

Por isso, daremos voz aos beneficiários, pois “valorizar a sabedoria e o julgamento das pessoas comuns é, portanto, um elemento crítico de qualquer processo de avaliação de impacto” (ROCHE, 2002, p.46).

Para Roche uma das perguntas chave que a avaliação de impacto tradicionalmente coloca para ser respondida é sobre o que provocou qualquer mudança identificada, como determinado conjunto de ações se combina com o contexto para produzir mudanças?

Assim, o autor indica que o relatório sobre os impactos deve explicar como o clima político, social, econômico e ambiental influenciam nos resultados de determinado projeto e como as pessoas percebem seus benefícios.

O estudo ora em questão, realiza a avaliação de impactos sociais durante o processo de intervenção nas famílias beneficiárias da Política de Assistência Social do município de Parintins, por entender que os impactos não são apenas os resultados finais do projeto, mas podem ocorrer desde o primeiro momento da intervenção e durante o período inteiro da implementação, sinalizando que as mudanças podem ocorrer mais cedo, ainda durante a vigência do projeto.

Assim, esse é um tipo de avaliação que pode ser realizada antes do projeto ser iniciado, durante sua implementação ou em sua finalização. Ressalta-se que o PBF e o PAIF são contínuos. As famílias não têm data para saída, mas quando se constata que houve melhorias em sua qualidade de vida, superação de vulnerabilidades, empoderamento e não há mais riscos da família reincidir, ocorrerá o desligamento.

Para Arretche (2001) a melhor maneira de se fazer avaliação de impactos é integrar técnicas quantitativas e qualitativas, por gerar uma valiosa combinação de resultados úteis, pertinentes para a política.

Para este estudo, utilizou-se ambas as técnicas, o método qualitativo demonstrou ser apropriado por focalizar “os processos de entendimento, comportamentos e condições, como são compreendidos por indivíduos e grupos que estão sendo investigados” (IDEM, p.62). Já o trabalho quantitativo pode proporcionar uma ampla visão geral e estatística, válida de condições e resultados dos graus de riscos e vulnerabilidades dos sujeitos da pesquisa.

A combinação da avaliação quantitativa e qualitativa torna-se necessária para a análise do alcance de projetos e programas sociais. No geral a avaliação é uma das etapas fundamentais para transparência e melhorias para política social.

A PNAS (2004) aponta cinco critérios que orientam à avaliação da política de assistência social:

- 1) análise das demandas voltadas para a assistência social; 2) conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais; 3) visão social capaz de captar as diferenças sociais; 4) entender que a população pauperizada apresenta necessidades sociais, mas não no nível de carência individual, mas considerando os sujeitos enquanto sujeitos

políticos; 5) identificar as forças sociais que subsistem relutantes em meio à precariedade das condições de vida e trabalho da maioria esmagadora da população (ALVES, 2008, p.169).

Para Alves, esta análise se faz necessária para situar a política de assistência social no terreno do social, perante as outras políticas, assim como seus resultados e impactos. Por isso, há uma grande preocupação da PNAS/2004, em considerar as particularidades territoriais para o direcionamento desta política.

A avaliação pode ser considerada um exercício relevante do direito democrático, ou seja, vislumbra melhorias e controle das ações de interesse público. Assim, a avaliação das políticas sociais deve está estruturada em uma perspectiva de cidadania, onde possa ocorrer a participação da população evidenciando de forma concomitante, tanto a parte técnica, como a política da avaliação.

Apesar da grande importância dos processos avaliativos dos serviços, programas e políticas para o aperfeiçoamento e controle das ações de interesse público, Silva (2001) argumenta que a prática de avaliação de políticas e programas sociais no Brasil ainda é muito restrita, e desenvolvida com um caráter mais de controle de gastos, do que para realimentar os programas em desenvolvimento.

É nesse sentido que Alves (2008) argumenta que as avaliações de políticas, programas e projetos tem se reduzido a um processo que tem início e fim, como um dos instrumentos de uma gestão controladora, para a restrição dos gastos sociais.

Em suas reflexões a autora também analisa que há uma ausência de uma cultura de avaliação de impacto, especialmente, da política de Assistência Social. A tendência manifesta é que a avaliação seja desenvolvida apenas no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, já que na maioria dos municípios brasileiros não há recursos e nem estrutura para a realização permanente de processos avaliativos sobre a política municipal de assistência social.

Na grande maioria dos municípios nem mesmo a demanda mínima da população sobre suas necessidades básicas, está sendo satisfeita, tão pouco o

que corresponde a sua demanda sobre a Assistência Social, ficando assim, os processos de avaliação em último plano. Torna-se notório que a efetividade de uma política pública também depende desses processos avaliativos permanentes e que são considerados indispensáveis para o aprimoramento e transparência da mesma.

Na observação de Alves, a cultura da avaliação no campo da política de assistência social, apresenta-se da seguinte forma:

Tecnocrática, desprovida de um conteúdo político efetivamente a favor dos interesses e necessidades da população e centralizada no âmbito do MDS. Além disso, os municípios ainda não desenvolveram uma cultura de avaliação de políticas, principalmente da assistência social (a saúde e a educação, por exemplo, já tem organizado um sistema continuado de controle de informações). Se não houver apoio financeiro e institucional, os municípios continuarão sem realizar avaliações. Nesse mesmo âmbito, a realização das Conferências de Assistência Social nos espaços municipais, estaduais e federais, com o objetivo central de *“avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema”* (LOAS, art.18, inc.IV), ainda não têm garantido a participação popular em caráter político-democrático, sobretudo, dos usuários da assistência, ao passo que deveriam constituir-se em espaços de avaliação política, definição de propriedades, planejamento de ações e construção de estratégias para fiscalização do uso dos recursos públicos (2008, p.199).

A crítica da autora se faz relevante frente à falta de cultura de avaliação no âmbito da política municipal de assistência social, que muitas vezes conta com a falta de recurso e de apoio institucional. Alves ainda analisa que:

As avaliações da política de assistência social devem considerar a totalidade das necessidades de emancipação humana e política que não perpassam apenas a dimensão material, mas também espiritual (educação, cultura, lazer, por exemplo). Então, se a avaliação é tomada neste sentido, é também produção do conhecimento, condição necessária para as mudanças políticas e culturais (2008, p. 257).

Os processos de avaliação no âmbito da política de Assistência Social devem priorizar aos cidadãos beneficiários da política, e tratá-los como sujeitos privilegiados neste processo, mesmo diante de sua ausência de protagonismo político, fruto das contradições do sistema capitalista. Deixar esses sujeitos aquém da avaliação anularia o seu potencial transformador e o manteria sob a dominação da lógica burguesa.

Compreende-se que a lógica de uma avaliação no âmbito da assistência social deveria confrontar os direitos garantidos em lei dos usuários, com as ações que de fato se concretizam no âmbito desta política.

O confronto entre a legalidade e a concreticidade suscita novas proposições à Assistência Social, colocando em evidência a importância da participação dos usuários da política nos processos de avaliação, ouvir a voz de quem recebe os serviços, de sua transformação ou não, é indispensável para uma nova direção social.

Neste estudo sobre a avaliação de impactos sob a ótica das famílias beneficiárias, a escolha dos indicadores apresentados na metodologia, tornou-se fundamental, uma vez que a seleção de indicadores “é frequentemente vista como uma das medidas mais sérias no processo de avaliação de impacto, porém, não há método acordado de como ser feito” (ROCHE, 2002, p. 62).

Dando continuidade ao processo avaliativo, o item a seguir discutirá as mudanças que ocorreram no âmbito das famílias após a inserção ao PBF e ao PAIF, para que assim possamos compreender a visão das famílias em relação às mudanças em sua situação de vulnerabilidades sociais, e até que ponto a relação desse programa e desse serviço tem contribuído para o desenvolvimento social dessas famílias no município de Parintins-Am.

3.2 Impactos no âmbito das famílias: o que mudou após a inserção no PBF e PAIF?

Analisaremos neste item as mudanças no âmbito das famílias após a sua inserção no PBF e no PAIF. Como essas famílias percebem as mudanças em sua condição social, vulnerabilidades e riscos? até que ponto o PBF e o PAIF contribuíram para essas mudanças? para responder tais questionamentos buscamos apreender como eram as condições de vida dos sujeitos da pesquisa, antes do Programa Bolsa Família, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 16: Condições de vida antes do Programa Bolsa Família das famílias do bairro Santa Rita

BAIRRO SANTA RITA
Trechos dos discursos
“Graças a Deus nunca passamos fome, mas muitas dificuldades financeiras passamos, principalmente quando a gente morava na Vila” (Sujeito da Pesquisa A).
“Meus filhos eram menores, bem crianças mesmo, era tudo mais difícil, ainda mais que o marido não ajudava também, aí faltava tudo, principalmente dinheiro para comprar comida, eu tinha que me virar para criar as crianças, não fez diferença quando ele saiu de casa e depois morreu” (Sujeito da Pesquisa B).
“Sempre foi difícil, principalmente uma boa alimentação, hoje até que está melhor que antes” (Sujeito da Pesquisa C).
“Antes eu trabalhava, daí perdi o emprego e tudo ficou ruim, essa crise está mau pra todo mundo, por isso que o bolsa família é bem necessário, se pelo menos eu tivesse um emprego fixo e recebesse mais o dinheiro da bolsa pra complementar, aí ficaria bom” (Sujeito da Pesquisa D).
“Antes eu morava na comunidade da vila, as coisas estavam bem difíceis viemos para cá faz tempo, foi quando eu me inscrevi no bolsa família e consegui, desde que vim da vila eu já moro aqui nessa área que alaga” (Sujeito da Pesquisa E).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

As famílias do bairro Santa Rita expressaram as dificuldades financeiras antes da sua inserção no PBF, fator que pôde ser sentido em várias situações de sua vida, como relatam os sujeitos da pesquisa “B e C” sobre a falta de dinheiro para investirem em uma alimentação de qualidade.

Quando o sujeito da pesquisa “A” relata que passou por muitas dificuldades financeiras, mas não passou fome, podemos avaliar que muitas famílias buscam como alternativas a pesca, a caça, a coleta de frutas nas áreas de mata do município, para consumo próprio, sobretudo as famílias que já viveram em comunidades ou às margens do rio.

De acordo com Lavinhas e Garcia (2004) não existe restrição alimentar no âmbito da oferta, mas sim no âmbito da demanda. “Ou seja, se o fluxo de alimentos é estável e não há risco de desabastecimento estrutural, a fome como fenômeno social reflete o não acesso à oferta disponível por parte da população” (p.35).

Portanto, a fome no Brasil não decorre da falta de alimento, mas é “resultado de uma insuficiência aguda de renda nas camadas mais desfavorecidas da população, expostas a um quadro de insegurança socioeconômica bastante instável” (LAVINHAS, GARCIA, 2004, p.36).

No entanto, segundo os autores, quando aumenta a renda familiar, a população indigente, em situação de risco alimentar, tende a suprir seu déficit calórico e proteico.

No sistema capitalista, a produção dos meios de sobrevivência humana significa a produção/reprodução da vida material, a qual vai permitir a produção/reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes em uma dimensão ampla que envolve a reprodução espiritual, a qual engloba as formas de consciência social, jurídica, filosófica, artística, religiosa (MARX, 2009).

Esse processo de produção/reprodução material e social está imerso na compreensão da totalidade concreta em movimento na sociedade, que envolve um determinado modo de vida, atinge a totalidade da vida cotidiana.

Para Marx (2009, p.199) “as condições do modo de produção são ao mesmo tempo as condições da reprodução”. Para Marx, o capital é relação social, relação de exploração dos operários pelos capitalistas, nesse sentido, sendo o capital uma relação social de produção, logo, ele determina a dinâmica de todo o processo da vida social.

Todavia, estando a reprodução de um modo de vida condicionado pela base material, entende-se que a reprodução se configura como um fator que dá continuidade ao conjunto da vida, colocando a possibilidade de uma totalidade em permanente transformação.

Diante dessa realidade, o quadro seguinte registra a fala dos sujeitos da pesquisa da comunidade Mato Grosso, sobre suas condições de vida antes do Programa Bolsa Família:

Quadro 17: Condições de vida antes do Programa Bolsa Família das na comunidade Mato Grosso

COMUNIDADE MATO GROSSO	
Trechos dos discursos	
“Eu vivia da ajuda do meu pai que sobrevive da mandioca, saía para vender junto com ele, já com o bolsa família deu uma melhorada, já dá para manter as crianças” (Sujeito da Pesquisa A).	
“Vamos dizer assim que era um pouco mais difícil né, porque antes quando não existia a bolsa a gente só vivia da roça, com certeza a bolsa é pouco, mas dá para comprar as coisas né, principalmente alimento” (Sujeito da Pesquisa B).	
“A nossa vida sempre foi da roça, uma vida simples com dificuldades e se torna mais difícil ainda porque se vive longe das coisas, olha que essa comunidade aqui ainda é	

mais perto que as outras, têm comunidades que só chega pelo rio e mais alguns quilômetros de estrada” (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As famílias da comunidade dependiam inteiramente da agricultura e que hoje ainda é a sua renda e sobrevivência principal. São famílias que vivem da agricultura familiar e da pesca artesanal e que encontram nessas atividades seu meio de vida. A renda do PBF hoje, complementa a renda dessas famílias, principalmente na aquisição calçados, roupas e alimentação.

Em comparação com o bairro Santa Rita, nessa comunidade há pouca infraestrutura, possuindo apenas uma escola, com ausência de rede de serviços e nenhuma oferta de oportunidade, principalmente de trabalho e profissionalização.

Desse modo, as condições de vida que devem responder as dimensões de moradia, saúde, educação e ocupação nos revelam que tanto as famílias do bairro, como da comunidade já demandavam ações, principalmente em relação a essas dimensões para o atendimento de suas necessidades.

Essa realidade de condições de vida sempre foi intensificada para as famílias das comunidades que ainda contam com a dimensão geográfica, que dificulta ainda mais o seu acesso em busca de seus direitos de cidadania.

Os dados desse estudo apontam as condições de vida aviltadas dos sujeitos da pesquisa, que eram ainda mais intensificadas sem a transferência de renda do PBF, mas que apesar de todas as dificuldades e necessidades e não atendimento de suas demandas, são famílias que sonham, que desejam e que projetam para os mais jovens da família a esperança de um futuro melhor.

Essa perspectiva de um futuro melhor para os mais jovens sinaliza o entendimento das famílias, mesmo que de forma subjetiva, da não reprodução do ciclo da pobreza. Porém, essa reprodução poderá ocorrer caso essas famílias não tenham oportunidades de acesso a direitos sociais básicos e capacidade para aquisição de um padrão de bem-estar.

Os serviços estatais e sociais devem ser melhorados para promover oportunidades e garantir as capacidades básicas, os direitos sociais e fundamentais dos cidadãos, ainda mais na Amazônia e no sertão onde a população se torna “povos sem Estado”, significando a ausência de acesso a

serviços básicos e a falta de infraestrutura adequada” (REGO; PIZANI, 2014, p.158-159).

Partindo do cumprimento dos objetivos do PBF¹⁹ e do PAIF²⁰ analisamos até que ponto houve algum tipo de mudança na vida das famílias. Os dados coletados apontam que as famílias sentiram mudanças, mesmo que mínima.

As famílias do bairro somam 90% de concordância em relação as mudanças, e 95% da comunidade também sinalizaram determinadas mudanças. Diante do exposto, torna-se de grande relevância destacar as vozes dessas famílias, sobre o que mudou após a sua inserção no PBF e no PAIF, que mudanças foram essas?

Quadro 18: Mudanças ocorridas no âmbito das famílias do bairro, após a inserção no PBF e no PAIF

BAIRRO SANTA RITA	
Trechos dos discursos	
“Mudou um pouco, mas mudou, o dinheiro do bolsa família é a principal renda, a venda que faço de tacacá e salgados em frente de casa é só quando dá e quando eu consigo vender, aí dá para comprar algumas coisinhas. Às vezes eu vou no CRAS porque agora ficou longe né! Quando eles oferecerem curso aí eu vou mais” (Sujeito da Pesquisa A).	
“Sim, mudou sim, depois que eu e meus filhos começamos a participar das atividades aqui do CRAS, eu senti que a gente ficou mais fortalecidos, a nossa convivência melhorou e muito. Agora nós temos muito diálogo em casa, até sobre direitos e deveres a gente conversa. Eu já tenho muitos anos no Bolsa Família, eu sou do tempo que o benefício não dava nem para comprar uma botija de gás, eu até brinco que eu já tinha que exigir um salário mínimo do presidente pelo tanto de tempo que já estou no programa, só o fato de poder contar com um dinheirinho fixo todo mês, pra quem não tem muito já é uma grande mudança” (Sujeito da Pesquisa B).	
“Mudou o acompanhamento das crianças na escola, pra pesar, todo mês eu levo no posto, passa a dar mais atenção a essas coisas, se preocupa mais com a frequência na escola (...). E passamos a frequentar o CRAS quando dá, as vezes fica difícil. E a bolsa é fundamental para ajudar as crianças na escola e na	

¹⁹ O PBF deve contribuir para o combate à fome e incentivar a segurança alimentar através da transferência direta de renda, promover o acesso das famílias em situação de pobreza à rede de serviços públicos em especial saúde, educação e assistência social, apoiar o desenvolvimento das famílias em situação de pobreza, dentre outros (BRASIL, Manual de Gestão do Programa Bolsa Família, 2013).

²⁰ O PAIF que trabalha na perspectiva de enfrentamento de vulnerabilidades e riscos apresenta os seguintes objetivos: Fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura de seus vínculos familiares ou comunitários, promover aquisições materiais e sociais, potencializando o protagonismo e autonomia das famílias, promover acesso à rede de proteção social de assistência social, favorecendo o usufruto dos direitos socioassistenciais, promover acesso aos serviços setoriais, contribuindo para a promoção de direitos, apoio as famílias que possuem membros que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, V.2, 2012).

alimentação delas” (Sujeito da Pesquisa C).
“Sim. Já faz um bom tempo que estou no bolsa família as mudanças são aos poucos que vai sentindo que vai melhorando, por exemplo, conseguimos ter uma alimentação melhor hoje com feijão, café com leite e outras coisas” (Sujeito da Pesquisa D).
“Antes eu não tinha de onde tirar um trocado para comprar algo urgente e hoje eu posso contar todo mês com o bolsa família pra pagar uma conta, pra fazer um ranchinho, mudou sim um pouco, principalmente o que comer a gente que tem que buscar pelo resto da melhoria, mas tem que ter um incentivo senão não podemos ir longe” (Sujeito da Pesquisa E).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

Os discursos das famílias do bairro Santa Rita de Cássia nos revelam que as mudanças sentidas vêm ocorrendo mais por parte do PBF, quanto ao PAIF observamos que as famílias que participam com frequência de suas ações sentiram mudanças, principalmente em relação aos vínculos familiares.

Destaca-se a fala do sujeito da pesquisa “B” no quadro 18, em relação às mudanças sentidas ao frequentar o serviço, em que relata que a convivência com o filho dela melhorou muito, passaram a ter mais diálogo em casa após a sua inserção no PAIF, o seu filho é um adolescente e ela tinha muitas dificuldades de convivência com ele.

Um dos objetivos do PAIF é justamente esse, de “fortalecer a função protetiva da família e prevenir a ruptura dos seus vínculos, sejam estes familiares ou comunitários, contribuindo para melhoria da qualidade de vida nos territórios” (BRASIL, Orientações Técnicas Sobre o PAIF, v.2, 2012, p.23), quando o sujeito da pesquisa “B” declara que se sente mais fortalecida, podemos analisar que houve sim, impacto do PAIF, sobre essa família que passou a ter uma melhor convivência, evitando possíveis rompimentos de vínculos.

Grande parte das famílias entrevistadas, apesar de frequentarem o PAIF Santa Rita de Cássia há anos, não se sentem motivadas no momento em participar com mais frequência das atividades, ocorre uma presença esporádica.

Outro fator notado é que são poucas as famílias que chamam o PAIF pelo nome, em suas falas geralmente se referem da seguinte forma: “eu participo do CRAS” ou “eu participo da assistência social”.

As palestras ocorridas no âmbito do PAIF são reveladas pelos sujeitos da pesquisa como um momento importante, porque os faz refletir sobre sua condição social, desse modo, pode-se considerar que as palestras são também percebidas como de grande importância para essas famílias.

Esse é um dos objetivos das oficinas com famílias de propiciar a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, “as oficinas com famílias tem por intuito suscitar reflexão sobre um tema de interesse da família, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades (...)”. (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, v.2, 2012, p.24).

Fazer essas famílias refletirem sobre sua situação de vulnerabilidade, riscos e potencialidades é de grande relevância, mas também devem ser dadas oportunidades de alternativas para o enfrentamento dessas vulnerabilidades com a garantia de direitos, fazendo com que essas famílias neguem a condição de passividade e tenham condições de desenvolver seu protagonismo e autonomia.

Analisamos que o PAIF, vem proporcionando mudanças tímidas na vida das famílias, porém, necessárias. Esse serviço tem uma excelente proposta, o que falta é o compromisso da gestão municipal, para tornar seus resultados mais efetivos.

Os profissionais do PAIF, muitas vezes têm que trabalhar com pouco para atingir o máximo, faltam-lhes melhorias de infraestrutura, recursos materiais e pedagógicos para realizar os trabalhos com as famílias e alcançar as que não participam.

Para Rolim (2014) a produtividade e a qualidade dos serviços no campo das políticas públicas ofertados à sociedade, estão relacionadas com a forma e as condições como são tratados os recursos humanos.

O poder público não oferece condições de trabalho em vários setores, comprometendo a efetividade dos serviços. Para que a assistência se torne efetiva, enquanto política pública, necessita de investimentos em vários setores.

Rolim ainda parte do entendimento de que o SUAS, não pode ser encarado e executado como simples técnica de gestão, mas deve haver uma

maior preocupação com as condições de trabalho e às questões mais específicas do cotidiano dos trabalhadores sociais.

Alves argumenta (2005) que o panorama que se apresenta hoje na política de recursos humanos da assistência social é de precarização e fragmentação dos órgãos, gestores e trabalhadores que a operacionalizam.

Como a ação profissional pode produzir impactos sem meios e condições de trabalho? e como os usuários dos serviços podem sentir impactos se recebem apenas atendimentos paliativos, sem atrativos para sua permanência nas atividades socioassistenciais?

Tratar as ações da política de Assistência Social de modo paliativo representa romper com os instrumentos de cidadania que marcam profundamente a qualidade de vida de seus usuários.

Contudo, apesar da fragilidade de infraestrutura que reflete na qualidade dos serviços, os beneficiários do PBF e usuários do PAIF do bairro, deixam evidentes as mudanças sentidas por esse programa e serviço: Os sujeitos da pesquisa “C, D e E” do quadro 18, apontam a segurança alimentar, pois após começarem a receber a renda do Bolsa família, passaram a cobrir despesas com a alimentação.

As despesas com alimentação geralmente envolvem a compra de arroz, feijão, frango, carne, leite, sendo considerados por eles como a obtenção de uma alimentação melhor.

Lavinas e Garcia (2004) argumentam que a intencionalidade da política pública deve voltar-se para garantir à população em situação de insegurança socioeconômica e de risco alimentar, acesso regular a uma alimentação equilibrada e saudável.

A insegurança alimentar ainda é uma das grandes preocupações de famílias pobres vulneráveis. Assim, uma das mudanças principais identificadas no âmbito das famílias entrevistadas corresponde à obtenção da renda para assegurar a alimentação da família.

No PBF, o apoio financeiro visa complementar a renda familiar para suas necessidades básicas, e a família sabe melhor que o governo quais são tais necessidades. Não há, portanto, necessidade de comprovar a utilização desse recurso. Estudos mostram que as famílias utilizam os recursos preferencialmente para a compra de alimentos, em estabelecimentos próximos à residência, o que

contribui para o desenvolvimento da economia local (CUNHA, 2009, p.341).

O sujeito da pesquisa “C” do quadro 18, foi a única que citou que teve mudanças relacionadas ao acompanhamento dos filhos na escola, dando atenção à frequência dos mesmos e a ida ao posto de saúde para o acompanhamento nutricional. Esse exercício de cidadania dessa família é uma das condições do PBF, que na grande maioria das vezes é vista por eles como uma obrigação e não um direito.

As mudanças relatadas pelas famílias geralmente estão relacionadas à renda, as famílias ainda não conseguem observar a importância da garantia dos filhos na escola e os cuidados de saúde, por mais que façam o acompanhamento e seus filhos tenham frequentado mais a escola e o posto de saúde, as mudanças são citadas apenas no âmbito da renda, do que eles conseguem comprar hoje, que não conseguiam ontem, da garantia de uma renda fixa.

O PBF é um programa de transferência de renda às famílias pobres e extremamente pobres, que vincula o recebimento de um auxílio financeiro ao cumprimento de condicionalidades nas áreas da educação, saúde e assistência social. As condicionalidades têm por objetivo cessar o ciclo intergeracional da pobreza, permitindo que o PBF também incentive o desenvolvimento de capital humano das famílias mais pobres.

Mas, como exigir o cumprimento das condicionalidades por parte da família se o Estado falha na oferta básica de serviços públicos? as famílias que residem em locais longínquos, como o caso de famílias de comunidades amazônicas, tão pouco os serviços públicos conseguem alcançá-las, podendo chegar a obter um alto grau de vulnerabilidade.

As famílias em situação de descumprimento de condicionalidades com notificações de bloqueio ou suspensão do benefício, indicam a probabilidade de alta vulnerabilidade, devendo ser prioritárias no acompanhamento segundo os procedimentos da assistência social.

Segundo Magalhães (2009) as notificações de advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento podem ser um indicador de alta vulnerabilidade. Já as famílias que entram no PBF e que não receberam qualquer notificação, em

princípio, são consideradas de baixa prioridade e de grau desconhecido de vulnerabilidade.

Durante a realização da pesquisa de campo encontramos algumas famílias que apresentavam problemas relacionadas ao seu benefício. Houve até um caso em que a família possuía um menor de idade com deficiência física e estava com o seu benefício bloqueado, sendo que a mãe não sabia como proceder.

Desse modo, ela recebeu a orientação da pesquisadora e encaminhamento para atendimento na coordenação do PBF e foi atendida e solucionado a sua situação. As dúvidas dos sujeitos da pesquisa em relação ao PBF, foram sendo sanadas ao longo das entrevistas na pesquisa de campo.

Na comunidade não é diferente, em seus discursos ficaram claras as mudanças provocadas pelo PBF e alguns efeitos do PAIF, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 19: Mudanças ocorridas no âmbito das famílias da comunidade, após a inserção no PBF e no PAIF.

COMUNIDADE MATO GROSSO	
Trechos dos discursos	
“Sim, com a bolsa família eu tenho uma renda todo mês, e eu sei que posso contar com ela, minhas crianças se alimentam melhor agora, e isso já é uma mudança. Agora a assistência social é só quando eles vêm aqui, aí a gente fica mais informado quando eles palestram, falam sobre os nossos direitos, sobre a previdência, aposentadoria, e isso é bom né, a gente fica sabendo de coisa que antes não sabia” (Sujeito da Pesquisa A).	
“Antes o ganho do trabalho era muito pouco e já com o bolsa família ajuda a complementar a renda da produção e a gente consegue comprar coisas que não conseguia antes. Mas, geralmente quando a gente vai sacar lá na cidade, já faz um rancho e tem gasto também indo na cidade, gasta com passagem, principalmente com mototaxi que é caro” (Sujeito da Pesquisa B).	
“Mudou sim um pouco, o que a gente produz na roça ou coleta na mata, nem sempre consegue vender, então o dinheiro do Bolsa Família é certo, eu já sei com que vou usar, o que tenho que comprar e isso já muda sim um pouco a nossa condição de vida” (Sujeito da Pesquisa C).	

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

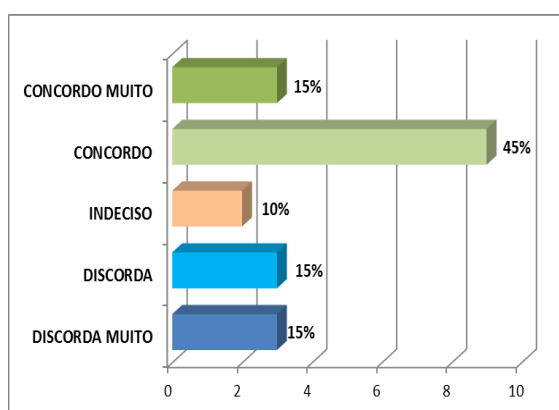
Na comunidade ocorreu apenas uma ação do PAIF no ano de 2016, mas foi avaliada pelos comunitários como positiva por passarem a se sentir mais informados com as palestras.

Verificamos que as famílias têm sede de aprofundamento de informações, principalmente sobre a aposentadoria rural que muitos têm dúvidas, essa é a grande demanda, especificamente dos mais idosos.

Em relação aos impactos do PBF no âmbito rural, pode ser observado que o mesmo passou a ser uma fonte de segurança para as famílias, por ser uma renda que segundo elas podem contar todo mês, sendo um complemento de renda quando eles conseguem vender os seus produtos do roçado, senão, passa a ser a renda principal.

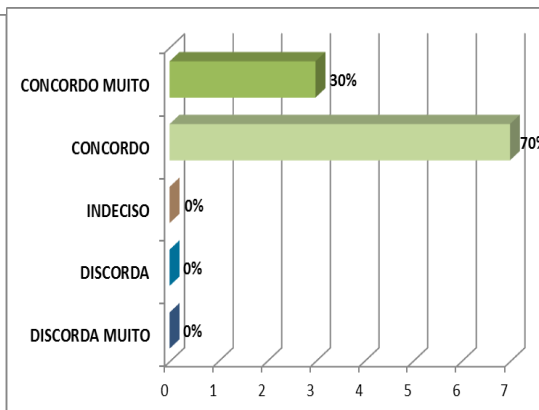
Desse modo, verificamos se o Programa Bolsa Famílias tem possibilitado aquisição material (compras de eletrodomésticos, roupas e outras necessidades) contribuindo para a melhoria das condições de vida. Verifica-se nos gráficos 17 e 18 o nível de concordância e discordância das famílias:

Gráfico 17: O Programa Bolsa Famílias tem possibilitado aquisição material melhorando as condições de vida /Bairro Santa Rita.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

Gráfico 18: O Programa Bolsa Famílias tem possibilitado aquisição material melhorando as condições de vida /Comunidade Mato Grosso.



Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

No geral o nível de concordância das famílias do bairro e da comunidade prevalece, sinalizando que o PBF vem possibilitando aquisições materiais e melhorias nas condições de vida dos beneficiários.

No gráfico 17, referente às famílias do bairro Santa Rita, o nível de concordância supera aos que discordam, onde 60% concordam, geralmente aos que discordam recebem um valor menor não podendo ter um grande alcance na aquisição de materiais. A renda recebida por essas famílias pelo

PBF gira em torno de R\$120,00 (cento e vinte reais) a R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais).

Os relatos de alguns sujeitos da pesquisa do bairro, apontam que além da alimentação que sempre é o primeiro componente da lista, já houve a aquisição de cama, colchão, ventilador, roupas, calçados, material escolar, dentre outros pequenos bens materiais, necessários no dia a dia.

Na comunidade, o gráfico 18 apontou unanimidade no nível de concordância na afirmativa em que o Programa Bolsa Famílias tem possibilitado aquisição material (compras de eletrodomésticos, material escolar, roupas e outras necessidades) atendendo as suas necessidades imediatas, onde 100% das famílias concordam, destas 30% expressam o máximo de convicção.

As famílias da comunidade recebem no mínimo o valor de R\$50,00 (cinquenta reais) e no máximo R\$300,00 (trezentos reais), todas as famílias entrevistadas tinham uma reclamação em comum, alegavam que havia diminuído o valor do seu recurso e ninguém tinha explicado o porquê, o que indica a falta de repasse de informações às famílias.

Para Silva (2008, p.53) o benefício monetário transferido para as famílias “é extremamente baixo, devendo ser elevado para um patamar de pelo menos um salário mínimo para produzir impacto positivos na ultrapassagem da linha de pobreza por parte dessas famílias”.

Apesar do recurso baixo que muitas famílias recebem do PBF, este se faz importante em sua reprodução como ser humano, pois conseguem realizar uma ou outra necessidade, conforme exemplificam as falas a seguir:

“Com um dinheirinho a mais a gente consegue melhorar alimentação, comprar calçado, e assim vai melhorando a nossa vida sim” (Sujeito da Pesquisa B).

“Sim, teve sim melhoria, se tirar o bolsa família vai fazer falta. Esse dinheirinho que entra conseguimos fazer um ranchinho que já ajuda bastante, nem sempre meu marido consegue pescar, tem que ir lá pro rio Amazonas, que o lago daqui nem sempre dá peixe” (Sujeito da Pesquisa C).

O PBF é um programa que visa assegurar o direito ao desenvolvimento dos beneficiários por meio da transferência de renda e do cumprimento de condicionalidades, mas como ocorrer um desenvolvimento onde as famílias

que geralmente são extensas, recebem um valor irrisório para atender suas necessidades essenciais? além da segurança, alimentação e de uma base material, as famílias também precisam de acesso aos direitos de cidadania e de oportunidades.

Se o salário mínimo brasileiro que é um dos mais baixos no mundo, não consegue atender às necessidades básicas de uma família, o recurso do PBF muito menos atenderá essas necessidades, pois chega a atingir no máximo um terço do valor de um salário mínimo.

Muitas famílias pobres e extremamente pobres, em situações de vulnerabilidade social, geralmente sobrevivem com $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, estabelecendo em seu cotidiano um movimento efervescente de luta e estratégias de sobrevivência.

Não se pode negar que esse recurso do PBF traz avanços que alteram a realidade das famílias beneficiárias, embora existam outras categorias que precisam ser atendidas para que o Programa de fato possa atingir o seu objetivo principal, do direito ao desenvolvimento com a superação da pobreza e da vulnerabilidade.

Além da transferência de renda, o PBF deve garantir o acesso a outras iniciativas, que amplie a capacidade das famílias de superar condições de pobreza e vulnerabilidades, sendo este também uma das missões do PAIF.

Magalhães (2009) argumenta que um dos desafios da articulação do PBF e PAIF está justamente nas condições humanas e materiais, disponíveis em cada município, além da estrutura existente dos serviços e a prioridade dada à proteção social na política local, entre outros fatores. Portanto, deve-se levar em conta dois parâmetros: por um lado, as normativas e diretrizes da Assistência Social e do PBF e, por outro, as condições concretas de cada município.

Assim, para potencializar o acesso das famílias beneficiárias do PBF, torna-se necessária a articulação com outros programas e políticas públicas em um trabalho intersetorial.

Portanto, ao buscarmos apreender se o PBF e o PAIF contribuíram ou não, para um maior acesso de sua família aos serviços socioassistenciais e de

outras políticas públicas, identificamos que não há uma efetividade na intersectorialidade, entre o programa e o serviço.

As famílias do bairro e da comunidade narraram que só há o atendimento mesmo por parte do PBF para o cadastramento ou quando ocorre alguma notificação. Já por parte do PAIF foi citado que participam apenas mesmo de palestras e oficinas quando ocorre nas dependências do CRAS, mas nunca houve encaminhamento ou inclusão em programas de cursos de qualificação.

Para que as ações complementares se efetivem, a intersectorialidade se torna fundamental, as áreas devem se integrar e ter agendas em comum, além de compartilhar responsabilidades e ações, e não é isso que tem sido observado no município de Parintins.

Bronzo e Veiga (2007) asseveram que o tema da intersectorialidade não ocorre de forma espontânea nas organizações públicas, mas tem que ser ativamente construída, uma vez que decorre de deliberações claras e compartilhadas para introduzir as mudanças nos processos de trabalho, no planejamento e na gestão das políticas públicas.

A intersectorialidade precisa se tornar concreta, para que as famílias possam ser melhor atendidas com as políticas públicas. O PAIF ou o PBF por si só não caminharão longe, mas se houver comunicação e partilha de responsabilidades com outras políticas públicas, poderão atingir o desenvolvimento dos beneficiários.

O PBF e o PAIF também têm o objetivo de potencializar o exercício do protagonismo e a autonomia das famílias e de seus membros, buscando apreender a capacidade das famílias de elegerem seus objetivos e crenças e de colocá-las em prática sem opressões.

A segurança de desenvolvimento de autonomia a ser afiançada pelo PAIF refere-se ao direito dos indivíduos e famílias a atendimento e/ou acompanhamento que propicie potencializar a capacidade dos indivíduos e famílias de fazer suas próprias escolhas, a partir de seus valores, crenças e necessidades, e da identificação e enfrentamento dos obstáculos que interferem em materializar suas escolhas. O desenvolvimento da autonomia também é possibilitado por meio de ações de incentivo à participação cidadã, de identificação e fortalecimento de potencialidades e habilidades, e por meio da promoção do acesso à direitos, em especial: saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho, emprego e

renda (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, V.1, 2012, p.22).

Ao questionar os sujeitos da pesquisa sobre sua autonomia, observou-se que os mesmos sentem uma maior autonomia mais por parte da renda auferida pelo PBF, momento em que eles têm que tomar decisões de como utilizá-lo.

Desse modo, 50% das famílias do bairro Santa Rita se sentem com mais autonomia ao ter que tomar decisões em relação a renda auferida pelo PBF e ao participarem das palestras e atividades do PAIF.

Em relação ao PAIF as famílias do bairro acreditam que se houvesse oficinas em funcionamento poderiam ter a possibilidade de melhorar a autonomia.

Partimos da compreensão de Pereira (2007), para quem a autonomia refere-se à capacidade do indivíduo, famílias e comunidade de elegerem objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de colocá-los em prática sem opressões.

Para que as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidades, lutem por seus direitos e encaminhem demandas para a esfera pública, é preciso ter um determinado grau de autonomia.

Para Marques e Maia (2007) a garantia de uma boa alimentação, acesso aos meios de comunicação e um *status* moral valorizado não conduz, ao fortalecimento da autonomia e da cidadania. É preciso que o Estado garanta condições de participação ampla na formulação de políticas sociais, oportunidades iguais, inclusiva, etc.

As falas dos sujeitos da pesquisa expressam sua visão sobre a autonomia:

Quadro 20: Visão das famílias sobre a autonomia adquirida após inserção no PBF e PAIF.

BAIRRO SANTA RITA	
Trechos dos discursos	
“A autonomia precisa ser melhor trabalhada, mas o que me deixa mais independente mesmo, que faz com que eu ajude em casa é o dinheiro do bolsa família, é pouco, mas sou eu que faço milagre com ele em casa (...)” (Sujeito da Pesquisa A).	
“Sim, aqui no CRAS a gente se informa, eu consigo dar conta de casa, eu corro atrás das coisas, nunca fui submissa e quando participa das palestras a gente se informa mais sobre os direitos, fala sobre os direitos em casa. Eu frequento aqui	

muito tempo, eu e meus filhos, eles gostam daqui. E com o bolsa família eu vejo o que está faltando em casa e já compro, é um reforço e grande” (Sujeito da Pesquisa B).

“Esse programa aqui do CRAS ajuda bastante a refletir com as palestras, mas acho que faltam as oficinas com cursos pra gente se aprimorar em algo, pra gente se sentir com mais iniciativa. E o dinheiro do programa eu que comando em casa, acho que isso sim é autonomia” (Sujeito da Pesquisa C).

“Apesar de eu e meus filhos já estarem bastante tempo no CRAS acho que precisamos de algo que trabalhe melhor esse lado nosso, vai ser muito bom para gente, antes tinha tanta oficina, eu gosto de participar de todas, mas esse ano foi devagar” (Sujeito da Pesquisa D).

“A partir do momento que a gente consegue ter informação, consegue pensar melhor, a ter um posicionamento, então, acho que as palestras do CRAS contribuem sim e o Bolsa Família possibilita ter um recurso e poder comprar o que quer, principalmente para as crianças, isso nos dá liberdade, se tirarem essa bolsa agora, vai piorar, a não ser que a gente arrume emprego” (Sujeito da Pesquisa E).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

As palestras são as mais citadas quanto ao favorecimento da autonomia por fazê-las refletir e sentirem-se mais informadas. Também houve o relato do sujeito da pesquisa “E” que alega ganho de autonomia, tanto com as palestras, como com a renda adquirida pelo PBF que lhe possibilita poder de compra.

Para Rego e Pizani (2014) a independência material garantida por meio do dinheiro é um elemento essencial da liberdade, no entanto, deveria ser considerada um objeto possível de políticas públicas voltadas à criação de cidadãos autônomos.

Porém, em nenhum momento foi citado o desenvolvimento de autonomia por meio da promoção do acesso direto a direitos como saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho, emprego e renda, participações em instâncias de deliberação, consultas, dentre outros.

Os relatos nos possibilitam afirmar que o PBF e o PAIF vêm induzindo mudanças, mesmo que tímidas na autonomia das famílias, a transferência de renda e as palestras são apontadas como fundamentais para o seu empoderamento. Ainda que permaneçam em condições de pobreza, o seu grau de vulnerabilidade vem diminuindo.

Ao contrário das famílias do Bairro, apenas 30% das famílias da comunidade Mato Grosso apontam o ganho de autonomia com o PBF e o

PAIF, no geral essas famílias já descumpriram condicionalidades e tiveram que receber acompanhamento mais sistemático da equipe do PAIF, por isso, se sentem com mais autonomia.

Já 70% declaram não haver ganho de autonomia, essa percepção se justifica pela falta de acompanhamento pelo PAIF, alegando que suas ações não foram suficientes para se sentirem com autonomia, as famílias demandam ações com mais frequência na comunidade. As que são acompanhadas pela equipe devido ao descumprimento de condicionalidades é que pontuaram perceber uma maior autonomia.

Durante as entrevistas, observamos que em todas as famílias do bairro e da comunidade os sujeitos da pesquisa que gerenciavam o recurso do bolsa família apresentavam certa autonomia financeira, principalmente em relação a decisão do que fazer com a renda auferida.

Sobre a mulher frente ao recebimento da renda monetária do PBF, Rego e Pizani (2014, p.204) avaliam que:

As mulheres, a partir do recebimento da renda monetária, se apoderam de alguma forma de capacidade humana, como a de escolher certas opções, inclusive, as de ordem moral. Na nossa humanidade repousa fundamentalmente no exercício permanente de escolhas. Contudo em situação de miséria e privação absoluta dos bens mais elementares da vida, não se escolhe, vive-se o momento perpetuo do “círculo vicioso da pobreza” que se caracteriza pela quase impossibilidade da escolha pessoal da vida que se quer viver.

A renda auferida pelo PBF possibilita essa liberdade ao indivíduo, mas não a tira da condição de família pobre, até porque o valor recebido é menor que um salário mínimo. Assim, ao se tornarem responsáveis pelo valor recebido adquirem a autonomia para administrar a forma como o mesmo vai ser usado, e sob essa condição, em muitos casos, tem o poder da escolha e de eleger critérios frente às necessidades.

Desse modo, a autonomia pode ser considerada um meio que possibilita a transformação do ser humano. Ao refletir sobre a condição social dos sujeitos da pesquisa, verificamos que antes, pelo fato de não terem uma renda regular e serem impossibilitadas de escolha pessoal, tinham pouca ou nenhuma autonomia, e passaram a ter possibilidades de escolhas a partir do PBF e do

PAIF. Assim, como as palestras vem possibilitando o exercício da reflexão e contribuindo com o seu desenvolvimento em determinados momentos.

Essa relativa autonomia se encaminha ao encontro de seu protagonismo na medida em que houve a busca por informações, que ocorreu a demanda por cursos, que se sentem independentes financeiramente, que elegem e que fazem escolhas como sujeitos de direitos.

Isso demonstra um desenvolvimento de protagonismo, principalmente quando tem a consciência da importância do cumprimento das condicionalidades, com o acompanhamento das crianças na frequência escolar, no posto de saúde e projetam uma perspectiva futura para a mesma, sem se sentirem obrigadas, pena que não são todas as famílias com essa consciência.

Diante do que analisamos ao longo deste estudo, identificamos autonomia e protagonismo na fala de algumas famílias no bairro e na comunidade, assim como encontramos famílias que precisam de um acompanhamento mais sistemático da equipe de profissionais do PAIF.

As famílias com o benefício suspenso a 3 meses não tinham resolvido essa situação porque não sabiam como resolver, e nem iniciativa de buscar tais informações, sinalizando falta de autonomia e um alto grau de vulnerabilidade.

São famílias que raramente frequentam o PAIF e com perfil de pouca iniciativa. À proporção que encontrávamos famílias com esse perfil e com problemas no benefício, orientávamos e encaminhávamos para a coordenação do PBF, que ao longo da pesquisa de campo resolveu os casos encaminhados.

Torna-se de suma importância que o PAIF execute um trabalho mais efetivo em relação ao ganho de autonomia e protagonismo das famílias. A equipe precisa buscar estratégias que possibilitem uma maior participação das famílias nas ações, pois observamos que as que frequentam de forma mais efetiva, embora sejam poucas, demonstram uma maior autonomia e protagonismo em relação àquelas com menor frequência.

Nessa direção, espera-se que o trabalho social do PAIF, possa “promover aquisições sociais e materiais, possibilite às comunidades, famílias e seus membros o exercício da autonomia e do protagonismo – atributos

interrelacionados e essenciais na conquista de direitos e alcance da cidadania” (BRASIL, Orientações Técnicas do PAIF, 2012, p. 54).

Mesmo desenvolvendo ações limitadas com poucos recursos, o PAIF tem conseguido de alguma forma influenciar a vida das famílias, principalmente em relação as reflexões de seu cotidiano familiar. Não deixa de ser um canal de inclusão para essas famílias, ainda que precário.

A esse respeito Martins (1997) avalia que o Brasil adota direcionamentos neoliberais nas políticas econômicas atuais que induzem a “*inclusão precária, instável e marginal*”, deixando claro que as políticas econômicas do Brasil não são de exclusão, mas são políticas de inclusão precárias das pessoas que estão a serviço da reprodução do capital e em favor do funcionamento da ordem política, dos que dominam.

(...) É próprio dessa lógica de exclusão a *Inclusão*. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo a sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão (MARTINS, 1997, p.32).

Em tempos atuais os excluídos do Brasil não conseguem ser reincluídos tão facilmente, não é mais um período transitório, mas um período longo e quando encontra a possibilidade de inclusão, esta ocorre de forma precária.

Esta lógica está presente nos serviços ofertados para os usuários da assistência social, onde já analisamos que os serviços estão precários, necessitando de qualidade e efetividade para induzir impactos duradouros aos beneficiários.

A articulação entre o PBF e o PAIF pode ser considerada uma via de mão dupla para o enfrentamento à pobreza e vulnerabilidade social, uma vez que a partir das condicionalidades do PBF, pode-se ter acesso à educação e saúde, e a partir do PAIF, adentra-se na rede de serviços sociais locais.

O PBF busca o enfrentamento à pobreza em dois sentidos, de forma imediata, através da transferência de renda e a longo prazo, através do cumprimento das condicionalidades. Já o PAIF busca desenvolver ações que mobilize as famílias para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades.

Para Magalhães (2009) ainda é um grande desafio a articulação entre a transferência de renda e a prestação de serviços socioassistenciais e estas

com as ações intersetoriais entre diferentes políticas sociais. Entretanto articular ações, como transferência de renda e ações socioassistenciais, ou setores, como saúde, educação e assistência social, não é tarefa fácil, pois programas e políticas são, tradicionalmente, desenhados e implementados de forma compartimentalizada.

E este fato pôde ser constatado durante a pesquisa de campo, que apontou ações sendo realizadas de forma isoladas, sem o compromisso da verdadeira articulação, o que poderia trazer mais efetividade no desenvolvimento do trabalho social com os usuários da assistência social.

Portanto, no próximo item analisaremos a partir da fala das famílias a prevenção, superação ou manutenção de suas situações de vulnerabilidades e riscos a partir do PBF e PAIF.

3.3 Impactos sobre as condições de vulnerabilidades e riscos sociais: prevenção, superação ou manutenção no âmbito das famílias?

Neste item analisaremos as mudanças ocorridas sobre as condições de vulnerabilidades e riscos sociais a partir das percepções das famílias do PBF e PAIF, sinalizando se tem ocorrido a prevenção, superação ou apenas manutenção da sua condição atual.

A vulnerabilidade social não diz respeito apenas à condição de vida do indivíduo e sua família, mas de uma conjugação de fatores que podem determinar o grau da vulnerabilidade. Discutir a vulnerabilidade social no contexto brasileiro significa não só conhecê-las, saber onde estão, mas saber se as intervenções para a sua redução, prevenção ou até mesmo superação estão tendo efetividade.

As políticas e os programas podem ser compreendidos como elementos que devem fortalecer a capacidade de resposta e reduzir a vulnerabilidade das famílias e de seus membros (BRONZO, 2009).

Assim, a prevenção ou diminuição dos níveis de vulnerabilidades sociais a partir do fortalecimento dos sujeitos com acesso a bens e serviços sociais, por meio das políticas públicas e de programas comprometidos com a proteção

social, podem possibilitar a ampliação do universo material e simbólico, além da mobilidade social desses sujeitos.

Em muitos casos a conformação das políticas públicas e programas em ações focalizadas e assistencialistas não enfrentam os determinantes dos elementos que condicionam a vulnerabilidade, mas sim instigam a sua manutenção.

Marques e Maia (2007) afirmam que no Brasil, as políticas sociais de combate à pobreza ainda se encontram muito atreladas ao assistencialismo e à noção de que o lugar destinado aos pobres é no campo fora dos direitos.

Os ajustes neoliberais deixam bem claro que cabe ao Estado garantir o mínimo para atenuar os índices de pobreza e vulnerabilidades sociais. Os baixos investimentos no âmbito do social voltado ao atendimento das necessidades sociais da população vulnerável, aponta o pouco caso do poder público.

A seguir verificamos se o PBF e o PAIF têm contribuído para a prevenção, superação ou manutenção das condições de pobreza e vulnerabilidades, iniciaremos a discussão a partir da análise da prevenção.

No quadro 21, visualizam-se os discursos dos sujeitos da pesquisa a respeito da efetividade do PBF e PAIF, na prevenção de novas vulnerabilidades e riscos das famílias:

Quadro 21: A percepção das famílias sobre a prevenção do PBF e PAIF às situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

BAIRRO SANTA RITA DE CÁSSIA	COMUNIDADE MATO GROSSO
PREVENÇÃO	
Trechos dos discursos	Trechos dos discursos
“Algumas coisas sim previnem, em outras não, a gente precisa ser atendidos em muitas coisas” (Sujeito da Pesquisa A).	“Na minha família eu acho que contribui pra prevenir, porque se a gente se alimenta melhor a gente adocece menos, as crianças são pesadas no posto e se a gente tem informação que a assistência social nos dá, consegue prevenir muitas coisas ruins (...)” (Sujeito da Pesquisa A).
“Sim, acredito sim que previne, essas palestras ajudam muito a pensar e dialogar com os filhos, tem sido uma escola pra mim. E o dinheiro do bolsa família a gente sabe que pode contar	“Se deu uma melhorada é porque ajuda a prevenir que volte a viver uma vida com mais dificuldades como era antes. Hoje ainda tem sim dificuldades, mas essa dificuldade também é porque tá distante de

todo mês, não deixa de ser pobre, mas melhora” (Sujeito da Pesquisa B).	tudo” (Sujeito da Pesquisa B).
“As dificuldades são muitas, uma ou outra situação acredito que consegue prevenir sim” (Sujeito da Pesquisa C).	“Ah! Contribui muito mana. A nossa comunidade até agradece quando eles (assistência social) vêm aqui, os nossos jovens precisam muito, quando eles dão palestras a gente fica sabendo de um monte de coisa. Seria tão bom se eles viessem mais aqui, porque é longe a gente ir lá no CRAS e não temos condições de ficar pagando passagem pra ir e voltar. Tudo que eles falam faz nós refletir sobre as coisas e ajuda sim a prevenir principalmente os jovens quem mais precisam. E o bolsa família nem se fale já nos tirou de muitas situações ruins, a nossa pobreza vai melhorando aos poucos” (Sujeito da Pesquisa C).
“Antes tínhamos muitas discussões em casa, hoje posso dizer que minha família melhorou muito, a gente tenta colocar em prática o que ouve no CRAS, então esse tipo de prevenção eu vejo e o dinheirinho do Programa evita de a gente passar mal em algumas necessidades” (Sujeito da Pesquisa D).	
“Oh! com o dinheiro do bolsa família eu posso contar todo mês e isso nos tira do sufoco então previne que a gente deixe de comprar algo que precise muito, como remédio (Sujeito da Pesquisa E).	

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

As narrativas apontam que o PBF e o PAIF têm sim contribuído com a prevenção de mais ocorrências de vulnerabilidades e riscos sociais das famílias do bairro e da comunidade.

Na fala do sujeito da pesquisa “A” do bairro, nota-se a consciência de que o programa e o serviço não conseguem prevenir todos os tipos de vulnerabilidades, mas em algumas situações contribui sim.

Os sujeitos da pesquisa, geralmente enfrentam distintas vulnerabilidades que em algumas situações eram resultantes do local onde vivem e que influenciam em suas condições de vida, intensificando seu grau de vulnerabilidade.

Na fala do sujeito da pesquisa “A” da comunidade, também fica expresso que o PBF contribui com a segurança alimentar e o acompanhamento nutricional das crianças, que influenciam diretamente na saúde dos membros das famílias, prevenindo doenças.

Quanto ao PAIF, em todas as falas das informantes é nítida a percepção sobre a importância que elas dão as palestras recebidas, que as deixam mais informadas, sobretudo na comunidade onde as famílias demandam a presença do CRAS com mais frequência.

Cabe ao PAIF promover ações de caráter preventivas no território, por meio do desenvolvimento de atividades como palestras e oficinas com

temáticas que façam os indivíduos e famílias refletirem sobre as situações vivenciadas e as formas de prevenção e superação, contribuindo assim com o fortalecimento dos vínculos familiares (BRASIL, Orientações Técnicas sobre o PAIF, v.1, 2012).

Durante todo o estudo, verificamos que o PAIF tem promovido impactos em algumas famílias, na medida em que houve o fortalecimento da função protetiva com a prevenção de rupturas de seus vínculos, confirmado através fala de famílias do bairro, em itens anteriores, que apontou o sentimento de pertença entre os membros das famílias. Foram relatos de mães que sentem hoje seus vínculos mais fortalecidos com os filhos, ocorrendo nesse caso um impacto positivo.

Assim como houve um relato de uma família do bairro, já em situação de risco, com vínculos rompidos e, que não foi trabalhada pelo PAIF até porque a mesma ainda não havia procurado o PAIF, apesar da família constar em sua lista de acompanhamento.

A partir deste fato verificamos falhas nesse acompanhamento, onde o PAIF ainda não tinha registrado esse histórico e iniciado um acompanhamento mais sistemático com a família.

Até o momento da entrevista a progenitora da família encontrava-se muito fragilizada e sem atendimento, chegando até certo ponto chorar, momento em que interrompemos a entrevista, mas a mesma alegou que queria continuar porque estava desabafando.

Devido à falta de acompanhamento por parte do CRAS, muitas famílias passam da condição de vulnerável para também de risco, como ocorreu com esta família que vivia em conflito familiar, até chegar em rompimento de vínculo, com agressões entre os membros dessas famílias.

Narrar essa situação de rompimento de vínculo foi muito difícil para este sujeito da pesquisa que relatou que sente vergonha desta situação. Este caso nos confirmou que as famílias que estão em situação de risco como violência doméstica, violência sexual, violência contra idoso, não baterão tão facilmente na porta do CRAS para serem ouvidas, por não se sentirem à vontade com o caso. E são as que mais necessitam da intervenção dos profissionais do PAIF.

Deste modo, cabe aos profissionais do PAIF irem até essas famílias, principalmente as que já estão na lista de “acompanhamento” e que não estão sendo acompanhadas de fato.

Os instrumentos metodológicos do trabalho social com famílias devem estar pautados em processo de reflexão sobre a situação de vida das famílias e de suas prováveis condicionantes socioeconômicas e culturais. Isso favorece a percepção da dimensão individual e coletiva da problemática vivenciada, a definição de estratégias e de projetos individuais e coletivos de superação da situação de vulnerabilidade social, com vistas ao efetivo usufruto dos direitos sociais e à melhoria da qualidade de vida da população (ANDRADE, MATIAS, 2009, p.222).

Em uma família entrevistada da comunidade também havia histórico de violência doméstica, mas a informante não se sentiu à vontade em narrar o fato e sua vontade foi respeitada. Neste caso, o PAIF faz o acompanhamento da Família cuja situação só foi desvelada devido as denúncias de parentes, mas não da vítima.

Todas as famílias entrevistadas constavam na lista de acompanhamento do PAIF, mas identificamos que não ocorre esse acompanhamento com visitas domiciliares, principalmente na residência das famílias que deixaram de frequentar o serviço. As mudanças no âmbito das famílias que frequentam o PAIF ocorrem de forma diferente até mesmo pela dinâmica que cada família possui.

Porém, o estudo apontou que o maior percentual (70%) é de famílias que conseguem notar algum tipo de mudanças em sua situação de vulnerabilidade, ou sentem que o PBF ou PAIF em alguns momentos conseguem prevenir a ocorrência de novas vulnerabilidades. São famílias que conseguem expor uma situação ou outra, fazendo-as perceber as mínimas mudanças.

Quando as informantes narram que as palestras as fazem refletir e aumenta o seu conhecimento sobre os direitos, há aí uma grande probabilidade do aumento do exercício dos direitos pelos membros das famílias.

As condições de pobreza e vulnerabilidades existentes necessitam de uma intervenção compartilhada com outras políticas públicas, pois há demandas que não dependem apenas da ação do PAIF e da assistência social,

mas de um conjunto de ações das demais políticas públicas que possam atender o que lhe for específico.

As situações de vulnerabilidade social podem ser momentâneas ou duradouras, portanto, exigem ações complementares do PBF, sobretudo, que funcione a intersetorialidade e a parceria com o setor privado, para que indivíduos e famílias superem essas situações (BRASIL, Manual de Gestão do Programa Bolsa Família, 2013).

A falta de iniciativa de encaminhamentos das demandas das famílias para outras políticas públicas faz com que as famílias enfrentem dificuldades para a superação de pobreza e vulnerabilidades, por não haver esse fluxo de procedimentos e informações tão importantes dentro de uma política pública.

Os sujeitos da pesquisa, sejam da área urbana ou da área rural, vivenciam diferentes tipos de vulnerabilidades que interferem no dia a dia e no seu desenvolvimento como analisamos no capítulo 1. As vulnerabilidades apresentadas constituem-se em expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social e que requerem o apoio das políticas públicas para superá-las.

Arregui (2006, p.160) analisa que “há uma preocupação cada vez maior de analisar a situação de vulnerabilidade social para além da renda”, dada a sua complexidade. Os estudos das vulnerabilidades se transforma em informações chaves para a gestão pública afim de desenhar estratégias de inclusão social.

Nesse sentido, quando os sujeitos da pesquisa foram questionados se sentiram que o PAIF e o PBF contribuíram para a superação de vulnerabilidades no âmbito familiar, havendo melhoria nas condições de pobreza, analisamos que nem todas vulnerabilidades foram superadas, até porque dependem de um conjunto de ações da gestão pública.

Todos os sujeitos da pesquisa foram unânimes em sinalizar que a superação de fato não tem ocorrido, conforme as falas em destaque de uma família do bairro e outra da comunidade:

Quadro 22: Sobre o PBF e PAIF, eles têm contribuído ou não para a superação de vulnerabilidades e riscos de suas famílias?

Bairro	Comunidade
SUPERAÇÃO	
Trechos dos discursos	Trechos dos discursos
“Superou algumas coisas, se antes a gente não tinha uma renda ou quando tinha era muito baixa e passamos a ter com o programa, aí já dá pra superar umas dificuldades dessas, mas todas não!” (Sujeito da Pesquisa E, bairro).	“Nem tudo, algumas situações. Até porque de dinheiro todo mundo precisa, mas seria melhor se a gente tivesse atendimento na saúde, escolas boas com cursos para nossos filhos, empregos, se pudesse se aposentar, isso sim iria melhorar e muito a vida de qualquer pessoa e não ia nem precisar dessa ajuda do bolsa família, que também nem é muito pra dizer que tira da pobreza, mas ajuda sim e muito, tu pode contar todo mês com ele, tu sabe que é um dinheiro certo” (Sujeito da Pesquisa C, comunidade).

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

Essas narrativas sinalizam que tem ocorrido no âmbito das famílias apenas o alívio de algumas vulnerabilidades, à medida que o PBF tem proporcionado a garantia de uma renda regular que possibilita suprir algumas necessidades, especialmente alimentar, além do acompanhamento nutricional e de frequência escolar das crianças.

Quanto ao PAIF, tem possibilitado informações através de palestras e em alguns casos o fortalecimento de vínculos familiares, mas esta não é a única função do serviço.

Diante das análises realizadas ao longo do estudo, podemos afirmar que o acompanhamento das condicionalidades do PBF vem contribuindo para prevenir que crianças fiquem fora da escola ou fiquem desnutridas.

Desse modo, nas famílias em que havia baixa frequência escolar (consultado em seu cadastro no CRAS) tem ocorrido sim a superação dessa vulnerabilidade. Mas, não tem ocorrido a superação das demais vulnerabilidades e riscos existentes no âmbito familiar.

As famílias relatam o alívio de algumas situações relacionadas principalmente à renda, e manutenção de outras vulnerabilidades como o desemprego, falta de qualificação, dentre outras situações que não conseguem ter suas demandas atendidas.

Desse modo, o PAIF no processo de acompanhamento familiar, seja em grupo ou de forma particularizada, deve identificar as vulnerabilidades a serem superadas, as demandas e necessidades dessas famílias, as potencialidades e ativos que seus membros possuem, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pelas famílias. Mas durante a pesquisa de campo, verificamos que não houve o devido conhecimento das diversas vulnerabilidades das famílias por parte da equipe técnica.

Para Bronzo (2009, p.179) além de conhecer as vulnerabilidades das famílias acompanhadas, é importante a seguinte observação:

Qualquer estratégia que busque a superação da pobreza e da vulnerabilidade passa necessariamente pelas pessoas e que, para desenvolver estratégias sustentáveis e efetivas, é necessário alterar tais condições limitadoras e investir no empoderamento das pessoas, no desenvolvimento de sua autonomia, de suas competências e de sua capacidade de autodesenvolvimento, visando à ampliação de sua capacidade de ação.

A autora coloca que o empoderamento é a palavra chave que permite expressar esse processo de fortalecimento de ativo, pois para se alterar as condições de vulnerabilidade implica ampliar a base de ativos, fortalecer o repertório de respostas, expandir capacidades e fronteiras de pensamento e ação.

O PAIF do bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso necessitam realizar um estudo das famílias que acompanham para melhor conhecê-las, investigar suas vulnerabilidades e potencialidades, aumentando o acesso dessas famílias aos serviços socioassistenciais e setoriais, para que assim possibilitem melhoria na qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS e assim de fato, enfrentar à pobreza.

Diante dessas análises, verifica-se a falta de um setor de vigilância social para a elaboração e produção de diagnóstico, pois os CRAS e CREAS atuam sem essa cobertura de diagnóstico. A partir deste, é possível capturar as necessidades das famílias e a oferta dos serviços para que a população acesse aos serviços de proteção social, possibilitando melhorias na qualidade de vida e nos indicadores de pobreza e vulnerabilidades.

O quadro a seguir aponta um resumo da análise dos impactos do PBF e do PAIF, nas situações de vulnerabilidades e riscos sociais, sob o olhar das famílias pesquisadas do município de Parintins/Am.

Quadro 23: Resumo sobre Impactos do PBF e do PAIF nas situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

Impactos do PBF e do PAIF nas situações de vulnerabilidades e riscos sociais das famílias pobres de Parintins-Am.	
Categorização	O QUE A PESQUISA DESVELOU?
Prevenção da ocorrência de novas situações de vulnerabilidades e riscos sociais.	Ocorreu em grande parte das famílias a prevenção de novas vulnerabilidades, tanto no bairro como na comunidade, a vulnerabilidade como o desemprego se mantém com intensidade nas famílias por ser um fenômeno estrutural e devido à instabilidade econômica do país sentida no município de Parintins. A frequência escolar também é um indicador de prevenção e a participação de famílias em palestras e oficinas.
Acesso aos serviços socioassistenciais e setoriais.	Não ocorreu o aumento do acesso aos serviços socioassistenciais e setoriais, ao contrário algumas famílias se afastaram do PAIF, tendo poucas frequências, além de nenhuma família ter sido encaminhada para os serviços setoriais ou socioassistenciais, não havendo famílias impactadas nesse aspecto.
Melhoria nas condições de pobreza.	As famílias do bairro e da comunidade vêm apresentando melhorias parciais nas condições de pobreza a partir de sua inserção no PBF, com o cumprimento principalmente das condicionalidades e ganho de autonomia através da renda auferida. O PAIF vem contribuindo para o fortalecimento de vínculos e autonomia das famílias apenas no bairro.
Superação de vulnerabilidades e riscos sociais no âmbito das famílias.	As famílias apresentam variadas vulnerabilidades, pode-se afirmar que o PBF e o PAIF não têm conseguido superar todas as vulnerabilidades e riscos, mas vem contribuindo para o seu alívio no âmbito das famílias. Contudo, houve casos de superação de baixa frequência escolar e conflitos familiares.

Fonte: Pesquisa de Campo 2016/2017.

Compreende-se que o PBF na transferência de renda e no cumprimento de condicionalidades e o PAIF com atividades de palestras sem mais atrativos e sem uma sinergia com outras políticas públicas, vêm promovendo mudanças ínfimas na realidade das famílias, embora necessário e de grande importância para as famílias que nada têm ou que pouco têm.

Diante das dificuldades enfrentadas no dia a dia, as famílias entrevistadas apresentam sonhos e perspectivas quando se aproximam das políticas públicas. Sonhos que são projetados na maioria das vezes para os filhos, neles são depositados a esperança de um futuro melhor, mas é necessário ouvi-los e dar às oportunidades que os possibilitem melhores condições de vida.

O atendimento das necessidades básicas (alimentação, habitação, saúde, educação, vestuário, etc.) é a primeira via para que as famílias possam ter condições de continuar a projetar perspectivas e sonhos, ser capaz de fazer história.

O Salário Mínimo inscrito no art. 7º da Constituição de 1988 deveria ser capaz de atender essas necessidades vitais básicas das famílias, tendo o objetivo de evitar a pobreza e manter no mínimo um Índice de Desenvolvimento Humano considerável positivo. Mas, como obter as medidas de qualidade de vida do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que engloba renda, saúde/longevidade e instrução, com baixo salário?

A pobreza, a fome, as vulnerabilidades e riscos sociais de um modo geral implicam perdas irreparáveis em várias dimensões da existência humana e marcam profundamente a identidade de todos os que vivem essa situação.

As diversas expressões da questão social não poderão ser resolvidas apenas com a assistência social, mas é uma política importante e indispensável em um país como o Brasil, com profundas desigualdades sociais e pobreza.

Nas análises de Jaccoud (2009), os direitos dos usuários de assistencial social é algo muito novo na realidade brasileira, sendo ainda necessário muito esclarecimento e luta para que o sistema de justiça faça valer sua concretização. Ainda não se conhecem, não se incorporam, e não se operam sob a égide de direitos, os benefícios e os serviços de assistência social.

Desse modo, discutir os impactos que uma política a partir de um programa e um serviço realizam nas situações de pobreza, vulnerabilidades e riscos, tornou-se de grande importância. Pois, as famílias marcadas pela pobreza convivem com adversidades oriundas de várias situações que delineiam seu cotidiano e, que se não tiver o acesso à proteção social se

manterão expostas as fragilidades, riscos e lutas de resistências diárias frente à precariedade econômica e social em que estão inseridas.

Diante das análises até então realizadas ao longo dos capítulos, tornou-se essencial deixar as sugestões que as famílias beneficiárias do PBF e do PAIF do bairro e da comunidade deixaram, afim de contribuir para a melhoria dos mesmos, reflexões que seguem no item a seguir.

3.4 Sugestões das famílias beneficiárias do PBF e PAIF do Bairro Santa Rita de Cássia e Comunidade Mato Grosso.

Os serviços ofertados no âmbito do CRAS são de extrema relevância, por representarem mecanismos protetores que podem modificar ou alterar as situações de perigo de alguma pessoa ou família.

O PBF e o PAIF se deparam com demandas de um retrato persistente de pobreza e vulnerabilidades e a ineficiência na oferta, pois nem sempre os CRAS dispõem de insumos adequados para a realização das atividades.

O PAIF do Bairro Santa Rita e da Vila Amazônia tem realizado de forma quantitativa ações de palestras devido à falta de recursos para outras ações de sua competência como oficinas, grupos, visitas, atendimentos. Ambos os CRAS possuem veículos, mas devido a constante falta de combustível não é possível realizar as ações de visitas e acompanhamentos, principalmente nas comunidades.

O CRAS da Vila Amazônia que atende as áreas rurais e ribeirinhas encontra dificuldades para realizar visitas de acompanhamento de famílias de comunidades mais distantes, dificuldades para disponibilizar os serviços e bens que deveriam ser entregues pela política de Assistência Social.

Todavia, mesmo sendo ofertados serviços de forma focalizados e em condições precárias, as ações da assistência social se fazem necessárias, sendo um canal de inclusão para muitas famílias que necessitam nem que seja do mínimo para driblar certas situações do seu dia a dia.

Muitos municípios da região amazônica vivem sob essa lógica da “inclusão precária, instável e marginal” comprometendo ainda mais o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Amazônia, onde se constata elevados

indicadores de pobreza que teimam em persistir, demonstrando o lado perverso do sistema capitalista com suas formas de exploração, exclusão, acumulação de capital e concentração de riqueza.

Esta é uma realidade no município de Parintins, o qual possui um dos maiores festivais folclóricos do mundo, atraindo centenas de turistas todos os anos e milhões de investimentos, que deveriam se reverter também em infraestrutura para a cidade e bem-estar para a população como um todo.

Toda a riqueza gerada no período do festival aponta certa concentração, não atingindo os trabalhadores precários que continuam com suas condições de vida aviltadas necessitando do mínimo para a sua sobrevivência diária.

Parintins apresenta a 5ª melhor economia do estado, essa concentração faz com que as famílias pobres, principalmente as de comunidades longínquas, sofram ainda mais com pouca infraestrutura e desenvolvimento, tendo que se reinventar no seu dia a dia para atender as suas necessidades mínimas vitais.

Atualmente o Estado do Amazonas possui o 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) da região norte do Brasil, e Manaus sua capital, é o município com o maior PIB da região norte e o 6º maior do Brasil, contudo, Manaus concentra 25% de toda a economia do Norte brasileiro. Em 2009, cinco municípios do Estado do Amazonas concentravam cerca de 87% do PIB do Amazonas, a saber: Manaus, Coari, Itacoatiara, Parintins e Manacapuru. Todavia, a concentração de riquezas entre os municípios do Amazonas é verificada em torno da capital (IBGE, 2011).

Analisa-se também que o fato de o PIB per capita de uma cidade ser alta não significa que a riqueza seja transferida para a população, como exemplo temos a cidade de Coari que concentra o segundo melhor PIB do Estado, mas se encontra na terceira posição no Ranking da extrema pobreza de acordo com o IBGE, ficando atrás apenas da capital Manaus e São Gabriel da Cachoeira, denotando uma altíssima concentração de renda no município.

De acordo com dados do Tesouro Nacional (2013), os municípios mais pobres do Amazonas e que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos são os que menos receberam recursos do Governo Federal. Os recursos do Governo Federal concentram, principalmente, o Fundo de Participação do Município (FPM) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Como exemplo, pode-se citar a cidade de Atalaia do Norte, com terceiro pior IDH do Brasil, e com receita anual de R\$ 27 milhões, recebeu, em 2013, R\$ 14,5 milhões de transferências obrigatórias do governo federal. Já a cidade de Parintins, o segundo melhor IDH do Amazonas e receita de R\$ 152 milhões em 2012, foi beneficiada com R\$ 70 milhões (ONU, 2013).

Observa-se que os dados apresentados, demonstram que o atual formato de distribuição das transferências do Governo Federal gera mais desigualdade, pois o governo baseia-se mais na questão populacional, deixando de lado os índices que envolvem a necessidade de mais saúde, educação, saneamento básico, entre outros.

Desse modo, o desenho e implementação das políticas públicas devem levar em conta a grande heterogeneidade das situações de pobreza extrema, rurais, urbanas, metropolitanas, bem como a grande diversidade, por regiões, estados e municípios, no número e na proporção de pessoas em pobreza extrema (ROCHA E ALBUQUERQUE, 2004).

Nesse sentido, parece está posto para o debate a necessidade de discutir o desenho de políticas específicas, capazes de atender desigualmente aos desiguais, a fim de confrontar desigualmente as diferentes misérias.

Diante deste contexto, e da fragilidade em vários aspectos do PBF e do PAIF, apontaremos sugestões para este programa e serviço elencado pelas famílias beneficiárias entrevistadas do bairro e da comunidade, além de apresentarmos posteriormente sugestões resultantes das análises desse estudo.

Em relação as sugestões das famílias do bairro sobre o PBF e o PAIF seguem as narrativas:

Quadro 24: sugestões ao PBF e ao PAIF das famílias beneficiárias do bairro Santa Rita.

Bairro Santa Rita	
Narrativas das entrevistadas	
SUGESTÃO DAS FAMÍLIAS DO PBF	SUGESTÃO DAS FAMÍLIAS DO PAIF
Acompanhamento mais frequente à família e a escola para orientar a importância das condições do programa	Acho que tem que acontecer as oficinas pra gente aprender alguma coisa que possa ganhar um dinheiro a mais (Sujeito

(Sujeito da Pesquisa A).	da Pesquisa A).
Acho que tá faltando aumentar esse valor, se com o salário mínimo mal se vive, imagina quem vive só com a bolsa (Sujeito da Pesquisa B).	Que o acompanhamento com as famílias fosse realizado mais vezes, para ajudar com o problema que às vezes tem em casa. E que também retornasse as oficinas no CRAS, de crochê, bordado e outros cursos (Sujeito da Pesquisa B).
Que continuasse para ajudar as famílias que não tem emprego. Sempre fui virada, mas a vida melhora quando você recebe um dinheiro a mais, principalmente em família grande (Sujeito da Pesquisa C).	Cursos, antes era assim, mas hoje não tem nada disso, devem oferecer coisas que realmente melhore a vida (Sujeito da Pesquisa C).
Sou muito agradecida por todos os anos que já recebi o PBF e já fui bastante beneficiada, quando eu tiver condições de viver sem a bolsa vou passar a vez pra outra pessoa que precisa, eu vou fazer, mas por enquanto não dá, eu ainda preciso muito, desejo que continue (Sujeito da Pesquisa D).	Satisfeita com as atividades, só o lugar está feio tem que melhorar a infraestrutura (Sujeito da Pesquisa D).
Que pare esse roubo todo que está acontecendo, passa direto na tv que eles utilizaram do dinheiro do bolsa pra política (Sujeito da Pesquisa E).	Que retornasse as oficinas de bordados, crochê, para contribuir com a renda da família (Sujeito da Pesquisa E).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As famílias do bairro Santa Rita enfatizam variadas sugestões, o sujeito da pesquisa “A” sugere que ocorra o acompanhamento mais frequente à família, para orientar a importância do cumprimento de condicionalidades do PBF. Apesar de muitas famílias estarem cientes do cumprimento de condicionalidades, ainda há muitas dúvidas em relação a esse acompanhamento, a revisão cadastral, ao cancelamento, suspensão, bloqueio e advertência.

O acompanhamento familiar é a oferta de atendimento socioassistencial prioritário por parte do poder público local, às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, voltado, principalmente às que não conseguem cumprir as condicionalidades do PBF.

As sugestões em relação ao PBF também recaíram sobre o valor da bolsa, os sujeitos da pesquisa acreditam ser um valor que não atende as suas necessidades básicas, mas contribui com algumas satisfações.

Essa crítica em relação ao valor da bolsa é realizada, principalmente pelas famílias que chegam a receber o valor de \$50,00, assim como há aquelas que se sentem agradecidas pelo valor recebido, como argumenta o sujeito da pesquisa “D” que agradece pelos anos em que está recebendo o recurso do programa.

Porém, frente à grave crise pela qual passa o Brasil, que reflete na falta de emprego, vem crescendo a demanda de famílias para o programa, que também enfrenta o impasse de muitas famílias permanecerem por muitos anos no programa, e ainda não terem condições de se desligarem, mantendo-se dependentes.

Sem alternativas de trabalho, sem qualificação e um bom nível de escolaridade, os programas sociais e principalmente de transferência de renda são uma das estratégias de famílias que até possuem potencialidades e ativos, mas precisam de oportunidades, de políticas públicas para se desenvolverem

Marx (1996) analisa que quanto maior os trabalhadores em situação de desemprego, maior será a camada de miserável da classe trabalhadora e, assim, maior será o pauperismo conjuntural.

Os desempregados representam um elemento indispensável no modo de produção capitalista, pois se colocam à disposição do capital em busca de sua sobrevivência.

O trabalhador na busca de sua sobrevivência, vende sua força de trabalho estabelecendo relações sociais na esfera da produção/reprodução social.

É na vida em sociedade que ocorre a produção. *A produção é uma atividade social.* Para produzir e reproduzir os meios de vida e de produção, os homens estabelecem determinados vínculos e relações mútuas, dentro e por intermédio dos quais exercem uma ação transformadora da natureza, ou seja, realizam a produção (IAMAMOTO, 2005, p.29).

No sistema capitalista, a produção dos meios de sobrevivência humana significa a produção/reprodução da vida material, a qual vai permitir a produção/reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes em uma dimensão ampla que envolve a reprodução espiritual, a qual engloba as

formas de consciência social, jurídica, filosófica, artística, religiosa (MARX, 1996).

Para Marx (2009) as condições do modo de produção são ao mesmo tempo as condições da reprodução. O capital é relação social, relação de exploração dos operários pelos capitalistas, nesse sentido, sendo o capital uma relação social de produção, logo, ele determina a dinâmica de todo o processo da vida social.

Todavia, estando a reprodução de um modo de vida condicionado pela base material, entende-se que a reprodução se configura como um fator que dá continuidade ao conjunto da vida, colocando a possibilidade de uma totalidade em permanente transformação.

Desse modo, reafirmamos a importância de um trabalho intersetorial para o atendimento das demandas da população e não um trabalho isolado e assistencialista, pois as suas demandas não envolvem apenas uma relação material, mas a dinâmica da vida social.

A Assistência Social pode ser uma via de possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos subalternos e espaço de ampliação de seu protagonismo como sujeito, mas não é o único caminho (YAZBEK, 2003).

Durante as entrevistas, identificamos a preocupação das famílias em relação ao término do programa com a mudança na presidência da república, mesmo com a declaração do atual presidente Michel Temer, de continuidade do programa.

O medo das famílias também decorre devido as notícias de fraudes que ocorreram no programa durante o processo eleitoral do ano de 2016, conforme sinalizou o sujeito da pesquisa “E” no quadro 24.

Essas famílias também sugerem para o PAIF a ocorrência de oficinas, elas alegam que estas não têm ocorrido. As oficinas não são cursos de geração de renda, mas são ofertados alguns trabalhos manuais como artesanatos que muitas famílias transformam em geração de renda, a partir do desenvolvimento desses trabalhos manuais podem ser observadas as habilidades e potencialidades das famílias e feito um trabalho que vise seu empoderamento.

Na comunidade Mato Grosso as famílias entrevistadas expuseram as seguintes sugestões:

Quadro 25: sugestões ao PBF e ao PAIF das famílias beneficiárias da comunidade Mato Grosso.

Comunidade Mato Grosso	
Narrativas das entrevistadas	
PBF	PAIF
Falta informação, já foi bloqueada a bolsa e não consigo resolver a situação (Sujeito da Pesquisa A).	Encaminhamento para o posto de saúde, melhorar os atendimentos que a gente precisa. Precisa melhorar os serviços! (Sujeito da Pesquisa A).
Aumentar o valor do benefício e dar assistência para as comunidades ter informação que a gente precisa e não tem (Sujeito da Pesquisa B).	Que realizasse mais ações na comunidade (Sujeito da Pesquisa B).
Que haja mais acompanhamento por parte dos profissionais pra passar informação (Sujeito da Pesquisa C).	O acompanhamento da família deveria acontecer com mais frequência e cada vez as famílias possam conseguir informações sobre seus direitos (Sujeito da Pesquisa C).

Fonte: Pesquisa de campo 2016/2017.

As famílias da comunidade sugerem para o PBF, além do aumento da bolsa, o acesso à informação. As comunidades, principalmente as mais longínquas, sentem o peso do isolamento nestes momentos em que necessitam de informação.

As famílias sugerem acompanhamento, especialmente em situações de bloqueio ou suspensão da bolsa. A informação, também é um importante instrumento de transformação, a partir dela a autonomia das famílias pode ser melhor desenvolvida, contribuindo para o enfrentamento de vulnerabilidades e riscos.

Já para o PAIF as famílias da comunidade sugerem um acompanhamento mais sistemático e encaminhamentos para a rede pública de saúde. Verifica-se que essas sugestões se revelam também como suas demandas.

Segundo Yazbek (2003, p.108) viver nos limites da sobrevivência não constitui impedimento para a busca de melhorar a vida ou de realizar algumas aspirações.

As demandas, as sugestões e as aspirações das famílias reveladas neste estudo vão além de condições materiais, não se restringem apenas à renda,

mas a uma série de necessidades inerentes aos seres humanos para se desenvolverem e vivenciarem uma cidadania digna.

Portanto, o estudo em questão também pontua algumas sugestões para a política de Assistência Social no município de Parintins:

- Elaboração de diagnóstico socioterritorial municipal;
- Construir o Mapa da vulnerabilidade social municipal;
- Construir um banco de dados com indicadores municipal;
- Formar parceria com as instituições de ensino e pesquisa do município (Universidade Federal do Amazonas, Universidade do Estado do Amazonas e Instituto de Educação Tecnológica do Amazonas), e solicitar apoio da Secretaria Estadual de Assistência Social para auxiliar na construção de mapas de vulnerabilidades e potencialidades sociais dos bairros e de comunidades e a oferta de serviços no município;
- Aprimoramento técnico da coleta de dados no município;
- Implantação da vigilância socioassistencial;
- Apoiar às comunidades, principalmente as longínquas, de difícil acesso para realização de saque do recurso do PBF e informações sobre situação de bloqueio, cancelamento e suspensão, assim como o não cumprimento de condicionalidade do PBF.
- Formação de agentes de referência para o PBF;
- Ampliar o acesso à informação sobre oportunidades ocupacionais;
- Ações socioeducativas, participativas e criativas que contribuam para a autonomia, potencialidades e empoderamento de uma forma geral para que os usuários da política possam se ver como sujeitos de direitos;
- Fomentar a discussão sobre a regionalização e territorialização dos serviços socioassistenciais.

Essas sugestões podem contribuir para avançar na política municipal de Assistência Social e aprofundar a sua territorialização, assim como ampliar o acesso à cidadania possibilitando melhorias nas condições de vida de seus usuários.

A implantação da vigilância social se faz urgente e necessária e será de grande importância para a realização de diagnósticos e construção de mapas de vulnerabilidades e riscos.

Fica claro a dificuldade da Política de Assistência Social avançar sem uma base da vigilância social. As políticas públicas não conseguem alcançar principalmente o meio rural ou ribeirinha da Amazônia, onde a população tem necessidades específicas de embarcações, para se deslocar e ir em busca de proteção social.

Em tempos de crise a assistência social, assim como outras políticas setoriais, tiveram seus recursos reduzidos, comprometendo a efetividade das ações voltadas para a população vulnerável, as quais tem apresentado uma dimensão de pobreza que vai além da falta de alimentação, habitação, renda, mas se faz presente na carência de direitos, de afeto e de possibilidades.

Tendo em vista as particularidades regionais apresentadas ao longo dos capítulos e a necessidade de regionalização dos serviços no âmbito da Assistência Social, faz-se necessário delinear uma discussão no próximo capítulo e apontar uma proposta de matriz regionalizada que vise contribuir com indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais para compor o diagnóstico socioterritorial do Baixo Amazonas.

CAPÍTULO IV INDICADORES REGIONALIZADOS: SUGESTÕES PARA A COMPOSIÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO BAIXO AMAZONAS.

“O homem pensa o mundo a partir do lugar onde vive”

Milton Santos

Este capítulo tem o objetivo de propor uma matriz regionalizada com sugestões de indicadores para caracterização de vulnerabilidades e riscos sociais, com o objetivo de contribuir para a composição do diagnóstico socioterritorial do Baixo Amazonas.

Contudo, antes de discutirmos a matriz, iniciaremos um debate no primeiro item sobre as particularidades da região amazônica e a necessidade de regionalização de serviços e políticas sociais, pois acreditamos que se faz necessário um olhar diferenciado para as desigualdades regionais, com abordagem, intervenções e políticas públicas de acordo com a realidade local.

As especificidades regionais não podem ser tratadas com um único modelo, não podemos pensar no Norte aplicando metodologias de outras regiões, a cultura influencia o modo de ser e viver em cada território.

No segundo item apontamos alguns indicadores do município de Parintins, a partir de dados estatísticos oficiais como IBGE e PNUD e documentos municipais, para ilustrar a realidade local.

O último item apresenta uma proposta de indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais, pois partimos do entendimento de que para conhecer as necessidades do homem que vive na floresta é preciso que se olhe para seu próprio território, que sejam produzidos os seus próprios indicadores para que assim possam ser elaboradas ações específicas para a realidade local.

A importância de sugestões de indicadores regionalizados, firma-se na expressão de Milton Santos, de que *o homem pensa o mundo a partir do lugar onde se vive*. Pensar a Amazônia a partir dos que nela habitam é o nosso propósito, cada território tem suas particularidades por menor que sejam e que merecem ser observadas e extraídas as vozes de quem realmente vivencia e experimenta o território amazônico.

4.1 Particularidades Amazônicas e a necessidade da regionalização dos serviços socioassistenciais

A Política de Assistência Social (2004) destaca que para além das demandas setoriais e segmentadas, o chão onde se encontram e se movimentam setores e segmentos, faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração.

Ao considerar que o território não é apenas espaço físico, mas um lugar de vida coletiva onde há relações sociais, interações, iniciativas, sendo também um lugar onde se inscrevem as relações de poder e o desenvolvimento desigual numa escala global, podemos refletir sobre a Amazônia a qual é considerada uma das regiões mais complexas do mundo.

De acordo com Gilberto Freyre *apud* Bastos (2014) a Amazônia não se resume apenas em biodiversidade, em sua flora equatorial e bacia hidrográfica, mas envolve uma construção social e cultural, envolve principalmente um povo.

Segundo Scherer e Oliveira (2006) a Amazônia ainda vive inúmeras contradições apresentadas evidenciadas em planos de governo desenraizados da história e dos lugares, do espaço e do tempo, onde ao mesmo tempo pode-se notar o acesso às avançadas tecnologias da modernidade e a falta de acesso da grande maioria da população às necessidades sociais básicas.

A história da Amazônia confirma a ocorrência de um descompasso entre as políticas desenvolvimentistas implementadas na região e as demandas da população local, por não terem sido priorizadas as reais necessidades de grande parte dos povos da Amazônia.

Desse modo, para compreender a necessidade de regionalizar os serviços socioassistenciais cumpre discorrer sobre as particularidades amazônicas a partir das contradições engendradas pelo movimento do capital na região, destacando-se a chamada questão social.

A questão social na Amazônia se evidenciou a partir do processo de descolonização, com a formação de um mercado de trabalho dependente em condições extremamente precárias. Nesse sentido, a questão social no meio amazônico significa o conjunto de fenômenos relativos à fragmentação das

esferas política, econômica e social constituída na dinâmica antagonista da relação entre capital e trabalho (BARBOSA, SÁ, 2009).

Para Loureiro (2009) as políticas de desenvolvimento adotadas na Amazônia, ao longo do tempo, acabaram acirrando as disparidades e as exclusões dos grupos sociais rurais locais. Embora as tentativas de conter ou minimizar os problemas sociais estivessem presentes em diferentes estratégias governamentais, contraditoriamente, a pobreza, a marginalidade e a exclusão tornaram-se cada vez mais presentes na perspectiva do desenvolvimento adotado ao campo e as cidades brasileiras.

Os projetos de modernização da Amazônia brasileira não levaram em consideração a “voz” do homem amazônico, o qual ficou abandonado à beira das estradas, às margens do rio e das florestas, longe das políticas públicas e sempre na esperança de melhores condições de vida, na perspectiva que tais projetos valorizem o ser que vive na Amazônia e não o identifique apenas como inferior ou primitivo, ainda que sua história seja marcada pela desigualdade.

Na região amazônica se mantém um quadro de alta concentração de renda e de injustiças sociais, com grande parte de sua população excluída do acesso a condições inerentes à essencialidade da existência humana, lutando pelo mínimo de cidadania.

O que ocorreu na Amazônia foi uma modernização conservadora e destrutiva com a poluição dos rios, desmatamento das florestas, intrusão em áreas indígenas, extração predatória de recursos naturais, empobrecimento da população local, dentre outras situações que favorecem apenas ao capital.

Loureiro aponta que “as políticas desenvolvimentistas têm efetivado mais exclusão social e pobreza do que o bem-estar generalizado para todas as camadas sociais da região” (2009, p.12).

Nessa mesma direção, Fialho Nascimento (2011) concorda que os projetos de desenvolvimento implantados na Amazônia, que resultam em volumes de bens e serviços produzidos na região, expresso pelo crescimento do PIB nos últimos anos, não tem significado um desenvolvimento social para a sua população.

O desenvolvimento visa o acesso a bens e serviços fundamentais para o cidadão, pois proporciona uma maior participação na vida social e a garantia de ter os direitos humanos respeitados, ou seja, visa à inclusão social.

Contudo, essa inclusão pode ser questionada na região, em que a acumulação de capital vem propiciando uma enorme concentração de riqueza apropriada pelos grupos econômicos, sejam eles, nacionais ou multinacionais, os quais não têm a mínima preocupação com a vida da população local que apresenta altos índices de vulnerabilidade social.

Em relação aos dados de 2010, o IPEA (2015) aponta que na região Norte, 41,9% dos municípios encontram-se no grupo de Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) *muito alto*. O estado que apresenta maior percentual de municípios nessa faixa do IVS é o Amazonas, com 80,6%, seguido do Pará, com 63,6%.

Para Scherer (2009), na capital do estado do Amazonas, Manaus, tudo parece desigual e o que é mais grave, naturaliza-se na pobreza, o crescimento da riqueza não vem reduzindo os níveis de pobreza e de desigualdade social, o que pode ser confirmado pelos indicadores sociais que mostram que os 20% mais pobres ficam apenas com 1,6% da renda produzida, enquanto os 20% mais ricos ficam com 68%.

Quando são levados em consideração o Índice de Desenvolvimento Humano a autora afirma que a distância entre ricos e pobres é espacialmente abissal.

As análises de Scherer sobre a vulnerabilidade na Amazônia contribuem para que possamos refletir sobre as especificidades desta região tão complexa e cheia de desafios e paradoxos, sendo um espaço natural imerso de riquezas e ao mesmo tempo é considerada a segunda região do país onde se localizam os municípios com Índices de Desenvolvimento Humano mais baixos.

No estado do Pará, dos 143 municípios existentes, 25 têm os menores índices de desenvolvimento humano, logo seguido pelo estado do Amazonas, com os 62 municípios, entre os quais Envira, Ipixuna, Tapauá no alto Solimões, com índices baixos de desenvolvimento humano. Nessa região concentra o maior índice de hanseníase. Em cada dez mil habitantes, a média dos dados registrados é de 6,6, conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde. Em 2005, foram registrados 38.410 casos de hanseníase,

dados que revelam presença viva e ativa de estruturas sociais do passado (SCHERER, 2009, p.09).

As expressões da Questão Social na Amazônia são inúmeras sendo visíveis nos casos de violência sexual, trabalho infantil, analfabetismo, extrema pobreza, gravidez na adolescência, aids, violência urbana, violência e conflitos em disputa por propriedade da terra, dentre outras, que parecem estar sendo naturalizadas, o que nos leva à reflexão sobre a fragilidade da área social frente às políticas desenvolvimentistas, que só visam o progresso do capital deixando muitos amazônidas invisíveis.

Na perspectiva de Loureiro (2009) “as formas de *exclusão* no processo de modernização da Amazônia são mais abrangentes e duradouras que as de *inclusão social*” (p.66).

A exclusão social é um processo que se faz presente em todo território nacional, mas “ela pode ser mais bem visível nas regiões norte e nordeste que comportam os piores índices dos indicadores sociais” (GUERRA, POCHMANN, SILVA, 2015, p.90).

Sendo a problemática da exclusão uma séria realidade, torna-se de suma importância pensar em desenhos de políticas públicas capazes de atender realidades distintas, tendo em vista as particularidades regionais. Para tanto, é necessário observar as vulnerabilidades de cada região, a complexidade da vida econômica e social para que assim possa haver um melhor aproveitamento de suas potencialidades.

Os altos índices de exclusão sinalizam a ausência das políticas públicas ou a sua ineficiência, assim como a precária “inclusão” social que contribui para a manutenção dos processos de exclusão.

Outro agravante no contexto Amazônico que contribui para a intensificação dos processos de exclusão e inclusão precária é a concentração de renda conforme sinaliza Fleischfresser:

A concentração de renda nos estados da Amazônia é bem maior do que nos estados do Sul e Sudeste, uma vez que a grande maioria dos trabalhadores auferem baixos rendimentos e não conta com a garantia e benefícios decorrentes da carteira de trabalho assinada e da contribuição previdenciária. Também é mais precário do que na média brasileira o acesso da população aos serviços de saúde, situação que se agrava entre a população rural (2006, p.17).

Constata-se que os benefícios do crescimento na região ficaram restritos a determinados segmentos sociais, denotando uma equação que converge o crescimento com a manutenção das desigualdades sociais e a concentração de renda. Analisa-se também que o fato do PIB *per capita* de uma cidade ser alto não significa que a riqueza seja transferida para a população.

Essa concentração de renda impacta diretamente na falta de políticas públicas voltadas às famílias que ocupam o espaço amazônico, fato que pode ser notado a partir das condições em que vivem as populações à margem dos rios, em comunidades isoladas, com dificuldades de locomoção e demais condições de acesso a bens, serviços sociais básicos.

A omissão do poder público aponta uma fragilidade do sistema de proteção social, comprometendo os direitos de cidadania da população amazônica que estão expostos à exploração do seu território sob a égide neoliberal.

Diante dessas reflexões expostas, verifica-se a importância da política de assistência social para a região amazônica e os desafios a serem enfrentados por ela frente aos componentes regionais. As necessidades e demandas da população precisam contar com políticas públicas que saibam ler e reconhecer as suas necessidades e valorize as suas demandas. Para tanto, o homem amazônico requer oferta de serviços compatíveis com a sua realidade local, que respeite a sua cultura e as diferenças sociais.

Desse modo, ao se pensar em políticas públicas para a Amazônia deve-se levar em consideração as particularidades da região com suas múltiplas expressões da questão social, em particular as suas faces mais visíveis, a desigualdade social e a pobreza, procurando compreender como se alimenta o círculo vicioso da pobreza e da falta de oportunidade.

Portanto, necessitam-se de políticas públicas eficazes que se direcionem a justiça social, além de firmar compromisso com as especificidades da região amazônica e não apenas uma tentativa de resolver as desigualdades sociais com políticas compensatórias, estas são necessárias, mas teriam uma eficácia maior se fossem associadas a promoção de oportunidade para uma população que também tem potenciais, mas que sofre com a barbárie das desigualdades sociais e territoriais.

Rocha e Albuquerque (2004, p.74) orientam que no desenho e implementação das políticas públicas “é preciso levar em conta a grande heterogeneidade das situações de pobreza extrema, rurais, urbanas, metropolitanas, bem como a grande diversidade, por regiões, estados e municípios, no número e na proporção de pessoas em pobreza extrema”.

Nessa mesma direção, Guerra, Pochmann e Silva (2015, p.62) argumentam que “parece estar posto para o debate a necessidade de discutir o desenho de políticas específicas, capazes de atender desigualmente aos desiguais, a fim de confrontar desigualmente as diferentes misérias”.

As diferentes “configurações territoriais” como as fronteiras, a ruralidade, a Amazônia, o cerrado, dentre outros exemplos que possibilitam reconhecer e distinguir as diversidades socioculturais e o modo de vida dos diferentes públicos, sejam indígenas, quilombolas, famílias assentadas da reforma agrária, acampados, ciganos, população de rua, ribeirinhos.

Outro componente a se destacar na Amazônia é a dependência de um grande número de município em relação às vias fluviais como meio de locomoção, e também em relação aos impactos dos regimes de cheia e seca dos rios, sobre as possibilidades de deslocamento. Na Amazônia, o regime das águas é um elemento constante na vida, sobretudo dos ribeirinhos, mas impacta a região como um todo.

A partir da leitura do território, torna-se necessário um olhar diferenciado para as desigualdades regionais, com abordagem, intervenções e políticas públicas de acordo com parâmetros adaptados à realidade local.

No caso da assistência social, Teixeira (2013, p. 196) argumenta que:

Gestores, conselheiros e trabalhadores do SUAS, devem particularizar os serviços e benefícios socioassistenciais no que toca aos direitos dos povos da Amazônia e mais especificamente dos grupos étnicos (direitos indígenas, quilombolas e direitos ambientais). Tal perspectiva requer uma complexa instrumentalidade no campo teórico, técnico e ético-político. A compreensão dessas questões, além da consciência da defesa dos direitos como um imperativo legal e ético, exige um rigoroso conhecimento das especificidades étnicas e seus diferentes universos culturais, para uma implementação de Políticas étnicas na perspectiva de sua autonomia.

Por isso, destaca-se a importância do aprofundamento do debate sobre a regionalização para que possa melhor atender à população local. No caso da

regionalização no âmbito da assistência social, esse será o caminho para que se reconheça as especificidades regionais e territoriais.

Para Pereira (2009, p.14) “a Política de Assistência Social, assim como as demais políticas públicas, sempre se expressa territorialmente: implementada no território, contribui também para lógica de organização do espaço nas cidades e no campo, territorializando os espaços, isto é, dotando-os de sentidos”.

No âmbito do SUAS os serviços, programas e projetos tem o território como base de organização. O território (...) “só se torna um conceito utilizável para análise social quando consideramos a partir de seu uso, do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2009, p. 22).

Na realidade amazônica precisamos avançar bastante nas discussões sobre as particularidades amazônicas e suas complexidades para a efetivação dos serviços socioassistenciais, pois a política de Assistência Social implementada não pode ser trabalhada e tratada da mesma forma que outras regiões do país.

A prestação de serviços socioassistenciais nas áreas rurais e ribeirinhas da região amazônica possui custos mais elevados que em outras regiões do país, por isso nessas localidades a provisão de cuidados e atenções de assistência social ainda são insuficientes ou muitas vezes inexistentes.

Tendo em vista essas diferenças e características socioterritoriais, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) têm o ‘território’ como base organizacional das ações ofertadas pelo SUAS.

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS, 2012) estabelece que a organização do SUAS deve respeitar as diversidades culturais, étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais, e reconhece que há especificidades e desigualdades regionais a serem consideradas no processo de planejamento e execução das ações. E, ao estabelecer a territorialidade como diretriz estruturante do SUAS, aponta que o planejamento da oferta dos serviços socioassistenciais deve levar em conta as vulnerabilidades e riscos que impactam os territórios de forma diferenciada.

Nesse sentido, a regionalização contribuirá para avançarmos na inclusão de acordo com as particularidades socioterritoriais. A regionalização dos serviços implica, portanto, em uma ampliação da cobertura da Proteção Social em resposta à demanda de atendimento aos indivíduos e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

A estratégia da regionalização em sua dimensão de gestão possibilita a formulação de políticas públicas mais identificadas com as necessidades locais e regionais. Assim, não se trata apenas de criar uma unidade espacial, regionalizar significa integrar ações e responsabilidades pactuadas pelos três entes federativos com a participação dos órgãos de controle social, orientados pelas especificidades e pela dinâmica de cada região (Plano Estadual de Regionalização, MG, 2014, p.15).

A regionalização é a base territorial de planejamento, definida no âmbito estadual, de acordo com as características e estratégias de organização de cada estado para a oferta dos serviços, o Estado deve possibilitar meios e apoio aos municípios.

Contudo, a regionalização da assistência na Amazônia anda em passos lentos, fragilizando a possibilidade de inserção dos usuários em serviços na própria região, seja pelos recursos reduzidos ou pela falta de diagnósticos das demandas e especificidades locais.

Nesse sentido, a caracterização da população residente em áreas de territórios vulneráveis, torna-se elemento central para a formulação de políticas e a definição de prioridades, pois contribui para a maior efetividade da ação pública no combate à pobreza e à segregação.

Para se pensar o conceito de regionalização, num primeiro momento é imprescindível problematizar a noção de território que na interpretação de Santos tem um significado vivo a partir dos atores que dele se utilizam.

O território não é apenas uma paisagem, mas há nele dimensões culturais, econômicas e políticas, é um espaço de vida, de interações de troca, ocupado por diferentes atores que fazem diferentes usos desses territórios.

Mas o território também pode se expressar através da categoria “proteção social” trazendo o sentido de um território vivencial (KOGA, 2011) que se importa com a realidade social das famílias e pessoas, em especial, na atenção e cuidado a serem garantidos pelo Estado como determina o SUAS.

O território com o sentido de proteção social vai além da divisão geográfica, é um espaço onde são operacionalizadas as políticas públicas, onde são identificadas as demandas por serviços e ofertas de proteção básica e especial.

O território Amazônico é fisicamente vasto, socialmente diversificado e politicamente complexo. As suas vastidões territoriais, em alguns casos, abrigam no mesmo município, diferentes sociedades, estruturadas por lógicas distintas, em uma heterogeneidade paradoxal. Por sua condição estratégica, há municípios em que sua área física, seus recursos naturais e seu povo, pertencem a distintos níveis de governos. Dessa forma, há situações que estão inseridas nos contornos legais do próprio município, outras nas atribuições e competências dos estados regionais enquanto outras são da estrita competência da União. Muitos municípios da Região estão constituídos em territórios cujas áreas predominantes pertencem à União (CAMPOS, 2013, p.211).

Diante dessa particularidade territorial propõem-se olhar, pensar, pesquisar e refletir sobre a Amazônia, debater seu futuro, possibilitar o diálogo e investir em diversas condições de acesso que contribuirão para um melhor desenvolvimento, e assim, enfrentar os dilemas e desafios que se projetam sobre a região frente à crise do mundo globalizado.

Portanto, diante dessas particularidades amazônicas, o próximo item debaterá sobre a importância da construção de indicadores regionais, sinalizando alguns dados do município de Parintins-Am, apresentados pelo IBGE e PNUD.

4.2 Indicadores do município de Parintins a partir de dados oficiais

Os indicadores são unidades de mensuração que informam algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social representa o elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados (JANNUZI, 2006).

Portanto, os indicadores são instrumentos operacionais que podem subsidiar várias ações como planejamento, formulações de políticas,

monitoramento, dentre outros, assim como possibilita o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e dos diferentes fenômenos sociais.

Sobre a importância dos indicadores, Jannuzzi argumenta que:

Indicadores sociais usados de forma responsável, inteligível e transparente podem estabelecer parâmetros concretos para discussão da natureza, conteúdo e prioridades das políticas governamentais, dos programas públicos e dos projetos de ação social. Indicadores sociais são instrumentos para efetivo empoderamento da sociedade civil, de controle e direcionamento das atividades do poder público (2006, p.35).

Cabe aos estados e municípios elaborarem indicadores próprios para a organização dos serviços socioassistenciais de modo que possa atender com qualidade as reais demandas da população local.

Cada município se diferencia podendo identificar suas próprias particularidades e pensar em estratégias locais para atender às demandas mais latentes da população, a partir da produção de conhecimento da realidade local, principalmente das vulnerabilidades, riscos, necessidades, demandas sociais e oferta de serviços, ou seja, com a implementação de setores de vigilância socioassistencial.

A construção da vigilância socioassistencial em âmbito local possibilitará avançar na regionalização da assistência social, o que proporcionará uma estratégia na relação entre necessidades, demandas e ofertas de serviços socioassistenciais especializados, que considera uma região como a unidade territorial de referência e busca efetivar a integralidade da proteção social.

Tendo em vista que os povos da Amazônia são diversificados e compõem um mosaico socioeconômico regional, com modos culturais de produzir e reproduzir-se, torna-se

necessário e urgente, pesquisar mais sobre a Amazônia. As ciências sociais precisam decifrar e elucidar com maior riqueza de informações e com dados mais precisos as particularidades e demandas concernentes a área social e da assistência social, em particular (CAMPOS, 2013, p.219).

Investir em pesquisa, em qualificação profissional em produções acadêmicas elegendo a Amazônia como foco, como objeto é primordial para

avancarmos na produção de dados particularizados que possam contribuir para uma melhor aplicação das políticas públicas locais.

A seguir discorreremos brevemente sobre alguns dados referentes as estatísticas públicas provenientes de Censo do IBGE de 2010, PNUD de 2013 e demais estatísticas públicas do município de Parintins (lôcus da pesquisa).

✓ **Demografia e Saúde**

População: de acordo com dados do PNUD “entre 2000 e 2010, a população de Parintins teve uma taxa média de crescimento anual de 1,25%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 4,87%” (2013, p.03). Nota-se que a taxa média de crescimento do município foi bem mais expressiva na década de 1990, caindo para 1,25 no período de 2000 até o ano de 2010. Analisa-se que o município de Parintins deu um grande salto populacional do ano de 1991, onde possuía 58.783 habitantes, para o ano de 2010 quando passou a contar com uma população de 102.033 habitantes.

IDHM de longevidade: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²¹ de Longevidade do município de Parintins é considerado muito alto por atingir o valor de 0,800. O IDH municipal geral é de 0,658, considerado médio, e a esperança de vida ao nascer que compõe o indicador de longevidade, aumentou 9,8 anos no município, passando de 63,2 anos em 1991 para 67,3 anos em 2000, e para 73 anos em 2010 (PNUD, 2013).

Saúde: os indicadores de saúde de Parintins apontam que a taxa de mortalidade infantil foi de 19,07 crianças por 1.000 nascimentos. No que concerne à morbidade hospitalar, no Plano Plurianual do município está listado as 5 (cinco) principais causas de internação: gravidez no parto e puerpério (2.0131), doenças do aparelho digestivo (561), leões eventuais (549), doenças

²¹ O Índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). O IDH dos municípios vai de 0 a 1, conforme demonstrativo a seguir: 0,000 até 0,499 muito baixo, 0,500 até 0,599 baixo, 0,600 até 0,699 médio, 0,700 até 0,799 alto, 0,800 até 1,000 muito alto. O IDH leva em conta três dimensões básicas da existência humana: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno, estas três dimensões são mensuradas no IDH pelos seguintes indicadores: esperança de vida ao nascer, taxas de alfabetização e de matrícula e PIB *per capita*.

do aparelho geniturinário (331), doenças do aparelho respiratório (325), outras (1.043). (Ministério da Saúde, 2012, apud Plurianual, 2014-2017). Além da morbidade hospitalar, causas externas também contribuem para os óbitos no município, dentre essas causas o Censo Demográfico de 2010 aponta que do total da população de 15 a 29 anos que era de 28.902 indivíduos, 51 faleceram em função de eventos e/ou causas externas como agressões, acidente de transporte, dentre outros.

A rede ambulatorial do município de Parintins mantém-se com a seguinte composição: Centro de Saúde/Unidade Básica (13), Policlínica (05), Hospital geral (02), consultório isolado (02), Clínica/Centro de Especialidade (02), Unidade de Apoio Diagnose e terapia (06), Unidade Móvel Terrestre (01), Farmácia (01), Unidade de Vigilância em Saúde (02), Central de Regulação de Serviços de Saúde (01), Secretaria de Saúde (01), Centro de Atendimento Psicossocial (01), Unidade de Atenção à Saúde Indígena (01). (CNESNET/DATASUS, 2013).

Na rede pública ainda há os agentes de saúde que em sua grande maioria atuam nas comunidades rurais e ribeirinhas, além dos serviços de ambulancias que conduzem os casos de emergência até o centro de referência para o devido atendimento.

✓ **Educação:**

Crianças e Jovens: em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 5,7% na área urbana e de 8,1% na área rural (IBGE, 2010). Também havia 59,05% dos alunos entre 6 e 14 anos cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade, em 2000 eram 40,64%. Entre os jovens de 15 a 17 anos cerca de 31,54% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso, em 2000 eram 12,34%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 9,96% estavam cursando o ensino superior em 2010, e 0,77%, em 2000 (PNUD, 2013).

População adulta: a escolaridade da população adulta é um importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação. Em 2010, 53,11% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 33,46% o ensino médio. Esse indicador carrega uma

grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 13,58% nas últimas duas décadas (PNUD, 2013).

O **IDH-M de educação** de Parintins ficou com 0,605 considerado médio, necessitando de mais investimentos, principalmente nas comunidades para atingir um melhor valor. Nas comunidades mais longínquas o acesso ao ensino é mais dificultoso, há apenas até a quarta série do ensino fundamental, o que faz com que muitos alunos migrem para a sede do município ou pare nesta série devido também às dificuldades de locomoção.

Na rede municipal de ensino, cuja administração está sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, Juventude, Desporto e Lazer, há 123 escolas pré-escolar e 135 escolas de ensino fundamental. Na rede estadual que está sob comando da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC há 20 escolas de ensino fundamental e 12 escolas de ensino médio (Censo Educacional, INEP, 2012).

No ensino superior, Parintins conta com o Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA) e a Universidade Federal do Amazonas. No município também há o ensino técnico ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

O campo da Educação é considerado um dos maiores canais de mobilidade social que possibilita a população a participar mais ativamente da vida econômica, social, política e cultural do país, sendo essencial para o exercício da cidadania.

✓ **Mercado de Trabalho**

Mercado de trabalho: O último Censo Demográfico do IBGE de 2010 aponta que o município possuía 38.823 pessoas economicamente ativas onde 35.393 estavam ocupadas e 3.430 desocupadas, sendo que essa ocupação se mostra bastante heterogênea, ou seja, 4,8% tinha carteira assinada, 31,6% não tinha carteira assinada, 33,8% atua por conta própria e 1,1% empregadores. Servidores públicos representavam 4,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 14,4% dos

ocupados. A taxa de participação ficou em 50,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 8,8%.

Observa-se que a maior parte da ocupação é de quem atua por conta própria (33,8%) representando um total de 11.976 trabalhadores e dos que não tem carteira assinada (31,6%) que corresponde a 11.181 trabalhadores do município.

O **IDH-M de renda** de Parintins ficou com 0,589 considerado baixo, sinalizando o precário rendimento da população do município que está entre os cinco melhores PIB do estado do Amazonas, além da movimentação financeira do Festival Folclórico dos Bois Bumbás que arrecada milhões.

✓ **Pobreza e vulnerabilidade social.**

Pobreza: Conforme dados do Censo IBGE (2010), no município de Parintins havia 23.655 pessoas que se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00, sinalizando um percentual de 23,2% da população nesta situação. Do total de extremamente pobres, 16.310 (69,0%) viviam no meio rural e 7.345 (31,0%) no meio urbano.

O Censo (2010) revela que no município havia 2.859 crianças na idade entre 0 a 3 anos (12,1%) em situação de extrema pobreza, 1.481 (6,3%) crianças de 4 a 5 anos nessa condição, já as crianças de 6 a 14 anos o número já era maior representando 7.002 (29,6%) crianças em extrema pobreza. Os adolescentes de 15 a 17 anos representavam 1.676 (7,1%), os jovens de 18 a 39 anos constitui o maior número com um total de 7.373 (31,2%), as pessoas entre 40 a 59 anos somavam 2.727 (11,5%) e, por fim, as pessoas acima de 60 anos representavam 538 na situação de extrema pobreza. Das pessoas com mais de 15 anos em extrema pobreza, 723 não sabiam ler ou escrever, o que representa 6,2% dos extremamente pobres nessa faixa etária.

Vulnerabilidade Social: o índice de vulnerabilidade social do PNUD 2013 demonstra um crescimento do índice de famílias vulneráveis que em 1991 era de 15,93%, no ano 2000 passou para 17,29% e em 2010 atingiu o índice de 25,12%, apontando um aumento nos índices de vulnerabilidade no município.

O Índice de Desenvolvimento Familiar de Parintins é de 0,55, considerado baixo, tendo os seus índices mais baixos em relação ao acesso ao trabalho (0,23), disponibilidade de recursos (0,39) e acesso ao conhecimento (0,46), índices considerados *muito baixos*.

Após a breve descrição desses dados do município de Parintins e a análise nos capítulos anteriores a partir da voz daqueles que demandam os serviços socioassistenciais, o próximo item sinalizará uma proposta de Matriz de indicadores regionalizado com a produção de informações, formuladas a partir da análise dos resultados deste estudo que trouxe a percepção, a fala e a experiência das famílias que compartilharam suas histórias de vida, assim como à luz do referencial teórico onde se pôde apreender elementos amazônicos.

4.3 Matriz regionalizada: sugestões de indicadores de vulnerabilidades e riscos sociais para composição do diagnóstico socioterritorial Amazônico

O último item deste capítulo, dedica-se à construção de uma matriz com propostas de indicadores de vulnerabilidades sociais que poderão contribuir para a reflexão sobre a regionalização, sobretudo, dos serviços socioassistenciais, uma vez que este estudo buscou ouvir a voz dos usuários da Assistência Social da Comunidade rural Mato Grosso da Vila Amazônia e do Bairro Santa Rita de Cássia, na área urbana do município de Parintins-Am.

Pensar a Amazônia a partir daqueles que nela vivem é um dos caminhos para a implementação de políticas e serviços que visem mudanças efetivas em seu *status quo*.

Os estudos socioeconômicos, os diagnósticos sociais, as estatísticas públicas, os indicadores, ou seja, o olhar técnico sobre o território e da leitura crítica da situação vivenciada se fazem precípuos para o conhecimento da realidade local, o que poderá possibilitar a construção de ferramentas que visem melhorias nas condições de vida da população amazônica.

Assim, o objetivo de sugestão de indicadores de vulnerabilidade é para avançarmos na discussão sobre o aprimoramento de ferramentas de

diagnóstico social em âmbito local, pois a cultura amazônica é abrangente e particular de cada povo.

Assim, para se chegar até a construção da matriz, primeiramente delimitamos as dimensões seguida de sua descrição, assim definidas:

Quadro 26: Dimensões da matriz regionalizada.

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
SOCIAL	Esta dimensão objetiva identificar as condições sociais, demográficas e de cidadania com oferta e acesso de serviços e relações sociais de indivíduos e famílias. De modo geral, abordará de forma sintética algumas variáveis e indicadores articulados aos seguintes temas: <i>pobreza, educação, saúde, documentação, habitação, violência, programas sociais, relações de confiança, que poderão sinalizar vulnerabilidades e riscos.</i>
AMBIENTAL	Esta dimensão objetiva identificar as condições ambientais de infraestrutura e serviços urbano e rural, degradação ambiental decorrente de práticas incorretas sobre o meio ambiente, para tanto, utilizou-se dos seguintes temas: <i>saneamento básico, poluição, conhecimento sobre questões ambientais.</i>
RECURSOS NATURAIS	Esta dimensão tem o objetivo de avaliar o aproveitamento dos recursos naturais e seus benefícios aos meios de vida, a partir de indicadores dos seguintes temas: <i>agricultura, recursos pesqueiros e recursos florestais. Os recursos naturais têm exercido um papel importante no desenvolvimento social e econômico da região amazônica.</i>
ECONOMIA	Esta dimensão objetiva identificar a vulnerável condição econômica da família e seu grau de dependência, assim, apresentaram de forma sintética algumas variáveis e indicadores articulados aos seguintes temas: <i>mercado de trabalho, acesso a fomento e crédito, consumo e rendimento.</i>
INSTITUCIONAL	Esta dimensão apresenta indicadores que permitem analisar a oferta e cobertura de serviços voltados à população vulnerável, desse modo, apresenta os seguintes temas para os indicadores: <i>oferta, cobertura, dados institucionais.</i>
COMUNIDADES TRADICIONAIS	Esta dimensão visa avaliar a inserção de famílias ribeirinhas, indígenas e quilombolas no SUAS, metodologias particularizadas de atuação, verificando o nível da proteção social básica e especial. Há mais comunidades tradicionais, mas como recorte nessa matriz, abordou-se apenas os ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

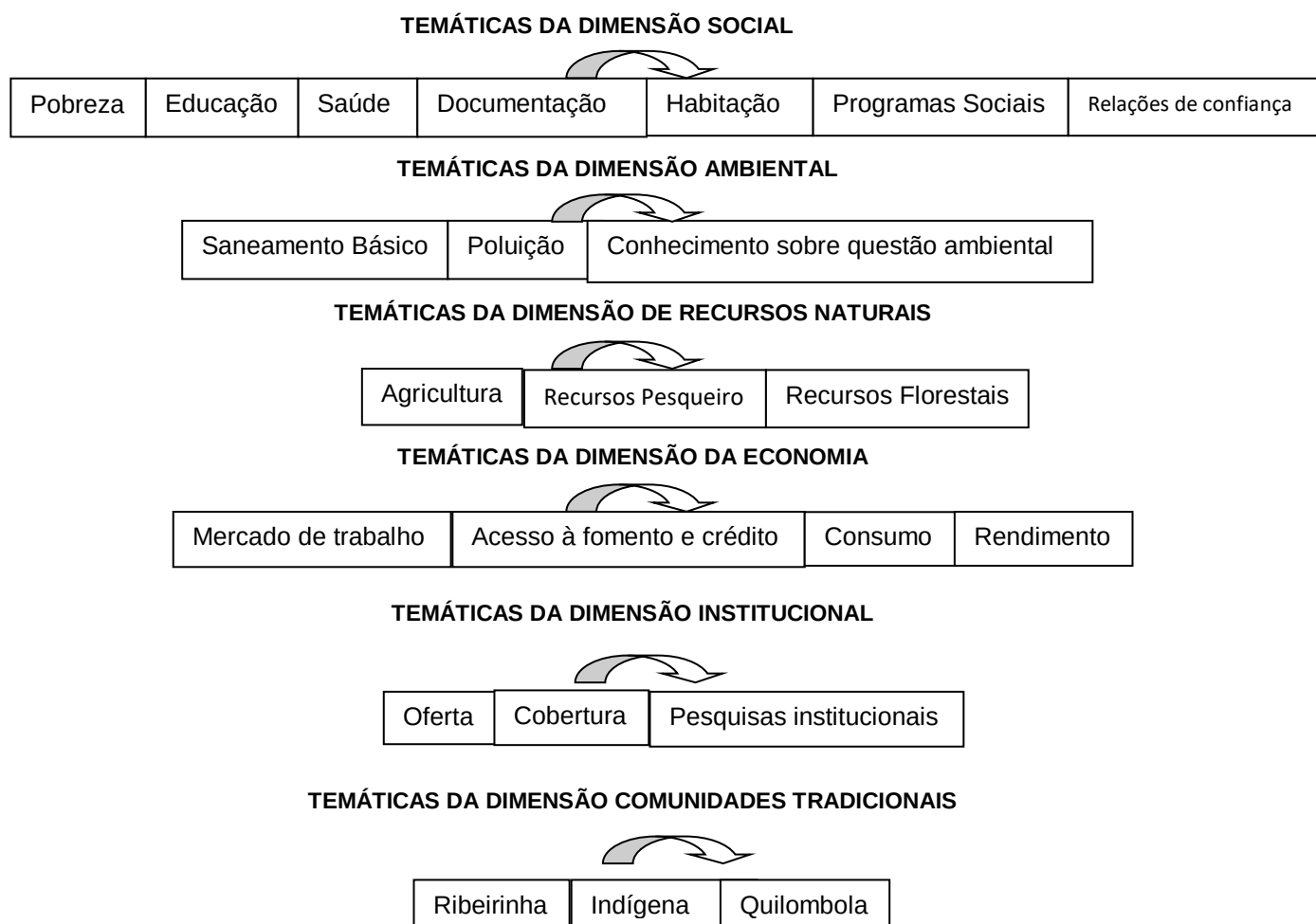
Fonte: Elaboração própria.

A seleção das dimensões se deu a partir da interpretação e análise das falas dos sujeitos da pesquisa, tanto qualitativa como quantitativa, onde houve repetidas expressões de vulnerabilidades que se encaixavam em diferentes temáticas das dimensões, assim como selecionamos também a dimensão das comunidades tradicionais por fazer parte da realidade do Baixo Amazonas.

Portanto, para cada dimensão foram selecionados temas que buscam levantar distintos aspectos de partes da realidade e que deram escopo aos

indicadores. Assim, para melhor compreensão das temáticas, desenvolveu-se o modelo a seguir:

Figura 06: Detalhamento das temáticas das dimensões



Fonte: elaboração Própria a partir da pesquisa de campo e análise da realidade local.

Grande parte das variáveis e indicadores relacionados a essas temáticas dizem respeito às problemáticas estruturais que atingem a conjuntura nacional como um todo, mas a forma como atingem cada sociedade se dá de modo diferente, de acordo com cada espaço geográfico, ou seja, a sua abordagem pode ser particularizada, o que possibilita sugerir indicadores que representem os processos de uma organização com informações de acordo com a realidade local.

No caso da dimensão “Recursos Naturais”, pode-se dizer que é uma particularidade bem Amazônica, apresentando-se em outros biomas, mas com mais intensidade na Amazônia, onde o extrativismo é a principal fonte de sobrevivência, sobretudo nas regiões interioranas.

Nota-se também que os recursos naturais e a área ambiental exercem um papel importante no desenvolvimento social e econômico na região Amazônica, os quais tendem a sinalizar também importantes indicadores de vulnerabilidade social. Porém, sabe-se que as dimensões sinalizadas não se esgotam em si mesmas, mas relacionam-se entre si.

A dimensão “comunidades tradicionais” também representam bem a particularidade amazônica e impõe desafios principalmente no desenvolvimento de um trabalho culturalmente adequado à diversidade cultural e regional, o que implica no desenvolvimento de estratégias e metodologias particularizadas de atuação.

Não se pode pensar as dimensões dissociadas das variáveis e indicadores, contudo, compreendemos que a proposta de indicadores neste estudo é limitada frente à complexidade da totalidade da realidade apreendida, a matriz elaborada tem o objetivo de incutir uma leitura da realidade a partir da definição de um conjunto de indicadores os quais estão compostos de variáveis.

Desse modo, não tivemos a intenção de esgotar a propositura de indicadores de vulnerabilidades, mas sim contribuir com informações que possam subsidiar a elaboração de instrumentais que visem mapear as diferentes dimensões.

Corroborar-se que a realidade é um todo complexo, por isso, a matriz proposta ao incluir apenas algumas variáveis e indicadores para representá-la deixará de fora muitas variáveis, possivelmente importantes. Em suma, todo modelo é limitado, portanto, para esse modelo houve a seleção de variáveis consideradas mais relevantes e que de alguma forma pôde ser observada nas falas dos sujeitos da pesquisa.

Para tanto, a preocupação primeira foi propor indicadores válidos que respondessem de forma regional a atuação de uma política pública voltada para a população local, principalmente a política de Assistência Social.

A escolha dos indicadores tomou como base conceitual as condições de vulnerabilidades das famílias, incentivando a análise de uma relação de direitos, rede de serviços, políticas públicas e a capacidade dos cidadãos em acessá-los.

Para a seleção dos indicadores foram utilizados os seguintes critérios: simplicidade, validade, relevância, disponibilidade, cobertura e representatividade da realidade local de acordo com a pesquisa de campo e à luz do referencial teórico.

Tendo em vista uma melhor organização didática dos indicadores foi construída a matriz a seguir, destacando as dimensões, tema, variáveis, indicadores, fórmula, parâmetros, base de dados, conforme o quadro 28:

Quadro 27: Composição de indicadores para análise de vulnerabilidades.

COMPOSIÇÃO DE VARIÁVEIS E INDICADORES REGIONAIS PARA ANÁLISE DE VULNERABILIDADES SOCIAIS						
DIMENSÃO	TEMA	VARIÁVEIS	INDICADORES	FÓRMULA	PARÂMETROS	BASE DE DADOS
SOCIAL	Pobreza	Famílias em extrema pobreza na localidade a ser avaliada	Percentual de famílias em extrema pobreza	$\frac{\text{Nº de famílias com renda per capita inferior a } \frac{1}{2} \text{ salário mínimo}}{\text{Total de Famílias}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA); -Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE)
		Composição familiar urbano, rural e ribeirinha (crianças, idosos, grávidas) das famílias.	Percentual de membros da família.	$\frac{\text{Nº de famílias com crianças, idosos e grávidas}}{\text{Total de famílias}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) -Pesquisa de campo
			Percentual de famílias chefiadas por mulheres	$\frac{\text{Nº de mulheres chefes de família}}{\text{Total de famílias}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE); - Pesquisa de campo
			Percentual de Violência intrafamiliar	$\frac{\text{Nº de famílias com a ocorrência de algum tipo de violência intrafamiliar}}{\text{Total de famílias}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Delegacias; -Pesquisa de campo
		Membros familiar que contribuem com a renda	Média de membros que contribuem com a renda familiar	$\frac{\text{Nº de membros da família que contribuem com a renda}}{\text{Total dos membros da família}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- IBGE;; -Pesquisa de campo
		Segurança alimentar	Aquisição de alimentos das famílias de baixa renda	Nº de refeições das famílias	Bom: 5 refeições Regular: 3 refeições Precário: 1 refeição	- IBGE -Pesquisa de campo
		Acesso às políticas de Seguridade Social	Percentual de famílias com acesso às políticas de Seguridade Social	$\frac{\text{Nº de famílias com acesso às políticas de seguridade social}}{\text{Nº de famílias}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- IBGE; -Pesquisa de campo
	Educação	Acesso a escolas	Percentual de famílias com acesso à escola	$\frac{\text{Nº de famílias com acesso à escola}}{\text{Total de demanda de famílias}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP).
		Oferta de escolas	Taxa de escolas ofertadas	$\frac{\text{Nº de escolas implantadas}}{\text{Nº de escolas previstas}}$	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério da Educação (MEC); -Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (INEP).
		Analfabetismo	Percentual de analfabetismo	Nº de pessoas na família com mais de 8 anos de idade que não sabem	Alto: >X% Médio: Y-X%	- Ministério da Educação (MEC); Instituto Nacional de

				ler e escrever um bilhete simples Total de famílias	Baixo: <Y%	Estudos e Pesquisa educacionais (INEP).
		Evasão escolar	Taxa de evasão escolar	Nº de alunos evadidos Total de estudantes com frequência	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério da Educação (MEC); - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa educacionais (INEP).
	Saúde	Acesso aos serviços de saúde	Proporção de famílias com acesso aos serviços de saúde	Nº de famílias com acesso aos serviços de saúde Total da demanda de famílias por serviços de saúde	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério da saúde; -Secretarias Municipal/Estadual de saúde; -Datasus
		Oferta de serviços de saúde	Taxa de unidades de atendimento básico	Nº de unidades de atendimento básico implantadas Total de unidades de atendimento básico previstas	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério da saúde; -Secretarias Municipal/Estadual de saúde; -Datasus
		Agentes de saúde	Percentual de agentes de saúde	Nº de agentes de saúde atendendo no local Total de agentes de saúde	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	
		Mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil	Nº de óbitos anual de crianças menores de um ano de idade Total de crianças nascidas vivas ao ano	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério da saúde; -Secretarias Municipal/Estadual de saúde; -Datasus
		Doenças mais recorrentes	Tipos de doenças	Diarreias, doenças tropicais (hepatite, dengue, malária)	Baixo: não existem ocorrências de doenças Médio: poucas ocorrências Alto: muitas ocorrências	-Ministério da saúde; -Secretarias Municipal/Estadual -Datasus
	Documentação	Acesso à documentação	Proporção de famílias sem acesso à documentação	Nº de famílias sem acesso à documentação Total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos; -MDSA
		Ações coletivas de documentação	Proporção de famílias que tiveram acesso às ações coletivas de documentação	Nº de famílias com acesso às ações coletivas de documentação Total de famílias que demandam documentação	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos; -MDSA
		Domicílios em precário	Percentual de domicílios	Nº de domicílios em precário	Alto: >X%	-Ministério das Cidades

	Habitação	estado de construção e conservação	em precário estado de construção e conservação	estado de construção e conservação Total de domicílios	Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-IBGE
		Domicílio sem banheiros e sanitários	Percentual de domicílios sem banheiros	Nº de domicílio sem banheiros Total de domicílios	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério das Cidades; -IBGE
		Domicílio em área de risco	Média de domicílios em área de risco	Nº de domicílios em áreas de risco Total de domicílios	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério das Cidades; -IBGE
		Domicílios com densidade familiar habitacional	Percentual de domicílios com mais de uma família por moradia	Nº de domicílios com mais de uma família por moradia Total de domicílios	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério das Cidades -IBGE
	Programas sociais	Bolsa Família	Proporção de famílias que recebem bolsa família	Nº de famílias que recebem Bolsa Família Total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-MDSA
		Bolsa Floresta	Proporção de famílias que recebem Bolsa Floresta	Nº de famílias que recebem Bolsa Floresta Total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Fundação Amazônia Sustentável (FAS); -SEMAS
		Seguro Defeso	Proporção de famílias que recebem seguro Defeso	Nº de famílias que recebem Seguro Defeso Total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Instituto Nacional de Previdência social
	Relações de confiança	Parentes na área de moradia	Percentual de famílias com parentes residentes na mesma área de moradia	Nº de famílias com parentes residentes na mesma área Total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Pesquisas de Campo
		Benzedeiras	Percentual de benzedeadas	Nº de benzedeadas Total da População	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Pesquisas de Campo
		Organização comunitária	Percentual de associações comunitárias	Nº de Associações comunitárias Total da população	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Pesquisas de Campo
	Saneamento Básico	Acesso ao sistema de abastecimento de água	Proporção de famílias com acesso ao sistema de abastecimento de água	Nº de famílias com acesso ao sistema de abastecimento de água Total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)

AMBIENTAL		Acesso à Água potável	Proporção de famílias com acesso a água tratada	Nº de famílias com acesso a água potável Nº de famílias totais	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)
		Acesso ao esgotamento sanitário	Proporção de famílias com acesso a água tratada	Nº de famílias com acesso ao sistema de esgotamento sanitário Nº de famílias totais	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)
		Coleta de resíduos sólidos	Proporção de famílias que possuem lixo coletado pelo serviço de limpeza pública	Nº de famílias que possuem lixo coletado pelo serviço de limpeza pública Nº de famílias totais	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)
	Poluição	Poluição de rios, lagos e igarapés	Percentual de famílias que residem próximo de áreas com rios, lagos e igarapés poluídos	Nº de famílias que residem próximo de áreas com rios, lagos e igarapés poluídos Nº de famílias totais	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)
		Lixos despejados em valas, córregos, lagos e rios	Famílias que despejam lixos em valas, córregos, lagos e rios	Nº de famílias que despejam lixos em valas, córregos, lagos e rios Nº total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)
		Famílias com prática de queimar o lixo	Percentual de famílias com prática de queimar o lixo	Nº de famílias que fazem a queima do lixo N total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)
		Conhecimento sobre questão ambiental	Percentual de famílias sem conhecimento de questões ambientais	Nº de famílias que demonstram conhecimento sobre o ambiente N total de famílias	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	- Ministério das cidades (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS)
	Agricultura	Atividade produtiva	Agricultura familiar	Famílias capacitadas em práticas agrícolas familiar Total de famílias produtoras	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-MDSA; -Embrapa
		Produtos cultivados	Produtos de várzea e	Nível de Produção	Alto: Elevada	-MDSA

RECURSOS NATURAIS			terra firme		quantidade Médio: Desejável quantidade Baixo: Apenas para consumo familiar	-Embrapa; -Pesquisa de Campo
		Destino do produto	Venda e/ou consumo próprio	Venda para feiras, atravessadores ou consumo próprio familiar.	Alto: Elevada venda Médio: Desejável Baixo: Apenas para consumo familiar	-Pesquisa de Campo; -Embrapa
	Recursos Pesqueiros	Produção do pescado	Produção artesanal	Nível da produção.	Alto: Elevada quantidade Médio: Desejável quantidade Baixo: Apenas para consumo familiar	-MDSA; -Pesquisa de Campo
		Apoio logístico	Apoio do poder público para armazenamento	Armazenamento do pescado.	Favorável: Existência de apoio público para armazenamento Desfavorável: Parcial investimento público Muito desfavorável: Nenhum investimento	-Pesquisa de Campo
		Destino do pescado	Venda e/ou consumo próprio	Comercialização ou consumo próprio do pescado.	Alto: Elevada comercialização Médio: Desejável comercialização Baixo: Nenhuma comercialização, apenas para consumo familiar.	-Pesquisa de Campo
	Recursos Florestais	Uso dos recursos florestais	Produtos explorados	Exploração da madeira, frutos da floresta, plantas medicinais.	Alto: Elevada exploração dos produtos Médio: Desejável exploração dos produtos Baixo: Nenhuma exploração dos produtos	-Pesquisa de Campo
		Espécie explorada	Tipo de espécie explorada	Espécies variadas de acordo com o ambiente	—	-Pesquisa de Campo
		Destino dos recursos	Venda e/ou consumo	Comercialização ou consumo para	Alto: Elevada venda	-Pesquisa de Campo

		explorados	próprio	construção de casas, artesanatos, canoas, etc.	Médio: Desejável Baixo: Apenas para consumo familiar	
ECONOMIA	Mercado de Trabalho	População Economicamente Ativa	Proporção de população economicamente ativa	Nº de População Economicamente Ativa População total	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério do Trabalho e Emprego; -IBGE; -CAGED
		Ocupação	Taxa de ocupação	Nº da população ocupada População total	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério do Trabalho e Emprego; -IBGE; -CAGED
		Desemprego	Taxa de desemprego	Nº de desempregados População Economicamente Ativa	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Ministério do Trabalho; -CAGED; -IBGE
	Acesso a fomento e crédito	Financiamento aos produtores rurais	Taxa de realização de financiamento a produtores rurais	Nº. de Financiamento realizado Nº. de financiamento previsto	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-MDSA; -Pronaf; -AFEAM
		Cobertura de produtores	Grau de cobertura de produtores	Nº. de produtores atendidos Nº. de demanda de produtores	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-MDSA; -PRONAF; -AFEAM
	Consumo	Domicílios com energia elétrica	Grau de cobertura de domicílios com energia elétrica	Nº de domicílios com energia Nº de demanda de domicílios por energia elétrica	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-Eletrobrás
		Domicílios com eletrodomésticos e eletroeletrônicos	Média de domicílios com eletrodoméstico e eletroeletrônico	Nº de domicílios com eletrodoméstico e eletroeletrônicos Nº total de domicílios	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-IBGE
		Domicílios com celulares	Média de domicílios com celulares	Nº de domicílios com celular Nº de domicílio	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-IBGE
INSTITUCIONAL	Oferta	Serviços, Programas e benefícios da Assistência Social	Taxa de implantação de serviços, programas e benefícios	Nº. de serviços, programas e benefícios implantados Nº. de serviços, programas e benefícios previstos	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social
			Taxa de investimentos em infraestrutura dos	Total de recursos investidos	Alto: >X% Médio: Y-X% Baixo: <Y%	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência

			serviços, programas e benefícios	Total de recursos previstos		Social
			Qualidade de serviços, programas e benefícios	Atendimento e satisfação dos usuários.	Favorável: Atendimento e satisfação do usuário Desfavorável: Atendimento com insatisfação do usuário Muito desfavorável: Não há atendimento	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social
		Oferta de políticas públicas que interagem com a assistência social	Intersetorialidade entre as demais políticas públicas e a Assistência Social	Estratégias de intervenção coletivas das políticas públicas e Assistência Social, decisões coletivas, planejamentos e propostas de ações.	Favorável: Ocorrência de intersectorialidade Desfavorável: Parcial intersectorialidade Muito desfavorável: Nenhuma intersectorialidade	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social; -Pesquisa de Campo
	Cobertura	Correlação entre demanda e oferta para os serviços, programas e benefícios da Assistência Social	Grau de cobertura das famílias aos serviços, programas e benefícios	Atendimento da Demanda de acordo com a oferta; atendimento de diferentes culturas.	Favorável: Demandas atendidas de acordo com a oferta Desfavorável: Parcial atendimento das demandas Muito desfavorável: Nenhuma demanda atendida	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social; -Pesquisa de Campo
	Dados institucionais	Estudos, diagnósticos e mapas de vulnerabilidades e riscos	Existência de Estudos, diagnósticos e mapas de vulnerabilidades e riscos	Nível de realização de Estudos, Diagnósticos e mapas sobre vulnerabilidades e riscos.	Favorável: Elevada quantidade de estudos, diagnóstico e mapas Desfavorável: Parcial quantidade de estudos, diagnóstico e mapas Muito desfavorável: ausência de estudos, diagnóstico e mapas	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social; -Pesquisa de Campo
COMUNIDADES TRADICIONAIS	Indígenas	Proteção Social Básica, Violações de direitos no contexto sociocultural	Famílias indígenas no SUAS, metodologias particularizadas de atuação	Provisão da política de Assistência Social.	Favorável: Provisão da Política de A.S Desfavorável: Parcial provisão da PAS Muito desfavorável: Nenhuma provisão	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social; -Pesquisa de Campo
	Quilombolas	Proteção Social Básica,	Famílias quilombolas no	Provisão da política de Assistência	Favorável: Provisão	-MDSA

		Violações de direitos no contexto sociocultural	SUAS, metodologias particularizadas de atuação	Social.	da Política de A.S Desfavorável: Parcial provisão da PAS Muito desfavorável: Nenhuma provisão	-Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social; -Pesquisa de Campo
	Ribeirinhas	Proteção Social Básica, Violações de direitos no contexto sociocultural	Famílias Ribeirinhas no SUAS, metodologias particularizadas de atuação	Provisão da política de Assistência Social	Favorável: Provisão da Política de A.S Desfavorável: Parcial provisão da PAS Muito desfavorável: Nenhuma provisão	-MDSA; -Secretaria Municipal e Estadual de Assistência Social; -Pesquisa de Campo

Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo e à luz do referencial teórico.

A composição dos indicadores do quadro 27 possui um modelo de sugestão de cálculo de baixa complexidade, conforme recomendado pelo Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade (2010), onde expõe que os indicadores em sua maioria devem possuir baixa complexidade de cálculo, utilizando princípios básicos da divisão e multiplicação, de modo que pessoas, mesmo sem familiaridade com o linguajar matemático, possam compreender facilmente sua construção.

A matriz também está composta por alguns indicadores qualitativos que se revelam de forma subjetiva e não existem métricas exatas para medi-los, mas há metodologias.

A sugestão destes indicadores poderá contribuir para a formação de um banco de dados sobre as vulnerabilidades na região, para que se possa pensar em diagnóstico locais e regionais e criar parâmetros para a Assistência Social na Amazônia.

Que a ação desenvolvida pela Assistência Social seja alicerçada no diagnóstico local de vulnerabilidades, riscos, potencialidades e possibilidades dos territórios, a fim de se desenvolver um trabalho social mais próximo de sua realidade e, dessa forma, ser mais efetivo com estratégias para o atendimento das especificidades étnicas com destaque para os povos indígenas, quilombolas e extrativistas.

“A extensão territorial, o patrimônio genético, especialmente a diversidade cultural fazem a Amazônia única e singular” (SCHERER, OLIVEIRA, 2006, p.10). Nessa imensa floresta heterogênea transita muitos cidadãos que necessitam do acesso as mais diversas políticas públicas.

Os povos da floresta precisam ser vistos e ouvidos pela Política de Assistência Social, não podem ser apenas contagens e estatísticas genéricas em forma de beneficiário ou usuário. Dar atenção as suas demandas, significa dar voz aos mais vulneráveis e reconhecer que a oferta dos serviços socioassistenciais precisa escutar os sujeitos de direitos e suas culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova realidade não é saturada de possibilidades. Ao contrário, é saturada de carências.

José de Souza Martins

Este estudo que realizou uma avaliação a partir da voz dos usuários da Política de Assistência Social, sem perder de vista o contexto social, econômico, político em que se localizam, teve como centro analítico das reflexões as situações de vulnerabilidades e riscos das famílias beneficiárias do PBF e PAIF da área urbana e rural do município de Parintins.

Os impactos destrutivos do sistema capitalista deixam marcas sobre a população empobrecida, tais como precarização do trabalho, desemprego, debilidade à saúde, moradia precária, alimentação insuficiente, baixa renda, dentre outros sinais que de alguma forma são naturalizados. Nesse sentido, o social passa a representar um “campo de luta e de manifestação dos espoliados” (YAZBEK, 2003, p.21).

Os usuários da Assistência Social são marcados por um conjunto de carências, sofrem estigmas pelas condições em que vivem e trabalham, assim como vivenciam o confisco de seus direitos mais elementares, buscam, na prestação de serviços sociais públicos alternativas para sobreviver (YAZBEK, 2003).

Os sujeitos da pesquisa, usuários da assistência social, apresentam diversas vulnerabilidades, inclusive em relação aos direitos básicos na medida em que os serviços de proteção social são ofertados de forma restrita e precárias aliados aos desmontes de direitos adquiridos.

A análise das vulnerabilidades apontadas pelos sujeitos da pesquisa da área urbana e rural sinalizam tanto indicadores de ordem estrutural, como o desemprego, precárias moradias, baixa renda, baixa escolaridade, entre outros, quanto de particularidades regionais, como os períodos de cheia e seca dos rios, questões geográficas e outros componentes que revelam que a intensidade e a forma de sua manifestação apresentam particularidades específicas em cada território.

Para autores como Rego e Pizani (2014) os pobres que vivem em áreas rurais deparam-se com problemas diferentes, começando pelo isolamento geográfico que resulta, quase sempre, na impossibilidade de ter acesso aos serviços públicos, apresentando-se mais destituídos que os pobres urbanos.

O contexto rural apresenta vários tipos de realidade por depender de fatores locais que obriga a sua população a se adaptar a certas particularidades para sobreviver. No geral, a visão que se tem do rural está associada ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento e à falta ou precariedade de infraestrutura, ao contrário da visão que se apresenta ao urbano associado ao desenvolvimento, à modernidade, à concentração de serviços, comércios, dentre outros.

As vulnerabilidades apresentadas pelos sujeitos da pesquisa da área urbana e rural, são heterogêneas e representam um somatório de situações de precariedades em suas condições de vida. As disparidades sociais provenientes da estrutura econômica é um dos fatores que mais tem contribuído para a intensificação das vulnerabilidades das famílias.

O desemprego é um momento de grandes dificuldades pelo qual passam essas famílias que precisam de uma renda fixa para o atendimento das suas necessidades materiais. A obtenção de um trabalho significa o modo pelo qual se auferi alguma renda para o atendimento das necessidades relacionadas à sobrevivência, representa uma esperança de melhoria das condições em que vivem.

Na área rural as famílias depositam a esperança de um emprego nos mais jovens, assim como estes também não querem seguir a vida no roçado, almejam oportunidades, entretanto, estão distantes das políticas públicas.

Depois do desemprego e da baixa renda, a moradia precária é um dos indicadores de vulnerabilidades que mais chama atenção. Na área urbana, o local dessas moradias são áreas consideradas de risco, tanto por estarem em áreas consideradas como “vermelhas”, devido a venda e consumo de entorpecentes, como por alagarem em períodos de cheia dos rios.

A habitação como uma necessidade básica se configura como um grande desejo de muitas famílias que vivem sob o aluguel ou casas cedidas, ela significa um aspecto central no elenco das necessidades humanas básicas.

É a partir da ocupação desse espaço que o ser humano vai ter a oportunidade de buscar a concretização de outras necessidades básicas. A luta pela sobrevivência para muitas famílias também se faz pela realização do ato de habitar.

Dentre os vários indicadores de vulnerabilidades, as falas expressas nesse estudo sinalizam que os sujeitos da pesquisa são marcados por um conjunto de carências, e que enfrentam no seu cotidiano as consequências da falta de direitos elementares para o seu desenvolvimento, estando imersos na esfera da necessidade, fruto das desigualdades sociais.

As políticas públicas em geral devem conhecer a heterogeneidade das vulnerabilidades e riscos, e procurar atender suas especificidades para terem mais efetividade em suas ações, por isso é importante a implementação da vigilância social, que ainda não há em Parintins.

Falar sobre vulnerabilidades na Amazônia requer que se aprofunde o debate às suas particularidades, ao seu universo multifacetado para que as ações da Assistência Social cheguem até aos indígenas, aos ribeirinhos, aos quilombolas, dando valor as etnias que neste território habitam.

A realidade territorial da Amazônia desafia as políticas públicas de chegarem às localidades mais longínquas, assim como seu povo não consegue chegar até ela. As narrativas dos sujeitos da pesquisa em relação a esse desafio apontam que, tanto os sujeitos da área urbana, quanto da área rural apresentam dificuldades de acesso às políticas públicas, principalmente as famílias da área rural que devido a distância indicam as maiores dificuldades de acesso e usufruto dos equipamentos de uso coletivo do município.

Em relação aos riscos, identificou-se que as famílias não se sentem à vontade ao narrar algum tipo de violência ou violação de direitos, se sentem envergonhados. Acredita-se que esses sujeitos não baterão tão facilmente na porta da Proteção Social Básica para fazerem denúncias, a pesar da vontade, a vergonha se torna uma barreira.

O impacto da vivência de situações de vulnerabilidades e riscos nas condições de vida dessas famílias, precisa ser considerado de forma mais efetiva nas intervenções das políticas públicas, na perspectiva de que essas situações possam ser enfrentadas e alteradas.

Ao analisar a relação das demandas das famílias beneficiárias e a oferta do PBF e do PAIF para o atendimento das necessidades sociais, o estudo desvelou que as respostas do programa e do serviço são insuficientes e paliativas frente às demandas de seus usuários.

Para Yazbek (2003) a pouca efetividade das políticas na área social vem marcando a gestão do Estado em face das demandas crescentes nas áreas de bem-estar coletivo, como saúde, saneamento básico, habitação, entre outros serviços. A autora observa que os gastos na área social parecem cada vez mais vinculados ao desempenho geral da economia, o que abre caminho para as políticas assistencialista e de precário padrão.

Esse fato foi constatado no âmbito da Proteção Social Básica da Assistência Social, onde toda a precariedade do serviço observado teve como justificativa a grave crise econômica e política pela qual tem passado o país. A falta de combustível, de materiais e equipamentos para realizar as ações impactam diretamente na qualidade dos serviços, não sendo concretizado de fato o que propõe a PNAS.

A pouca efetividade dos gastos com o social no Brasil tem se intensificado, principalmente na gestão atual do presidente Michel Temer em que provisionou cortes no orçamento da Assistência Social rompendo com as bases estruturantes do SUAS.

O orçamento pactuado pela resolução nº. 12/2017 do Conselho Nacional de Assistência Social definia 59 bilhões para 2018, sendo reduzido para aproximadamente 400 milhões de reais, o que revela o desmonte do SUAS no Brasil (CFESS, 2017).

O impacto desse corte recairá sobre as famílias usuárias que terão seus direitos ameaçados. Essas alterações resultarão em ampliação das vulnerabilidades e restrição do direito à proteção não contributiva; entre outros retrocessos.

Essa é mais uma medida neoliberal acompanhada de contrarreformas que ameaçam as conquistas desta política pública, coloca a PNAS em situação regressiva. Sem o orçamento adequado não será possível a manutenção dos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Segundo Yazbek (2003, p.55) “a assistência é possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos subalternos e espaço de ampliação de seu protagonismo como sujeito”.

Historicamente, a Assistência Social é o campo onde os segmentos pauperizados e vulneráveis buscam um conjunto de ações que são de fundamental importância para essa população alvo.

Não se pode negar que dentre os programas sociais, o Bolsa Família tem impactado de forma positiva muitas famílias pobres brasileiras, principalmente com o cumprimento das condicionalidades, mas esses sujeitos revelam também que não querem apenas uma renda mínima, que apesar de irrisória é significativa, querem trabalhar, realizar cursos e terem as políticas públicas presentes.

A falta da intersetorialidade por parte da política de Assistência Social pode ser notada nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, quando afirmam que nenhum membro de sua família chegou a ser encaminhado ou teve facilitado a sua intermediação à outras políticas públicas.

É imprescindível que a Assistência Social busque articulação com outras políticas, programas e projetos para quando se deparar com situações que não é de sua competência faça o devido encaminhamento.

As demandas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa ao PBF e ao PAIF não conseguem ser respondidas apenas por ações no âmbito da Assistência Social, vão além de uma única política pública, e as demandas que podem ser respondidas não estão sendo priorizadas frente à precarização dos serviços e dos recursos limitados.

Porém, as ações que ainda estão sendo executadas como o cumprimento de condicionalidades do PBF, as palestras e oficinas por parte do PAIF, estão conseguindo, mesmo que minimamente, impactar de forma positiva as famílias. Pois, observamos que as famílias do PBF que têm frequência constante no PAIF possuem uma autonomia maior em relação àquelas que pouco frequentam.

Desse modo, a efetividade dessa relação seria maior se ocorresse a necessária articulação entre a política de Assistência Social e as políticas

situadas no campo do trabalho, da saúde, da educação para o atendimento das demandas, cuja resolução ultrapassa as iniciativas privadas de cada família.

Ao que tange a avaliação de impactos do PBF e do PAIF no âmbito das famílias do bairro e da comunidade rural na redução, prevenção ou superação de vulnerabilidades e riscos sociais, o estudo apontou que as mudanças relatadas pelas famílias, geralmente estão relacionadas à garantia de uma renda fixa, ao acesso ao consumo, a partir dessa renda auferida se sentem com mais autonomia.

Por sua vez, são poucas as famílias que conseguem observar a importância das condicionalidades da educação e saúde e as mudanças que estas tem proporcionados.

Além das transferências de renda, o PBF deve garantir o acesso a outras iniciativas que ampliem a capacidade das famílias de superar condições de pobreza extrema e vulnerabilidades, sendo também uma das missões do PAIF.

Torna-se de suma importância que o PAIF execute um trabalho mais efetivo em relação ao ganho de autonomia e protagonismo das famílias. As famílias que apontam essa autonomia participam com frequência do PAIF, o que nos leva a reflexão de que esse serviço contribui para essa finalidade.

Desse modo, torna-se essencial que a equipe do PAIF busque estratégias que possibilitem uma maior participação das famílias, que se torne atrativo e proporcione maiores resultados.

A partir da fala dos sujeitos da pesquisa, em relação aos impactos em torno da prevenção dos riscos e redução ou superação de vulnerabilidades, analisa-se que o PBF e o PAIF conseguem prevenir a ocorrência de novas vulnerabilidades em determinadas famílias, mas não conseguem avançar na proteção de outras onde identificamos situações de riscos.

Nestes casos em que a família já se encontra em situação de risco, o seu atendimento deve ocorrer na proteção social especial, assim como a política de Assistência Social juntamente com a área intersetorial podem realizar o atendimento desta família.

Contudo, quando se fala em superação de vulnerabilidades e riscos, conclui-se que as famílias apresentam variadas vulnerabilidades que a política de Assistência Social através do PBF e do PAIF não tem conseguido superá-

las, mas tem contribuído para o seu alívio imediato, principalmente das famílias em situação de extrema pobreza.

Compreendemos que as diversas expressões da Questão Social representam perdas irreparáveis em várias dimensões da existência humana e marca profundamente os que vivem essa situação. Desse modo, essas perdas não poderão ser resolvidas apenas com a assistência social, a ação intersetorial se torna fundamental, precisa se tornar concreta para que as demandas das famílias possam ser atendidas.

A Assistência Social não se coloca nesse estudo como um único caminho para avançar na redução e prevenção de vulnerabilidades e riscos. A partir das falas dos sujeitos da pesquisa, ela tem se revelado em um campo necessário para minimizar essas expressões da questão social, mas necessita da articulação intersetorial das políticas para produzir resultados efetivos, duradouros e transformadores da realidade e não apenas produzir alívio imediato.

As narrativas dos sujeitos da pesquisa denunciam a fragilidade dos serviços da Assistência Social, que apontam a pouca efetividade da oferta de serviços apresentadas através de ações paliativos e fragmentadas para o atendimento das demandas.

Adota-se no Brasil, direcionamentos neoliberais nas políticas econômicas atuais, que induzem segundo Martins (1997), uma “*inclusão precária, instável e marginal*” em que as políticas econômicas não são de exclusão, mas sim de inclusão precária das pessoas que estão a serviço da reprodução do capital e em favor do funcionamento da ordem política, dos que dominam.

O não reconhecimento do outro, enquanto partícipe da produção de riqueza da sociedade e a negação dos seus direitos enquanto cidadão, o direciona à situações extremas de vulnerabilidade e riscos de várias dimensões, sociais, econômicas, políticas, entre outras.

Em diversos setores da sociedade, verifica-se as lacunas da “falta”, deixando em evidência que o capitalismo tardio brasileiro, torna-se uma máquina de produção e reprodução de desigualdades, pobreza, exclusão e vulnerabilidades, com poucas possibilidades de mobilidade social.

Segundo Pochmann e Amorim (2004, p.21) “ao longo do território do quinto maior país do mundo, há alguns ‘acampamentos’ de inclusão social em meio a uma ampla ‘selva’ de exclusão”, que ao longo do espaço brasileiro.

Para esses autores as dificuldades de acesso aos bens e serviços sociais públicos, é notada em todo território brasileiro, mas o grau dessa dificuldade pode ser mais intenso nas regiões Norte e Nordeste, que necessitam de intervenções mais aproximadas da realidade.

Torna-se necessário um olhar diferenciado para as desigualdades regionais, com abordagem, intervenções e políticas públicas de acordo com a realidade local, pois as especificidades regionais não podem ser tratadas com um único modelo adaptados à parâmetros nacionais.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Transformações econômicas e sócias no Brasil nos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família.** In: SALES, Mione; MATOS, Maurício; LEAL, Maria Cristina (Orgs). Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.
- ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social – história, análise crítica e avaliação.** Curitiba: Juruá, 2008.
- ALVES, José Manoel Pires. **Política Nacional de Assistência Social: um olhar sobre a política de recursos humanos.** Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em debate, Brasília, n.2, 2005. Suplemento.
- ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo.** In: Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático. -8.ed.- São Paulo: Paz e terra, 2008.
- ANDRADE, Antônio Luiza Menezes de. **Indicadores de sustentabilidade na reserva de desenvolvimento Sustentável do Piranha.** Manaus: UFAM, 2004.
- ANDRADE, Priscila Maia de; MATIAS; Mariana Lopes. **Notas sobre o desenvolvimento do trabalho social com famílias no âmbito da política de assistência social.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e a sua concha:** Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boimtempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Os modos de ser da informalidade:** rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011.
- ARREGUI, Carola Carbajal. **A criação de graus de vulnerabilidade como instrumento de avaliação e monitoramento de programas de transferência de renda.** In: Temporalis, ano VI, n.12, p.137-150, jul-dez, 2006.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** In: Maria Cecília Roxo Nobre Barreira, Maria do Carmo Brandt de carvalho (Orgs). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000-2001:** Luta contra a pobreza. 2001. N.W., Washington, D.C. EUA.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. **O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa.** In: Pesquisa qualitativa: um instigante desafio/Maria Lúcia Martinelli (org.). São Paulo: Veras Editora, 1999.

BARBOSA, Maria José de Souza, SÁ, Maria Elvira Rocha de. **A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo:** o Estado do Pará em foco. In: Sherer, Elenise (ORG.). Questão Social na Amazônia. Manaus: EDUA, 2009.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Roseane; TSUKADA, Raquel. **Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil.** Chamada para debates, textos para discussão, agosto, 2011.

BARROSO, Silvana Compton. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia:** a dinâmica sociopolítica para acesso a bens e serviços sociais. Manaus: EDUA, 2015.

BASTOS, Élide Rugai. **A Amazônia de Gilberto Freyre.** In: Vozes da Amazônia II. Manaus: Valler e Edua, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do estado e perda de direitos. 2.ed. – São Paulo: cortez, 2008.

BELTRÃO JR, Hudson Roberto; NEVES, Soriane Simas. **O estudo das benzedeadas em Parintins:** uma abordagem Folkcomunicacional. In: Intercom, Manaus, AM, 2013.

BORÓN, Atílio. **A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal.** In: Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado democrático. -8.ed.- São Paulo: Paz e terra, 2008.

BOSHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil:** um direito entre a originalidade e conservadorismo. Brasília: 2003.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boimtempo, 2012.

BRASIL, CAPACITASUAS Caderno 3. **Vigilância Socioassistencial:** Garantia do caráter público da política de assistência social. MDS, 2013.

BRASIL, **Cartilha BPC:** Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social. Brasília, 2009.

BRASIL, **Cartilha o Plano Brasil sem Miséria no seu município.** Brasília, janeiro de 2013.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas Emendas Constitucionais N. 1/92 a 38/2002 e pelas

Emendas Constitucionais de Revisão N. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 72 p.

BRASIL, **Orientações sobre a Vigilância socioassistencial**. Brasília, MDS, 2013.

BRASIL, **Orientações Técnicas da vigilância socioassistencial**. Versão Preliminar, MDS, Brasília, 2010.

BRASIL, Orientações Técnicas V.01: **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**/Ministério do Desenvolvimento Social à Fome. 1ª Edição, Brasília 2012.

BRASIL, **Orientações Técnicas V.02: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF**: trabalho social com as famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família-PAIF/Ministério do Desenvolvimento Social à Fome. 1ª Edição, Brasília 2012b.

BRASIL, **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social à Fome, 2009.

BRASIL. CAPACITASUAS. **SUAS: configurando os eixos de mudança**. In: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília: MDS, 2008.

BRASIL. **Cartilha Plano Brasil sem Miséria e SUAS**. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. **Cartilha Pronatec**, Plano Brasil Sem miséria. Brasília, 2013.

BRASIL. **CENSOSUAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. 2017. www.mds.gov.br

BRASIL. **Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos**. MDS, Brasília, 2013.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. n.12.435 de 2011.

BRASIL. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. MDS, 2013.

BRASIL. MDS. Relatório de Informações Sociais do município de Parintins. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2016. www.mds.gov.br

BRASIL. MDS. Relatório de Informações Sociais do município de Parintins. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2017. www.mds.gov.br

BRASIL. MDSA. **Articulação do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada com os serviços oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social**, especialmente os ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), em espaços metropolitanos de pobreza vulnerabilidade. Brasília, 2011.

BRASIL. **Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Versão Oficial. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. **Norma Operacional Básica da Assistência Social- NOB**. Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 2012.

BRASIL. **O que é o Bolsa Família**. Brasília: MDS, www.mds.gov/assuntos/bolsa-familia/o-que-e, publicado em 01/07/2015.

BRASIL. **Orientações para pactuação da Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade nas Comissões Intergestores Bipartite - Cib** /Organizador: Jaime Rabelo Adriano - Ministério Do Desenvolvimento Social
BRASIL. MDS, 2014.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Editora Cortez, versão oficial, 2004.

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais do município de Parintins**. Programa Bolsa Família. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2016. www.mds.gov.br

BRASIL. **Relatório de Informações Sociais do município de Parintins**. Programa Bolsa Família. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. 2017. www.mds.gov.br

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto da Resolução Nº109, de 11 de novembro de 2009.

BRASIL. **Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento integral à famílias – PAIF**. MDS, Brasília, 2012.

BRASIL.MDS. CensoSUAS: **Inclusão Produtiva**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2011. www.mds.gov.br

BRASIL.MDS. PBF: **Guia do gestor**. Brasília, 2006.

BRONZO, Carla. **Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família**: conexões e uma experiência para reflexão. In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, junho de 2009.

BRONZO, Carla; VEIGA, Laura da. **Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza**: desafios para prática. In: Serviço Social e Sociedade. Novembro, 2007.

CAMPOS, Edval Bernadino. **As sociedades amazônicas e o SUAS**. Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: Jose Ferreira da Crus...[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **Famílias e Políticas públicas**. In: Família, redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antônio David. **Riqueza substantiva e relacional**: um enfoque diferenciado para análise das desigualdades na América latina. In: Produção de pobreza e desigualdade na América Latina. Porto Alegre: Tomo editorial/Clacso, 2007.

CATTANI, Antônio David. **Trabalho e Autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CEFESS. **Moção de repúdio a redução de orçamento do SUAS**. 2017. <http://www.cfess.org.br/>

CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Síntese, 2003.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A “Questão Social” no Brasil**: Crítica do Discurso Político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CNES/DATASUS. **Indicadores do município de Parintins**. Disponível em www.cnes.gov.br. 2013. Acessado em junho de 2014.

CNESNET/DATASUA. Consulta: **tipos de estabelecimentos**. Disponível em: http://cnes.datasus.gov.br/mod_ind_unidades.asp?estado=13&Vmun=130340. Ano 2013. Acesso junho de 2014.

Convênio MTE-DIEESE. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Unicamp, 2007.

CORRÊA, Marilene. **Mais de 129 mil pessoas em Manaus vivem em situação de extrema pobreza**. In: Portal do Purus, editoriais, 14 de janeiro de 2013. Acessado em novembro de 2014.

COUTO, Berenice, et al. **A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS**: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: O

Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 3 ed ver e atual. – São Paulo: Cortez, 2012.

CRUZ, Lílian Rodrigues da. Betina, HILLESHEIM. **Vulnerabilidade Social**. In: FERNANDES, Rosa M. Castilho; HELLMANN, Aline. (Orgs) Dicionário Crítico: Política de Assistência Social no Brasil. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2016.

CUNHA, Rosani. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

CUNHA, Rosani. **Proteção Social no Brasil**: debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

DESTREMAU, Blandine; SALAMA, Pierre. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **A economia da família**. In: Família, redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2008.

FIALHO NASCIMENTO. **Questão Social, Desenvolvimento Capitalista e Desigualdade Social na Amazônia**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais de evento, São Luiz-MA, 2011.

FIALHO NASCIMENTO. **Riqueza e Pobreza no Estado do Pará**: produção e reprodução de expressões da “questão social” na região. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais de evento, São Luiz-MA, 2009.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. **Amazônia, Estado e Sociedade**. Campinas, SP: Armazém do Ipê (autores Associados), 2006.

FONSECA, Ana Maria Medeiros. **Família e política de Renda Mínima**. São Paulo, Cortez, 2002.

GUERRA, Alexandre; POCHMANN, Marcio; SILVA, Ronnie Aldrin (ORGs). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**: Dinâmica da exclusão social na primeira década do século XXI. São Paulo: Cortez, 2015.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Editora IPEA: 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 17.ed.-São Paulo, Cortez; CELATS, 2005.

IBGE. Pnad contínua, **dados referentes ao segundo semestre de 2016**. http://ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149. Acessado em janeiro de 2017.

IBGE. **Síntese dos Indicadores do município de Parintins**. 2010.

IMAZON. Instituto do Homem e meio Ambiente Amazônico. **Índice de progresso social da Amazônia brasileira**. 2013.

INEP. **Censo Educacional**. 2012. Disponível em www.inep.gov.br. Acessado em 2014.

IPEA. **A década inclusiva (2001-2011)**: desigualdade, pobreza e políticas de renda. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 25 de dezembro de 2012.

IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nas regiões metropolitanas brasileiras** / editores: Marco Aurélio Costa, Bárbara Oliveira Marguti. – Brasília: IPEA, 2015.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil**: debates e desafios. In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil: MDS, Unesco, 2009.

JANNUZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas; São Paulo: Editora Alínea, 2004.

KAZTMAN, Ruben. Notas sobre a medida da vulnerabilidade social. CEPAL, 2010.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2 ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LAVINAS, Lena; GARCIA, Eduardo Henrique. **Programas Sociais de Combate à Fome**: o legado dos anos de estabilidade econômica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Ipea, 2004.

LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell de. **A Descentralização, o ambiente e as mudanças organizacionais da Política de Assistência Social**. In: Serviço Social e Sociedade, nº73 – Ano XXIV – Março - 2003.

LIMA, Mayara Viana de. **Movimento das águas na cidade de Parintins/Am**. Dissertação/Ufam/PPGCASA, 2016.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI** – Novas formas de desenvolvimento. São Paulo, Editora Empório do Livro, 2009.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A Família na Amazônia: desafios para a Assistência Social.** UFPA, 1999.

MACIEL, Carlos Alberto Batista. **A Família na Amazônia: desafios para a Assistência Social.** In: Serviço Social & Sociedade: Famílias (nº 71), 2002.

MAGALHÃES, Edgar Pontes de. **Combatendo a pobreza e enfrentando as vulnerabilidades:** desafios para a articulação entre o Programa Bolsa Família e a proteção social básica - Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

MARANDOLA JR. Eduardo, HOGAN, Daniel Joseph. **As dimensões da vulnerabilidade.** In: São Paulo em Perspectiva, v. 20, n.1, p.33-43, jan./mar.2006.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. ROUSILEY, Celi Moreira Maia. Dimensões da autonomia no combate à pobreza: O programa Bolsa-Famílias sob a perspectiva das beneficiárias. In: Serviço Social e Sociedade. Novembro, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Abordagem qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo, Veras Editora, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a nova desigualdade.** São Paulo, Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O Massacre dos inocentes:** a criança sem infância no Brasil. Ed. Hucitec, São Paulo, 1991.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Editora Boitempo. São Paulo: 2009.

MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização:** um grande desafio para esquerda. In: Riqueza e miséria do trabalho do Brasil. Ricardo Antunes (organizador) – São Paulo: Boitempo, 2006.

MONTAÑO, Carlos. **Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento.** Se. Soc. Soc. São Paulo, n.110, p.270-287. Abr.\jun.2012.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Piris. **O Marco conceitual da Vulnerabilidade.** In: Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011.

MOTTA, Ana Elizabete. **A centralidade da Assistência Social na seguridade social brasileira dos anos 2000.** In: O MITO DA Assistência Social, ensaios sobre estado públicas e sociedade. Ana Elizabete Mota (organizadora)-2.ed. ver.i.ampl.-são Paulo:cortez,2008.

NAGAOKA, Jane de Souza. **O impacto do Programa Bolsa Família nas condições de vida das famílias beneficiárias no município de Manaus/AM.** Manaus: UFAM, 2012.

NETTO, José Paulo. Economia política: uma introdução crítica. 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

NOB-RH/SUAS – **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS** – Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006.

NOGUEIRA, Marinez Gil. **Biotecnologia, Conhecimentos tradicionais e sustentabilidade:** as perspectivas da inovação no Amazonas. Manaus/Am, Edua, 2013.

Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade. **Construção e Análise de Indicadores.** / Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. – Curitiba: [s.n.], 2010.

Organização Internacional do Trabalho - OIT. **Relatório Global:** Discriminação no Trabalho: A Hora para Igualdade no Trabalho. Relatório Global 2003-suplemento Nacional. Genébra, 2003.

PAUGAM, Serge. **A desqualificação social:** ensaio sobre a nova pobreza. Trad. Camila Giorgetti, Tereza Lourenço. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. -4.ed.-São Paulo: Cortez, 2007.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Tradução Monica Baumgarten de Bolle.- 1 ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIZANI, Alessandro; Rego, WALQUIRIA Leão. **Vozes do Bolsa Família.** Autonomia, dinheiro e cidadania. -2.ed.- São Paulo: editora Unesp, 2014.

Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média E Alta Complexidade. Secretaria Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Social. Belo Horizonte. MG: 2014.

PLANO PLURIANUAL 2014-2017 do município de Parintins. Prefeitura Municipal de Parintins. Administração Carlos Alexandre Ferreira Lima.

PNUD. Contexto urbano e rural: qualificar para atender as especificidades do rural e urbano no âmbito do SUAS. Brasília, 15 de junho de 2011.

PNUD. **Perfil do município de Parintins/Am.** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. [www. Atlasbrasil.org.br/20913/perfil/Parintins_Am](http://www.Atlasbrasil.org.br/20913/perfil/Parintins_Am), 2013.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**: sustentar o progresso humano, reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Estrutura social no Brasil**: mudanças recentes social. In: Ser. Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, 2010.

POCHMANN, Marcio; AMORIN, Ricardo. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. 3. Ed.- São Paulo: Cortez, 2004.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e Conselho de assistência social**: caminhos da construção democrática. 4 ed. – São Paulo, Cortez, 2007.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia. **Desigualdade de rendimento no Brasil nas décadas de 80 e 90**: evolução e principais determinantes. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Texto para discussão, N.803. Rio de Janeiro, junho de 2001.

RANCIARO, Maria Magela Mafra de Andrade. **Andirá**: memórias do cotidiano e representações sociais. Manaus: EDUA, 2004.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? – 3 - ed.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, Sonia. **Transferência de Renda**: o fim da pobreza. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROCHA, Sonia; ALBUQUERQUE, Cavalcante. **Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome**. In: A nova geografia da fome e da pobreza. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto de trabalho de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. Tradução: Tisel. 2.ed. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

ROLIM, Dayana Cury. **Efetividade do Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social**: limites, potencialidades e desafios. Manaus: Edua, 2014.

SAIBEL, Rita Regina Soares. **Programas de Transferência de Renda**: impactos do Programa Bolsa Família em Canoinhas (SC). Canoinhas, Dissertação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. 2008.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. **Direito à moradia na cidade de Manaus**. In: Ser Social 8: revista de Pós-Graduação em Política Social, Direitos Humanos e Política Sociais. Ser\unb, 1995.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3.ed., 1. Reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 20 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

SARTI, Cynthia. **Família e individualidade**: um problema moderno. In: A família contemporânea em debate. São Paulo, Cortez, 2003.

SCHERER, Elenise. **Vulnerabilidade Social na cidade de Manaus**: o avesso do progresso. In: Scherer, Elenise (org). Questão Social na Amazônia. Manaus, EDUA, 2009.

SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de. **Amazônia**: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAN-CTI. **Linha de pobreza dos municípios do Estado do Amazonas – 2010 a 2013**. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. www.ivs.ipea.gov.br.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio históricos. Cuiabá: ed. UFMT, 2008

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Ozanira de Silva e Silva. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: aspectos conceituais e metodológicos. In: Avaliação de política e programas sociais. São Paulo, 2001.

SILVA, Marilene Corrêa. **O Amazonas é o 5º em pobreza**.a critica.uou.com.br/aanaus/manaus-amazonas-amazônia-política IBGE-renda-pobreza-ranking. 2012.

SILVA, Patrícia; DALAMA, Luiz; MORAES, Maria, ET. ALL. **Organização do cuidado à saúde em populações ribeirinhas**: experiência de uma unidade básica de saúde fluvial. In: 2 Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em saúde. Belo Horizonte: 2013.

SITCOVSKY, Marcelo. **Particularidades da expressão da assistência social no Brasil**. In: O Mito da Assistência Social, ensaios sobre Estado, Políticas e Sociedade. Ana Elizabete Mota (organizadora)-2.ed. ver.i.ampl.-são Paulo:cortez,2008.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de Pesquisa Social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, Jessé. **A construção da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira**: quem é e como vive. Colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaísa. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes. In: concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Assistência Social: de ação individual à direitos**. In: Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC, n. 10 – jul./dez. 2007.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. **Desafios para Consolidação do SUAS** – Plano 10. CNAS, 2005.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. 4 ed.-São Paulo:cortez, 2006.

SZYMANSKI, Heloísa. **Viver em família como experiência de cuidado mútuo**. In: Serviço Social e Sociedade: Famílias. São Paulo: Cortez, (nº 71, ano XXII), Setembro, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios invisíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A Amazônia e a interfaces com o SUAS**. Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: Jose Ferreira da Cruz...[et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p.

UNICEF. **Ser criança na Amazônia**: uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil. Fundação Joaquim Nambuco, Belém-PA, 2004.

VALENTE, Liliane dos Santos. **Proteção Social à Pessoa com Deficiência**: uma análise a partir dos serviços de proteção social básica no município de Parintins/AM / Liliane dos Santos Valente, Dissertação, PPGSS/UFAM, 2015.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila. **Proteção Social**: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

VITALE, Maria Amalia Faller. **Famílias monoparentais**: indagações. In: Serviço Social e Sociedade 71. Família, Ano XXIII, especial, 2002.

WEIL. Andreza Gomes. **A realidade fora da arena**: a dinâmica (in) sustentável do trabalho informal no festival folclórico de Parintins – Amazonas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, 2014.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Relatório Analítico**: Território Rural Baixo Amazonas-Amazons. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

YAZBEK, **Estado, Políticas Sociais e implementação do SUAS**. In: Brasil, Capacitasuas, 2008.

YAZBEK, Maria carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZBEK, Maria carmelita. **Pobreza e exclusão**. Expressões da questão social no Brasil. Revista *temporalls* 3, Brasília: ABEPSS, 2001.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO –
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA
NA AMAZÔNIA – PPGSCA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “Impactos sociais da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social na superação de vulnerabilidades sociais e prevenção de riscos: a voz das famílias beneficiárias de Parintins/Am”, sob a responsabilidade da pesquisadora **Dayana Cury Rolim**, doutoranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, av. General Rodrigo Otávio, nº 6200, Coroado I - Manaus/AM, telefone (92) 3305-4581/9128-6406, e-mail: dayanarolim@ufam.edu.br, sob orientação da Profa. Dra. Yoshiko Sassaki, da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, av. General Rodrigo Otávio, nº 6200, Coroado I - Manaus/AM, telefone (92) 3305-4581/99278-4042, e-mail: sassakiyo@ufam.edu.br.

O objetivo geral do estudo é avaliar os impactos sociais da proteção social básica da Política de Assistência Social na superação de vulnerabilidades sociais e prevenção de riscos de famílias pobres no município de Parintins no Estado do Amazonas. Para tanto, será realizada abordagem quantiquantitativa com utilização de Questionário e realização de entrevista Semiestruturada a uma informante chave da família, o qual será garantido o sigilo e privacidade, assim como assistência em qualquer fase da pesquisa, e informamos que sua participação é voluntária.

Informamos ainda que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, contudo, neste estudo, por envolver a análise de duas modalidades de pesquisa quantitativa e qualitativa, corre-se o risco de se chegar a uma conclusão que não traduza de fato a realidade dos sujeitos da pesquisa, fato que poderá ocorrer se não forem bem compreendidos pelos pesquisados os objetivos da pesquisa. Portanto, para que possamos minimizar tais riscos, a pesquisadora se compromete a suprimir todas as dúvidas que possam ocorrer no momento da aplicação dos instrumentos aos participantes e será garantido todo suporte aos mesmos durante a coleta de dados.

É importante informar que caso haja despesa do participante e de seu acompanhante, quando for o caso, os mesmos serão ressarcidos tendo suas despesas cobertas pela pesquisadora conforme exige o item IV.3g, da Resolução CNS n.446 de 2012. Na ocorrência de algum dano físico e/ou material no momento da coleta dos dados junto aos participantes e seu acompanhante se houver, será assegurado a estes o direito a indenização e cobertura material para reparação do dano, de acordo com a Resolução CNS nº466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7.

Acredita-se que os benefícios serão muitos, os resultados deste estudo que apresentará as demandas e necessidades dos usuários da política de assistência social na área urbana e rural possibilitará a elaboração de projetos de intervenção e avaliação de políticas públicas a partir de uma matriz regionalizada da assistência social.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora e com o **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas – CEP/UFAM no seguinte endereço:** Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07 Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM.

Fone: (92) 3305-5130 - (92) 9171-2496 E-mail: cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com

Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data:...../...../.....

Assinatura do participante



Impressão Dactiloscópica

Assinatura do pesquisador responsável



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO –
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E
CULTURA NA AMAZÔNIA – PPGSCA**



PESQUISA: Impactos da proteção social básica da assistência social em situações de vulnerabilidades e prevenção aos riscos sociais: as vozes de famílias do município de Parintins/Am.

Instrumental quantitativo a ser aplicado no bairro Santa Rita e na Comunidade Mato Grosso de Vila Amazônia.

QUESTIONÁRIO

FAMÍLIA Nº:.....

INFORMANTE-CHAVE DA FAMÍLIA (VÍNCULO FAMILIAR):.....

DATA DO LEVANTAMENTO:.....

OBSERVAÇÕES:

As questões não têm respostas certas ou erradas, nem objetivam testar o conhecimento da senhora, mas sim de conhecer a sua visão em relação à temática investigada.

A dimensão proteção social básica da assistência social e impactos sociais baseada no método Likert compõe-se de assertiva com resposta para sinalizar apenas uma opção, de acordo como segue:

Discordo muito: não concorda totalmente com o conteúdo da frase (forte convicção)

Discordo: não concorda com alguns elementos do conteúdo da frase

Indeciso: não tem opinião clara sobre o conteúdo da frase

Concordo: concorda quase totalmente com o conteúdo da frase

Concorda totalmente: concorda totalmente com o conteúdo da frase (forte convicção)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA –
PPGSCA



1. PERFIL DAS FAMÍLIAS:

➤ QUANTIDADE DE PESSOAS NA FAMÍLIA:

() 1 a 3; () 4 a 6; () 7 a 9; () 10 a mais de 10

➤ QUANTIDADE DE CRIANÇAS NA FAMÍLIA:

() 1 a 3; () 4 a 6; () 7 a 9; () 10 a mais de 10

➤ QUANTIDADE DE IDOSOS NA FAMÍLIA:

() 1 a 3; () 4 a 6; () 7 a 9; () 10 a mais de 10

➤ QUANTIDADE DE GRÁVIDAS NA FAMÍLIA:

() Nenhuma; () 1 a 2; () 3 a 4 ; () Mais de 4

➤ ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS:

Não Alfabetizado (não sabe ler nem escrever): Caso todos saibam ler e escrever passar para o próximo item.

() 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () 7 a mais de 7

Ensino Fundamental Incompleto:

() 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () 7 a mais de 7

Ensino Fundamental Completo:

() 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () 7 a mais de 07

Ensino Médio Incompleto:

() 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () 7 a mais de 07

Ensino Médio Completo:

() 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () 7 a mais de 07

Ensino Superior Incompleto:

() 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () 7 a mais de 07

Ensino Superior Completo:

() 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a 6; () 7 a mais de 07

➤ RENDA DO PBF:

() Menos de R\$50,00

() de R\$50 a R\$100

() de R\$100 a R\$200

() de R\$200 a R\$300

() acima de R\$300

➤ RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DA FAMÍLIA:

() Apenas o rendimento do Programa Bolsa Família

() Menos de 1 Salário Mínimo – menos de R\$ 880,00;

() De 1 a 2 Salários Mínimo – de R\$ 880,00 a R\$ 1.760,00;

() De 3 a 5 Salários Mínimo – R\$ 2.640,00 a R\$ 4.400,00;

➤ QUANTAS PESSOAS TRABALHAM NA FAMÍLIA?



() Nenhuma; () 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a mais de 5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA –
PPGSCA



➤ QUANTAS PESSOAS DA FAMÍLIA TRABALHAM COM CARTEIRA ASSINADA:

() Nenhuma; () 1 a 2; () 3 a 4; () 5 a mais de 5

➤ QUANTAS PESSOAS ESTÃO DESEMPREGADAS NA SUA FAMÍLIA:

() 1 a 2; () 3 a 4; () 4 a 5 () mais de 5

➤ SUA RESIDÊNCIA É:

() Própria; () Alugada; () Cedida; () Mora na casa de conhecidos

➤ A CONSTRUÇÃO DA SUA RESIDÊNCIA É:

() Madeira; () Alvenaria; () mista (madeira e alvenaria); () Palha

➤ O TIPO DE SUA RESIDÊNCIA É:

() Palafita; () Flutuante; () com maromba; () em terra firme

➤ ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA:

() SIM () NÃO

➤ ELETRODOMÉSTICOS E ELETRÔNICO QUE VOCÊ POSSUI EM SUA CASA:

() Televisão () geladeira () máquina de lavar () ar condicionado () fogão

() liquidificador () Celular () computador () Tablet () aparelho de som

DIMENSÃO: VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS

1. A sua família acessa com facilidade a rede de serviços públicos de Parintins? () SIM () NÃO	2. Há crianças e idosos em sua família que dependem da renda dos que trabalham? () SIM () NÃO
3. Além da Renda do Bolsa Família, a sua família tem renda de algum outro benefício como o BPC ou de aposentadoria? () SIM qual?..... () NÃO	4. A chefe de família na sua casa é uma mulher sem um companheiro? () SIM () NÃO
5. Há crianças que trabalham na sua família? () SIM Com que?..... () NÃO	6. Algum membro de sua família sofre ou já sofreu algum tipo de violência? () SIM () NÃO
7. Se sua família já sofreu algum tipo de violência qual foi? Violência contra mulher: agressão (); sexual (); outro () Violência contra idoso: agressão (); sexual (); outro ()	8. Seu domicílio está situado em área de risco como enchente, desmoramento, tráfico de drogas, outro? SIM () Qual risco?.....NÃO ()

☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
3. Ao participar do PAIF você observou que os serviços são de qualidade. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
4. O Programa Bolsa Família vem contribuindo com a melhoria da saúde e educação de sua família. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
5. O benefício que sua família recebe do Programa Bolsa Família é importante, mas o acesso à direitos sociais e às políticas públicas é a maior necessidade. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
6. As necessidades sociais de sua família estão sendo atendida através do Programa Bolsa Família. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
7. O Programa Bolsa Família já lhe possibilitou ações que vão além de transferência de renda e cumprimento de condicionalidades nas áreas da saúde e educação. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
8. A demanda de sua família nos serviços socioassistenciais envolve as ações de vivência familiar com fortalecimento de vínculos, desenvolvimento de autonomia e potencialidades, cursos e acesso aos direitos sociais básicos. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
9. O PAIF tem lhe ofertado ou já lhe ofertou acolhida, oficinas, ações comunitárias, atendimento familiar, acompanhamento familiar, visita domiciliar, encaminhamento para a rede socioassistencial, encaminhamento para receber benefícios eventuais. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO

☐ CONCORDO MUITO 11. As oficinas do PAIF têm propiciado problematização e reflexão das situações vividas em sua família e território, acesso aos direitos sociais e prevenção dos riscos. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
12. Algum membro de sua família já foi encaminhado para rede setorial de políticas públicas como saúde, habitação, educação, etc. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
13. Algum membro de sua família já foi beneficiado com cursos do PRONATEC. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO

DIMENSÃO: IMPACTOS OCORRIDOS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES SOCIAIS
--

1. A partir do Programa Bolsa Família e das ações do PAIF a sua família se sente com mais autonomia. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
2. Após a sua inserção no Programa Bolsa Família e no PAIF a sua família passou a exercer o protagonismo, ou seja, passou a ter mais atitudes e capaz de mudar, de transformar a vida. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
3. O Programa Bolsa Família e o PAIF têm possibilitado aquisição material (compras de eletrodomésticos, roupas e outras necessidades) melhorando as condições de vida. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
4. O Programa Bolsa Família e o PAIF através de suas ações têm contribuído para prevenir vulnerabilidades e situações de risco na sua família. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO

☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
5. O Programa Bolsa Família e o PAIF através de suas ações têm contribuído para superar vulnerabilidades e situações de risco na sua família. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
6. Após a inserção de sua família no Programa Bolsa Família e no PAIF houve melhoria nas condições de vida de sua família. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
7. Antes do Programa Bolsa Família as dificuldades de sua família eram maiores. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
8. O Programa Bolsa Família é a única fonte de renda da sua família, é com essa renda que a família sobrevive. ☐ DISCORDO MUITO ☐ DISCORDO ☐ INDECISO ☐ CONCORDO ☐ CONCORDO MUITO
9. Deixe alguma sugestão para melhoria do Programa Bolsa Família em Parintins.
10. Deixe alguma sugestão para melhoria do PAIF em Parintins, para que ele fique mais adequado à realidade de sua família. Caso você considere que ele esteja adequado, pontue outras sugestões.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA –
PPGSCA



PESQUISA: Impactos da proteção social básica da assistência social em situações de vulnerabilidades e prevenção aos riscos sociais: as vozes de famílias do município de Parintins/Am.

Instrumental qualitativo a ser aplicado no bairro Santa Rita e na Comunidade Mato Grosso de Vila Amazônia.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

FAMÍLIA Nº:.....

INFORMANTE-CHAVE DA FAMÍLIA (VÍNCULO FAMILIAR):.....

DATA DO LEVANTAMENTO:.....

DIMENSÃO: VULNERABILIDADES E RISCOS SOCIAIS.

- 1) Qual a sua visão sobre a pobreza? O que é ser pobre e viver na pobreza?
- 2) Comente sobre as vulnerabilidades vivenciadas por sua família.
- 3) Caso a sua família vivencie algum tipo de risco comente sobre.
- 4) Quais as estratégias utilizadas por sua família para redução das vulnerabilidades?
- 5) Quais as estratégias utilizadas por sua família para redução dos riscos?
- 6) Comente sobre as potencialidades de sua família, ou seja, o que a sua família sabe fazer, produzir, realizar para que possa contribuir para os seus meios de vida.

DIMENSÃO: PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 1) Qual o valor que você recebe o PBF?
- 2) Quais são as necessidades de sua família?
- 3) O que a sua família mais demanda?
- 4) Qual a demanda da sua família ao PAIF? elas estão sendo atendidas?
- 5) Qual a demanda da sua família ao Programa Bolsa Família? Elas estão sendo atendidas?
- 6) O que você observa que o Programa Bolsa Família tem ofertado além da transferência de renda e dos cumprimentos das condicionalidades para a sua família? ou não tem ofertado mais nada além do citado?
- 7) O que você observa que o PAIF tem ofertado? Quais ações, cursos, oficinas você tem participado?
- 8) O que você faz com a renda que você recebe do Programa Bolsa Família?

- 9) Como você conseguiu o acesso ao PAIF e o que você acha do espaço físico onde ocorrem as ações e a oferta de serviços para a sua família?
- 10) Qual a sua visão sobre o Programa Bolsa Família, você considera que o Programa é um direito de sua família ou apenas uma ajuda do governo?
- 11) O que o Programa Bolsa Família representa para você?
- 12) O Programa Bolsa Família e o PAIF têm contribuído ou não para um maior acesso de sua família aos serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas? Comente:

DIMENSÃO: IMPACTOS OCORRIDOS EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADES SOCIAIS
--

- 1) Como era sua condição de vida antes de sua inserção do Programa Bolsa Família e PAIF?
- 2) Após a sua inserção no Programa Bolsa Família e no PAIF você sentiu alguma mudança na sua família ou não? Se sim quais mudanças?
- 3) O Programa Bolsa Família e o PAIF têm contribuído ou não para um melhor protagonismo de sua família? Se sim, em que tem contribuído, comente:
- 4) O Programa Bolsa Família e o PAIF têm contribuído para uma melhor autonomia de sua família? Se sim, em que tem contribuído, se não, o que eles precisam fazer para trabalhar a autonomia de sua família, comente:
- 5) O Programa Bolsa Família e o PAIF contribuíram para melhoria da qualidade de vida de sua família ou não? Se sim, em que tem contribuído, e se não o que precisa ser feito para que você possa sentir melhorias em sua qualidade de vida. Comente:
- 6) Qual a sua visão sobre o Programa Bolsa Família e o PAIF, esses programas têm contribuído ou não para a prevenção de vulnerabilidades e riscos ou apenas vem mantendo as vulnerabilidades e riscos de suas famílias? Comente:
- 7) Você considera que o Programa Bolsa Família vem contribuindo para a superação de vulnerabilidades no âmbito de sua família? Se sim quais vulnerabilidades foram superadas, comente:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA –
PPGSCA



Quadro 01: Indicadores do objeto de estudo

SÍNTESE DO OBJETO DE PESQUISA: Avaliar os impactos sociais da Política de Assistência Social a partir do Programa Bolsa Família (PBF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) nas situações de vulnerabilidades e riscos sociais de famílias do município de Parintins/Am.			
DIMENSÃO	TEMA	INDICADORES	VARIÁVEIS
VULNERABILIDADES SOCIAIS	Questão Norteadora: Quais as vulnerabilidades, riscos e potencialidades das famílias beneficiárias do bairro Santa Rita e da Comunidade Mato Grosso?		
	Perfil das famílias	Grupos etários	Dependência de idosos e crianças
		Famílias extensas	Nº membros da família
		Escolaridade	Grau de escolaridade
		Rendimento mensal	Nível de renda
		Ocupação	Situação de trabalho dos membros
	Principais vulnerabilidades	Habitação	Tipo e condições da habitação
		Habitação	Área de risco, insalubre
		Desemprego	Jovens e adultos
		Baixa Renda	Insuficiência de renda
		Baixa Escolaridade	Falta de qualificação
		Não possui banheiro no domicílio	Banheiros no quintal da residência
		Dificuldade de acesso aos serviços públicos	Falta de atendimento
		Mulher sem cônjuge e com filhos	Mulheres chefes de família
		Água não potável para o consumo	Água do rio, lago torneira
	Principais estratégias para a redução das vulnerabilidades	Capacitação	Participação em cursos e oficinas
		Frequência no CRAS	Participação no PAIF
		Cadastro em Programas habitacionais	Programa de habitação
		Empréstimo financeiro	Bancário, familiar, vizinhos
		Acesso aos recursos naturais, pesqueiros e florestais	Tipo e destino do produto explorado
		Reações de confiança	Relações familiares, vizinhança, etc.
RISCOS SOCIAIS	Principais Riscos Identificados	Trabalho Infantil	Complemento de renda familiar
		Uso de entorpecentes	Entre familiares, vizinhos ou comunitária.
		Violência doméstica/sexual	Mulheres, criança, adolescentes, idosos
		Domicílio em área de risco	Enchente, tráfico, barranco
		Rompimento de vínculos familiares	Famílias com vínculos rompidos
	Estratégias para redução dos riscos	Denúncia aos órgãos competentes	Conselhos, Delegacia, CREAS
		Apoio do CRAS	Acompanhamento, encaminhamento
		Apoio de familiares	Pais, irmão, nora, genro, sogra, etc.
		Apoio de comunitários e relações de confiança	Associações, vizinhos, liderança, etc.
		Produção de artesanato	Tipo e criação dos produtos
	Principais Potencialidades	Produção agrícola	Tipo de produto cultivado e destino
		Produção de pescado	Tipo e destino
		Prática de benzimento	Benzedeiras

DIMENSÃO	TEMA	INDICADORES	VARIÁVEIS
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	Questão Norteadora: Como se dá a relação entre as demandas das famílias e a oferta do PBF e PAIF para o atendimento das necessidades e superação das vulnerabilidades?		
	Demanda das famílias	Acesso à rede pública de saúde	Atendimento, encaminhamentos
		Emprego	Jovens em idade ativa, mulher, homens
		Acesso à programas habitacionais	Saída da área de risco
		Acesso à Qualificação	Cursos profissionalizantes
		Segurança alimentar	Alimentação adequada
		Presença das políticas públicas	Trabalho, renda, saúde, educação, segurança pública, etc
		Inserção ao mercado de trabalho	Famílias gerando renda
		Oficinas	Trabalhos manuais, vínculos familiares
		Palestras	Preventivas e informativas
		Acesso aos direitos	Encaminhamentos, ações de saúde, documentação
	PAIF	Oferta do PAIF	Serviços e atendimentos, acolhida, oficina, visita domiciliar, encaminhamento, etc.
	PBF	Oferta do PBF	Cumprimento de condicionalidades, Transferência de renda, encaminhamentos
	Infraestrutura do PAIF	Espaço físico	Infraestrutura, adequação, qualidade dos serviços
		Acesso aos serviços e atendimentos	Procura espontânea, busca ativa, descumprimento de condicionalidades
DIMENSÃO	TEMA	INDICADORES	VARIÁVEIS
IMPACTOS NO ÂMBITO DAS FAMÍLIAS.	Questão Norteadora: Ocorreram mudanças nas situações de vulnerabilidades e riscos após inserção no PBF e PAIF?		
	Mudanças no âmbito das famílias após a inserção no PBF e PAIF.	Melhorias nas condições de vida	Fortalecimento de vínculos, complemento de renda, cumprimento de condicionalidades, garantia de renda mensal, atendimento de necessidades imediatas
		Autonomia	Ganho de autonomia
		Protagonismo	Ganho de Protagonismo
	Mudanças em suas situações de vulnerabilidades e riscos após a inserção no PBF e PAIF.	Prevenção	Famílias que sentem que o PBF e PAIF têm contribuído para prevenção
		Superação	Famílias que sentem que o PBF e PAIF têm contribuído para superação
		Manutenção	Famílias que sentem que o PBF e PAIF têm apenas mantido.

Fonte: Elaboração própria com base nos conceitos teórico do estudo

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Impactos sociais da Política de Assistência Social na superação de vulnerabilidades sociais e prevenção de riscos: a voz das famílias beneficiárias de Parintins/Am.

Pesquisador: Dayana Cury Rolim

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 63500016.8.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.922.779

Apresentação do Projeto:

Resumo: O Estudo ora proposto tem como objetivo principal avaliar os impactos sociais da Proteção Social Básica da Política de Assistência Social a partir do Programa Bolsa Família (PBF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) na superação de vulnerabilidades Sociais e prevenção de riscos de famílias do município de Parintins/Am. Para tanto, terá como objetivos específicos os seguintes: Identificar as vulnerabilidades, riscos e potencialidades de famílias beneficiárias do PBF e que participam do PAIF residentes no bairro Santa Rita de Cássia e na comunidade rural de Mato Grosso de Vila Amazônica; analisar a relação das demandas por seguranças socioassistenciais das famílias beneficiárias e a oferta do PBF e do PAIF para o atendimento das necessidades sociais, superação/prevenção de vulnerabilidades sociais e riscos, refletindo sobre a vigilância socioassistencial do município; avaliar de forma crítica as mudanças geradas pelo PBF e PAIF no âmbito das famílias do bairro Santa Rita de Cássia e da Comunidade rural de Mato Grosso na superação/prevenção de vulnerabilidades sociais, apontando se houve fortalecimento de suas capacidades e empoderamento; propor uma matriz regionalizada de indicadores para caracterização das necessidades e demandas para o acesso aos serviços e benefícios da Assistência Social e sua oferta na região Amazônica, especificamente no Baixo Amazonas. Para fins didáticos o percurso metodológico deste estudo, envolverá processos

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 1.922.779

específicos composto de três movimentos distintos e interligados, mas não estanques, sendo eles: pesquisa exploratória, pesquisa de campo, interpretação e análise dos dados. Esse procedimento que será exercida de forma não linear permitirá abordar o objeto em suas múltiplas expressões. Para abordar os sujeitos do estudo em suas múltiplas expressões propomos a abordagem quantiquantitativa, por entendermos que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se complementa. Na abordagem qualitativa selecionaremos as famílias com mais tempo de atuação no Programa Bolsa Família e com Participação no PAIF tanto do CRAS Santa Rita de Cássia como da Comunidade Mato Grosso da Vila Amazônia, para responderem o roteiro de entrevista semiestruturado. Portanto, para análise da pesquisa qualitativa há um total de 05 famílias consideradas as mais antigas do PBF participantes do PAIF do CRAS Santa Rita de Cássia e 03 famílias da comunidade Mato Grosso, são famílias que estão há mais de 5 anos como beneficiárias do PBF e usuárias do PAIF. Como o número de sujeitos é reduzido trabalharemos com o total de sujeitos. Na abordagem quantitativa serão utilizados Questionários para as famílias selecionadas por envolver um número maior de sujeitos da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa serão as famílias moradoras do bairro Santa Rita de Cássia e da Comunidade Mato Grosso na Vila Amazônia que sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) que participam das ações do Programa de Atenção Integral a Famílias (PAIF) no CRAS. Universo do Bairro Santa Rita de Cássia: neste bairro há 544 famílias beneficiárias do PBF, destas apenas 30 famílias participam ativamente do PAIF. Assim sendo, o universo atenderá ao critério da pesquisa que são famílias beneficiárias do PBF participantes do PAIF no mínimo há dois anos, portanto, o universo contará com 30 famílias, deste modo, optou-se por trabalhar com este total de famílias por se tratar de um quantitativo considerável para a pesquisa, não retirando amostra. Universo da Comunidade Mato Grosso de Vila Amazônia: Nesta comunidade há 40 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas há apenas 10 que participam das ações do PAIF. Assim sendo, o universo desta comunidade contará com um total de 10 famílias beneficiárias do PBF que participam do PAIF, por se tratar de um número reduzido trabalhar-se-á com o universo e não será retirada amostra. Selecionaremos como informante-chave o responsável pela família ou um membro da família beneficiária do PBF e que participe do PAIF e que tenha condições de responder pela família como um todo e repassar as informações necessárias sobre a dinâmica e mudanças no âmbito familiar. Por fim, após o término da coleta de dados, organizaremos os dados em Excel 2007, serão elaboradas tabelas e gráficos e a interpretação e análise dos dados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Avaliar os impactos sociais da Proteção Social Básica da Política de Assistência

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 1.922.779

Social a partir do Programa Bolsa Família (PBF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) na superação de vulnerabilidades Sociais e prevenção de riscos de famílias do município de Parintins/Am. Objetivo Secundário: • Identificar as vulnerabilidades, riscos e potencialidades de famílias beneficiárias do PBF e que participam do PAIF residentes no bairro Santa Rita de Cássia e na comunidade rural de Mato Grosso de Vila Amazônia. • Analisar a relação das demandas por seguranças socioassistenciais das famílias beneficiárias e a oferta do PBF e do PAIF para o atendimento das necessidades sociais, superação/prevenção de vulnerabilidades sociais e riscos, refletindo sobre a vigilância socioassistencial do município. • Avaliar de forma crítica as mudanças geradas pelo PBF e PAIF no âmbito das famílias do bairro Santa Rita de Cássia e da Comunidade rural de Mato Grosso na superação/prevenção de vulnerabilidades sociais, apontando se houve fortalecimento de suas capacidades e empoderamento. • Propor uma matriz regionalizada de indicadores para caracterização das necessidades e demandas para o acesso aos serviços e benefícios da Assistência Social e sua oferta na região Amazônica, especificamente no Baixo Amazonas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Informamos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, contudo, neste estudo, por envolver a análise de duas modalidades de pesquisa quantitativa e qualitativa, corre-se o risco de se chegar a uma conclusão que não traduza de fato a realidade dos sujeitos da pesquisa, fato que poderá ocorrer se não forem bem compreendidos pelos pesquisados os objetivos da pesquisa. Portanto, para que possamos minimizar tais riscos, a pesquisadora se compromete a suprimir todas as dúvidas que possam ocorrer no momento da aplicação dos instrumentos aos participantes e será garantido todo suporte aos mesmos durante a coleta de dados. É importante informar que caso haja despesa do participante e de seu acompanhante, quando for o caso, os mesmos serão ressarcidos tendo suas despesas cobertas pela pesquisadora conforme exige o item IV.3, da Resolução CNS n.446 de 2012. Na ocorrência de algum dano físico e/ou material no momento da coleta dos dados junto aos participantes e seu acompanhante se houver, será assegurado a estes o direito a indenização e cobertura material para reparação do dano, de acordo com a Resolução CNS nº466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7. **Benefícios:** O resultado deste estudo que apresentará as demandas e necessidades dos usuários da política de assistência social na área urbana e rural possibilitará a elaboração de projetos de intervenção e avaliação de políticas públicas a partir de uma matriz regionalizada da assistência social.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 1.922.779

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Metodologia Proposta: O percurso metodológico deste estudo envolverá processos específicos composto de três movimentos distintos e interligados, mas não estanques, sendo eles: pesquisa exploratória, pesquisa de campo, interpretação e análise dos dados. Esse procedimento que será exercida de forma não linear permitirá abordar o objeto em suas múltiplas expressões. Na pesquisa exploratória ter-se-á a primeira aproximação ao objeto de estudo, momento em que se fará pesquisa bibliográfica, leituras, discussões, fichamentos, etc. O processo investigativo empírico terá como referência geográfica o município de Parintins localizado no interior do Estado do Amazonas, na região do Baixo Amazonas. Delimitando o lócus da pesquisa nesse espaço geográfico, a investigação que terá como base a Proteção Social Básica da Assistência Social, dar-se-á no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do bairro Santa Rita de Cássia e no CRAS da Vila Amazônia que atende a comunidade Mato Grosso. Assim sendo, para abordar os sujeitos do estudo em suas múltiplas expressões propomos a abordagem quantiquantitativa, por entendermos que o conjunto de dados quantitativos e qualitativos se complementa. Na abordagem qualitativa selecionaremos as famílias com mais tempo de atuação no Programa Bolsa Família e com Participação no PAIF para responderem o roteiro de entrevista semiestruturado. Portanto, para análise da pesquisa qualitativa há um total de 05 famílias consideradas as mais antigas do PBF participantes do PAIF do CRAS Santa Rita de Cássia e 03 da comunidade Mato Grosso, são famílias que estão há mais de 5 anos como beneficiárias do PBF e usuárias do PAIF. Como o número de sujeitos é reduzido trabalharemos com o total de sujeitos. Na abordagem quantitativa serão utilizados Questionários para as famílias selecionadas por envolver um número maior de sujeitos da pesquisa. Para a realização das entrevistas as mesmas serão agendadas no âmbito do CRAS com dia e hora marcado conforme a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa. Caso haja imprevisto será marcada outra data e local de disponibilidade do sujeito até que se consiga coletar as informações. Universo do Bairro Santa Rita de Cássia: neste bairro há 544 famílias beneficiárias do PBF, destas apenas 30 famílias participam ativamente do PAIF. Assim sendo, o universo atenderá ao critério da pesquisa que são famílias beneficiárias do PBF participantes do PAIF no mínimo há dois anos, portanto, o universo contará com 30 famílias, deste modo, optou-se por trabalhar com este total de famílias por se tratar de um quantitativo considerável para a pesquisa, não retirando amostra. Universo da Comunidade Mato Grosso de Vila Amazônia: Nesta comunidade há 40 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mas há apenas 10 que participam das ações do PAIF. Assim sendo, o universo desta comunidade contará com um total de 10 famílias beneficiárias do PBF que participam do PAIF, por se tratar de um número reduzido

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 1.922.779

trabalhar-se-á com o universo e não será retirada amostra. Selecionaremos como informante-chave o responsável pela família ou um membro da família beneficiária do PBF e que participe do PAIF e que tenha condições de responder pela família como um todo e repassar as informações necessárias sobre a dinâmica e mudanças no âmbito familiar. A avaliação de impacto deste estudo será realizada 'durante' a permanência dos sujeitos da pesquisa no PBF e no PAIF conforme delimitado anteriormente, pois se acredita que as mudanças significativas ou negativas podem ocorrer muito cedo ainda durante a vigência do projeto ou programa. Após o término da coleta de dados, iniciaremos o último processo da investigação científica que se refere à interpretação e análise dos dados. Organizaremos os dados em Excel 2007, em seguida serão elaboradas tabelas e gráficos, por fim haverá a interpretação e análise dos dados. Assim, chegar-se-á à redação dos resultados da pesquisa proposta e sua exposição.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Riscos (no corpo): adequados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto seja APROVADO, pois o pesquisador cumpriu as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_844984.pdf	05/02/2017 14:07:27		Aceito
Outros	TA.pdf	18/01/2017 17:00:24	Dayana Cury Rolim	Aceito
Folha de Rosto	FR.pdf	18/01/2017 16:57:11	Dayana Cury Rolim	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PP.pdf	18/01/2017 16:49:29	Dayana Cury Rolim	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE.pdf	18/01/2017 16:48:25	Dayana Cury Rolim	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br